

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO

JOSÉ AUGUSTO GUTERRES

**A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO MST PARA EFETIVAÇÃO
DE DIREITOS À LUZ DO CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI**

CURITIBA

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO

JOSÉ AUGUSTO GUTERRES

**A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO MST PARA EFETIVAÇÃO
DE DIREITOS À LUZ DO CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI**

Dissertação apresentada no Curso de pós-graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas e Sociais da universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, sob orientação da Prof. Dra. Katie Silene Cáceres Argüello.

CURITIBA

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ AUGUSTO GUTERRES

A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO MST PARA EFETIVAÇÃO DE
DIREITOS À LUZ DO CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre, no Curso de pós-graduação
em Direito da Universidade Federal do Paraná, pela
Comissão formada pelos professores:

ORIENTADORA:

Prof. Dra. Katie Silene Cáceres Argüello.

Prof.

Prof.

CURITIBA, _____ de _____ de 2008.

“Ó Senhor Deus da Libertação, Pai e mãe dos pobres e dos oprimidos, nós te bendizemos e te louvamos pela aliança que fizeste com teu povo, sempre mantendo a tua fidelidade, conforme prometeste aos nossos patriarcas e matriarcas. Renova conosco a aliança que fizeste com Noé sobre as Águas do dilúvio, dando-lhe o arco-íris como sinal. Renova Senhor com teu Espírito a aliança que selaste com o sangue de teu Filho, e mantenha-nos fiéis aos pobres da terra, rumo à libertação, que chega com a efetivação da Reforma Agrária, com política agrícola, educação e saúde gratuita, pública e de qualidade, condições de produção e comercialização, com proteção das águas, das sementes e da soberania alimentar, valorizando a identidade camponesa e incentivando a organização dos pobres da terra, lutando contra o trabalho escravo, a violência e a impunidade no campo. Por Nosso Senhor Jesus Cristo, agora e sempre, amém!” (Oração da 21ª Romaria da Terra do Paraná, 2006)

SUMÁRIO

RESUMO	v
INTRODUÇÃO	1
1 PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO AGRÁRIA	4
1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO PROCESSO DE TOTALIZAÇÃO DO CAPITAL	4
1.2 CONFLITOS NO CAMPO, ESTADO E LUTA DE CLASSES	19
2 INSTRUMENTAL GRAMSCIANO	30
2.1 GRAMSCI E OS CADERNOS DO CÁRCERE	30
2.2 TEORIA AMPLIADA DE ESTADO E HEGEMONIA	36
3 RAÍZES HISTÓRICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA	49
3.1 A HISTÓRIA DOS VENCIDOS ATÉ A LEI DE TERRAS E AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	50
3.2 O NASCIMENTO DA RACIONALIDADE JURÍDICA PROPRIETÁRIA E O ADVENTO DA HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL	59
3.3 DA REVOLUÇÃO PASSIVA DE 1930 À REDEMOCRATIZAÇÃO INSTITUCIONAL	69
4 AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA NO BLOCO HISTÓRICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	80
4.1 AGRICULTURA SUICIDA GLOBAL E SEUS EFEITOS NO BRASIL	83
4.2 A “QUESTÃO MERIDIONAL” E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	97
4.3 REFORMA AGRÁRIA NO PROCESSO DE RUPTURA ESTRUTURAL E HERMENÊUTICA DOS ARTIGOS 184, 185 E 186 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	109
5 O MST E A LUTA HEGEMÔNICA CONTRA O CAPITAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA REAL DEMOCRACIA	128
5.1 O MST COMO INTELECTUAL COLETIVO: LEGITIMIDADE E LEGALIDADE DAS SUAS AÇÕES	128
5.2 O “PRÍNCIPE MODERNO” E A ORGANICIDADE DO MST (OU SEMENTES DE UM NOVO BLOCO HISTÓRICO)	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	175

RESUM O

Este trabalho faz uma análise da questão agrária brasileira e da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – de um ponto de vista crítico, nos marcos teóricos do marxismo. Problematisa, assim, a questão agrária a partir do princípio da totalidade, e, enfatizando seus aspectos políticos, prioriza algumas categorias do pensamento de Antonio Gramsci. As raízes da questão agrária e sua configuração atual, bem como o surgimento, desenvolvimento e forma de atuação do MST são, então, estudados à luz de uma teoria ampliada de Estado e do conceito de hegemonia, principalmente. Não obstante, parte significativa do trabalho se debruça sobre elementos jurídicos atinentes aos temas.

RESÚMEN

Este trabajo es un análisis sobre la cuestión agraria en Brasil y de la actuación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin-Tierra – MST – desde um punto de vista crítico, em los marcos teóricos del marxismo. Se problematiza la cuestión agraria a partir del principio de la totalidad, y, enfatizando en sus aspectos políticos, prioriza algunas categorías del pensamiento de Antonio Gramsci. Las raíces de la cuestión agraria y su configuración actual, así como el surgimiento, desarrollo y forma de actuación del MST son estudiados a la luz de uma teoría ampliada de Estado y del concepto de hegemonia, principalmente. No obstante, parte significativa del trabajo se direcciona a los elementos jurídicos atinentes a los temas.

Palavras-chave: QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – MST. ANTONIO GRAMSCI. HEGEMONIA.

INTRODUÇÃO

"E esta outra gente quem é, solta e miúda, que veio com a terra, embora não registada na escritura, almas mortas, ou ainda vivas? A sabedoria de Deus, amados filhos, é infinita: aí está a terra e quem a há-de trabalhar, cresci e multiplicai-vos. Cresci e multiplicai-me, diz o latifúndio. Mas tudo isso pode ser contado doutra maneira".¹

O parágrafo assinala o momento em que, após constatar a vastidão, beleza e austeridade das terras portuguesas, divididas “do maior para o grande, ou mais de gosto ajuntada do grande para o maior”, José Saramago passa a discorrer “doutra maneira” sobre o latifúndio, qual seja, narrando em forma de romance a dura saga dos desterrados do campo desde os tempos da Coroa até o momento em que estes, movidos pelos ventos das agitações populares na Europa do século XX, tomam consciência de que a penúria por que passam não se alterará a não ser por iniciativa e luta próprias, quando, então, num gesto de dignidade e recuperação de sua auto-estima, passam a ocupar as fazendas improdutivas para trabalhar e sobreviver.

Conferindo especial atenção às gerações de sem-terra da família “Mau-Tempo”, e assim plasmando a implacável realidade em bela literatura, dita narração atravessa temas, a nosso ver, da mais absoluta importância, como a concentração fundiária e a exclusão social dela decorrente, a exploração, as péssimas condições de trabalho e a supressão de direitos dos lavradores, as justificações ideológicas operadas para manter tais abusos, o conluio entre o latifúndio e as autoridades, a corrupção e violência policial no trato com os trabalhadores, entre outros, incluindo aquele que nos é mais caro, qual seja o da organização popular para a conquista/efetivação de direitos e para a emancipação do trabalho.

Como se verá no presente estudo, tratam-se de temas importados para o Brasil-colônia, agravados pela constante condição de dependência deste e que chegam aos dias correntes gozando de renovada pertinência em face da globalização econômica neoliberal, das novas tecnologias para a agricultura aliadas a vetustas concepções de “desenvolvimento”, e da politização da luta pela terra. Portanto, embora longe da maestria artística do autor de “Levantado do Chão”, aqui também se pretende, com o mesmo ímpeto crítico e libertador, contar a história de alguns “Maus-Tempos” (brasileiros), assim como do latifúndio e das restritas elites que o dominam. A história, portanto, dos dois vetores da questão agrária brasileira.

¹ SARAMAGO, José. **Levantado do chão**. p. 14.

Não obstante, nas páginas seguintes esta história é contada “douta maneira” ainda, qual seja, recorrendo-se aos recursos acadêmicos disponíveis (teorias, documentos históricos, dados estatísticos) e à experiência militante adquirida no cotidiano do que hoje se é o maior movimento social do país, experiência que nos proporcionou visão mais acurada dos problemas do campo, revestiu-nos de empatia por aqueles que os sofrem, e, assim, comprometeu-nos com a incansável luta pela solução dos mesmos.

Esta história, portanto, é contada em moldes acadêmicos, mas passa ao largo de qualquer pretensão de neutralidade frente ao mundo, ao histórico e a valores, tanto por este proceder ser impossível, quanto por denotar, no dizer de Paulo Freire, não mais do que o “medo que se tem de revelar o compromisso”, medo que “quase sempre resulta de um ‘compromisso’ contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros”.²

Feitas estas considerações, convém esboçar um panorama do que será apresentado ao longo do trabalho, salientando a costura entre cada um dos pontos. O primeiro capítulo é dedicado a desvendar por que e sob qual ponto de vista a questão agrária brasileira pode ser considerada de fato um problema. Para isso, a utilização redimensionada do conceito de luta de classes é fundamental, assim como outras reflexões oriundas do marxismo, especialmente a metodologia dialética e a noção de totalidade. Com isso, pode-se depreender o caráter classista do Estado brasileiro, e, ao mesmo tempo, apesar disso, seu caráter de imensa complexidade.

Vistos os aspectos gerais da atual questão agrária brasileira em referido quadro teórico, o passo seguinte, a dar-se no segundo capítulo, consiste na apropriação do instrumental que será utilizado para aprofundamento dos objetos de estudo selecionados. Trata-se principalmente do conjunto de categorias elaboradas por Antônio Gramsci, sobretudo as que dizem respeito à análise e estratégias de transformação de formações sociais de capitalismo avançado, ou, em seu dizer, de tipo *ocidental*.

Munido desse arsenal gramsciano, no terceiro capítulo o estudo pode então se deter com mais acuidade no imprescindível resgate histórico de alguns aspectos importantes da questão agrária brasileira, que continuam a influenciar o presente, com ênfase na formação da oligarquia rural e burguesia agrária, assim como na passagem de uma mentalidade jurídica a outra no que tange à questão da propriedade, sem olvidar, ainda, o surgimento da classe trabalhadora – especialmente a do campo – no cenário político brasileiro, e sua trajetória.

² FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. p. 19.

Já, no quarto capítulo, dedicar-se-á a investigar os reais beneficiários da atual configuração agrária e agrícola vigente no Brasil. Isso nos conduzirá à discussão sobre diferentes noções e projetos de desenvolvimento nacional, bem como sobre os meios para se atingir aquele que nossas análises tendem a apontar como o mais adequado para solução dos problemas sociais, discussão esta que envereda também para o campo jurídico, que possui destacada importância dentro das análises aqui empreendidas.

Finalmente, o quinto capítulo é dedicado ao estudo de um dos maiores frutos gerados pelos embates políticos da história recente brasileira, que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Juntamente com a observação empírica de seu funcionamento, que tivemos a oportunidade de realizar, e com a leitura de vários de seus documentos, verificou-se que algumas categorias gramscianas têm especial relevância para a análise deste movimento social e de suas ações, pois através delas procedemos à investigação acerca da consistência do projeto político do MST, da medida mesma em que este pode ser inserido nas teorizações de Gramsci, e, ainda, de que maneira concreta.

Em apertada síntese, tais são os assuntos contidos no trabalho que segue. Como visto, ele é decorrente de uma aversão às injustiças sociais agravadas pelo cinismo de uns e alienação ou desalento de outros, assim como de uma contumaz vontade de compreender os mecanismos de funcionamento do real, no intuito de, quiçá, contribuir para sua transformação.

1 PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO AGRÁRIA

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO PROCESSO DE TOTALIZAÇÃO DO CAPITAL

A fim de estabelecer semanticamente o que se pretende expressar com o uso do termo “questãoagrária”, considere-se que ele é aqui utilizado como o conjunto de interpretações que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade e o uso das terras na sociedade brasileira,³ valendo considerar que os mais diferentes campos do saber têm muito a contribuir, cada qual à sua maneira.

Entre eles, cumpre observar também como a literatura política aborda a questão, vez que é principalmente sob este viés que a questão agrária é aqui estudada: “Na literatura política, o conceito ‘questão agrária’ sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político”.⁴

Há que se trazer à tona, além disso, uma diferenciação entre *questão agrária* e *questão agrícola*, pois é importante que não sejam confundidas. Enquanto a primeira, como visto, é constituída por indicadores relativos à posse das terras, e também organização do trabalho e da produção, nível de renda dos trabalhadores rurais, produtividade das pessoas ocupadas no campo etc., a segunda teria mais a ver com o equacionamento de variáveis acerca das quantidades e preços dos bens produzidos no campo, é dizer, com questões de abastecimento. Pode-se dizer, em outras palavras, que a questão agrícola está preocupada com a “produção em si mesma”, e a questão agrária com as “relações de produção”.⁵

Entretanto, como adverte José Graziano, tal separação se trata simplesmente de um “recurso analítico”, vez que ela não se confirma na realidade objetiva, onde os problemas aparecem intimamente relacionados entre si:

(...) a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário, *muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária.*⁶

³ STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. v. 1. p. 15.

⁴ STEDILE, J. P. (org.). Obra citada. v. 1. p. 15.

⁵ GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. p. 10-11.

⁶ GRAZIANO DA SILVA, J. *Ibidem*.

Como se perceberá mais à frente, esta última assertiva – com grifos do próprio autor – é bastante acertada. Antes de analisar esta ordem de fenômenos, porém, ainda parece essencial problematizar, ou esmiuçar um pouco mais, dita questão agrária. Melhor dizendo, cumpre especificar em que medida ela se constitui em *problema* para o Brasil contemporâneo.

Em busca de uma resposta a esta questão, depara-se com uma constatação que não deve ser posta de lado: muitas vezes o que se constitui em problema para determinados indivíduos, não se constitui para outros (ao menos para estes não é assim percebido ou não se evidencia diretamente), pelo que se faz necessária uma determinada tomada de posição e espírito crítico, não se podendo perder de vista um dos determinantes mais significativos da sociedade atual, que é a existência da “luta de classes”.

Cabe o registro de que não foi Marx quem primeiro utilizou tal expressão, tampouco foi o primeiro a tratar deste assunto,⁷ porém referimo-nos aqui à concepção de luta de classes peculiar ao marxismo, cuja expressão mais famosa é a contida no “Manifesto do Partido Comunista”,⁸ que por ora serve de síntese. Isso não deve implicar, porém, um dogmatismo na leitura dessa categoria de modo a estancar sua re-significação com o decorrer do tempo. Não se pode refutar imediatamente, dessa forma, polêmicas decorrentes de sua análise, como a que questiona sua efetiva existência em sociedades ou situações em que não haja uma “consciência de classe” consolidada. Na mesma esteira, merece ainda uma maior relativização a simplicidade da luta de classes exposta no Manifesto, bastante defasada atualmente, em face do atual contexto de imensa complexificação da sociedade capitalista global.

Contudo, apesar de todas as ressalvas possíveis, a negação veemente da existência de uma estratificação social na atual sociedade em diferentes classes econômicas – tanto em nível nacional quanto global, com interesses irreconciliáveis entre si (por maiores que sejam os períodos em que elas não tenham esclarecido este fato) – pode resultar num erro teórico, vale dizer, numa teoria social irremediavelmente incompleta, que certamente não será útil a um projeto social emancipador contrário ao sistema hegemônico. Mais que isso, na prática se revelará como um cinismo típico dos que mantêm seus privilégios sociais através da

⁷ Conforme explica Leandro Konder, “Marx não inventou a luta de classes: limitou-se a reconhecer que ela existia e procurou extrair as consequências da sua existência. Antes de Marx, diversos autores já tinham enxergado a questão. James Madison, ex-Presidente dos Estados Unidos, por exemplo, escreveu em 1787: ‘Proprietários e não proprietários sempre formaram interesses diversos dentro da sociedade’ (...)”. (KONDER, Leandro. **O que é dialética**. p. 31-32.)

⁸ “A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes. (...) opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (...) A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas”. (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. p. 66-67.)

manutenção das desigualdades. Mostram-se válidas, portanto, as considerações de Tom Bottomore acerca da atual configuração da luta de classes:

(...) também nos países do Ocidente, nas últimas décadas, os conflitos sociais envolveram não só, ou nem mesmo principalmente, as classes, mas igualmente grupos nacionais, étnicos ou religiosos, bem como vários movimentos sociais de caráter amplo – feministas, ecológicos, antinucleares. A tarefa da análise marxista hoje é enquadrar essas diversas lutas em uma teoria coerente e determinar empiricamente a importância específica das lutas de classes em condições estruturais e históricas diversas. Isso exige também, como demonstram vários estudos marxistas recentes (por exemplo Poulantzas, 1974), um reexame da luta de classes no final do século XX, não mais em termos de uma confrontação exclusiva entre burguesia e proletariado, mas antes em termos de alianças entre grupos sociais que, de um lado, dominam e dirigem a vida econômica e social e, de outro, são subordinados e dirigidos.⁹

Já Ricardo Antunes,¹⁰ sem olvidar o relevante papel de movimentos sociais constituídos sem um recorte de classe declarado, refuta as teses (especialmente a da “ação comunicativa” de Habermas) que, retirando a centralidade da lógica do capital, negam a existência de “classes” na contemporaneidade. A partir da análise da atual ordem do trabalho mundial, marcada pela passagem do “taylorismo/fordismo”¹¹ para a fase do “toyotismo”¹² (difundido como resposta à crise estrutural por que passava o capitalismo no início da década de 1970, após as lutas travadas entre capital e trabalho nos anos 1960, que não foram capazes de instituir um “projeto hegemônico do trabalho contra o capital”),¹³ Antunes demonstra que bem ao contrário de o sistema do capital contemporâneo ter extinto a “classe trabalhadora”, ele a ampliou significativamente, motivo pelo qual propõe um termo mais abrangente para designá-la: “classe-que-vive-do-trabalho”.

Tal conceito – que, como dito, expressa a contemporaneidade da categoria marxista¹⁴ de “classe trabalhadora”, adequando-a às características atuais do sistema do capital – é mais

⁹ BOTTOMORE, Tom. Luta de classes (verbetes). In: BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. p. 224.

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.

¹¹ Processo de trabalho voltado para uma produção homogênea de larga escala, marcado pela estrita especialização de tarefas musculares repetitivas que demandava amplas massas de trabalhadores no “chão de fábrica”, estas inseridas num organograma extremamente verticalizado e cuja relação com o capital era intermediada pelo Estado.

¹² Processo de trabalho que, com vistas nas alterações das demandas do mercado, volta-se a uma produção mais heterogênea e em boa parte terceirizada, sendo caracterizado principalmente pelo trabalho em equipe e aproveitamento polivalente do trabalhador, inclusive mediante seus caracteres de personalidade e intelectualidade, implicando desemprego em massa, flexibilização de direitos, precarização de vínculos, fragmentação da classe trabalhadora, destruição ou docilização do sindicalismo etc., efeitos catalizados por uma menor presença do Estado na relação entre capital e trabalho.

¹³ ANTUNES, R. Obra citada. p. 36.

¹⁴ A fim de deixar claro quando se está a fazer referência ao pensamento de Karl Marx especificamente, e quando se trata do pensamento de outros autores do marxismo, optou-se por utilizar ao longo de todo o trabalho o termo “marxista” para o primeiro caso, e “marxiano” para o segundo.

abrangente na medida em que, apesar de manter a centralidade dos assalariados que direta e manualmente produzem a mais-valia (trabalho produtivo), estende-se a todos os demais assalariados que intelectualmente produzem valor ou mesmo aqueles cujo trabalho não produz riqueza (trabalho improdutivo), é dizer, cujo trabalho “é consumido como *valor de uso* e não como *valor de troca*”,¹⁵ além, é claro, dos que indiretamente estão subordinados ao capital (que compõem a chamada economia informal) e dos desempregados, produto típico da atual fase de gestão do trabalho, principalmente devido ao fenômeno da “liofilização organizacional” (termo usado por Antunes para designar o incremento na produção a despeito da drástica redução no número de trabalhadores nas empresas de hoje).

Para os fins da presente pesquisa, ressalte-se que na “classe-que-vive-do-trabalho” inclui-se o proletariado rural, ou seja, os trabalhadores rurais que vendem, sob os mais diversos títulos (diária, parceria, arrendamento, meação etc.) sua força de trabalho para o capital. Ainda, embora Antunes não o evidencie, logicamente aí está também o campesinato, classe que com dificuldades cada vez maiores ainda possui focos de resistência ao avanço do capital, classe esta caracterizada, em linhas gerais, pela produção familiar de subsistência, com baixa integração ao mercado. Por outro lado, da “classe-que-vive-do-trabalho”, diz Antunes, deve-se excluir “*os gestores do capital, seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados (...)*”, assim como aqueles que vivem da especulação de juros, “os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural *proprietária*”.¹⁶

Na esteira deste raciocínio, Antunes investiga a atual complexidade da classe trabalhadora, enveredando pelos seguintes campos: 1) da divisão sexual do trabalho, notando aí que o trabalho feminino é fruto de uma emancipação parcial da mulher, que o capital transformou em fonte de maior precarização do trabalho ao explorar-lhe duplamente (por um lado, quando do trabalho produtivo da mulher no espaço público – isto é, fora de casa; e por outro, a de, no âmbito privado, manter a mulher no papel de garantir a reprodutibilidade do capital através de tarefas não diretamente mercantis, porém indispensáveis à reprodução cotidiana da força de trabalho); 2) dos assalariados no recente setor de serviços, do “terceiro setor” e das novas formas de trabalho em domicílio, todos decorrentes também do câmbio organizacional do mundo do trabalho, marcado pela privatização de serviços públicos, flexibilização de direitos e precarização de vínculos trabalhistas, sendo que cada um cumpre

¹⁵ ANTUNES, R. *Idem.* p. 102.

¹⁶ ANTUNES, R. *Idem.* p. 104.

um “papel de funcionalidade” em relação ao sistema, inclusive o chamado terceiro setor, a despeito de seu direcionamento à resolução de problemas sociais e ausência de finalidade lucrativa; e 3) da transnacionalização do capital e do mundo do trabalho, propiciada principalmente pela descentralização e mesmo desterritorialização das atividades produtivas, mundialmente divididas em etapas diversas e interconectadas graças ao atual estágio de desenvolvimento tecnológico.¹⁷

Diante dessas análises, e principalmente pelo fenômeno da transnacionalização do capital (que altera a configuração não só do espaço, mas também do tempo do trabalho), longe do fim da luta de classes, Antunes constata uma nova dimensão da mesma, por exigir uma resposta internacional por parte da classe trabalhadora – que ainda se mantém predominantemente em sua estruturação nacional e cujos organismos sindicais internacionais mostram-se incapazes de “oferecer um desenho societal alternativo e claramente contrário à lógica do capital”.¹⁸ E dentro deste desafio de internacionalização das ações da classe trabalhadora, outro que se impõe, de suma importância, é o de unificar, partindo de dentro de cada país, as inúmeras clivagens entre os trabalhadores (“estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, ‘incluídos e excluídos’”)¹⁹ em torno de um projeto contrário à lógica destrutiva do capital.

A percepção da luta de classes no mundo contemporâneo, portanto, obriga o pesquisador a uma tomada de posição quando da análise de seu objeto de estudo, ou seja, impele-o a uma reflexão diante da qual não pode deixar de fazer uma escolha entre duas opções, que são, em última análise, opções de classe. De um lado, o pesquisador pode se colocar ao lado da classe privilegiada com a configuração social posta, de modo que seu trabalho será voltado a algum tipo de ocultação ou justificação das desigualdades constatadas. De outro, o pesquisador se colocará ao lado das classes subordinadas, na perspectiva de alteração da configuração social posta, o que resultará num trabalho cujo intento seja o de explicitação das situações de desigualdade, compreensão de seus mecanismos, e proposição de soluções, para o que serão imprescindíveis as categorias elaboradas no âmbito de um conjunto teórico crítico, no qual

(...) as categorias críticas interpretam a realidade mas, fazendo parte dessa mesma realidade, com ela interagem como categorias transformadoras. E o tempo e espaço

¹⁷ ANTUNES, R. *Idem.* p. 104-117.

¹⁸ ANTUNES, R. *Idem.* p. 116.

¹⁹ ANTUNES, R. *Ibidem.*

históricos a que se referem é o mundo atual, com toda sua carga de sofrimento, a exigir a tomada de posição por parte das pessoas que dele tomam consciência e não se deixam seduzir pela sedução reacionária a uma ordem social que precisa ser transformada; e nem permaneçam naquele estado de inconsciência social, em que o sujeito se deixa levar pela manipulação das idéias em benefício dos grupos privilegiados (...).²⁰

Uma vez que o presente trabalho se insere na segunda opção apresentada e procura fazer uso desse conjunto de categorias críticas, a questão agrária é aqui conceituada a partir do ponto de vista do trabalho e não do capital, compartilhando da seguinte visão:

Para este [o capital] inexistente no campo qualquer questão a resolver que lhe dificulte a acumulação. Ao contrário, para as populações exploradas e empobrecidas do meio rural, expulsas ou não, a questão existe. No mundo gerado pelo capitalismo financeiro, marcadamente aqui na periferia subordinada do sistema global, não há lugar para a grande maioria dessas pessoas – são as sobras do processo meros efeitos colaterais do progresso capitalista. Para elas a questão agrária é real e significativa sobrevivência.²¹

Assentado, portanto, que só há sentido em se investigar a questão agrária partindo do ponto de vista do trabalho, dos povos marginalizados do campo, fica ainda mais evidente a necessidade de pautá-la no âmbito de um conjunto teórico crítico, conjunto que, vale notar, não é constituído de simples negações das teorias tradicionais. Tal como sempre empreendido por Marx, a teoria crítica nasce quando os resultados da teoria tradicional, o mais das vezes reconhecidos como pertinentes, são submetidos a dois crivos de avaliação: o da *totalidade* e o da *historicidade*, de modo que assim se pode (i) “relacionar dialeticamente os objetos elaborados pela ciência particular com a totalidade social, *mediatizando* e *desfetichizando* tais objetos, fazendo com que deixem de ser meros ‘fatos’ e se convertam em processos ou momentos de processos”,²² bem como (ii) perceber que “a totalidade que se tem em vista não é uma totalidade fechada e definitiva, mas antes um *processo de totalização*, no qual o todo é compreendido como algo aberto e altamente dinâmico”, sendo que, com isso, “os objetos analisados perdem a sua aparente ‘naturalidade’, convertendo-se assim em estados transitórios de um devir ininterrupto”.²³

²⁰ COELHO, Luiz Fernando. **Teoria crítica do Direito**. p. 54.

²¹ CARVALHO FILHO, José Juliano. A nova (velha) questão agrária e o agronegócio. In: SIDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa. **Direitos humanos no Brasil 2007: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. p. 24.

²² COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. p. 99.

²³ COUTINHO, C. N. Obra citada. p. 100.

Diante disso, o conjunto teórico que mais se mostra hábil a proceder criticamente o cotejo entre a totalidade e a historicidade dos fenômenos que se pretende analisar é o marxismo, vez que este cotejo dialético é sua própria essência.

No Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx sintetiza suas incursões teóricas realizadas até então. Segundo ele, a partir de uma revisão crítica do pensamento de Hegel, a conclusão a que chegou é que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”. Em outras palavras, são as relações econômicas – de produção e circulação de riquezas – o principal determinante de todo o modo de ser da sociedade (incluindo a consciência que tem de si mesma), que se transforma na medida em que se agudizam as contradições entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Isso é o que se vê, após tantos outros, no modo de produção burguês-moderno, que para ele seria a última etapa antagônica do processo social, pois portadora do embrião de um novo modelo produtivo apto a resolver as contradições do antigo. O centro das conclusões de Marx, em suma, é a existência de uma infra e de uma superestrutura sociais, aquela determinante desta em última instância.²⁴

Quanto a este último ponto, é preciso aclarar, por ser alvo de críticas muitas vezes infundadas, que isso não confere a seu pensamento um mecanicismo ou automatismo. A sociedade é dividida por ele, no plano teórico, por uma “infra-estrutura”, que é o lugar onde ocorrem as relações econômicas (produção e circulação), e por uma superestrutura, que seria a “visão de mundo” dessa sociedade, visão que se constitui em grande parte graças ao tipo de relações econômicas que são travadas na infra-estrutura – em grande parte mas não inteiramente, vez que os infinitos elementos e instâncias da superestrutura podem se relacionar entre si sem qualquer relação com a infra, a qual nem por isso deixa de ser uma fonte constante de abstrações da superestrutura. Dentro da superestrutura estariam, assim, a religião, as artes, a filosofia, o direito, o conhecimento científico, o senso-comum etc.

Entretanto, como se dizia, essa relação entre a infra e a superestrutura não é capaz de imprimir em Marx traços de mecanicismo. E isso, como reiteradamente ressaltado por Gramsci, se dá por causa do modo que dessas categorias Marx faz uso, é dizer, segundo a metodologia dialética, atento às mútuas implicações entre as estruturas, valendo lembrar que o próprio Marx fazia alusão, por exemplo, ao caráter objetivo (de efetivas forças materiais) que as “crenças” podiam tomar quando amplamente difundidas entre as massas.

²⁴ MARX, Karl. ‘Prefácio’ à ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’. In: MARX, K. e ENGELS, F. (org. Florestan Fernandes). **História**. p. 231-235.

Cumprir observar que é o conceito de “estrutura” que confere um caráter científico à teoria do marxismo, pois é através de tal conceito que se pode distinguir os fenômenos principais dos secundários, o que é causa e o que é efeito, bem como o que se pode constatar com “reiterabilidade”. Isso é fundamental pois todo o conhecimento científico é pautado neste critério, o qual vai permitir a previsibilidade de fenômenos futuros. Com a reiterabilidade proporcionada pelo conceito de estrutura se abre a possibilidade de formulação de um modelo teórico, uma abstração científica, ou, no dizer de Marx, “determinação abstrata”, que será o ponto de partida para “compreender o concreto e para reproduzir na própria consciência a multiplicidade desse concreto”.²⁵

No mais, Lênin já destaca que Marx percebe não ser suficiente a investigação da estrutura para se compreender o funcionamento de uma formação econômico-social, embora dela (da estrutura) se deva começar. A partir dela se consegue explicar os demais componentes, não de modo estanque, mas como coisa viva: a estrutura serve para explicar a riqueza da formação social, para dar coerência a seus elementos não estruturais, que devem ser explicitados; caso contrário, a estrutura encerra-se em si mesma e se torna um conceito idealista.²⁶

De fato, Marx demonstra em várias oportunidades compreender a extrema complexidade que esta relação dialética entre as estruturas confere à sociedade, fazendo com que os acontecimentos não devam ser explicados por razões econômicas diretamente identificáveis, sem mediações. Quando ele próprio, em vez de expor seu método, utiliza-o para realizar a análise política de determinados contextos históricos, como o fez em “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”, “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte” e “A Guerra Civil na França”, por exemplo, torna-se insustentável atribuir-lhe o rótulo de mecanicista ou economicista. Em tais escritos, seu interesse é analisar sobretudo “o caráter autônomo” que o Estado adquire em determinada etapa do capitalismo na França.²⁷ Vê-se que, sem deixar de considerar as bases econômicas como determinantes para as relações políticas e para a forma de enxergar o mundo, ele não olvida a complexidade e a grande parcela de autonomia das relações políticas, movimentadas por uma série de interesses das diversas forças sociais atuantes, de modo que se torna lícito afirmar que a superestrutura também pode exercer influência na infraestrutura, muito embora em menor escala do que o inverso.

²⁵ GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. p. 25.

²⁶ GRUPPI, L. Obra citada. p. 25-27.

²⁷ SADER, Emir. **Estado e política em Marx**: para uma crítica da filosofia política. p. 61-62.

Como em vários outros períodos históricos, incluindo o atual, naquele em que Gramsci vivia era fundamental desmitificar a ilação comumente realizada entre marxismo e economicismo/mecanicismo. O trecho seguinte, então, ilustra este seu intento e corrobora a ordem de idéias exposta acima:

(...) A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas. Para este aspecto, são importantes notadamente o *18 Brumário* e os escritos sobre a *Questão Oriental*, mas também outros (*Revolução e contra-revolução na Alemanha*, *A guerra civil na França* e menores). Uma análise destas obras permite fixar melhor a metodologia histórica marxista, complementando, iluminando e interpretando as afirmações teóricas esparsas em todas as obras. Poder-se-á observar quantas cautelas reais Marx introduz em suas investigações concretas, cautelas que não poderiam encontrar lugar nas obras gerais (...).²⁸

Parece adequado, enfim, acenar que no pensamento de Marx vigora uma “preeminência ontológica” das bases econômicas sobre a esfera das representações, dando consistência ao chamado “materialismo histórico”, que é sem dúvida um dos mais profícuos métodos de análise existente nas ciências sociais.

Não obstante, “nenhuma teoria teve a sua morte tantas vezes anunciada como o marxismo”.²⁹ Por óbvio, os corifeus dessa morte dizem-se porta-vozes do “conhecimento”, da “ilustração”, da “verdade”, do “progresso social”, ou, ainda, da “imparcialidade” da ciência. Porém, como analisado por Michael Löwy, uma grande contribuição de Gramsci é denunciar justamente este tipo de falácia. Gramsci investiga a fundo a articulação entre ideologia e conhecimento científico, notando que ambos integram a “superestrutura” da sociedade – a ideologia por motivos óbvios, e a ciência porque em última análise é sempre revestida de ideologia, na medida em que “é a união do fato objetivo com uma hipótese ou um sistema de hipóteses que ultrapassam o simples fato objetivo”.³⁰

²⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. p. 238. Em determinada passagem, Gramsci identifica um relacionamento muito maior do economicismo (que ele denomina também de sindicalismo teórico) com o liberalismo, do que com o marxismo (a filosofia da práxis), pois “(...) é inegável que, neste último [no economicismo], a independência e a autonomia do grupo subalterno que ele diz exprimir são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante, já que o sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberismo [sic], justificado com algumas afirmações mutiladas e, por isso, banalizadas da filosofia da práxis (...)” (GRAMSCI, A. Obra citada. v. 3. p. 48.) A respeito, cf. GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 266-267; e v. 3. p. 46-55; 67-68; 104-105.

²⁹ Editorial Crítica Marxista. Manifesto. In: **Crítica marxista**, nº 1, ano 1994.

³⁰ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. p. 135.

A propósito, em recente obra, Giovanni Semeraro³¹ também ressalta este ponto do pensamento gramsciano. Segundo ele, Gramsci demonstra que a ciência é uma categoria histórica, “um movimento em contínuo desenvolvimento”,³² de modo que no campo científico o que se verifica é uma voraz luta pela *objetividade*, dado que se a um tempo a ciência recorre a representações e teorias para se expressar, a outro, essas mesmas representações “são produtos humanos, construções históricas que nascem de práticas científicas, sociais e de interesses políticos”.³³ Esse embate no campo científico é mais bem visualizado mediante as palavras do próprio Gramsci, citado por Semeraro: “Toda ciência está vinculada às necessidades, à vida, à atividade do homem. Sem a atividade do homem, criador de todos os valores, inclusive científicos, o que seria da ‘objetividade’?”.³⁴ Diferentemente, portanto, de Weber e Durkheim, que separam fatos e valores, “Gramsci defende uma relação dialética entre eles (não uma identificação), uma vez que toda ‘objetividade’ implica sempre uma subjetividade”.³⁵

Considerando tais pressupostos epistemológicos, observa-se claramente a superioridade da “filosofia da práxis” em face das demais concepções de ciência, por dois motivos principais, destacados por Löwy com base em Gramsci:

- 1) As outras ideologias visam consolidar interesses opostos e contraditórios, sua “historicidade” é curta, porque após algum tempo as contradições aparecem à superfície e se tornam irreconciliáveis. A filosofia da práxis, pelo contrário, é precisamente a teoria das contradições, que ela assume integralmente.
- 2) A filosofia da práxis não é o instrumento de grupos dominantes para assegurar a hegemonia sobre as classes subalternas – o que implica necessariamente ocultação da verdade. É precisamente a expressão destas classes subalternas que têm necessidade de conhecer todas as verdades, mesmo as mais desagradáveis, para se educar e adquirir a arte de se governar. (...) ³⁶

Posto isso, pode-se agora passar a fazer uso de alguns instrumentos dessa filosofia da práxis, mostrando-se pertinente destacar, por ora, o conceito de “totalidade”, a partir do qual será possível desvelar o caráter funcional da questão agrária na formação econômico-social brasileira e no metabolismo de controle social global dirigido pela lógica do capital.

Considere-se, assim, que o conceito de totalidade é um dos pilares da metodologia dialética marxiana, ou seja, da “maneira de pensar elaborada em função da necessidade de

³¹ SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.**

³² SEMERARO, G. Obra citada. p. 27.

³³ SEMERARO, G. *Ibidem.*

³⁴ GRAMSCI, A. *Apud*: SEMERARO, G. Obra citada. p. 27.

³⁵ SEMERARO, G. *Idem.* p. 27-28.

³⁶ LÖWY, M. Obra citada. p. 136.

reconhecemos a constante emergência do *novo* na realidade humana”,³⁷ ou ainda, da “ciência das inter-relações das diversas partes da realidade, instrumento de compreensão das suas dinâmicas e contradições”.³⁸

De acordo com Lukács, citado por Coutinho,³⁹ a distinção entre o marxismo e a “ciência burguesa” não é o predomínio de motivos econômicos na explicação do social, mas sim o princípio da totalidade. De acordo com este princípio, recolhido da filosofia hegeliana, predominantemente dialética, a realidade é um todo complexo, formada por “mediações, contradições e processos”,⁴⁰ não devendo ser entendida, todavia, como um todo no qual as partes não sejam explicitadas e bem definidas, mas como “uma totalidade constituída a partir da autonomia relativa de seus múltiplos momentos parciais (...) [e] por diferentes níveis, sendo assim uma totalidade *hierarquizada*, com momentos que possuem um peso ontológico mais marcante do que outros”.⁴¹

Unindo tais concepções filosóficas hegelianas com o materialismo, Marx destaca como possuidor de um maior peso ontológico o momento material da sociedade (infra-estrutura), onde residem as forças produtivas e se travam as relações de produção, que implicam, por sua vez, a divisão social do trabalho e, em consequência, a divisão de classes sociais. Segundo ele, “os pensadores que se situam do ângulo de determinadas classes sociais, em determinado contexto histórico, têm mais possibilidades de assumir essa perspectiva globalizante, ou seja, de compreender a sociedade como um todo”.⁴²

Isso fica bem claro ao se analisar a revolução burguesa. Os teóricos da burguesia colocavam-na como representante de toda a sociedade que se encontrava abaixo da nobreza e do clero. Suas reivindicações eram apresentadas como as de todos. Uma vez feita a revolução, permitiu-se uma liberdade e igualdade que antes era totalmente desconhecida. Não obstante, do ponto de vista econômico, a divisão em classes continuou existindo, agora com a burguesia no ponto mais alto. Para defender seus interesses de classe, então, os intelectuais burgueses já não podiam mais adotar o ponto de vista da totalidade, isto é, apresentar suas demandas como universais; precisavam, sim, afirmar a naturalidade daquela situação social então estabelecida. Diante disso, Marx percebe que a classe social portadora de uma perspectiva globalizante deixou de ser a burguesia e passou a ser o proletariado, o qual “não defende apenas os seus interesses particulares enquanto classe, mas tem como ‘missão histórica’ a construção de uma

³⁷ KONDER, L. Obra citada. p. 39.

³⁸ SEMERARO, G. Obra citada. p. 33.

³⁹ COUTINHO, C. N. Obra citada. p. 91-92.

⁴⁰ COUTINHO, C. N. *Idem*. p. 92.

⁴¹ COUTINHO, C. N. *Ibidem*.

⁴² COUTINHO, C. N. *Idem*. p. 93.

sociedade sem classes, efetivamente igualitária, capaz de produzir a verdadeira emancipação humana”.⁴³

Totalidade, portanto, traz a idéia de que qualquer indivíduo, objeto ou ação jamais estão isolados. Ao contrário, estão inexoravelmente interligados ao “todo”; qualquer problema é interligado a vários outros, sempre havendo múltiplos fatores a serem considerados. Assim, tanto mais completo será determinado estudo quanto mais fatores da realidade e suas interconexões ele analisar, embora seja sempre provisório o conhecimento que se tem da realidade, dada sua riqueza.⁴⁴ Daí a necessidade de, para solucionar um ou mais problemas, ter uma “visão de conjunto” deles. “Foi o que Hegel sublinhou quando escreveu: ‘A verdade é o todo’. Se não enxergamos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral”.⁴⁵

Destaque-se, ainda, que a totalidade é mais do que a mera soma de suas partes constituintes. Por exemplo, o produto do trabalho de dez pessoas trabalhando juntas é diferente do de dez pessoas trabalhando isoladamente,⁴⁶ o que demonstra a necessidade de se considerar a interatividade entre os elementos da totalidade. Também, atente-se para a existência de diferentes níveis de totalização, mais ou menos abrangentes. Dependendo da análise que se quer empreender, pode-se aumentá-la ou restringi-la, sendo o nível máximo da totalização dialética a abstração filosófica, que aspira à apreensão do todo dinâmico da realidade humana. E de forma menos abrangente, há as totalidades “jurídico-política”, “sócio-econômica” e do “modo de produção”, sendo que cada uma delas possui um processo peculiar de alteração quantitativa e qualitativa.⁴⁷

Entretanto, na prática “não é possível separar inteiramente as questões que se apresentam num desses níveis das questões que se manifestam nos outros dois; afinal,

⁴³ COUTINHO, C. N. *Idem.* p. 94.

⁴⁴ KONDER, L. Obra citada. p. 37.

⁴⁵ KONDER, L. *Idem.* p. 36-37.

⁴⁶ KONDER, L. *Idem.* p. 37.

⁴⁷ Isso fica bastante claro com o exemplo do golpe militar contra João Goulart em 1964 e da edição do AI-5 em 1968. Nestes casos, nota-se que a *totalidade jurídico-política* sofreu uma significativa mudança qualitativa. No entanto, essa alteração qualitativa da totalidade jurídico-política não foi acompanhada pela *sócio-econômica*, vez que a estrutura de classes no Brasil não sofreu alterações sensíveis devido àqueles fatos; depois de decorrido muito tempo é que se consegue hoje verificar algumas alterações nesta totalidade, inclusive qualitativas, segundo Konder, alterações que ocorrem, portanto, num ritmo muito mais lento que o da totalidade jurídico-política. E com relação à *totalidade do modo de produção*, por sua vez, pode-se dizer que neste âmbito as alterações são ainda muito mais lentas que nas duas anteriores, não tendo havido, a despeito de todas as alterações jurídico-políticas e sócio-econômicas, uma alteração qualitativa nela, seguindo, por outro lado, com contínuas alterações quantitativas que, por enquanto, vêm fortificando cada vez mais o capitalismo. (KONDER, L. *Idem.* p. 41-42.)

concretamente, elas são elementos de uma mesma realidade global (...).⁴⁸ No caso da questão agrária isso é por demais evidente, posto que os problemas sociais que lhes são intrínsecos – refletidos também no plano legal – decorrem, senão diretamente, em última instância, do modo de produção vigente e de suas alterações quantitativas.

O que se pretende frisar, diante dessa breve explanação sobre a totalidade, é que esses seus três níveis – que correspondem ao “todo” da realidade, à interação dialética entre as instâncias materiais e imateriais, cuja compreensão pode ser buscada, em compasso com Gramsci, através da noção de “bloco histórico” – são eminentemente esculpidos, como já afirmado, pelo sistema do capital, devendo-se advertir que o uso desta categoria (“capital”), aqui, não se resume ao significado que lhe empresta a economia clássica ou uma leitura obtusa da obra de Marx, isto é, não se resume a uma *riqueza* ou a “um bem que pode gerar um fluxo de renda para seu dono”,⁴⁹ tampouco simplesmente ao *modo de produção* capitalista.

Muito além disso, ou de outras leituras decorrentes de um “marxismo vulgar”,⁵⁰ deve-se considerar tal sistema como um fenômeno complexo historicamente localizável e que, segundo os estudos de István Mészáros, é mais adequadamente denominado como “uma forma incontrolável de controle sociometabólico”, tendo a ver com um certo tipo de *racionalidade* que, a partir de um determinado período histórico, dada uma série de condições objetivas, passa a permear praticamente todas as relações sociais. Perante a centralidade dessa reflexão de Mészáros sobre o caráter totalizante do capital para o presente estudo – vez que a estrutura agrária brasileira irremediavelmente continua sendo uma peça-chave de tal “metabolismo social” –, segue um significativo trecho em que ele discorre sobre essa idéia.

(...) é preciso insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é (...) um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (...) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle a qual tudo o mais, inclusive seres humanos,

⁴⁸ KONDER, L. *Idem*. p. 40.

⁴⁹ MOHUM, Simon. Capital (verbetes). In: BOTTOMORE, T. (ed.) Obra citada. p. 44.

⁵⁰ Segundo Eric Hobsbawm, o marxismo vulgar abarca várias concepções equivocadas quanto ao pensamento de Marx, em geral decorrentes de uma relação simplista de dominância e dependência entre a “base econômica” e a “superestrutura”. (HOBSBAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. p. 159-160.). No mesmo caminho, Luciano Gruppi trata da crítica gramsciana ao “materialismo vulgar”, que consiste numa redução esquemática da teoria marxista a relações diretas de causa e efeito entre a base econômica e as demais instâncias sociais em detrimento do método dialético e da riqueza de mediações que existem dentro das totalidades. Em certos momentos pode até ser útil, por exemplo, para acalantar as massas após uma derrota, caso em que se assemelha a uma religião, porém via de regra merece ser duramente combatido, já que geralmente se torna fonte de imobilismo, na medida em que leva à conclusão de que a história caminha inexoravelmente ao socialismo, a despeito da vontade e firme ação humanas. (GRUPPI, L. Obra citada. p. 76-78.)

deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmos” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos.

(...) o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência.⁵¹

Com efeito, o capital se constitui numa força totalizante de organização e controle do metabolismo societal porque tende a expandir-se e acumular-se infinitamente, na medida em que sua lógica ultrapassa o atendimento das necessidades sociais, conferindo, portanto, centralidade ao *valor de troca*, e não ao *valor de uso*, dos bens. Essa lógica se revela altamente destrutiva na medida em que, se a produção não está mais ligada a *necessidades*, ela não possui limites, desencadeando uma “taxa de utilização decrescente” do valor de uso das coisas (produzindo, consumindo e destruindo as mercadorias com rapidez cada vez maior), através da qual, junto com o ciclo reprodutivo do capital, aceleram-se a exploração do trabalho e, o que vem passando a ameaçar não somente determinadas classes, mas toda a vida no planeta, a degradação da natureza.⁵²

“*Expansionista, (...) mundializado, (...) destrutivo e, no limite, incontrolável*, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo”.⁵³ Com base nesta ordem de idéias, pretende-se apresentar ao longo desta pesquisa algumas mediações que relacionam dialeticamente a questão agrária, a formação econômico-social brasileira (vista à luz do conceito gramsciano de bloco histórico) e o metabolismo social global dirigido pelo sistema do capital – isto é, metabolismo regido pela lógica descrita acima e estruturado no tripé *capital, trabalho e Estado*. Neste primeiro capítulo, tem-se por suficiente a exposição dessas bases, assim como a demonstração de que a questão agrária – analisada de um determinado ponto de vista – consiste efetivamente num problema para o povo brasileiro.

⁵¹ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. p. 95-96.

⁵² ANTUNES, R. Obra citada. p. 20-28.

⁵³ ANTUNES, R. *Idem*. p. 27.

De fato, outra conclusão não é possível ao se cotejar dados que demonstram a instalação de uma verdadeira guerra no meio rural: milhares de pessoas assassinadas e escravizadas; milhões exploradas em condições subumanas, ou obrigadas a deixar seus lares, passando fome e sofrendo com a mais absoluta miséria; não tendo outra opção além da migração para bolsões de pobreza nos grandes centros, implicando aumento da violência urbana. Somando-se a isso, impactos ambientais e a ameaça à soberania alimentar de um país de proporções continentais. Tudo com o agravante de retroalimentar o processo de totalização do capital.

Para fins de ilustração, o caso da monocultura da cana-de-açúcar (principalmente na região sudeste do país) é bastante eloquente e proporciona a visualização de todas essas mazelas. Trata-se de um caso bastante atual e que tende a se expandir cada vez mais devido ao novo “ciclo da cana” instalado sob a insígnia da “crise energética” a ser solucionada com os agrocombustíveis. Focalizemos, por enquanto, o problema da exploração intensiva da mão-de-obra: recente relatório⁵⁴ informa que além de as condições de trabalho neste ramo serem marcadas pela exigência de uma altíssima intensidade de produtividade (no caso do corte, uma média de 10 toneladas por dia de cada indivíduo), os trabalhadores praticamente não têm controle de sua produção, recebendo das usinas, via de regra, muito menos do que o combinado se as contas fossem efetuadas corretamente – o que já seria ínfimo, pois em média se paga R\$ 2,20 por tonelada cortada –, de modo que essas 10 toneladas na verdade são de 20 a 30. Tanto na atividade de corte como de plantio, o dispêndio de energia é enorme, numa jornada que remonta aos primórdios da industrialização no século XIX. Os chamados “profissionais do podão” trabalham de 8 a 9 horas diárias normalmente sob sol forte e temperaturas acima dos 35 graus. Descrevendo o cotidiano desses trabalhadores, diz a autora:

Logo pela madrugada, começam a preparar a comida, pois há apenas um fogão para muitas marmitas. Por volta das 6h, os ônibus partem em direção aos canaviais, numa viagem que pode durar mais de uma hora. (...) A cana deve ser abraçada e cortada o rés-do-chão para facilitar a rebrota. Esta atividade exige total curvatura do corpo. (...) para cortar 10 toneladas de cana o trabalhador desfere quase 10 mil golpes. A elevação continuada da média induz ao sofrimento, dor, doenças e até mesmo à morte. Há ainda registros de uso de drogas, como maconha e crack, para o aumento da capacidade de trabalho durante o corte da cana. A frase ‘Não dá para acompanhar o campo de cara limpa’ reflete a crueza e a brutalidade destas relações de trabalho.⁵⁵

⁵⁴ MORAES SILVA, Maria Aparecida. Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 53-60.

⁵⁵ MORAES SILVA, M. A. Obra citada. p. 57.

Na medida do necessário, alguns dos elementos citados acima (violência, marginalização, êxodo etc.) voltam a ser debatidos enquanto integrantes do problema agrário brasileiro, sem, contudo, a intenção de exaurir o estudo sobre cada um. Por ora, como mencionado, basta evidenciar a relação dialética entre a questão agrária e o metabolismo social do capital, assim como, principalmente, demonstrar que há um sério problema no âmago de tal questão, o que implica a necessidade de análise de suas mediações e a proposição de soluções.

A respeito desse problema, Paulo San Martin afirma que

(...) o Brasil foi enfiado num beco de horror. Mudá-lo agora representa bem mais do que aparar arestas e atenuar tragédias: um modelo agrícola profundamente integrado a lógicas transcendentais de poder se implantou por todos os poros, intervindo diretamente na fragmentação da cultura e do processo social do País.⁵⁶

Tais palavras foram escritas há cerca de vinte anos, porém tiveram continuamente reiterada sua validade até os tempos presentes, em que foram preenchidas praticamente todas as lacunas que ainda existiam. No tópico seguinte, essa situação é traduzida em números e exemplos.

1.2 CONFLITOS NO CAMPO, ESTADO E LUTA DE CLASSES

Como aludido, não é possível refutar a severidade do problema agrário brasileiro ao se deparar com alguns dados, que, entre outras coisas, revelam *quem* (ou que classe social) não cessa de perder essa verdadeira guerra instalada no campo: de 1985 a 2005 ocorreram 1.063 conflitos com morte. Foram assassinadas 1.425 pessoas entre trabalhadores, lideranças sindicais ou de movimentos, agentes de pastoral e outras pessoas que apóiam a luta e a causa dos trabalhadores. Entretanto, somente 78 destes homicídios foram julgados, com 67 condenados, dentre os quais apenas 15 eram os mandantes.⁵⁷

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, que é uma ação pastoral da Igreja Católica com “raiz e fonte no Evangelho” e que “tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra”, registra com rigor científico e denuncia os conflitos do campo ocorridos no ano anterior, “por fidelidade ‘ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres

⁵⁶ SAN MARTIN, P. **Agricultura suicida**: um retrato do modelo brasileiro. p. 9.

⁵⁷ Centro de Estudos Bíblicos – CEBI. **Os pobres possuirão a terra**: pronunciamento dos bispos e pastores sinodais sobre a terra. p. 35.

da terra”.⁵⁸ Seus cadernos, uma das poucas fontes sobre o assunto, portam informações muitas vezes infelizes porém preciosas. E também muito precisas.⁵⁹ Os dados estatísticos de todo o país são minuciosos, especificando, por exemplo, cada uma das áreas em conflito, sua situação jurídica, número de mortos, de feridos, tipo de violência praticada, número de famílias envolvidas, expulsas, despejadas ou ameaçadas, se há casas, roças e outros bens destruídos, tamanho das áreas etc. Demais disso, os conflitos são classificados em cinco eixos principais: conflitos por terra, água, trabalhistas, por violência contra as pessoas, e decorrentes de manifestações. Para os fins desta pesquisa, vale pôr em relevo a tabela de “Comparação dos Conflitos no Campo” de 1997 a 2006, apresentada no Caderno referente ao ano de 2006.

Com relação a este último ano apenas, cite-se que foram registrados pela CPT 1.212 *conflitos de terra*, com 384 ocupações, 67 acampamentos, 35 assassinatos, 703.250 pessoas envolvidas. *Conflitos pela água* foram 45, com 13.072 pessoas envolvidas. Esses dois tipos de conflitos, somados com outros, resultam num total de 1.657, com 39 assassinatos, 783.801 pessoas envolvidas, em 5.051.348 hectares.⁶⁰

Por suas dimensões, o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, que completou 10 anos em 17 de abril de 2006, talvez seja o caso mais emblemático da violência recente no campo brasileiro. Nele se encontram os ingredientes tanto da truculência da elite agrária, como da criminalização da pobreza e movimentos sociais por parte do governo, e, ainda, da conivência do Poder Judiciário. Nesse dia, na “curva do S” da rodovia PA-150, uma manifestação pacífica de trabalhadores rurais sem-terra foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar, que assassinou 19 pessoas e feriu 69. A magnitude do caso fez com que a data fosse considerada pelos movimentos camponeses do mundo todo como o Dia Internacional de Luta pela Terra. A impunidade, ponto comum de crimes como esses, não foi aqui excepcionada: nenhum dos 155 policiais que participaram da chacina foi preso; um coronel e um major foram condenados a 228 e 154 anos de prisão, respectivamente, mas os grandes responsáveis políticos sequer foram indiciados, que seriam o então governador Almir Gabriel e o secretário de segurança, Paulo Sette Câmara.⁶¹ Além disso, as duas condenações podem ser

⁵⁸ CANUTO, Antônio *et al* (coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2006**. p. 9.

⁵⁹ “A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. Desde 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de cadernos. (...) em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional. (...). (CANUTO, A. *et al* (coord.). Obra citada. p. 9.)

⁶⁰ CANUTO, A. *et al* (coord.). *Idem*. p. 14.

⁶¹ SYDOW, Evanize. Massacre de Eldorado dos Carajás completa 10 anos e movimentos lutam contra a impunidade. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 31-32.

consideradas “pura pirotecnia para aplacar a opinião pública”, vez que até hoje o “processo criminal perambula pelos tribunais do país e os condenados continuam livres”.⁶²

Apesar de o massacre de Eldorado dos Carajás ter trazido à tona o debate, em nível internacional, sobre a violência no campo, esta se manteve constante nos 10 anos seguintes, a despeito da troca de governos. Em referido período houve o assassinato de 170 lideranças de trabalhadores rurais no estado do Pará, onde, ademais, são registrados os maiores números de casos de utilização de mão-de-obra escrava. E dos 770 assassinatos de trabalhadores e de pessoas que os apoiavam ocorridos nos últimos 34 anos (dados de 2006), somente em três casos houve o julgamento dos mandantes dos crimes.⁶³

Foi no Pará, também, na cidade de Anapu, que pistoleiros, a mando de grileiros e de grandes proprietários de terra da região que mantêm milícias privadas armadas, assassinaram a missionária estadunidense Dorothy Mae Stang, que contribuía na causa dos povos tradicionais da região por terra e contra a degradação da Amazônia. Aton Fon Filho, advogado que atua como assistente de acusação no caso, em 2005 advertia para a grande possibilidade de que aquele bárbaro crime se mantivesse impune graças às conhecidas e espúrias manobras de defesa dos advogados dos latifundiários, manobras quecotidianamente encontram guarida num Poder Judiciário sensível às causas de seus pares, integrantes da mesma “elite”. Constatando em 2006 que infelizmente sua “profecia” havia se cumprido, Fon inicia seu artigo⁶⁴ repetindo o que havia inutilmente afirmado um ano antes:

Advogados dos latifundiários têm recorrentemente traçado como estratégia em casos de assassinatos de defensores de direitos humanos atuar com vistas a desmembrar os processos, de modo que os pistoleiros sejam julgados separados dos mandantes, e de que os julgamentos destes sofram a máxima delonga possível. Com isso, encontram sempre algum magistrado, em alguma instância que conceda habeas corpus aceitando a alegação de excesso de prazo, ainda que, jurisprudencialmente, essa alegação não se sustente quando os prazos são ultrapassados por culpa da própria defesa.⁶⁵

Com efeito, a manobra de desmembramento dos processos foi levada a cabo, tal como previsto. E, tal como previsto, “a estratégia tradicional dos defensores dos fazendeiros mandantes de assassinatos no Pará, buscando postergar os julgamentos por meio da suscitação de incidentes e interposição de recursos processuais, mostrou-se ainda uma vez eficaz diante

⁶² SAMPAIO, Plínio de Arruda; COMAPRATO, Fábio Konder; SILVA, José Afonso da. **Uma justiça de classe**.

⁶³ SYDOW, E. Obra citada. p. 32.

⁶⁴ FON FILHO, Aton. Profecias não modificam o futuro. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 33-37.

⁶⁵ FON FILHO, A. Obra citada. p. 33.

dos clamores pela cessação da impunidade”.⁶⁶ Isso apesar de, no processo que culminou na condenação de dois executores, ter restado suficientemente estabelecida a ligação entre eles e os fazendeiros. Não obstante a pressão exercida por vários movimentos sociais e as várias diligências de comissões de defensores de direitos humanos e representantes políticos, os entraves processuais deliberadamente postos pelos procuradores dos réus e aceitos pelos juízes, desembargadores e ministros continuam impedindo o regular julgamento dos acusados de mandar matar Irmã Dorothy.

Os intentos de tais entidades foram, contudo, baldados, porque não apenas a mesma lentidão se manteve, como as instâncias superiores a ela aderiram, de modo que ainda hoje passeiam em Brasília recursos ajuizados visando única e exclusivamente à produção de mais delongas. (...)

Ainda que os recursos interpostos – recurso especial e extraordinário – pelas defesas de Bida e Taradão não tenham efeito suspensivo, isto é, não impeçam o julgamento de ambos pelo Tribunal do Júri de Belém, as autoridades judiciárias dali se têm esquivado de designar data para os julgamentos de ambos os réus, no que não se pode sequer acusá-las por aquiescerem à vontade destes, uma vez que não chegou a ser formulado pedido com esse objetivo.⁶⁷

Indicando que os casos citados não são fatos isolados, tampouco a impunidade que os reveste, há considerável bibliografia relatando a opressão que mesmo em períodos recentes vem sendo perpetrada no campo brasileiro. Além do já citado levantamento anual publicado pela CPT dos conflitos agrários, separados por temática, outro interessante instrumento de pesquisa de dados dessa ordem é o relatório vencido (graças a ardis da bancada ruralista) da CPMI da Terra, editado em forma de livro.⁶⁸ Já a obra “Desterro”,⁶⁹ também publicada pela CPT, e os anais do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio⁷⁰ centram foco no estado do Paraná, retratando a forma com que o “governo Jaime Lerner” tratava a questão agrária nos anos 1990, é dizer, quando a violação dos direitos humanos dos trabalhadores rurais, principalmente os integrantes de movimentos populares, se apresentava como uma deliberada política de Estado. Entre várias outras, merecem destaque também as publicações da

⁶⁶ FON FILHO, A. *Idem.* p. 35. O autor relata também a disputa entre os grandes escritórios para serem contratados para defender esses milionários casos: “A quantidade de advogados se oferecendo, quase se digladiando para assumirem as defesas de Rayfran, Clodoaldo e Tato [acusados da execução do crime], gerou mesmo cenas deprimentes de três ou quatro profissionais, no dia do julgamento, aguardando serem escolhidos pelos réus, como pretendentes às portas do castelo das princesas núbéis”. (FON FILHO, A. *Idem.* p. 34.)

⁶⁷ FON FILHO, A. *Idem.* p. 35

⁶⁸ MELO, João Alfredo Telles (org.). **Reforma agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil.

⁶⁹ OLIVEIRA, Jelson; NUNES, Rogério; BORGES, Wilton. **Desterro:** uma cronologia da violência no campo no Paraná na década de 90.

⁷⁰ Associação Brasileira de Reforma Agrária; Associação Direito e Cidadania; Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal *et al.* **Anais do tribunal internacional dos crimes do latifúndio e da política governamental de violação dos direitos humanos no Paraná.**

Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, instituição que desde 1969 trava dura luta contra a injusta concentração fundiária brasileira, principalmente através de estudos bastante qualificados sobre a questão agrária brasileira.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, por sua vez, após apontar o quadro geral de conflitos agrários no período de 1996 a 2005, constata que “O resultado mais evidente dos conflitos – os assassinatos – também não arrefeceu”⁷¹ e, como casos mais expressivos, destaca “Corumbiara”,⁷² “Eldorado dos Carajás”, “Felisburgo”,⁷³ “Dorothy Stang” e “Chacina de Unaí”.⁷⁴ Ao final, conclui que “Os casos relatados constituem uma pequena parcela da violência que ainda grassa no campo. A demora para que os culpados sejam levados a julgamento gera uma cultura de impunidade que só faz alimentar a ‘lei dos maisfortes’”.⁷⁵

É preciso ter claro que ao se fazer referência à impunidade que reveste os crimes contra a classe trabalhadora rural certamente não se pretende aqui advogar a idéia de que o direito penal deva ser invocado como mecanismo de resolução deste problema. Pelo contrário, a inocuidade de tal medida é patente. O intento restringe-se a demonstrar a disparidade do tratamento direcionado aos “de cima” e aos “de baixo” por parte de praticamente todas as esferas do poder público, saltando aos olhos a seletividade perpetrada pelo Judiciário, que

⁷¹ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. p. 331.

⁷² “Em julho de 1995, um grupo de sem-terra ocupou uma área da Fazenda Santa Elina, em Rondônia, município de Corumbiara, perto da divisa com o Mato Grosso e da fronteira com a Bolívia. Dias depois, foi expedida liminar de reintegração de posse, por pressão de ruralistas da região. Estabeleceu-se impasse nas negociações pela desocupação da área. Na madrugada de 9 de agosto, começou o despejo pela PM de Rondônia e jagunços contratados por fazendeiros. Os acampados foram violentamente atacados. Segundo relatam lideranças dos trabalhadores sem terra, homens foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudo humano pelos atacantes. O acampamento foi completamente destruído. Pelo menos 12 pessoas foram mortas, 350 pessoas foram presas, dezenas foram feridas e inúmeros casos de tortura e espancamentos foram registrados. Ninguém foi responsabilizado pelos crimes e abusos cometidos”. (IPEA. *Idem*. p. 332.)

⁷³ “Minas Gerais, 2004. As famílias que ocupam a Fazenda Nova Alegria, Município de Felisburgo, no Vale Jequitinhonha, em Minas Gerais, desde 1º de maio de 2002, foram surpreendidas – em 20 de novembro de 2004 – por rajadas de balas disparadas por 18 pistoleiros, três deles encapuzados, fortemente armados, que assassinaram cinco trabalhadores e balearam outros vinte. Além dos disparos, atearam fogo em todas as barracas. O Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) por meio do levantamento da cadeia dominial, constatou que a fazenda é devoluta e, por morosidade do Poder Judiciário, o processo de assentamento das famílias continuava inconcluso.

Depois de tanto tempo, apenas três envolvidos estão presos. O mandante do crime continua em liberdade, assim como outros sete jagunços já identificados pelas vítimas. Eles convivem diariamente com os sem-terra atacados, mantendo o clima de terror na região”. (IPEA. *Idem*. p. 333.)

⁷⁴ Em 28/01/2004, três auditores fiscais do trabalho, ligados ao departamento regional de Belo Horizonte, e o motorista que os acompanhava foram mortos na rodovia vicinal MG-188, a 55 km de Unaí (MG). Os quatro receberam tiros na cabeça. O objetivo dos fiscais mortos era vistoriar as condições de trabalho, remuneração e acomodação das pessoas arregimentadas para colherem a safra de feijão, que acontece de janeiro até o fim de fevereiro na região. Apesar de um dos fiscais ter recebido ameaças de morte, o grupo não tinha proteção policial”. (IPEA. *Idem*. p. 334.)

⁷⁵ IPEA. *Ibidem*.

apesar da relatada ineficiência e lentidão no julgamento de crimes de políticos e latifundiários, é rápido em atender a pedidos de reintegração de posse contra coletividades marginalizadas (mesmo quando se está a tratar de áreas com grave descumprimento da função social do imóvel), assim como volta à lentidão habitual quando se trata de processos de desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária, e assim por diante.

Ainda com relação aos conflitos no campo, o relatório de Antônio Canuto⁷⁶ relativo a 2007 aponta que apesar de estatisticamente o número de mortes ter diminuído em comparação com o mesmo período analisado (janeiro a outubro) do ano passado, os registros não dão conta de todos os casos. Com relação ao trabalho escravo, por exemplo, de cada fato visibilizado, outros quatro jamais chegarão a conhecimento público. Sua conclusão é a de que a violência no campo, longe de estar sendo vencida, tende a aumentar, “dada a voracidade com que o capital se lança para ampliar seus lucros, estimulado pela prioridade reservada ao agronegócio na política do governo para o campo”.⁷⁷

Estes dados gerais e exemplos provam o acerto do argumento desenvolvido, no sentido de a questão agrária ser um problema central no Brasil, ainda nos dias de hoje, cuja solução passa pelo fortalecimento de uma teoria crítica a respeito e, principalmente, por uma práxis efetivamente “contra-hegemônica” da classe trabalhadora organizada.

Mas para uma melhor compreensão dos conflitos no campo não basta sua exposição. Uma série de elementos devem ser sistematicamente analisados para se vislumbrar sua gênese e, com isso, algumas possíveis soluções. Somando às estatísticas e exemplos explicitados, então, parecem imediatamente essenciais os seguintes dados: *estrutura e concentração fundiária, trabalho escravo, e comparação entre as políticas de crédito* destinadas à agricultura familiar, de um lado, e aos grandes proprietários, de outro. Com isso se pode perceber as péssimas condições em que são mantidos a classe trabalhadora do campo e os pequenos produtores, pelas classes dominantes, com o largo uso do aparelhamento estatal.

O “Índice de Gini”, medida estatística organizada internacionalmente, é a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para analisar a concentração fundiária no Brasil. Quanto mais próximo de 1 (um), mais concentrada a propriedade; quanto mais próximo de 0 (zero), melhor distribuída a terra. Em um estudo no ano 2001,⁷⁸ o IPEA utilizou a tabela de “Evolução do Índice de Gini” de 1950 a 1995. Lá se

⁷⁶ CANUTO, A. O agronegócio avança sobre novos territórios e alimenta a violência. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. **Direitos humanos no Brasil 2007**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 31-38.

⁷⁷ CANUTO, A. O agronegócio avança... p. 38.

⁷⁸ IPEA. **Acompanhamento de políticas e programas governamentais.**

encontram os índices separados por região e também a média nacional. Desta, segue a “evolução” de 1950 a 1995: 1950 – 0,840; 1960 – 0,839; 1970 – 0,843; 1975 – 0,854; 1980 – 0,857; 1995 – 0,856.

Constata-se, portanto, que no período abarcado pela pesquisa, não houve alteração substancial na estrutura fundiária brasileira, havendo, inclusive, uma leve tendência a uma maior concentração. O mesmo estudo citado (do IPEA) relata que no início do ano de 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA afirmava efetiva redução do índice de Gini, de 0,848 para 0,802. Entretanto, o próprio IPEA (que é um órgão ligado ao Poder Executivo) refutou os cálculos do MDA, uma vez que a metodologia utilizada por este na época implicava “a retirada da base de cálculo, no ano 2000, de grandes áreas supostamente em mãos de grileiros e, como essa imensa área integrava a base anterior (1992), a comparação de resultados fica prejudicada”. Além disso, dizia que o MDA “alterou, também, sua base cadastral com o fim de imputar os novos assentados e excluir as terras públicas”. Típica do período de governo de Fernando Henrique Cardoso, quando a questão agrária e a insurgência popular eram duas de suas grandes “pedras no sapato”, a maquiagem nos números relativos às políticas agrárias continua infelizmente sendo prática comum no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vez que a realidade do campo mantém-se predominantemente excludente.

Pode-se ter uma noção da concentração fundiária no Brasil por outras medidas também. Por exemplo, consta do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA,⁷⁹ de 2003, informação de que os 3.896.025 imóveis com menos de 200 hectares, considerados de caráter familiar, somam uma área de 123 milhões de hectares, correspondentes a 29% da área rural brasileira; enquanto isso, os 342.422 imóveis com mais de 200 hectares, considerados de caráter patronal, somam 297 milhões de hectares, o que é equivalente a 71% da área rural brasileira. Segundo informações do Censo Agropecuário de 1995-96 realizado pelo IBGE, “As propriedades com mais de 1 mil hectares eram 49 mil, representavam 1% do total e ocupavam 45% da área”.⁸⁰

⁷⁹ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **II plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural.**

⁸⁰ MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** p. 115.

Sobre a existência de trabalho escravo no campo em dias atuais,⁸¹ vale ter em conta que desde a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho – MTE, em 1995, até o mais recente levantamento deste Ministério, realizado em junho de 2007, 23.405 trabalhadores escravos no Brasil haviam sido libertados, em 1.753 propriedades fiscalizadas.⁸² No “Plano do MDA/INCRA para erradicação do trabalho escravo”,⁸³ são trazidas algumas características do trabalho escravo no campo de hoje, assim como seu mecanismo de funcionamento, que consiste normalmente na prática da “penoagem”:

Passados mais de 100 anos do anúncio da Lei Áurea, a escravidão continua sendo uma das maiores expressões de degradação humana e social que assolam o Brasil. Expressa de diversas formas e intensidades, a escravidão em tempos recentes caracteriza-se pelo cerceamento da liberdade, pela degradação das condições de vida, pela vinculação financeira, pelo autoritarismo nas relações sociais e, fundamentalmente, pelo desrespeito e violação aos direitos humanos.

Os dados mais recentes, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), indicam que podem existir no Brasil 25 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais vivendo em regime análogo ao trabalho escravo, em diversos estados do país, com ênfase aos estados da Região Norte.

A escravidão contemporânea é tão perversa quanto a que existia até o final do século XIX (...). Para a escravidão atual não existem cores, apenas miseráveis. Independentemente de suas raças, todos são descartáveis, pois laboram sob condições degradantes, em troca apenas de comida, sem o reconhecimento de seus direitos trabalhistas e de sua própria condição de ser humano.

Com uma taxa de desemprego alarmante e uma farta mão-de-obra, a forma de trabalho escravo mais freqüente no Brasil é a da servidão (ou penoagem) por dívida (no dia do pagamento, a dívida do trabalhador é maior do que o que ele teria a receber pelos serviços prestados).⁸⁴

Sobre este assunto ainda, Ricardo Rezende Figueira traça o perfil dos novos “senhores de escravos” proprietários de imóveis rurais, denunciados em 2006 ou em anos recentes.

⁸¹ Importa a esta pesquisa o trabalho escravo do campo no Brasil, porém é necessário registrar sua existência também nas cidades, e, ainda, em outros países. Ricardo Rezende Figueira traz o exemplo dos imigrantes bolivianos ilegais que são mantidos em condições de escravos no setor têxtil de São Paulo, principalmente. Em nível internacional, Figueira cita o informe “Una alianza global contra el trabajo forzoso”, da OIT, que “revela a existência de 12,3 milhões de pessoas em trabalho forçado em todos os continentes”. Além disso, trata da interligação entre estes casos na economia globalizada: “O trabalho escravo repercute além das fronteiras do estado ou do país; envolve mão-de-obra nacional e estrangeira. A carne produzida no Brasil em condições de trabalho escravo poderia estar sendo comercializada e vendida na Grã-Bretanha; a confecção feita em São Paulo por bolivianos poderia estar sendo comercializada por fornecedores da multinacional holandesa C&A, como alertou o Ministério Público do Trabalho; parte da cana-de-açúcar mato-grossense, fruto de mão-de-obra escrava aliciada em quatro estados do Nordeste, era vendida para destilaria de álcool e entrava no circuito das redes de combustível”. (FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A escravidão por dívida: novidades e persistências*. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 63.) Para um relato mais minucioso do trabalho escravo nas cidades brasileiras: BASSEGIO, Luiz; UDOVIC, Luciane. *Migrações e Senzalas do século 21*. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 137-146.

⁸² FIGUEIRA, R. R. O trabalho escravo e a promiscuidade de autoridades. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2007**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 57.

⁸³ MDA/INCRA. **Plano do MDA/INCRA para a erradicação do trabalho escravo**.

⁸⁴ MDA/INCRA. Obra citada. p. 9.

Segundo ele, tais senhores são predominantemente ligados ao agronegócio, misturando assim, a “tecnologia de um mundo informatizado e globalizado com formas degradantes e coercitivas de trabalho”.⁸⁵ Demais disso,

São empresários modernos e, entre estes, alguns exercem ou exerceram, quando o fato se deu, cargos públicos, especialmente no legislativo – estadual e federal –, incluindo o Senado. Há, ainda, entre os denunciados, membros de outros poderes – prefeito, ministro, secretário de estado, juiz de direito e, recentemente, houve a denúncia contra um reitor de uma universidade particular.⁸⁶

No relatório de 2007, Figueira informa que a situação continua inalterada, vez que as fiscalizações e libertações evidenciam apenas uma parte do problema. O que marcou esse ano, porém, foram as articulações de autoridades governamentais – principalmente deputados e senadores ligados à chamada Bancada Ruralista do Congresso Nacional – voltadas a inviabilizar os trabalhos do Grupo Móvel de Fiscalização, basicamente mobilizando o maior número de congressistas para questionar a seriedade dos trabalhos do Grupo e pressionando para que as penalidades nesses casos sejam as mais brandas possíveis, além de procurarem barrar quaisquer projetos de normas que prevejam medidas contrárias ao trabalho escravo.⁸⁷

A despeito do avanço alcançado mediante várias ações de enfrentamento realizadas pelo Estado, sociedade civil organizada e classe patronal nos últimos tempos, avanço reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, esta mesma entidade aponta a persistência de velhos impasses, “como a impunidade, a indefinição de competência para se julgar os aspectos criminais, e a não aprovação da PEC 438/2001, relativa à perda da propriedade nos casos de trabalho escravo”.⁸⁸ Figueira ressalta ainda mais duas falhas da política de combate ao trabalho escravo: falta de “medidas ousadas de geração de renda para a população mais vulnerável ao aliciamento”, e falta de “implementação de medidas eficazes de reforma agrária”.⁸⁹

Finalmente, é preciso ter em conta uma comparação entre as políticas de crédito destinadas à pequena agricultura (familiar e camponesa), de um lado, e aos grandes proprietários, de outro. Dos quase R\$ 60 bilhões de crédito rural anunciados no II PNRA, 15% são destinados às pequenas propriedades (familiares), de até 200 hectares; 48%, às

⁸⁵ FIGUEIRA, R. R. A escravidão por dívida... p. 62.

⁸⁶ FIGUEIRA, R. R. *Ibidem*.

⁸⁷ FIGUEIRA, R. R. O trabalho escravo... p. 54-56.

⁸⁸ FIGUEIRA, R. R. A escravidão por dívida... p. 65. Até o encerramento desta pesquisa, tal Projeto de Emenda Constitucional ainda não foi aprovado. Seu trâmite pode ser acompanhado em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=36162> Último acesso em: 17 de janeiro de 2008.

⁸⁹ FIGUEIRA, R. R. *Ibidem*.

médias propriedades, de 200 a 2000 hectares; e 37% às grandes propriedades, típicas do agronegócio, com mais de 2000 hectares. Na safra 2005/2006, o crédito rural oferecido às médias e grandes propriedades (acima de 200 hectares), que empregam 2,2 milhões de pessoas (13,4% da população ativa do meio rural), foi de R\$ 44,3 bilhões. Enquanto isso, no mesmo período, à pequena agricultura, que emprega 14 milhões de pessoas (86,6% da população ativa do meio rural), foram destinados R\$ 9 bilhões, sendo que apenas 27% das famílias conseguiram ter acesso a este crédito (oriundo do Programa de Crédito aos Agricultores Familiares – PRONAF), devido a problemas como falta de informação e entravesburocráticos.⁹⁰

Considerando que as grandes propriedades têm sua produção (basicamente de grãos) eminentemente voltada para o mercado externo, a análise conjunta dos dados expostos revela, entre outras coisas, que a prioridade do governo brasileiro continua sendo a manutenção do superávit primário da balança comercial (cujas finalidades e efeitos são vistos mais adiante, no quarto capítulo), bem como a natureza concentradora e desnacionalizada do capitalismo brasileiro.

Com a destinação de recursos públicos predominantemente voltada a reproduzir a mesma estrutura econômica (e, portanto, de poder) no campo, revela-se ainda o inexpressivo direcionamento político a uma efetiva solução dos problemas agrários, razão pela qual os conflitos são apenas o afloramento de um intrincado problema político, econômico e social.

Diante disso, não se pode deixar de observar que o “aspecto classista” de Estado, denunciado por Marx, aparece aqui com todo o vigor.

Parece que em nenhum lugar, como no cerne do modelo agrícola, a questão aflora com toda a evidência: o aparelho de Estado e as instituições do Poder, por além da lógica fria de seus números e planilhas, assumiram radical e monoliticamente o interesse específico de uma única classe – em detrimento de todo o resto.⁹¹

Claro que a natureza do Estado brasileiro contemporâneo e as relações políticas que ele alberga não permitem resumi-lo a um simples aparelho de repressão ou espaço político decisório utilizado em favor exclusivamente das classes dominantes. Ao contrário, é preciso considerar sua grande complexidade, considerar que para a configuração da formação social concorrem não somente os aspectos estruturais refletidos no aparelhamento estatal, mas entram em jogo também importantes elementos morais, culturais e intelectuais. Assim, não se pode abrir mão das categorias forjadas por Gramsci, em especial a de “sociedade civil”, que

⁹⁰ Revista Agroanalysis, nº 7, vol. 25. São Paulo, FGV: julho/2005.

⁹¹ SAN MARTIN, P. Obra citada. p. 38.

implica uma teoria ampliada do Estado, assim como a de “hegemonia”, para muitos considerada a “chave-mestra” de todo seu pensamento, e, ainda, a de “bloco histórico”, que permite uma análise dialética mais aprimorada dos momentos infra e superestruturais de formações sociais específicas.

2 INSTRUMENTAL GRAMSCIANO

Com segurança se pode dizer que boa parte dos escritos de Gramsci foram feitos aparentemente sem pretensão de universalidade, voltados para os acontecimentos políticos de sua época (tanto que antes de seu aprisionamento normalmente eram publicados em periódicos), porém com segurança ainda maior se pode dizer que não há como entender e intervir coerentemente na realidade sem um conhecimento mínimo de suas idéias, com destaque a suas concepções bastante particulares acerca do que seja o Estado, a democracia, o socialismo; acerca, também, de sua peculiar forma de estudo da sociedade, à luz de categorias muitas das quais por ele mesmo forjadas, e, ainda, de suas elaborações estratégicas para a transformação social voltada à emancipação das classes trabalhadoras.

Em nosso entender, por meio do instrumental legado por Gramsci desponta a possibilidade de uma análise renovada da questão agrária brasileira e da atuação do MST, pelo que se faz necessária uma breve digressão acerca de seu arcabouço teórico. Iniciando pela contextualização de sua vida e obra na Itália das primeiras décadas do século XX, passa-se à análise da teoria ampliada de Estado, enfatizando posteriormente a questão da hegemonia (dada a centralidade deste conceito no estudo do objeto aqui delimitado). Este capítulo, portanto, expõe as categorias teóricas que serão utilizadas no restante do trabalho, visando, assim, colher os subsídios necessários para uma análise que ultrapasse o campo descritivo dos problemas formulados, delineando explicações e proposições para os mesmos.

2.1 GRAMSCI E OS CADERNOS DO CÁRCERE

Com relação à vida e obra de Antonio Gramsci (1891-1937), é preciso ter em conta que no começo da década de 1920, período em que mantinha ativa militância política, a Itália foi palco de um enorme movimento operário iniciado com greves gerais e que chegou a com sucesso controlar, por meio dos “conselhos de fábrica”, boa parte das indústrias italianas, inclusive com a ocupação de muitas delas, evidenciando assim a viabilidade de um modelo produtivo que prescindia da classe capitalista. Este movimento esteve a um passo de uma revolução socialista (faltava apenas a tomada do poder político, uma vez que o próprio governo admitia não ter forças suficientes para reprimir o movimento), a qual, todavia, não foi implementada por absoluta falta de clareza política da maioria dos dirigentes de esquerda da

época, que, divididos em diversas facções, não foram capazes de se unificar, tendo ao final a ala reformista capitulado em prol de pequenos benefícios à classe.⁹²

Os conselhos de fábrica eram a aplicação do que Gramsci denominava “democracia operária” – difundida no jornal em que escrevia e ajudara a fundar, o *L’Ordine Nuovo* – por volta de 1919, quando a Revolução Russa aparentava possuir força suficiente para se espalhar por toda a Europa. Na prática, Gramsci propunha a transformação das “comissões internas”, que eram eleitas exclusivamente pelos trabalhadores sindicalizados e eram em geral controladas pelo Partido Socialista Italiano – PSI, em *conselhos de fábrica*, que deveriam surgir da escolha de todos os trabalhadores, a despeito de suas orientações políticas, ideológicas ou sindicais, para que, nos moldes dos *soviets* russos, funcionassem como as células básicas de um futuro Estado socialista autogerido pelos trabalhadores. Segundo Maestri e Candreva, isso “resolvia *teoricamente* o impasse colocado *objetivamente* pela luta de classes”.⁹³

Arrefecido o movimento, a burguesia, temerosa de perder de uma vez por todas seus privilégios, passou a apoiar o pequeno partido fascista liderado por Benito Mussolini, que tinha como base principalmente a pequena burguesia (que almejava estabilidade para seus negócios) e utilizava cada vez mais abertamente meios violentos contra o operariado. A ascensão do fascismo ao poder, portanto, tratou-se de um verdadeiro contra-ataque burguês aos movimentos operários. Diante da força que estes haviam adquirido nos últimos anos, o fascismo não poupou esforços, os mais violentos, no sentido de reprimi-los.⁹⁴

Nesta conjuntura é que se deu a prisão de Gramsci (em 8 de novembro de 1926), que, apesar da imunidade parlamentar de que gozava como deputado, foi preso quando da implantação da ditadura total – mediante as “leis fascizantes” que punham fim às liberdades democráticas – e condenado por um tribunal de exceção por “conspiração” e outros crimes dessa natureza, a 20 anos de prisão, pois, segundo seu acusador, este seria o tempo que se deveria “impedir este cérebro de funcionar”.⁹⁵

O mais significativo da longa obra que elaborou na prisão, os chamados “Cadernos do Cárcere”, foi motivado pela tentativa de compreensão desses fenômenos em que figurou como um importante protagonista. Os escritos carcerários de Gramsci consistem em 30 cadernos

⁹² MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. p. 53-96.

⁹³ MAESTRI, M.; CANDREVA, L. Obra citada. p. 74. Segundo estes autores, no fim do ano de 1919 “mais de 150 mil operários haviam nomeado representantes segundo as sugestões da *Ordem Nova*”. (MAESTRI, M.; CANDREVA, L. *Ibidem*.)

⁹⁴ MAESTRI, M.; CANDREVA, L. *Idem*. p. 109-121.

⁹⁵ MAESTRI, M.; CANDREVA, L. *Idem*. p. 212.

escolares de cerca de 50 folhas cada um, em que durante os anos de 1929 a 1935 Gramsci apertava sua caligrafia para registrar seus pensamentos através de notas sobre variados assuntos, que entre si possuem determinados eixos centrais, mas que não foram propriamente sistematizados em forma de ensaios ou livros. Com muito esmero sua cunhada Tatiana Schucht numerou e organizou os originais, que mais tarde, após vários revezes, foram publicados na Itália graças a um companheiro de partido de Gramsci, então integrante da Internacional Comunista radicado em Moscou, Palmiro Togliatti. Trata-se de uma edição passível de inúmeras críticas, dado o alinhamento de Togliatti à ortodoxia do marxismo soviético (contra o qual a obra de Gramsci se insurgia), que inclusive se expressa no prefácio dos livros então finalmente publicados. Por outro lado, a Togliatti é devido o grande mérito de difundir o pensamento de Gramsci, pois foi certamente devido a sua decisão de organizar os escritos gramscianos em livros temáticos que se garantiu a ampla circulação deles. Togliatti resolveu dividir as notas dos Cadernos em seis diferentes livros, de acordo com a temática predominante. São eles: “O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce”, “Os intelectuais e a organização da cultura”, “*O Risorgimento*”, “Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno”, “Literatura e vida nacional” e “Passado e presente”. Não obstante a importância dessas edições, cada vez mais se percebia a necessidade de uma edição que refletisse a ordem original dos Cadernos e que contivesse as notas que ficaram de fora da edição de Togliatti. Para suprir essa lacuna é que em 1975 foi publicada uma nova edição, agora sob os cuidados de Valentino Gerratana, sendo que atualmente já se discutem outras formas de apresentação do texto gramsciano.⁹⁶

No Brasil, a partir de meados da década de 1960 foram publicadas quatro das seis edições temáticas, pela Civilização Brasileira, cujo editor, Ênio Silveira, tinha plena consciência da importância daquelas obras no cenário político brasileiro da época. No começo da década de 2000, lançou-se por esta mesma editora seis volumes dos “Cadernos do Cárcere” praticamente completos, seguindo em seu conjunto a proposta de Gerratana, porém com uma certa divisão por assuntos e também acolhendo novas propostas, como a de Gianni Francioni.⁹⁷ Por ambas cobrirem as necessidades do presente trabalho, são utilizadas tanto a edição dividida em temas primeiramente publicada no Brasil quanto a mais recente, baseada na proposta de Gerratana.

⁹⁶ COUTINHO, C. N. Introdução. In: GRAMSCI, A. Obra citada. v. 1. p. 7-32.

⁹⁷ COUTINHO, C. N. Introdução. In: GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 32-45. A respeito da importância que o pensamento de Gramsci obteve no Brasil, tanto no campo acadêmico quanto no político, apesar da iniciais resistências da esquerda, cf. COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. p. 279-305; e SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil**: recepção e difusão de suas idéias.

Segundo Coutinho, a vivência daqueles acontecimentos políticos, das greves e ocupações operárias, foram fundamentais para o enriquecimento da teoria de Gramsci – estampada nos *Cadernos* – com novos elementos, pois possibilitaram a demonstração da validade de várias de suas concepções, como a do autogoverno operário, assim como porque Gramsci se viu então obrigado a realizar autocríticas relativas àquelas experiências, como a constatação da necessidade de um novo tipo de partido capaz de “dirigir o conjunto da classe operária e de seus aliados no processo de preparação para a tomada do poder e em sua posterior construção”.⁹⁸

Demais disso, há que se notar que toda a obra gramsciana elaborada na prisão é perpassada por uma convicção anti-economicista e anti-pragmatista cujo escopo era combater as idéias dominantes na Segunda e Terceira Internacionais, bem como, principalmente, os rumos que o socialismo soviético vinha tomando com o stalinismo (por exemplo, através da fusão entre o partido único e o governo),⁹⁹ ao passo em que também se voltava contra as filosofias idealistas e voluntaristas que interpretavam a atuação humana como alijada dos elementos objetivos contidos na história.

Assim, apesar das motivações apresentadas pelo promotor fascista, foi justamente na prisão que Gramsci desenvolveu o melhor de sua obra, a qual deixa então de ter um caráter jornalístico para se aprofundar em vários tipos de reflexões, “desinteressadamente” e “*fur ewig*” (para sempre), como ele mesmo dizia, e, também segundo ele, para ocupar-se “intensa e sistematicamente de algum tema que [o] absorvesse e centralizasse [sua] vida interior”.¹⁰⁰ Como se sabe, além de padecer de sérios problemas físicos de saúde, Gramsci sofria também do que ele próprio chamava de “esgotamento nervoso”, o que mais tarde, após sua morte e com o desenvolvimento da medicina, descobriu-se que era depressão. Esta doença foi um dos grandes obstáculos que teve de combater na prisão, sendo que o trabalho concentrado, como ele mesmo relata, era um dos meios para tanto.¹⁰¹

Na prática, o resultado desse esforço foi mais de duas mil notas sobre diversos temas, incluindo traduções, críticas literárias, estudos de lingüística, cultura nacional-popular,

⁹⁸ COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 168.

⁹⁹ Sobre as ferrenhas críticas de Gramsci ao socialismo soviético a partir de 1928-1929, cf. COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 135-143. Tais críticas giram em torno principalmente do fato de que se estavam abolindo todos os mecanismos de freio da “estatolatria” (fortalecimento do Estado-coerção para garantir em face das forças políticas retrógradas o desenvolvimento de organizações populares autônomas), cerrando, portanto, o caminho para o futuro “fim do Estado” (fim, na verdade, apenas dos mecanismos repressivos do Estado), que deveria se dar quando os organismos da sociedade civil estivessem aptos para o “autogoverno dos produtores associados”, é dizer, quando a sociedade civil estivesse em condições de proceder à absorção da sociedade política.

¹⁰⁰ GRAMSCI, A. Carta à Tatiana Schucht, 19 de março de 1927. In: GRAMSCI, A. Obra citada. v. 1. p. 77.

¹⁰¹ MAESTRI, M.; CANDREVA, L. Obra citada. p. 49-50.

educação, entre outros, com grande ênfase, porém, no desenvolvimento de um complexo raciocínio histórico e político marxista.¹⁰² Justificando o destaque que se deve atribuir ao pensamento político de Gramsci, Coutinho afirma que

(...) a política é o ponto focal de onde Gramsci analisa a totalidade da vida social, os problemas da arte e da cultura, da filosofia, da pedagogia, etc. e, além disso, é na esfera da teoria política ou, de modo mais amplo, na elaboração de uma ontologia materialista da práxis política – que me parece residir a contribuição essencial de Gramsci à renovação do marxismo e da filosofia política em geral.¹⁰³

Com efeito, aceitando integralmente os resultados da pesquisa crítica feita por Marx no campo da economia política, posteriormente desenvolvida também por Lênin (em “O Imperialismo, fase superior do capitalismo”), Gramsci trata de estender o pensamento crítico assentado nos mesmos pontos filosóficos utilizados por Marx para outros campos da totalidade social, principalmente a política. Isso porque, além da suficiência da obra de Marx na economia, na época de Gramsci o estudo da política era muito mais estratégico, vez que “(...) a economia política deixara de ser o centro de articulação do pensamento burguês, como o fora em sua fase de ascensão revolucionária, sendo substituída nessa função precisamente pela sociologia e pela ciência política”.¹⁰⁴

Posto isso, vale ter em conta que são bastante recorrentes as alusões à atualidade do pensamento de Gramsci para a realidade de outros países. Por exemplo, fazendo referência a Otto Maria Carpeaux, afirma Coutinho:

Num dos primeiros textos publicados no Brasil sobre Gramsci, em 1966, o saudoso Otto Maria Carpeaux já chamava a atenção para a “atualidade” e o “universalismo” do pensamento gramsciano, que ele considerava “válido para toda a gente fora da Itália”. A seu ver, três eram os tópicos em que essa universalidade dizia diretamente respeito ao Brasil: “o exemplo da resistência contra a ditadura terrorista (...); a alienação da *intelligentzia* e a necessidade de uma radical reforma agrária, reconhecendo que aquilo que na Itália é o Sul é, exatamente, no Brasil, o Nordeste (...).

Decerto, Carpeaux poderia ter indicado outros tópicos do pensamento de Gramsci em “valor brasileiro”, como, em particular, a problemática da “revolução passiva” e do “transformismo”, que demonstraram grande utilidade na compreensão dos processos de transição ocorridos em nossa história. (...)”¹⁰⁵

¹⁰² Coutinho explica que os Cadernos têm uma grande variedade temática; mesmo assim, porém, Gramsci “já tinha a intenção – desde o início de seu trabalho carcerário – de perseguir em sua investigação alguns eixos temáticos ou ‘especiais’”. (COUTINHO, C. N. Introdução. In: GRAMSCI, A. Obra citada. v. 1. p. 13.)

¹⁰³ COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo...** p. 2.

¹⁰⁴ COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade...** p. 102-103.

¹⁰⁵ COUTINHO, C. N. Nota à edição brasileira. In: GRAMSCI, A. **A questão meridional**. p. 9. O texto completo de Carpeaux, publicado originalmente na *Revista Civilização Brasileira*, nº 7, de março de 1966, pode ser lido em: CARPEAUX, Otto Maria. **A vida de Gramsci**. In: Sítio eletrônico “Gramsci e o Brasil”.

E em outra oportunidade, “a atualidade do autor dos *Cadernos do Cárcere* (...) resulta do fato de que ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o *nosso mundo de hoje*”; num tom crítico, Coutinho a firma ainda:

(...) o movimento aparentemente elogioso que visa a transformá-lo num simples ‘clássico’ oculta, na verdade, uma dissimulação: é o movimento dos que, sem querer romper com Gramsci (por razões freqüentemente oportunistas), pretendem, contudo, desqualificá-lo como interlocutor privilegiado do debate político de nossos dias.¹⁰⁶

Em linhas gerais, as idéias de Gramsci tendem a contribuir para um “novo modo de pensar, uma nova filosofia e também uma nova técnica”,¹⁰⁷ a que vai chamar de “filosofia da práxis”, ou “dialética nova”, oriunda da necessidade de as classes subalternas se organizarem e se apropriarem da política a fim de se educar para criar uma nova “hegemonia”, “baseada na condução democrática e popular do poder” e numa “revolução ético-política na sociedade”.¹⁰⁸ Esta nova concepção o é “pelo fato de superar (e superando incorpora os elementos vitais) tanto o materialismo mecanicista e ingênuo, de reflexo ‘especular’, como o idealismo abstrato e as teorias ‘criacionistas’ da consciência solitária”.¹⁰⁹

No tópico seguinte, vê-se que a contribuição intelectual de Gramsci ao marxismo consiste no desenvolvimento de uma teoria política que estava apenas implícita na obra de Marx, cujos estudos focalizaram mais as condições econômicas do capitalismo. Daí que a concepção de Estado para Gramsci é mais ampla que para Marx¹¹⁰ (ao menos no que tange ao conjunto de sua obra, não obstante em seus escritos finais manifeste uma concepção mais alargada), até porque este não teve a oportunidade de conhecer os grandes sindicatos, partidos políticos de massa, jornais proletários de imensa tiragem etc., vale dizer, “precisamente aquela ‘trama privada a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de ‘sociedade civil’, de ‘aparelhos de hegemonia’. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são ‘privados’) e que não se caracterizam pelo uso da repressão”.¹¹¹

¹⁰⁶ COUTINHO, C. N. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. p. 16-17.

¹⁰⁷ GRAMSCI, A. *Apud*: SEMERARO, G. Obra citada. p. 32.

¹⁰⁸ SEMERARO, G. *Ibidem*.

¹⁰⁹ SEMERARO, G. *Ibidem*.

¹¹⁰ CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. p. 89-117.

¹¹¹ COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo...** p. 125.

2.2 TEORIA AMPLIADA DE ESTADO, HEGEMONIA E BLOCO HISTÓRICO

Embora dentro mesmo dos escritos de Gramsci o conceito de Estado apresente variações, pode-se dizer que predomina a definição do Estado como a soma da “sociedade civil” com a “sociedade política” (esta formada pelos próprios cargos oficiais do Estado, pelos “políticos profissionais”, e principalmente pelos instrumentos de coerção estatal). Desse modo, o Estado, ainda que considerado como elemento superestrutural da sociedade, torna-se um elemento essencial, e não secundário, para a compreensão da realidade e para a elaboração de uma estratégia para alterá-la.

É que em Gramsci, muito mais do que o espaço onde apenas se travam as relações econômicas (concepção marxista, que a coloca na “infra-estrutura”), a sociedade civil é “o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações”¹¹² (complexo que para Marx se localizaria na superestrutura, e que, apesar da dialética, teria uma importância não tão fundamental quanto a da infra-estrutura na conformação da sociedade).¹¹³ Vivendo num momento em que o capitalismo estava mais avançado, e, via de consequência, também os Estados nacionais, Gramsci percebe que a sociedade civil é também um fator de suma importância na conformação da totalidade social, motivo pelo qual, juntamente com os apresentados no tópico anterior (suficiência das análises econômicas de Marx e deslocamento do embate ideológico da economia para a política), em seus escritos a sociedade civil passa a merecer um destaque muito maior do que a economia – se bem que nem por isso esta deixa de ser para ele a determinação em última instância, tanto quanto para Marx e Engels.

A teoria ampliada de Estado de Gramsci, portanto, tem como definição principal a soma da sociedade civil com a sociedade política. Entre tantos outros, essa dicotomia pode ser ilustrada pelo seguinte trecho dos *Cadernos*:

(...) para a vida de um Estado, duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula de Guicciardini pode ser traduzida em várias outras fórmulas menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade

¹¹² CARNOY, M. Obra citada. p. 93.

¹¹³ Hugues Portelli chama a atenção para o fato de que tanto Marx quanto Gramsci colhem de Hegel a noção de sociedade civil, porém cada um adota um conteúdo diferente para a expressão. Marx predominantemente refere-se a ela como o espaço das relações econômicas, embora em seus últimos escritos (“Crítica ao Programa de Gotha”) aproxime-se também da noção gramsciana, ao passo que Gramsci frisa o aspecto superestrutural de tal noção, para definir “a direção intelectual e moral” de um sistema social. Segundo Portelli, isso se deve basicamente ao fato de Hegel usar o termo num sentido bastante amplo, que dá margem às duas interpretações. (PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. p. 19-22.)

política e sociedade civil, política e moral (...), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo implícito de sabor literário, violência e fraude. (...)”.¹¹⁴

É importante assinalar que esta teoria ampliada acaba por municiar as forças progressistas da história de uma eficaz maneira de analisar a realidade política e, com isso, possibilitar o delineamento geral de uma estratégia revolucionária em países de capitalismo avançado – países que em geral Gramsci denomina “ocidentais” (sem aludir necessariamente a sua localização geográfica). Nestes países continua vigente a exploração da classe trabalhadora, inclusive com o uso da violência estatal (“coerção”) para mantê-la. Todavia, a base principal para tal exploração é a formação de “consensos” dentro dos “aparelhos privados de hegemonia”, que são os diversos agrupamentos sociais dos mais variados tipos (família, escola, igreja, clube, mídia, fábrica, sindicato, partido etc.). Por meio deles é que a classe dominante propaga a sua visão de mundo e consegue manter durante longos períodos sua direção ideológica sobre toda a sociedade, mantendo-se, via de consequência, social, econômica, morale intelectualmente hegemônica.

A luta contra esta classe, portanto, é invencível mediante uma estratégia de assalto brusco ao poder político (tomada do Estado, conquista imediata da sociedade política), chamada por Gramsci de “guerra de movimento” (ou de “manobra”), vez que sem a formação de consensos favoráveis a si nos mais diferentes espaços da sociedade civil, qualquer grupo que obtivesse êxito na tomada do poder, careceria de legitimidade para mantê-lo, muito provavelmente perdendo-o logo em seguida, portanto.

A estratégia da guerra de movimento, desse modo, não seria a adequada em tal tipo de formação social (ocidental), mas sim naqueles países onde a sociedade civil é muito pouco desenvolvida (em determinada ocasião Gramsci usa o termo “gelatinosa” para designar essa debilidade), onde o Estado tem sua base principal no uso da força e em que praticamente não há espaços de hegemonia, como a Rússia czarista o era antes da revolução bolchevique.

É válido mencionar que para Gramsci tanto em países de formação ocidental como oriental, o caminho para a “sociedade regulada” (comunista) passa necessariamente pela completa absorção da sociedade política (Estado) pela sociedade civil, ensejando o “fim do Estado” (ou, mais apropriadamente, do instrumental coercitivo do Estado):

(...) Uma classe que se ponha a si mesma como passível de assimilar toda a sociedade e, ao mesmo tempo, seja realmente capaz de exprimir este processo leva à perfeição esta concepção de Estado e do direito, a ponto de conceber o fim do

¹¹⁴ GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. p. 243. Para outras notas em que Gramsci trata do assunto, cf. GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 263; v. 3. p. 222-223; 235-236; 254-255.

Estado e do direito, tornados inúteis por terem esgotado sua missão e sido absorvidos pela sociedade civil”.¹¹⁵

Com efeito, pela oportunidade que teve de observar o desenrolar da revolução russa, Gramsci pôde elaborar uma teoria do fim do Estado (em geral um aspecto essencial da “crítica da política”) superior às de Marx, Engels e Lênin. Os três se preocupavam com a necessidade de criar as condições de participação de todos na gestão das relações econômicas e sociais, ou, em termos gramscianos, em acabar com a divisão entre “governantes e governados”, porém

(...) enquanto Lenin (e mais ainda Engels) prevêem uma extinção quase automática do Estado, como resultado da extinção progressiva das classes no plano econômico e da difusão do saber entre as massas, Gramsci parece supor a necessidade de uma luta no terreno específico da política e das instituições socialistas a fim de tornar possível o fim da alienação que se expressa na existência de um Estado separado da sociedade, qualquer que seja seu conteúdo de classe.¹¹⁶

Ainda com relação ao “fim do Estado”, Gramsci estabelece uma diferenciação para seu alcance de acordo com a tipologia da formação social do país em questão, se de tipo ocidental ou oriental. Um país do “oriente” – uma vez controlado pelas classes subordinadas – deverá passar por uma fase de “gendarme”, ou “guarda-noturno”, isto é, por uma fase de recrudescimento de seus instrumentos de coerção, a fim de garantir o desenvolvimento dos novos elementos da sociedade civil:

(...) Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspicuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). (...) Na doutrina do Estado → sociedade regulada, de uma fase em que Estado será igual a Governo, e Estado se identificará com sociedade civil, dever-se-á passar a uma fase de Estado-guarda-noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas. (...).¹¹⁷

Uma sociedade civil precária, porém, já não corresponde à realidade de uma cada vez maior quantidade de países, pois com a expansão e o incremento do capitalismo, a sociedade civil de cada um deles tende também a se fortalecer, colocando-os entre as formações sociais de caráter ocidental. E uma vez que, como dito, não é por causa da complexificação da sociedade civil que os efeitos negativos da exploração capitalista deixam de existir, no “ocidente” é também legítima a luta pela extinção da divisão entre classes dominantes e

¹¹⁵ GRAMSCI, A. Obra citada. v. 3. p.271.

¹¹⁶ COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 139.

¹¹⁷ GRAMSCI, A. Obra citada. v. 3. p. 244-245.

dominadas, entre governantes e governados. Ocorre que se é mais sofisticada a dominação, também o deverá ser a estratégia de libertação. Por isso, a “guerra de posição” (ou de “trincheiras”) é pensada por Gramsci como a estratégia de transformação no “ocidente”. Ela consiste na tomada democrática de espaços na sociedade civil através dos citados aparelhos privados de hegemonia. No momento em que uma nova concepção de mundo se torna hegemônica é que é possível a formação e manutenção de um “novo bloco histórico”, ou seja, uma sociedade estruturalmente diferenciada da antiga, com uma nova concepção moral, novas relações produtivas, sociais, culturais e políticas.

Nos Estados “ocidentais”, portanto, o “fim do Estado” se dá pela absorção e anulação de seus aparelhos repressivos por parte da sociedade civil, democraticamente gerenciada (auto-regulada) sem a existência de classes antagônicas.¹¹⁸ “o problema da luta pela derrubada do bloco histórico apresenta, pois, maiores dificuldades nos países ocidentais, mas a vitória aí é mais completa”.¹¹⁹ Este é um dos pontos a serem sublinhados no pensamento gramsciano para os fins aqui propostos, dado que esta concepção de Estado e elaboração estratégica serão adotados como o paradigma de análise tanto da formação econômico-social brasileira, quanto dos objetivos e condutas do MST, mais à frente.

Deve-se assinalar que, embora Gramsci tenha sido o pensador marxista que mais se dedicou a este novo tipo de estratégia revolucionária, o próprio Marx, como visto anteriormente, já demonstrava em suas análises histórico-políticas plena consciência da complexidade e importância das instâncias superestruturais, e, portanto, da necessidade de uma estratégia revolucionária que transcendesse a brusca tomada do Estado. No mesmo passo, Engels expõe o problema de modo bastante claro ao examinar as marchas e contramarchas da consciência de classe do proletariado e de sua luta na França (no prefácio à obra “As Lutas de Classe na França – 1848-1850”), considerando sobretudo o fato de que as forças produtivas capitalistas ainda tinham muito que se desenvolver em meados do século XIX na Europa, assim como de que os aparelhos de repressão estatais se encontravam muito mais fortalecidos do que antes, inviabilizando totalmente o sucesso das forças proletárias num embate direto. Ilustrando este pensamento de Engels, o seguinte trecho é bastante significativo:

(...) Se as condições mudaram na guerra entre povos, não mudaram menos para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes. Onde quer que

¹¹⁸ COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 138-139.

¹¹⁹ PORTELLI, H. Obra citada. p. 124.

se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. Isso foi o que nos ensinou a história dos últimos cinquenta anos. Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é preciso um trabalho longo e perseverante (...).¹²⁰

Com relação aos conceitos de guerras de movimento (ou de manobra) e de posição (ou de trincheiras), desenvolvidos no campo da política por Gramsci, ele está a fazer analogia com estratégias militares, em boa parte a partir de análises da primeira guerra mundial, marcada que foi pela prevalência da guerra de posição. O aparelho estatal dos países do “ocidente”, assim, seria como o posto avançado de um exército inimigo: ao fazer, por exemplo, um rápido ataque aéreo contra ele, pode-se destruir tudo aquilo que está visível, que está mais à frente. Na comparação gramsciana, esse ataque equivaleria a uma grave crise econômica capitalista e/ou a uma rápida tomada do poder político; ocorre, porém, que uma enorme gama de trincheiras e casamatas pode estar escondida sob a superfície e por trás deste posto avançado, e, dependendo de suas condições, de sua complexidade, referido exército será capaz de defender suas posições e interesses talvez de forma ainda mais contundente do que o elemento visível que foi destruído inicialmente. Sobre a necessidade de câmbio estratégico da guerra de movimento para a de posição (que visa a consolidação da hegemonia), afirma Gramsci:

(...) No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia (...) as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente” (...) é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc”.¹²¹

Assim é que Gramsci achou explicação para a pouca duração de governos de esquerda na Europa; estes não haviam tomado posições, ou trincheiras, suficientes na sociedade, sendo logo derrubados. Em outras palavras, não tinham cumprido a tarefa de estabelecer um consenso ideológico na sociedade civil, de estabelecer sua “hegemonia”, o que, aliás, a classe burguesa vem fazendo de forma cada vez mais massiva e sofisticada nos últimos tempos em

¹²⁰ ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, K. **As lutas de classe na França (1848-1850)**. p. 44.

¹²¹ GRAMSCI, A. Obra citada. v. 3. p. 24. Para outras passagens referentes às estratégias de guerra manobrada e de trincheiras, cf. GRAMSCI, A. *Idem*. v. 3. p. 23-24; 71-74; 80; 124-125; 261-262.

todo o mundo, remetendo-nos, a propósito, a mais uma das notas dos *Cadernos*, intitulada “opinião pública”:

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...)

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.¹²²

Em face disso, isto é, do caráter predominantemente ideológico da hegemonia, os chamados “intelectuais orgânicos da transformação” têm um papel central num projeto de desenvolvimento da hegemonia das classes subalternas, na medida em que são os intelectuais em geral (que se dividem em da “transformação” e do “*status quo*”, em contraponto aos “tradicionais”, os quais em última análise tendem a se posicionar em prol do *status quo*) que são capazes de influenciar amplas camadas da sociedade;¹²³ são eles os responsáveis pela unidade do bloco histórico, o elemento de ligação orgânica entre a infra e a superestrutura.¹²⁴

Para o desenvolvimento da hegemonia das classes subalternas é tarefa de seus intelectuais orgânicos a realização de uma “reforma intelectual e moral” na sociedade, levando-a a um momento de “catarse”, isto é, à conscientização da classe trabalhadora de que seus interesses transcendem o campo econômico-corporativo, imediatista; à conscientização, portanto, de que para serem efetiva e plenamente satisfeitos tais interesses (e direitos) deve haver uma alteração global da sociedade, sobretudo em seus aspectos morais e culturais, o que significaria uma passagem “da necessidade à liberdade”. Para Gramsci, a catarse é o “ponto de partida de toda a filosofia da práxis”, pois “o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético”.¹²⁵

É importante mencionar que em tal contexto a concepção de “intelectual” de Gramsci não é restrita, já que ele entende que todos têm capacidade de se questionar sobre sua própria condição, além de que participam de determinada concepção de mundo, contribuindo para mantê-la ou modificá-la; todos têm capacidade intelectual, portanto, exercida no mínimo por meio de uma “filosofia espontânea”, peculiar a todos, que está contida desde na própria

¹²² GRAMSCI, A. *Idem*. v. 3. p. 264.

¹²³ GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**.

¹²⁴ PORTELLI, H. Obra citada. p. 36.

¹²⁵ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. p. 314-315.

linguagem, dado que esta é formada por conceitos (representações abstratas de elementos da realidade), assim como está contida no “senso comum” e no “bom senso”, e também nas religiões, crenças, folclore etc.¹²⁶ Entre outros significativos momentos dos *Cadernos*, essa ordem de idéias se expressa na seguinte:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. (...) Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual (...). Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar.¹²⁷

Sublinhe-se desde já que esta importância conferida por Gramsci à capacidade intelectual de “todos os homens” é central posteriormente para sua teoria sobre o partido revolucionário, pois, apesar de reconhecer a imprescindibilidade de um núcleo aglutinador, é assim que o pensador italiano supera o vanguardismo de Lênin, afirmando que a própria classe subalterna é capaz de gerar seus quadros, seus próprios intelectuais orgânicos,¹²⁸ o que é mais um ponto a ser destacado, dada sua correspondência com a formatação organizacional do MST.

Mas além da ampliação do conceito de intelectual no sentido apontado, cabe mencionar outro: não somente os intelectuais “profissionais” (ligados à academia, por exemplo) exercem influência social, e sim todas as pessoas que de alguma forma, em algum espaço social, cumprem em alguma medida um papel “dirigente”. Aí se enquadram, então, sindicalistas, patrões, professores, comunicadores sociais, políticos, líderes camponeses, militantes de partidos etc. Ainda, o que é bastante relevante, a categoria de intelectual também pode abarcar a do “intelectual coletivo”, que se refere basicamente ao “partido político”, no qual entendemos que o MST pode ser enquadrado, conforme esclarecido no capítulo final.

Aos intelectuais, então, principalmente os formados por coletividades, que em determinado momento deverão buscar uma unidade, cumpre que fiquem atentos às correlações de forças dentro da sociedade, para que saibam o que fazer e quando, pois é

¹²⁶ GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 93.

¹²⁷ GRAMSCI, A. *Idem*. v. 2. p. 52-53. Sobre a distinção entre intelectuais e não-intelectuais como forma de divisão social, também: GRAMSCI, A. *Idem*. v. 2. p. 18.

¹²⁸ CARNOY, M. Obra citada. p. 112.

possível a transformação radical rumo ao socialismo somente se existe um grupo social bem estruturado consciente de seu papel, preparado e determinado a cumpri-lo. Na verdade, cotidianamentecumprindo-o. Uma vez que este grupo está organizado para isso, deve, então, ajudar a criar e aproveitar uma situação histórica de “crise de hegemonia”, ou “crise orgânica” (quando “o velho morre e o novo não pode nascer”,¹²⁹ resumidamente definida como uma crise estrutural em que o grupo dirigente carece de legitimidade perante os dirigidos, o que é um momento bastante perigoso, pois pode fazer os primeiros recorrerem ao uso da força para se manterem), a fim de tomar as rédeas do destino da sociedade, caso já disponham de “posições” suficientes, ou, em outras palavras, tenham alcançado um nível suficiente de “consenso” acerca de seus valores e projetos dentro da sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia.

Prevalecendo seus princípios e objetivos, pode nascer o “novo bloco histórico”; caso prevaleçam as forças anteriormente hegemônicas, ainda que formal ou aparentemente modificadas, há a chamada “revolução passiva” (ou “revolução-restauração”), com mais uma perda de oportunidade das forças progressistas, como aconteceu, entre outros momentos históricos, quando da ascensão do fascismo na Itália.¹³⁰

A esta ordem de idéias, apesar de sua magnitude e abrangência, deve-se acrescentar, ainda, algumas considerações acerca do pensamento de um continuador da teoria gramsciana, Nicos Poulantzas. Com base na ampliação da temática do Estado realizada por Gramsci através do conceito de *sociedade civil*, Poulantzas enfatiza a importância estratégica de se incluir também a *sociedade política* na guerra de posições, e não somente a sociedade civil. Assim, sem detrimento da disputa de consensos nos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, que é imprescindível, ele considera que o Estado, numa etapa mais avançada da guerra de posições, passa a se constituir no derradeiro palco de disputa pela hegemonia e pela conquista de trincheiras. Tendo isso em conta, Coutinho atribui-lhe o mérito de ter superado dialeticamente o autor que era sua fonte principal (Gramsci), o que pode se verificar na seguinte passagem:

Esse longo processo de tomada de poder numa via democrática para o socialismo (...) consiste essencialmente em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas dispõem no seio das redes estatais, criando e desenvolvendo outras, de tal modo que esses centros se tornem – no campo estratégico que é o Estado – os centros efetivos de poder real (...) [Esse

¹²⁹ GRAMSCI, A. Obra citada. v. 3. p. 184. Sobre “crise de hegemonia”, cf. GRAMSCI, A. *Idem*. v. 3. p. 60-61; 184-185; 260.

¹³⁰ Sobre “revolução passiva” e enquadramento de situações históricas em tal conceito, cf. GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 291-293; 392-396; 425-430; v. 5. p. 62-86; 209-210; 321-323; 328-332; v. 6. p. 349-350.

processo] significa certamente *um movimento de rupturas reais*, cujo ponto culminante – e forçosamente existirá um – consiste no deslocamento da correlação de forças em favor das massas populares no campo estratégico do Estado.¹³¹

Por sua vez, o desenvolvimento da teorização em torno do conceito de *hegemonia*, por Gramsci, é decorrente em grande parte da busca de uma explicação para a ascensão do fascismo na Itália, fenômeno que ele presenciou e sofreu, inclusive fisicamente, as conseqüências. A noção de hegemonia, assim, é central em sua teoria. Segundo Aldo Tortorella, tal noção se contrapõe ao de dominação (no sentido de uso da força), pois ela estabelece um complexo sistema de relações e mediações entre a classe dirigente e a sociedade. Este autor assinala, além disso, que é o uso que Gramsci faz de tal categoria que o afasta de toda forma de mecanicismo na interpretação do decurso histórico, bem como de “qualquer visão reduitiva ou autoritária da função das velhas ou novas classes dirigentes”. Diante disso, conclui: “Se estas [velhas ou novas classes dirigentes] perdem a hegemonia cultural, ideológica ou moral, deixam de ser dirigentes e passam a exercer uma dominação destinada à decadência e ao colapso. Deste modo, Gramsci afasta-se de qualquer concepção de tipo tirânico da expressão ‘ditadura do proletariado’”.¹³²

Aprofundando o estudo sobre o conceito de hegemonia, Luciano Gruppi esclarece que a obra gramsciana é sobretudo tributária do marxismo leninista, sendo que o ponto de confluência com este está no conceito de hegemonia, que perpassa praticamente todas as reflexões dos “Cadernos do Cárcere” e é o instrumento categorial pelo qual Gramsci enfatiza a relevância do momento político e cultural na análise histórico-materialista das formações econômico-sociais, sobretudo a da Itália de seu tempo, capacitando-o a elaborar uma teoria revolucionária adequada a sua realidade e com grandes traços de universalidade.¹³³

O conceito de hegemonia é o ponto de contato entre economia, política, moral e cultura, pois é através da hegemonia que determinada classe se torna dirigente de toda uma sociedade formada por classes diferentes entre si, isto é, através da hegemonia é que se confere unidade a um bloco social, mantendo relativamente estável a estrutura das classes em benefício da que está no topo. Trata-se, portanto, de um conceito eminentemente político, mas que visa manter constante uma determinada ordem econômica e é exercida principalmente

¹³¹ POULANTZAS, Nicos. L’État, le pouvoir, le socialisme. p. 296-297. *Apud*: COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo...** p. 187-188.

¹³² TORTORELLA, Aldo. **Hegemonia**. In: Sítio eletrônico “Gramsci e o Brasil”.

¹³³ GRUPPI, L. Obra citada. p. 1-2.

pelo manuseio de valores culturais e morais, bem como pela disputa nos campos filosófico e científico.¹³⁴

Neste sentido é que Gramsci considera que tudo é política, afinal este é o aspecto da realidade social que em si contém teoria e prática. A partir daí é possível a conclusão a que chega de que a ação revolucionária do proletariado, muito mais do que uma ação prática, concreta, atinge o mais alto grau da especulação filosófica, pois é assim, na prática, que tal proceder supera problemas filosóficos que de modo abstrato não o seriam.¹³⁵

A formação de uma nova hegemonia, que, segundo o materialismo histórico, deve ser do proletariado (e na época de Marx, Lênin e Gramsci, do operariado industrial, mais especificamente), pressupõe uma “reforma intelectual e moral”, o que vai ao encontro da idéia de “revolução cultural” de que falava Lênin. Destarte, como assinalado, a hegemonia adquire uma grande amplitude, operando não só na estrutura econômica, social e política, “mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”.¹³⁶

Da afirmação de Marx contida no Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política”, de que os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, Gramsci retira o alcance gnosiológico da hegemonia: sendo a ideologia, vale dizer, o conhecimento do mundo e a forma de conhecê-lo, proveniente das condições objetivas da realidade, a alteração destas acaba por se constituir num “evento filosófico”.

É claro o ponto de vista no qual Gramsci se coloca. Há uma relação estrutura-superestrutura ideológica. A estrutura determina a superestrutura e disso deriva a estreita conexão entre política e filosofia. A filosofia está na política. Momento máximo da política é a revolução, a criação de um novo Estado, de um novo poder e de uma nova sociedade. É por isso que Gramsci diz que a máxima contribuição de Lênin à filosofia está na ditadura do proletariado, está na obra de transformação revolucionária.¹³⁷

Diante disso é possível dizer que a “hegemonia” de Gramsci é uma elaboração mais sofisticada da “ditadura do proletariado” de Lênin, e disso decorre que “o filósofo seja o homem político como transformador”. Gruppi explana que a hegemonia seria, assim, “a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário”, cuja realização se dá na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado seria a “forma estatal assumida pela hegemonia”.¹³⁸

¹³⁴ GRUPPI, L. *Idem*.

¹³⁵ GRUPPI, L. *Idem*. p. 4-5.

¹³⁶ GRUPPI, L. *Idem*. p. 3.

¹³⁷ GRUPPI, L. *Idem*. p. 4-5.

¹³⁸ GRUPPI, L. *Idem*. p. 5.

Todo o desenvolvimento do conceito de hegemonia foi feito por Lênin através da análise concreta do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e do processo político de sua época, que em 1905 o levava a crer que o proletariado deveria estar à frente da revolução democrático-burguesa, vez que a burguesia era por demais débil e comprometida com a aristocracia. Do mesmo modo, percebia que em 1917 a revolução deveria passar a uma nova etapa, hegemonizada, como em 1905, pelo proletariado, porém dessa vez no sentido de implantar o socialismo, apesar de as condições objetivas não serem as mais favoráveis. É exatamente este o caminho trilhado por Gramsci ao teorizar sobre hegemonia, qual seja, o de compreender exaustivamente determinada formação social para então formular as tarefas necessárias para sua transformação em prol das classes subordinadas.

Quando Gramsci, então, substitui o termo “marxismo” por “filosofia da práxis”, não é somente porque precisava driblar a polícia fascista, mas porque tal conjunto teórico só tem sentido se aplicado numa prática revolucionária.¹³⁹

É por via da filosofia da práxis que se torna viável a disputa pela hegemonia ideológica na sociedade, pois se trata da única teoria que visa elevar a consciência das massas e adequar suas ações a uma visão de mundo crítica (como salientado no primeiro capítulo). Isso dizia respeito principalmente ao operariado, típico produto da sociedade capitalista da época. Esta classe começa seu processo de formação de consciência própria através das lutas que se vê obrigado a travar, encontrando sua expressão mais elaborada no marxismo, cujo plano revolucionário é elaborado pelos intelectuais que percebem a função histórica da classe operária, intelectuais estes que provêm de outras classes que não do operariado, pois para ter a visão de conjunto necessária a uma teoria revolucionária é preciso estar fora da relação empregado-patrão.¹⁴⁰

Conforme mencionado, portanto, além de um fenômeno político, a hegemonia é um progresso filosófico, na medida em que está relacionado a uma nova concepção cultural, intelectual e moral, inevitavelmente se expressando, portanto, em ações concretas. Assim como Lênin, Gramsci vislumbra no partido político o potencial de mediador entre a nova concepção de mundo (que ajuda a desenvolver) e a prática social. Esta idéia será desenvolvida mais adiante, quando o MST passa a ser analisado à luz do intelectual coletivo e do partido político gramscianos.

Por agora, cabe frisar que é através das noções que circundam a teoria ampliada de Estado, especialmente a de hegemonia, que se depara com uma concepção radical de

¹³⁹ GRUPPI, L. *Idem.* p. 71-72.

¹⁴⁰ GRUPPI, L. *Idem.* p. 71-73.

democracia em Gramsci, imprescindível para seu modelo de socialismo e de comunismo, democracia que, entretanto, não pode ser confundida com a de viés liberal, deliberadamente deficitária, como nota Gramsci:

(...) toda a ideologia liberal, com suas forças e suas fraquezas, pode ser resumida no princípio da divisão dos poderes, e surge a fonte da debilidade do liberalismo: a burocracia, isto é, a cristalização do pessoal dirigente, que exerce o poder coercitivo e que, num determinado ponto, se transforma em casta. Daí a reivindicação popular da elegibilidade de todos os cargos, reivindicação que é, simultaneamente, liberalismo extremo e sua dissolução (princípio da Constituinte permanente, etc.; nas Repúblicas, a eleição periódica do chefe do Estado dá uma satisfação ilusória a esta reivindicação popular elementar).¹⁴¹

Na esquerda, democracia comumente era, e continua sendo em boa medida, tida simplesmente como um instrumento da elite de manipulação e dominação. Embora isso não esteja de todo errado no que tange à democracia formal (meramente representativa, nos moldes liberais), pode-se acabar, neste trilho, por olvidar que a democracia é fruto de lutas da classe trabalhadora e que por muito tempo era explicitamente combatida pelas próprias elites.¹⁴² Isso denota, portanto, a necessidade de diferenciação do conceito burguês de democracia, daquele que para Gramsci é o único meio possível para se chegar ao socialismo, de acordo com Coutinho:

(...) a realização da dimensão contratual da política só se realizará plenamente no que ele [Gramsci] chama de “sociedade regulada” (ou comunista), isto é, quando for definitivamente superada a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas; contudo, já que ele defende a estratégia da “guerra de posições” na luta pelo socialismo, o que implica uma conquista *progressiva* de espaços, é possível dizer que o processo de ampliação das esferas consensuais já tem lugar mesmo antes do pleno estabelecimento da ‘sociedade regulada’, sendo precisamente por meio desse processo que vai se concretizando a construção de uma nova hegemonia.¹⁴³

Portanto, é graças a esta teoria ampliada do Estado, com seus desdobramentos, a que se soma a citada contribuição de Poulantzas, que se vê em Gramsci um autor indispensável e central na investigação da luta por direitos de uma coletividade organizada com o propósito de transformar democraticamente a sociedade que a marginalizou. Via de consequência, é sob uma perspectiva contra-hegemônica de tomada democrática de espaços sociais e institucionais, e vivência de novos valores (mais afetos à solidariedade que à competição, buscando o rompimento com a racionalidade do capital) que o MST busca pautar suas

¹⁴¹ GRAMSCI, A. Obra citada. v. 3. p. 235.

¹⁴² COUTINHO, C. N. Socialismo e democracia: a atualidade... p. 28-29.

¹⁴³ COUTINHO, C. N. *Idem*. p. 35-36.

práticas para a consolidação de direitos fundamentais para todos, numa sociedade cujo conjunto de mediações é extremamente complexo.

Para a compreensão deste conjunto é que Gramsci lança mão da noção de bloco histórico, cuja explicação mais detalhada é posta de lado por enquanto e feita no início do quarto capítulo. Isso porque, em cotejo com a análise da funcionalidade perante o processo de totalização do capital da problemática agrária brasileira, dita explicação é necessária sobretudo para o estudo de questões mais atuais desta (segundo o plano de exposição deste trabalho). Antes disso, não se pode deixar de proceder à explicitação das raízes históricas de referida problemática, tema do próximo capítulo.

3 RAÍZES HISTÓRICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA

Não é possível compreender minimamente os problemas agrários brasileiros sem lançar mão de um resgate histórico de suas raízes. Longe de neste capítulo se reproduzir o *standard* da dogmática jurídica de utilizar a história como um “aperitivo” do assunto principal que está por vir, pretende-se evidenciar que o conhecimento de ações humanas, idéias e estruturas sociais do passado são fundamentais para o debate a respeito da questão agrária brasileira, já que estas múltiplas determinações históricas a condicionam, vale dizer, continuam a operar efeitos no presente.

Procura-se aplicar, portanto, a idéia anteriormente apresentada de que um dos aspectos da teoria crítica é compreender a historicidade do objeto de estudo, notando que este faz parte de um devir ininterrupto não automático, marcado por rupturas e descontinuidades, e, portanto, com múltiplas possibilidades.

Neste sentido, é válido invocar as teses benjaminianas “Sobre o conceito da história”,¹⁴⁴ que vêm a permitir um estudo historiográfico comprometido com a *redenção dos vencidos*, ou seja, com a *transformação ativa do presente*, com a emancipação dos oprimidos, para o que é fundamental a rememoração dos sofrimentos e reivindicações das gerações passadas.¹⁴⁵ Na tese 4 da obra referida, Benjamin traz um ensinamento que, a nosso ver, deve permear a tentativa de apropriação das *reminiscências* da questão agrária brasileira e nortear os projetos de rompimento com o *continuum* da história, contidos no restante do estudo, isto é, o ensinamento de que mesmo diante da carência das coisas materiais, as refinadas e espirituais (como a confiança, a coragem, o humor, a astúcia, a firmeza, adquiridas na luta de classes) não podem ser representadas como “despojos atribuídos ao vencedor”, devendo sempre, ao contrário, questionar “cada vitória dos dominadores”, pois “Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história”.¹⁴⁶ Em outras palavras, a Utopia, a “saúde do futuro”, segundo Ademar Bogo, deve se fazer valer tanto na observação do passado, quanto nos planos para o futuro, mas principalmente no manejo do agora.

¹⁴⁴ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. v. 1. p. 222-232.

¹⁴⁵ LÖW Y, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história**.

¹⁴⁶ BENJAMIN, W. Obra citada. p. 224.

3.1 A HISTÓRIA DOS VENCIDOS ATÉ A LEI DE TERRAS E AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Praticamente todo o continente americano já era habitado desde pelo menos *50 mil anos atrás*, sendo que antes das “descobertas” européias já havia a presença de avançadas civilizações espalhadas por todo o território, as quais possuíam rica cultura e mantinham intercâmbio entre si, como se comprova pelo fato de algumas no Brasil cultivarem, por exemplo, o milho, que é originário da América andina e central, não obstante a agricultura fosse atividade de somenos importância para estes povos, dada a prodigalidade da natureza local, que não lhes exigia o desenvolvimento desta prática.¹⁴⁷

Apesar de uma inevitável arbitrariedade e possíveis injustiças conseqüentes, é necessária, para facilitar o estudo, a fixação de alguns marcos temporais. Esse *primeiro período* referido acima poderia ser delimitado entre 50 mil a.C e 1500 d.C, época em que, apesar de haver indícios de visitas de outros povos de além-mar (fenícios, árabes, africanos, e mesmo europeus) ao continente americano, inclusive ao que mais tarde veio a ser o Brasil, “reinavam” absolutos os povos tradicionais, provavelmente oriundos da Ásia através do estreito de Bering. Convencionou-se afirmar que o modo de produção prevalecente neste tempo-espço era o do “comunismo primitivo”, essencialmente porque não havia para eles qualquer sentido na idéia de “propriedade”.¹⁴⁸

Um *segundo período* poderia ser enquadrado entre os anos de 1500 a 1850, utilizando como parâmetro inicial a data oficial do “descobrimento” do Brasil pela Coroa portuguesa, evento que, do ponto de vista dos nativos, e mesmo do povo que resultou da grande mistura de etnias a partir de então juntadas, é melhor definido pelo termo “invasão”, assim como “conquista” e “genocídio” são mais condizentes com os fatos da época do que “colonização”, como na época chegou a ser denunciado pelo Frei Bartolomé de Las Casas.¹⁴⁹ Tal invasão, por sua vez, fora financiada pelo nascente capitalismo comercial europeu, que, com sua supremacia econômica e militar, conseguiu impor seu modelo. A implantação de colônias no “novo mundo” fora, então, uma poderosíssima alavanca de propulsão do capitalismo nas metrópoles,¹⁵⁰ implantação que a duras penas foi introduzida pelas *capitanias hereditárias*.

Na explicação de Fragmon Carlos Borges, as capitanias hereditárias foram a opção mais viável encontrada pela Coroa portuguesa para realizar a colonização, trinta anos após a

¹⁴⁷ STEDILE, J. P. (org.). Obra citada. v. 1. p. 18.

¹⁴⁸ STEDILE, J. P. (org.). *Idem*. v. 1. p. 17-19.

¹⁴⁹ CASAS, Bartolomé de las. **Bre vísima relación de la destrucción de las Índias.**

¹⁵⁰ STEDILE, J. P. (org.). Obra citada. v. 1. p. 19-22.

“descoberta”, realizando, assim, duplo objetivo: “garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao mesmo tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda”.¹⁵¹ Segundo este autor, as capitanias não eram novidade para Portugal, tampouco foram lá criadas, sendo que, além das hereditárias, havia também as temporárias (doadas apenas por uma ou mais vidas). Na verdade, elas já eram utilizadas pela coroa portuguesa desde o século XV nas ilhas Madeira e Açores, sendo que os greco-fenícios já utilizavam mecanismo semelhante. No Brasil, fez-se uso do tipo hereditário por ser mais atrativo aos donatários, que certamente enfrentariam inumeráveis riscos na empresa da colonização.

É interessante expor que Borges enxerga várias características feudais no estatuto da Capitania, o que, segundo ele, “não poderia ser de outra forma, ditado que o foi por um reino que se assentava sobre as bases de um feudalismo decadente e em decomposição, mas que lutava por sobreviver”.¹⁵²

Não obstante, a natureza do colonialismo brasileiro foi durante um bom tempo uma questão controvertida na academia, basicamente pela discussão se ele era de caráter capitalista ou feudal. O critério para tal ou qual conclusão era o nível de auto-suficiência das unidades produtivas: os que defendiam a predominância de relações feudais no campo brasileiro era basicamente porque viam que as fazendas davam conta de produzir tudo para si próprias, sem depender de trocas comerciais com outros estabelecimentos; já os que entendiam pelo predomínio do capitalismo, é porque levavam em conta o fato de essas mesmas fazendas voltarem a maior parte de sua produção para as exportações.¹⁵³

Roberto Simonsen foi um dos primeiros a se debruçar com afinco sobre o assunto, sob o viés econômico, ainda na década de 1950. Em sua obra, com mais de quinhentas páginas, conclui que nas relações de produção e circulação agrícola na época colonial brasileira sempre predominaram as formas capitalistas.¹⁵⁴ Advieram posteriormente, no entanto, teses afirmando que tais relações eram eminentemente de cunho feudal ainda. Não obstante, na década de 1970 passaram a ser publicados vários estudos a respeito da evolução da questão agrária brasileira. Daí resultou uma interpretação majoritária de que o Brasil não se enquadrava adequadamente em nenhum destes dois modelos, mas se caracterizava no que se passou a chamar “*plantation*”.

¹⁵¹ BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da propriedade da terra. In: STEDILE, J. P. (org.). Obra citada. v. 1. p. 259.

¹⁵² BORGES, F. C. Obra citada. p. 261.

¹⁵³ GRAZIANO DA SILVA, J. Obra citada. p. 29-30.

¹⁵⁴ STEDILE, J. P. (org.). Obra citada. v. 1. p. 17.

Em que pese o muito peculiar modo de produção vigente no Brasil durante essa época, nem capitalista, nem feudalista, são relevantes os caracteres de feudalismo apontados por Borges no instituto da capitania hereditária. De fato, como ele afirma, “os donatários eram investidos de poderes quase absolutos”, vez que o rei, “para satisfazer à cobiça de poder e privilégios daqueles que se prontificaram a vir colonizar as terras do Brasil”, viu-se obrigado a “abrir mão de algumas prerrogativas pessoais, a revogar artigos das Ordenações Manuelinas etc”.¹⁵⁵ Não obstante, em momento algum a Coroa abria mão totalmente de seus direitos, mantendo mais ou menos absoluto o poder dos donatários conforme as conveniências circunstanciais. Tanto que mais tarde foram revogadas as Capitanias e repassadas à administração direta da Coroa.¹⁵⁶

Inicialmente em busca de ouro, que não era tão abundante como em outros lugares, depois transformando em mercadorias outros minérios como o ferro e a prata, foi na monocultura voltada à exportação que os exploradores europeus vislumbraram um grande potencial, dada a imensidão e fertilidade das terras brasileiras. Assim, baixo às leis do incipiente capitalismo (em sua forma mercantilista), foi posto em prática um modelo agroexportador de “comodidades” (termo posteriormente absorvido pelo idioma inglês como “*commodities*”) para suprir o crescente mercado europeu. “A amplitude desse modelo era tal que, segundo as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século 19, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido em nosso território”.¹⁵⁷

Do ponto de vista da organização da produção, a despeito da mencionada discussão capitalismo/feudalismo, há um certo consenso na presença da *plantation*, ou plantagem, conforme defendido por Jacob Gorender,¹⁵⁸ cujas características principais eram, além da monocultura (basicamente de cana-de-açúcar, cacau e algodão, no início), a organização da produção em grandes fazendas de área contínua, com vistas exclusivamente à exportação e mediante a utilização de mão-de-obra escrava. Preferencialmente perto dos portos, este tipo de organização era o que havia de mais avançado tecnologicamente para a época. Atrelada a esta forma organizativa, é importante ter em conta a forma de uso da terra adotada, que não era o de apropriação privada, capitalista, pois todo o território era monopólio da Coroa, que fez a opção de conceder o uso, com direito de herança, de grandes extensões àqueles que

¹⁵⁵ BORGES, F. C. Obra citada. p. 261.

¹⁵⁶ BORGES, F. C. *Idem*. p. 260-261.

¹⁵⁷ STEDILE, J. P. (org.). Obra citada. v. 1. p. 20.

¹⁵⁸ GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILLE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980**. v. 2., p. 147-175.

dispunham de capital necessário para investir em produção segundo estes moldes. Os concessionários não tinham o direito de vender suas terras nem de comprar outras, valendo enfatizar, então, que neste segundo período colonial a terra ainda não era mercadoria propriamente dita.

Um elemento relevante deste período é que, visando colonizar as novas terras e concomitantemente impedindo que fossem invadidas por outras nações, assim como para demarcar as fronteiras, foi empregado no Brasil o lusitano instituto das *sesmarias*.¹⁵⁹ Fixando costume já consolidado na região, este fora especificado em lei por D. Fernando, no ano de 1375, com o fito de resolver o problema então vigente na sociedade portuguesa, que estava vivendo na mais absoluta miséria. Era época de declínio do feudalismo e Portugal passava por uma crise de abastecimento, sem contar que sofria seqüelas terríveis da Peste Negra que assolou a Europa. Assim, com a fome se alastrando, o instituto visava o lavradio de todas as terras para, com isso, aplacá-la.¹⁶⁰ Quem não produzisse em suas terras, portanto, poderia perdê-las a quem se dispusesse a tanto, e, por essa razão, uma outra característica da sesmaria em Portugal era que o tamanho das terras concedidas devia ser proporcional à capacidade de aproveitamento do beneficiado. Vê-se, então, que a diferença do instituto das sesmarias empregado em Portugal e no Brasil inicia logo no propósito a que serviu: se em Portugal fora um meio para acabar com a fome e o desemprego, no Brasil serviu, como mencionado, fundamentalmente para estabelecer o domínio do território invadido.¹⁶¹

A supremacia proprietária sobre a terra concedida ainda era da Coroa. As sesmarias, legalmente, deveriam ser concedidas para quem residisse nas povoações e em tamanho não tão grande que não pudesse o beneficiário mesmo aproveitar. Também deveriam ser medidas, ocupadas, plantadas e demarcadas. Como se viu, todavia, no Brasil tais obrigações praticamente não eram observadas. Em última análise, esse instituto foi, a seu tempo, um poderoso instrumento de implantação dos latifúndios brasileiros.¹⁶² Entretanto, não se pode acusar o instituto da sesmaria de responsável direto pela formação de tais latifúndios, pois para compreender as raízes de sua existência, deve-se considerar todo o funcionamento do

¹⁵⁹ A propósito, convém chamar a atenção para a maneira como Portugal estabeleceu na Colônia a ordem jurídica: “As Ordenações do Reino, leis vigentes e dirigidas a Portugal na época da colônia, tiveram vigência integral e sua adaptação se fez por interpretação não raro em mutações não explícitas, como o caso das sesmarias”. (MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. p. 53.)

¹⁶⁰ MARÉS, C. F. Obra citada. p. 56. Deve-se acrescentar que o aproveitamento das sesmarias não era somente agrário, mas também fiscal (tributos e multas para a Coroa). À medida que o rei cobrava encargos de natureza senhorial como se fossem prestações públicas (ou tributos), faz-se compreensível o caráter “fiscal” a que poderiam derivar as terras cultivadas.

¹⁶¹ MARÉS, C. F. *Idem*. p. 57.

¹⁶² MARÉS, C. F. *Idem*. p. 59.

sistema colonial. Elemento importante, neste sentido, é o de que além da colonização das novas terras conquistadas e proteção das fronteiras mediante edificações militares, outro objetivo primordial de Portugal era o desenvolvimento de sua economia mercantilista, cujo meio de alcançá-lo se deu através de um modo de produção distinto, já mencionado, que é o de plantagem (ou *plantation*), vale repetir, agroexportador, latifundiário e escravista.¹⁶³

Com efeito, uma vez que a cana-de-açúcar era o principal produto de exportação, a Coroa, pretendendo uma produção em larga escala, passou a impor como requisito para concessão e manutenção das sesmarias, além deste cultivo especificamente, que o concessionário dispusesse de farta mão-de-obra escrava. Posteriormente, caso o concessionário não dispusesse de condições para cumprir tais exigências, teria o prazo de dois anos para alienar suas terras. Esta adequação das sesmarias à dinâmica do escravismo, somada à possibilidade de manter a terra por dois anos antes de ter de aliená-la, revela já uma tendência a um direito pleno da propriedade sobre a terra. Mas isso não era mais que uma tendência devido ao caráter positivo da norma e das intervenções da Coroa a fim de que a legislação fosse cumprida.¹⁶⁴

O estudo sobre as sesmarias indica ser necessária uma relativização das críticas feitas por alguns autores de que no Brasil elas foram distorcidas, deturpadas, ou aplicadas de uma forma “errada”. Em verdade, ocorreram adaptações, o que não poderia ser diferente, já que se tratavam de realidades e objetivos absolutamente distintos.¹⁶⁵ Nesta esteira, são pertinentes as considerações de Paolo Grossi acerca do medievo, cujo paradigma no modo de produção era a propriedade feudal, “propriedade a diversos níveis sobre as terras”, condizente com a hierarquia social de então. Isso para contrastar com a sociedade brasileira pré-moderna, que jamais, apesar de opiniões em sentido contrário, contou com estruturas agrárias feudais. No Brasil não havia, portanto, propriedade feudal. Havia, sim, “propriedade pública”, ou melhor, da Coroa.¹⁶⁶

Com este modelo, o cenário da distribuição territorial resultava caótico no Brasil, basicamente por causa de disputas por limites entre os concessionários e pequenos posseiros (cujo número era cada vez maior), o que era agravado por imposições da Coroa que dificultavam a adequação da situação de cada um aos moldes legais. Tornava-se imprescindível, diante disso, uma mudança estrutural na composição agrária, coisa que se

¹⁶³ VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade privada:** um estudo de história do direito brasileiro. p. 71-107.

¹⁶⁴ VARELA, L. B. *Idem.* p. 81-86.

¹⁶⁵ VARELA, L. B. *Idem.* p. 76-80.

¹⁶⁶ VARELLA, L. B. *Idem.* p. 72-73.

tentou fazer na segunda metade do século XIX. Tinha-se um grande número de sesmarias não demarcadas, nem registradas, nem confirmadas; da mesma forma, era significativa a existência de simples posseiros. Outras regulações, ainda, tentaram organizar o já insustentável regime de sesmarias, sem lograr êxito. O cerco a este regime se fechava, e, em 1822 o Príncipe Regente mediante resolução suspende a expedição de novas cartas de doações.¹⁶⁷

“A extinção do regime das sesmarias ocorre no contexto do início da expansão da economia cafeeira e do movimento que culminou na Independência, estando na pauta de discussões a necessidade de regulamentação da propriedade privada”,¹⁶⁸ dado inclusive sua afirmação como um direito no campo filosófico, cujos marcos teóricos já eram estudados pela elite brasileira. Ademais, a Inglaterra pressionava pelo fim do tráfico negreiro, o que desembocaria numa total reformulação do sistema produtivo brasileiro, ancorado que estava no escravismo. Aliás, eram os escravos que tinham uma importância central na formação do patrimônio dos donos de terras, já que estas, adquiridas apenas na base das boas relações políticas, não podiam ser mercantilizadas.¹⁶⁹

Em termos gerais, já nas primeiras décadas do século XIX as sesmarias eram identificadas como um atraso na agricultura e desenvolvimento econômico. Com o fim das concessões de sesmarias iniciou-se o chamado “período de posses”, que durou até 1850, com a Lei de Terras. Firmou-se nesse período um “verdadeiro costume jurídico”, que contava inclusive com base legal, no sentido de que a ocupação, ou posse com cultura efetiva, constituía legítimo modo de aquisição do domínio, distinto da clássica *ocupatio* romana (o efetivo cultivo e a morada habitual muito freqüentemente passam a ser invocados pelos posseiros para legitimar suas pretensões, mesmo em face de cartas de sesmaria). Era, pois, um verdadeiro costume *contra legem*, não olvidando, contudo, que se trata de um universo jurídico que ainda desconhecia a regulamentação do direito de propriedade em termos napoleônico-pandectistas, tanto quanto a noção de lei estatal como fonte jurídica soberana.¹⁷⁰

Vê-se então que o maior problema a ser enfrentado pela legislação de 1850 era a mera ocupação ou posse de terras, o que de fato o legislador buscou levar a cabo, sepultando o apossamento como modo de aquisição da propriedade, e também rompendo de vez com o

¹⁶⁷ VARELA, L. B. *Idem*. p. 107-110.

¹⁶⁸ VARELA, L. B. *Idem*. p. 111.

¹⁶⁹ VARELA, L. B. *Ibidem*.

¹⁷⁰ VARELA, L. B. *Idem*. p. 112-118.

requisito do cultivo, o que vai lançando cada vez mais bases para a instalação de um novo modeloproprietário.¹⁷¹

Assim, para os fins aqui declinados, o que merece maior destaque no estudo desse período da história é a grande descontinuidade entre a propriedade sesmarial lusitana e a brasileira, e a radical ruptura existente entre estas e a moderna, verificada sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Em seu detalhado estudo, Laura Beck Varela¹⁷² analisa como se deu essa ruptura (no período do Brasil colonial ao imediatamente pós-independência), de uma mentalidade jurídica em que as *coisas* eram o centro de um ordenamento plural, é dizer, em que a *efetividade* imperava sobre as *formalidades*, para uma mentalidade em que a *propriedade* passa a reinar absoluta, ainda que sob o preço do descompasso com a realidade.

Trata-se de um processo de ruptura arrastado durante séculos, que se deu de forma diversa do que na Europa. A partir da análise da relação de pertencimento entre a terra e o homem no período medieval europeu, em que vigorava uma “civilização possessória” (vez que a terra nada tinha que ver com preços ou títulos, mas sim com seu efetivo uso), demonstra-se, entre outras coisas, o caráter contingente da noção de “propriedade”,¹⁷³ o que tem bastante importância no contexto do presente trabalho.

Mas além da análise das re-significações da propriedade fundiária até que esta tenha atingido seu ápice de absolutização no final do século XIX e, principalmente, no século XX, com o Código Civil, é fundamental ainda uma ampliação no espectro da pesquisa, no sentido de compreender como o Estado brasileiro chegou a organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas. Florestan Fernandes interpreta o complexo processo que levou a esta forma de organização social como “A Revolução Burguesa no Brasil”,¹⁷⁴ interpretação esta calcada em quatro fatores sociais “tópicos” (ou seja, que se pode determinar “sua contribuição específica na causação de determinados efeitos conhecidos”),¹⁷⁵ que são: (1) o processo político de Independência, (2) os tipos humanos do fazendeiro de café e do imigrante, (3) o processo econômico de mudança na relação do capital externo com a economia interna, e (4) o processo sócio-econômico de “expansão e universalização da ordem socialcompetitiva”.¹⁷⁶

¹⁷¹ VARELA, L. B. *Idem*. p. 117-118.

¹⁷² VARELA, L. B. *Idem*.

¹⁷³ Em direção semelhante, cf. FONSECA, Ricardo Marcelo. A lei de terras e o advento da propriedade moderna no Brasil. In: **Anuário mexicano de Historia del Derecho**. p. 97-112.

¹⁷⁴ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica.

¹⁷⁵ FERNANDES, F. Obra citada. p. 29.

¹⁷⁶ FERNANDES, F. *Idem*. p. 29-30.

Com relação ao período histórico abordado até aqui, cumpre salientar algumas questões preliminares levantadas por Florestan Fernandes. De início, por óbvio que ele não vê no período colonial brasileiro qualquer traço característico de uma economia capitalista. Entretanto, dentro da concepção dialética marxista de que uma formação social nova só pode nascer dentro da antiga, a partir de suas contradições e dinâmicas, ele afirma que os “móveis capitalistas” (ainda sem esta orientação) foram implantados nessa época, especialmente as lavouras de exportação, a mão-de-obra barata e a alta concentração de renda. Neste sentido, é equivocada uma leitura que pretenda identificar o senhor de engenho da época colonial (donatários e depois sesmeiros) com a figura do “burguês”, assim como, do lado oposto, é também equivocada a leitura histórica que nega completamente o surgimento de uma burguesia brasileira. Ocorre é que ela nasce no Brasil de uma forma bastante particular, a partir da emancipação política do país, que propiciou o crescimento do comércio e de “uma rede de serviços inicialmente ligada à organização de um Estado nacional mas, em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano”,¹⁷⁷ sendo, ainda, que nas cidades mais densas, onde existiam círculos “burgueses” com alguma vitalidade, foi-se formando a partir destes um consenso social contrário às desumanidades do escravismo, minando suas bases *morais*. Nesta nova visão de mundo, para cujo advento os abolicionistas tiveram um papel central como *intelectuais*, reside as bases ideológicas para a expansão do espírito burguês empreendedor (bastante vacilante e movido muito mais por “objetivos egoísticos difusos” do que por uma organização esclarecida). Isso numa ordem social que vai se tornando cada vez mais competitiva e acaba por substituir a relativa inércia da economia colonial.¹⁷⁸

Com efeito, o padrão cultural determinado por esta economia colonial não permitia iniciativas capitalistas, e assim mantinha na estagnação o único agente econômico capaz de conduzir à independência, o senhor de engenho. Isso porque a dinâmica econômica colonial simplesmente neutralizava o desenvolvimento de uma economia interna, na medida em que, primeiro, ao agente econômico interno (senhor de engenho) era permitida pelo estatuto colonial uma renda muito baixa em comparação com o que era destinado para fora (Coroa e outros capitais estrangeiros interessados no beneficiamento dos produtos primários brasileiros), insuficiente para criação de alternativas; segundo, o senhor de engenho em sua atividade não era movido pela vontade de lucro, mas por razões extra-econômicas, vez que ele era o “agente humano da conquista”; e terceiro, não havia condições institucionais para

¹⁷⁷ FERNANDES, F. *Idem*. p. 18.

¹⁷⁸ FERNANDES, F. *Idem*. p. 15-20.

organização interna do fluxo de renda, mas somente de drenagem de riquezas para fora. Por isso que a potencialização dos móveis capitalistas (já existentes no colonialismo, como aludido) só foi possível através do rompimento com o estatuto colonial. Somente assim é que se pôde realizar a transição para uma “sociedade nacional”, que se deu em duas fases, quais sejam, com “a ruptura da homogeneidade da ‘aristocracia agrária’”, e “o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional”.¹⁷⁹ Paralelo a isso, intensifica-se a expansão da grande lavoura, agora baixo a condições econômicas, sociais e políticas organizadas por um Estado nacional, o que acarreta um câmbio cultural dos senhores rurais, que pode ser chamado de “aburguesamento”, vez que saem de seu isolamento habitual e passam a participar do cenário social urbano e ambiente político da Corte e Governos Provinciais, imprimindo-lhes um cosmopolitismo antes impossível, trazendo-lhes as concepções filosóficas liberais, bem como alçando-os à hegemonia da direção estatal.¹⁸⁰

Com estas considerações, Florestan Fernandes demonstra que a Revolução Burguesa no Brasil não é a repetição de fenômenos europeus, tampouco pode ser resumido num evento episódico. É, sim, um processo histórico-estrutural consistente sobretudo na absorção de padrões de civilização. “Falar em Revolução Burguesa (...) consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil”.¹⁸¹ Os primeiros passos foram dados com a formação de uma sociedade nacional, porém no trajeto do desenvolvimento da sociedade burguesa no Brasil uma série de fases deve ser considerada. Isso porque o conceito integral de Revolução Burguesa, para Florestan Fernandes, “denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”.¹⁸²

¹⁷⁹ FERNANDES, F. *Idem.* p. 27.

¹⁸⁰ FERNANDES, F. *Idem.* p. 20-57.

¹⁸¹ FERNANDES, F. *Idem.* p. 20.

¹⁸² FERNANDES, F. *Idem.* p. 203.

3.2 O NASCIMENTO DA RACIONALIDADE JURÍDICA PROPRIETÁRIA E O ADVENTO DA HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL

Antes de continuar a análise da história brasileira, é preciso buscar algumas raízes mais longínquas de sua questão agrária. Assim, há que se desmitificar a idéia de que o capitalismo é um fenômeno advindo do comércio no mundo urbano e que esteve latente em toda a história humana, esperando para ser “liberado” das forças (religiosas, sociais, políticas) que o comprimiam. Muito ao contrário disso, as raízes do capitalismo estão fincadas no campo, “num lugar muito específico, e tardiamente na história humana”, para o que foi essencial “uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas”.¹⁸³ Esta ruptura é identificada na passagem da exploração mediante forças superiores (que Marx chamava de meios extra-econômicos de exploração, como a coerção física e o acesso privilegiado aos poderes militares, judiciais, políticos etc.), por parte de classes dominantes, à exploração mediante a expropriação dos meios de produção (meioeconômico).¹⁸⁴

Isso investiu o “mercado” (fenômeno social existente desde os primórdios da humanidade) de novas atribuições, bem como potencializou a lógica do lucro (também imemorialmente vigente) com a possibilidade de extração da “mais-valia”. Ora, o primeiro dos meios de produção expropriados da classe trabalhadora (que, como dito, já tinha seu “sobre-trabalho” arrancado de outros modos extra-econômicos) foi logicamente a terra, lançando o campesinato a vender sua força de trabalho no mercado de mão-de-obra então criado. O caminho que levou à criação da propriedade privada da terra na Europa é bastante complexo, mas, em linhas gerais, pode-se dizer que seu nascimento se deu na Inglaterra do século XVI – devido a características históricas bastante particulares – mediante uma série de fatores, entre os quais cabe destacar o advento dos “melhoramentos” (*improvements*) como resposta à necessidade de incrementar a produção, bem como, após um determinado período, o que mais se sobressaiu: a onda de “cercamentos” (*enclosures*), como medida para utilização lucrativa da terra.¹⁸⁵

Ainda que não se possa caracterizar como capitalismo propriamente dito a dinâmica da agricultura inglesa desse período, por nesta ainda não haver a centralidade do trabalho assalariado (e sim a existência de arrendatários dependentes do mercado), há que se

¹⁸³ WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. In: **Crítica marxista**, nº 10, p. 13.

¹⁸⁴ WOOD, E. M. *Idem*, p. 13-14.

¹⁸⁵ WOOD, E. M. *Idem*, p. 14-23.

reconhecer sua radical ruptura com o modelo anterior, assim como o fato de esta ruptura ter sido a causa da posterior proletarização da força de trabalho.¹⁸⁶ Tem-se, portanto, um processo cujas origens podem ser resgatadas no século XII (em que datam os primeiros registros de cercamentos)¹⁸⁷, intensificado a partir do século XVI, na Inglaterra, que somente após mais de um século passa a se espalhar pela Europa, e que atinge o Brasil muito mais tarde, durante um significativo período de transição econômico-social, marcado essencialmente pela crise do escravismo.

De 1850 a 1930 tem-se, então, o *terceiro período*, na divisão efetuada por Stedile para melhor interpretar a questão agrária brasileira.¹⁸⁸ Este marco inicial se dá, como aludido, em razão da promulgação da Lei de Terras (nº 601), nascida, entre outros intentos de equivalente importância, para impedir que os escravos – na iminência de serem libertos graças a pressões inglesas que expressavam um avanço capitalista a exigir a implantação do trabalho assalariado – tivessem acesso à terra, vez que esta lei instituiu a necessidade de pagar (à Coroa) um preço para adquirir-lhe o domínio, coisa que, obviamente, os ex-escravos não poderiam fazer, sendo obrigados, logo, a seguir em “busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista”,¹⁸⁹ tipo social que começava a nascer.

A Lei de Terras foi uma norma de transição de um modo de organização jurídica da terra a outro, implantando a propriedade privada da terra no Brasil.¹⁹⁰ Quando de sua articulação com outras medidas, então, como a obrigação de efetuar o registro público, referida lei efetivamente transformou a terra em mercadoria capitalista: “(...) a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra”.¹⁹¹

Além da questão dos escravos, a Lei de Terras também refletia um planejamento acerca da distribuição de terras à mão-de-obra que viria substituir a escrava, ou seja, a dos imigrantes europeus, vindos em grande número durante este período, que ou estavam a fugir

¹⁸⁶ WOOD, E. M. *Idem*. p. 23-24.

¹⁸⁷ WOOD, E. M. *Idem*. p. 17.

¹⁸⁸ STEDILE, J. P. (org.). *Obra citada*. v. 1. p. 22-27.

¹⁸⁹ STEDILE, J. P. (org.). *Idem*. v. 1. p. 23.

¹⁹⁰ No presente estudo são priorizados os elementos econômicos, sociais e jurídicos do advento da propriedade privada e do capitalismo no Brasil. Contudo, constitui um riquíssimo capítulo desta história as transformações ocorridas no campo filosófico, as quais não são contempladas pela proposta desta pesquisa. A esse respeito, não obstante, cf. MARÉS, C. F. *Obra citada*. p. 17-28.

¹⁹¹ STEDILE, J. P. (org.). *Idem*. v. 1. p. 22-23.

das guerras em seu continente, ou já haviam sido expulsos de suas terras devido ao avanço do capitalismo industrial no final do século XIX, sendo, ademais, que a Coroa fazia ampla campanha para atraí-los, prometendo terra fértil e barata.¹⁹²

O simples advento da Lei de Terras, porém, não foi suficiente para implementar o capitalismo no Brasil em sua plenitude. Muitos decênios se passaram em que o capitalismo, possibilitado pela acumulação realizada pelo modo de produção que lhe precedia, convivia com outros modos de produção (plantagem), os quais não perdem sua identidade pelo fato de se relacionarem entre si, muito embora o capitalismo sempre tenha uma proeminência (de modo explorador) sobre eles e em determinado período atue para sua destruição,¹⁹³ o que se deve, como visto no primeiro capítulo, a sua lógica de expansão e acumulação.

De fato, houve na segunda metade do século XIX uma gradativa introdução das relações capitalistas de produção na América Latina, de maneira que o Brasil também teve de se adaptar. Tal processo em terras brasileiras se deu com a expansão econômica do café, com o fim do tráfico negreiro, e com a introdução da mão-de-obra assalariada.¹⁹⁴

Ao menos no que pertine à terra, são pressupostos do sistema capitalista a absolutização de sua propriedade, ou seja, a ausência de condicionalidades, bem como a possibilidade de sua mercantilização.

A mercantilização como característica da propriedade fundiária moderna, que fundamenta a precondição de exploração do trabalho assalariado, aprofundará a generalização da renda em dinheiro, e o lento processo através do qual se passa a produzir com vistas ao lucro e não com vistas à renda. O moderno proprietário, ao produzir com vistas ao lucro, empregando trabalho assalariado, incorpora na sua pessoa tanto o arcaico arrendatário quanto o moderno empresário.¹⁹⁵

Há, então, uma diferença entre esse novo modelo proprietário em relação à antiga propriedade sesmarial, esta que, mediante várias condicionantes, vedava a atribuição de um direito pleno ao senhor de terras. Mas conforme se começou a mencionar antes, a plena mercantilização da terra no Brasil só pode ser bem compreendida levando-se em conta a crise do escravismo, vale dizer, a gradativa introdução da renda da terra como equivalente do

¹⁹² “A saída encontrada pelas elites para substituir a mão-de-obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do ‘eldorado’, com terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. (...) o número de migrantes europeus praticamente coincide com o número da última estatística de trabalhadores escravizados”. (STEDILE, J. P. (org.). *Idem.* v. 1. p. 25.)

¹⁹³ GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje.** p. 15-44.

¹⁹⁴ VARELA, L. B. Obra citada. p. 125-127.

¹⁹⁵ SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição.** p. 137. *Apud:* VARELA, L. B. *Idem.* p. 128.

capital a substituir aquele formado pela posse de escravos. No lugar dos escravos, agora a terra poderia ser utilizada como garantia de crédito. Respalhando estas novas relações de mercado, vinha o ordenamento jurídico.¹⁹⁶

Vale mencionar que a gradual mudança econômica é acompanhada por transformações no plano das mentalidades, fomentadas pela expansão de idéias européias, a exemplo das idéias do teórico inglês Wakefield, que preconizava uma nova forma de se exercer o colonialismo, qual seja, através de uma modificação na organização produtiva das colônias, inserindo-as no mercado; em sua teoria o Estado teria um papel central para regular adequadamente este sistema; um dos instrumentos básicos seria o do “preço mínimo” a ser aplicado à terra, a fim de barrar o acesso à terra para a maioria da população e, com isso, garantir a mão-de-obra necessária para fazer tal sistema funcionar.¹⁹⁷

E de fato estas idéias tiveram eco no Brasil, principalmente nas leis influenciadas pelos conservadores, sendo que isso apareceu de forma bastante clara na Lei de Terras de 1850, que vigorou como a única legislação reguladora da apropriação territorial no Brasil por mais de 50 anos. Procurou ela conferir um estatuto jurídico à propriedade privada que a adequasse às novas exigências econômicas, sendo a colonização também um objetivo central seu.

Com efeito, a necessidade de se demarcar as terras devolutas,¹⁹⁸ por exemplo, decorre do projeto governamental de colonização do território; veja-se que, conforme mencionado, a vinda dos colonos livres seria financiada pela venda destas terras devolutas. A passagem do trabalho escravo ao livre é a transição de uma determinada organização jurídica da terra para outra. A lei de terras, pois, é que traduz esse divisor de águas; é norma de transição. Ela procura de um lado legitimar apropriações anteriores (sendo critério legal o efetivo cultivo e morada sobre as terras); e por outro lado instituir novas regras para maior controle da colonização pelo Estado. O preço mínimo defendido por Wakefield para evitar que os lavradores pobres se tornassem proprietários, inserido na Lei de Terras, e a proibição de ocupação de terras devolutas são “duas faces da mesma moeda”.¹⁹⁹

Somado a estes novos conteúdos da propriedade da terra no Brasil, alguns decretos vieram complementar a Lei de 1850, criando toda uma institucionalidade para garantir seu cumprimento; note-se o exemplo dos cargos de Juiz-comissário (para procedimentos

¹⁹⁶ VARELA, L. B. *Idem.* p. 127-130.

¹⁹⁷ VARELA, L. B. *Idem.* p. 131-140.

¹⁹⁸ Este termo é oriundo da necessidade que os beneficiários de sesmarias tinham de “devolver” as terras à Coroa quando não estivessem cumprindo os requisitos necessários das concessões. (VARELA, L. B. *Idem.* p. 25.)

¹⁹⁹ VARELA, L. B. *Idem.* p. 140.

contenciosos), de Inspetor-geral de medições, e a do Juiz municipal. O objetivo desta nova burocracia é a geração de títulos a formalizar o direito de propriedade, embora este processo ainda tenha passado por muitos aperfeiçoamentos até que os títulos tivessem o condão de efetivamente garantir tal direito.²⁰⁰

Apesar de reconhecer a legitimidade de certas propriedades a partir do cultivo e da moradia, vai se instalando no Brasil, após a Lei de Terras, um modelo em que o critério do cultivo não poderá mais ser chamado a penalizar os senhores de terras. Enfim, o Estado não poderá mais reaver terras não cultivadas, salvo em casos de desapropriação mediante indenização. Assim ocorre a transição de uma forma jurídica proprietária para outra (de uma condicionada pré-moderna a uma absoluta moderna).²⁰¹

Consolidando todo este processo, positivou-se no Brasil um sistema hipotecário, firmado pela Lei 1237/1864, fazendo avançar bastante a mercantilização da terra, vez que a hipoteca é um dos principais institutos jurídicos que favorecem a circulação da riqueza, minimizando a insegurança nos negócios à medida que garante o crédito. Paralelamente, aventou-se um maior rigor nos registros e transcrições dos títulos de propriedade, funcionado assim mais um instrumento central do sistema capitalista em ascensão, afinal com isso a propriedade passava a ser oponível *erga omnes*.²⁰²

Cabe aludir, ainda, à enorme dinamicidade jurídica que este longo processo implicou, consolidando, nos moldes das demais ciências, um direito moderno rigoroso, fulcrado sobretudo num sujeito de direito com absoluta autonomia da vontade,²⁰³ em suas relações com os demais sujeitos de direito, portadores que passaram a ser de prerrogativas universais, bem como em relações de propriedade a que nada nem ninguém mais poderia se opor, segundo um sistema abstrato que segue os mais rígidos princípios e normas logicamente complementares, emanados de um poder central, reprimindo tudo aquilo que lhe desobedeça.

No mesmo passo da Europa ocidental, a civilística brasileira do século XIX, claro que com suas particularidades, seguiu o norte comum das concepções filosóficas que centralizavam a autonomia do homem no ordenamento jurídico e, a partir daí, atribuíam à propriedade um caráter absoluto nunca antes verificado, buscando engessar esta ordem de coisas através de códigos que suposta e pretensiosamente tudo previam (excluindo propositalmente o que fosse indiferente ou contrário ao sistema econômico-social que então se consolidava). Com efeito, ao estudar a radical passagem de uma mentalidade jurídica pré-

²⁰⁰ VARELA, L. B. *Idem*. p. 147-153.

²⁰¹ VARELA, L. B. *Idem*. p. 154-172.

²⁰² VARELA, L. B. *Idem*. p. 172-193.

²⁰³ VARELA, L. B. *Idem*. p. 195-196.

moderna a uma moderna, à luz da re-significação da idéia de *código*, pode-se identificar a dimensão estratégica do processo de codificação engrenado pela burguesia que logo antes havia alcançado o poder político na Europa através de uma revolução de caráter popular – e que no Brasil começava então a surgir e dirigir os processos políticos, porém desde o “alto”, sem a necessidade de transformações estruturais:

(...) o Código, como resultado de uma monopolização da produção jurídica por parte do poder político, é o instrumento de um Estado monoclasa (...); é o instrumento de um Estado centralizador que se expressa em uma língua nacional, culta, literária, que tenta se manter o mais distante possível de todo o tipo de localismos vernaculares, os únicos verdadeiramente agradáveis e compreensíveis à massa popular.

Se o Código fala a alguém, esse alguém é a burguesia que fez a Revolução e que finalmente realizou a sua plurissecular aspiração à propriedade livre da terra e à sua livre circulação. (...)

O Código fala ao coração dos proprietários, é sobretudo a lei tuteladora e tranquilizadora da classe dos proprietários, de um pequeno mundo dominado pelo ‘ter’ e que sonha em investir as próprias poupanças em aquisições fundiárias (...) É por isso que, ao lado da lei do Estado, a única concessão pluralista, mas, ao contrário, bem fechada no interior de um surdo monismo ideológico, é admitida como única lei concorrente o instrumento príncipe da autonomia dos indivíduos, ou seja, o contrato.²⁰⁴

Um outro aspecto a ser destacado deste chamado terceiro período é a eclosão de inúmeras revoltas, causadas basicamente pela crise do modelo agroexportador escravagista e pelas péssimas condições de trabalho e de vida dos escravos. Estes, agora com apoio de movimentos abolicionistas da cidade, fugiam, formavam resistência em quilombos e pressionavam pelo fim da escravidão, que finalmente se traduziu na Lei Áurea de 1888, a última do mundo devido a disputas políticas entre grupos da elite brasileira, pois muitos insistiam em conservar o modelo, além de que exigiam indenização pelos “prejuízos” causados pela abolição. Stedile chama a atenção para a semelhança dos argumentos registrados nos debates sobre a libertação dos escravos e o direito absoluto que os fazendeiros tinham sobre eles com o atual debate que ocorre na imprensa brasileira, quando os fazendeiros de hoje argumentam sobre o seu direito absoluto de propriedade das terras.²⁰⁵

Apesar de a apropriação da terra ser oficialmente possível somente através da compra, seja da Coroa, seja de um proprietário, os imigrantes pobres, os negros e mestiços foram ocupando as terras Brasil afora, pois a despeito das formalidades jurídicas, terra era o que não faltava. Foram formando, assim, o chamado “campesinato”, sob as mais diversas alcunhas, como a de sertanejo, ou seja, habitante do sertão, local ermo, despovoado, usando a terra de

²⁰⁴ GROSSI, P. **Mitologias jurídicas da modernidade**. p. 128-130.

²⁰⁵ STEDILE, J. P. Obra citada. v. 1. p. 23-24.

modo individual ou coletivo, o que, como se verá adiante, marcou profundamente a história brasileira.

O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira (...) trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente (...) teve sua origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. (...) Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades.²⁰⁶

Embora bastante pertinente, não é substancial para o presente trabalho a discussão acerca do campesinato brasileiro, a respeito do qual, para além de questões meramente conceituais, pairam dúvidas inclusive no que tange a sua efetiva existência como classe social no Brasil, tanto mais nos dias atuais. Considere-se, não obstante, que essa figura social e sua história é bastante importante na formação da identidade dos movimentos populares do campo, como o MST, ainda que questionável sua massiva presença em tais movimentos, pois muitos consideram-nos como formados apenas por proletários ou semi-proletários rurais.²⁰⁷

No que tange aos descaminhos da Revolução Burguesa no Brasil durante este terceiro período, Florestan Fernandes contribui com a análise das transformações econômicas geradas a partir das disputas políticas decorrentes dos avanços e retrocessos da ideologia liberal difundida entre grupos da aristocracia rural brasileira travestida de burguesia.²⁰⁸ Além disso, é pertinente sua interpretação do “desencadeamento histórico” da Revolução Burguesa, em que vale aqui destacar a transplantação, assimilação e ascensão social do imigrante no Brasil.²⁰⁹ Em síntese, pode-se dizer que o imigrante cumpriu um papel essencial no câmbio psicossocial e cultural da sociedade brasileira, desde por seus hábitos de consumo exemplificarem que um determinado mínimo de bens podem ser universalizados às classes mais baixas sem se constituírem em privilégios, chegando ao que parece ser mais relevante para a ulterior expansão do capitalismo, que é a introdução de uma mentalidade voltada ao cálculo

²⁰⁶ STEDILE, J. P. *Idem*. p. 26-27.

²⁰⁷ Para aprofundamento nesta temática, sem detrimento de outros, cf. ABRAMOVA Y, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**; CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**; e MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, J. S. (coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. p. 11-62.

²⁰⁸ FERNANDES, F. Obra citada. p. 31-85.

²⁰⁹ FERNANDES, F. *Idem*. p. 140-146.

econômico racional, imprescindível para o “padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade”.²¹⁰

Diz respeito a esse período, ainda, a formação e desenvolvimento da “ordem social competitiva”, isto é, da ordem social típica das relações de produção capitalistas, marcada por um equilíbrio dinâmico, que, nas sociedades nacionais dependentes, de origem colonial, advém com o capitalismo, e não antes dele.²¹¹ No Brasil, o principal fator para esta nova ordem social foi o fim do escravismo e advento do “trabalho livre”, o qual, para Florestan Fernandes, “guardadas as proporções (...), se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital”.²¹²

A crise do modelo agroexportador do final do século XIX, ao lado de outras questões – por exemplo, endividamento com a Guerra da Tríplice Aliança, insatisfação dos senhores de escravos, que não foram indenizados após a abolição, assim como de setores da Igreja e do Exército – engrenou uma crise no modelo político-institucional e culminou no estabelecimento da República, através de um golpe militar realizado sob total apatia popular (já que a maioria vivia em condições de escravidão ou isolada nos sertões), pelo próprio exércitodamonarquia.

No tópico seguinte se vê que, tomando o poder da oligarquia rural, a burguesia industrial nascente nos anos 1930 impõe um novo modelo econômico ao país, denominado por Florestan Fernandes de “capitalismo dependente”, já que o Brasil era deliberadamente conservado em sua posição periférica dependente dos países centrais. Precede essa análise, porém, o conhecimento de que o alcance da hegemonia por parte da burguesia industrial foi feito sem o rompimento do laço com as oligarquias rurais. Na verdade, estas foram o berço daquelas, o que, aliás, confere uma especificidade ao desenvolvimento capitalista brasileiro, continuando com seus latifundiários voltados à especulação e exportação, os quais, porém, acabaram após um período alijados do poder político propriamente dito. Isso é um dos fatores que por um lado conferem o tom cultural e político conservador da burguesia brasileira da época,²¹³ e, por outro, implica a subordinação econômica da agricultura à indústria.²¹⁴

Florestan Fernandes explica que as oligarquias rurais não entraram em colapso, como muitos historiadores afirmam. As “ilhas burguesas” espalhadas pelo país passaram a ter seu

²¹⁰ FERNANDES, F. *Idem*. p. 141.

²¹¹ FERNANDES, F. *Idem*. p. 149-197.

²¹² FERNANDES, F. *Idem*. p. 197.

²¹³ FERNANDES, F. *Obra citada*. p. 203-205.

²¹⁴ STEDILE, J. P. *Obra citada*. v. 1. p. 28-29.

ponto de encontro no comércio e, aí, a definirem seus interesses comuns. Desde o início, no terreno político se estabeleceu um pacto tácito de dominação pelo qual as oligarquias rurais encontraram as condições ideais para enfrentar a transição, “modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível”.²¹⁵ Assim a burguesia brasileira trilha um caminho de modernização gradual, de composição, ao invés de brusca, universal e relacionada à civilidade:

Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização avassaladora.²¹⁶

A despeito da origem provinciana desta burguesia nascente e de seu convívio habitual com a oligarquia rural que lhe conferiam o referido tom cultural e político conservador, este pequeno grupo procurava ostentar, nas aparências, a simbologia da burguesia revolucionária europeia – democrática e nacionalista. Nos fatos, porém, continuavam o mandonismo oligárquico, como dão prova as repressões das greves operárias de 1910, e, mais tarde, às aspirações democráticas das massas. Além disso, a estabilidade política era um requisito para atender não somente aos interesses da burguesia interna, mas também de seus parceiros externos, dentro dos limites de uma economia neocolonial estribada no esquema de exportação e importação. Nesta esteira, passavam a ser formalmente adotados instrumentos democráticos, sem, contudo, a efetivação dos mesmos dado o risco de “acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa”.²¹⁷

Discorrendo sobre essa forma de dominação burguesa, Florestan Fernandes dá destaque a dois elementos: (1) que seu caráter autocrático gerava contradições ideológicas entre os grupos da burguesia, impedindo que se constituíssem como um bloco “monolítico e invulnerável”; (2) a eclosão da sociedade de classes e o arranjo institucional de então possibilitava o surgimento de uma oposição dentro da ordem (o que no “antigo regime” era facilmente contido), pulverizando os interesses das classes dominantes e também dos extratos médios. Ambos os elementos podiam ser tolerados e eram até vistos como necessários. Ocorre

²¹⁵ FERNANDES, F. Obra citada. p. 204.

²¹⁶ FERNANDES, F. *Ibidem*.

²¹⁷ FERNANDES, F. *Idem*. p. 206.

que a configuração decorrente desses dois elementos possibilitava também pressões de baixo para cima, o que, isto sim, era intolerável, de modo que a repressão foi a resposta, através de vários meios e por longa duração (“indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo”).²¹⁸

No começo do século XX, a oligarquia é que era a classe capaz de garantir a estabilidade social durante o processo de modernização, mantendo sua hegemonia através das velhas estruturas e definindo o “inimigo comum”, que antes era o escravo, e depois o assalariado. Essa dinâmica só foi captada pelos políticos operários vindos da Europa (anarquistas, socialistas e comunistas). A classe hegemônica entendia de forma distorcida seu próprio papel: “(...) os fundamentos axiológicos legais e formais da ordem social competitiva eram extraídos de uma ordem capitalista idealizada (...). Repetindo a aristocracia imperial, a burguesia republicana furta as roupagens do arsenal ideológico e utópico das Nações hegemônicas e centrais”.²¹⁹

Analisando o processo social até este ponto, Florestan Fernandes evidencia dois pontos de conclusão: (1) a debilidade congênita da nascente burguesia brasileira era um fator de reforço de seu ultraconservadorismo. Entretanto, tal “debilidade” deve ser um tanto relativizada, afinal também deve ter como parâmetro a capacidade de as outras classes tornarem-na vulnerável, o que de fato jamais chegou a ocorrer nesse período; (2) ao “reduzir seu campo de atuação histórica e ao fechar o espaço político que se abria exatamente à mudança social construtiva”,²²⁰ a burguesia não inviabilizava sua revolução, mas a pautava dentro das estreitas possibilidades existentes num plano histórico em que não lhe cabia liderar uma transformação capitalista nos moldes dos países centrais, tornando-a possível em condições francamente adversas – “se se considera que a dependência, a drenagem de riquezas para o exterior e o subdesenvolvimento devem ser tomados como tais”.²²¹ Com efeito, é o modelo de capitalismo dependente que vai delimitar o caminho para que as classes dominantes se mantenham no poder e transformem-se em burguesia sem a necessidade de transformações radicais; sem romper, portanto, o laço de dependência com as nações centrais. Nos países de capitalismo dependente, portanto, a revolução burguesa é despida de sua

²¹⁸ FERNANDES, F. *Idem.* p. 208.

²¹⁹ FERNANDES, F. *Idem.* p. 211.

²²⁰ FERNANDES, F. *Idem.* p. 213.

²²¹ FERNANDES, F. *Ibidem.*

roupagem democrática, porém o fim alcançado é o mesmo: a dominação de classe sob a lógica capitalista.²²²

Fazendo uso da teoria ampliada de Estado de Gramsci (explicada no capítulo anterior), Carlos Nelson Coutinho afirma que durante o período colonial brasileiro, e também durante a Primeira República, o Brasil era uma formação social eminentemente de tipo *oriental*, pois apesar de desde o Império se poder identificar alguns traços de ocidentalização (como a existência de partidos políticos etc.), o Estado sempre foi muito forte, enquanto a sociedade civil, em geral, muito débil, “primitiva e gelatinosa”, além de que a vigência do instituto da escravidão, por si só, já torna plausível o entendimento de que nesta época o Brasil era uma formação de tipo oriental.

Essa situação não sofreu alterações notáveis com a Abolição e a Proclamação da República. Tal como a Independência, também a República foi resultado de uma ação “pelo alto”, de um golpe, o que impediu a participação ativa das massas populares. Por conseguinte, o bloco de poder que predominou na Primeira República (1889-1930) foi tão oligárquico quanto o da época imperial, com a única diferença de que, no interior dessa oligarquia, a burguesia agrária ligada à exportação do café tornou-se a fração hegemônica. As instituições liberais republicanas então criadas não eram de molde a favorecer o desenvolvimento de uma verdadeira sociedade civil. O parlamento permaneceu um mero apêndice do executivo (...). De resto, a utilização da repressão contra as tentativas de organização autônoma do proletariado e das camadas médias foi uma prática constante na Primeira República (...).²²³

Contudo, a distinção entre “oriente” e “ocidente” não pode ser entendida de modo estático, pois, como mencionado, Gramsci observa uma tendência geral à ocidentalização dos países em compasso com o desenvolvimento das relações produtivas capitalistas. A seguir, passa-se à análise do período subsequente, em que intensas transformações sociais são ocasionadas pelo desenvolvimento de tais relações no Brasil, devendo-se enfatizar os reflexos dessas relações no campo, dado que com seus avanços e retrocessos influíram decisivamente para o aparecimento dos movimentos populares em sua atual configuração.

3.3 DA REVOLUÇÃO PASSIVA DE 1930 À REDEMOCRATIZAÇÃO INSTITUCIONAL

De 1930 a 1964, pode-se delimitar o *quarto período*.²²⁴ Como se viu, seus preparativos são a crise do modelo agroexportador do final do século XIX e o surgimento de uma classe

²²² FERNANDES, F. *Idem*. p. 212-214.

²²³ COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 213.

²²⁴ STEDILE, J. P. Obra citada. v. 1. p. 27-31.

burguesa no seio da antiga oligarquia rural. Segundo Carlos Nelson Coutinho, é bastante proveitoso que o estudo do processo histórico brasileiro seja analisado à luz do conceito gramsciano de *revolução passiva*. Desse modo ele se aproxima das explicações realizadas por Florestan Fernandes. De fato, na esteira deste, Coutinho afirma que o estudo apenas do aspecto infra-estrutural não possibilita a compreensão do processo histórico brasileiro, vez que “a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes”, de modo que todas as etapas de transição para o capitalismo dependeram de escolhas políticas tomadas “pelo alto” (como na Independência de 1822, na Proclamação da República de 1889, na Revolução de 1930, no golpe de 1964).²²⁵

Um aspecto do conceito de revolução passiva a ser salientado para o caso brasileiro é que ele se divide em dois momentos, da “restauração” e da “renovação”, na medida em que se trata de uma reação contra a insurgência popular desorganizada, mas ao mesmo tempo veicula modificações, muitas vezes significativas, em prol de alguns interesses das massas.²²⁶

Esses dois momentos são observáveis em várias transformações históricas no Brasil, sendo que – pertinente ao *quarto período* de que se trata neste tópico – a ditadura de Getúlio Vargas de 1937 é um exemplo emblemático: foi o ponto culminante do processo que se iniciou como reação contra o movimento operário e tenentista desde 1922, passando pela oposição ao novo bloco de poder – marcadamente elitista – advindo com a Revolução de 1930 (em que a oligarquia rural perdeu sua hegemonia), tendo como estopim a Intentona Comunista, que o governo reprimiu com bastante facilidade, mas que serviu de pretexto para sua instauração. “Contudo, apesar de seu caráter repressivo e de sua cobertura ideológica de tipo fascista, o ‘Estado Novo’ varguista promoveu uma acelerada industrialização do País, com o apoio da fração industrial da burguesia e da camada militar; além disso, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, há muito reivindicadas pelo proletariado (...)”.²²⁷

Desde 1920, com um processo de industrialização crescente e modernização da economia, podia se verificar um significativo desenvolvimento da sociedade civil. A Revolução (“passiva”) de 1930, advinda como reação às pressões que vinham “de baixo”, serviu para substituir o grupo hegemônico que se encontrava no bloco de poder (colocando à frente setores mais modernos da oligarquia agrária), assim como para refrear as tendências “ocidentalizantes” de então. Todavia, este último intento fora alcançado apenas em parte, pois os pressupostos objetivos para o fortalecimento da sociedade civil estavam já postos, não mais

²²⁵ COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 195-197.

²²⁶ COUTINHO, C. N. *Idem*. p. 198-199.

²²⁷ COUTINHO, C. N. *Idem*. p. 200.

podendo ser eliminados, apesar da repressão que foi usada. Posteriormente, a partir de 1945, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, a “ocidentalização” se intensifica ainda mais, principalmente entre 1955 e 1964.²²⁸

Antes de analisar o período pós-golpe, cumpre reter que a natureza da formação social brasileira sofreu, portanto, um expressivo câmbio no começo do século XX, isto é, passando de uma formação de tipo oriental para uma de tipo ocidental.

Demais disso, é importante ressaltar que data desse período (a partir de 1930) o surgimento de um setor da indústria voltado especialmente para a agricultura, que foi sendo cada vez mais mecanizada, dando-lhe, com isso, uma nova roupagem, qual seja, a da agroindústria; neste período também os camponeses começam a ser compelidos pelas forças do mercado a integrarem-no.²²⁹

O papel dos camponeses foi, então, central neste processo de industrialização dependente, consistindo essencialmente em servir de mão-de-obra para as novas indústrias das cidades, formar um “exército de reserva” para as indústrias (mantendo, segundo a lógica capitalista, os salários a preços baixos), produzir alimentos baratos para a cidade, para que os operários pudessem sobreviver e reproduzir a força de trabalho, e produzir matérias-primas para o setor industrial.²³⁰

Já de *1964 até os dias correntes*, uma infinidade de fenômenos ocorreram, agregando componentes à estrutura fundiária brasileira e ajudando a conformar seu estado atual. Claro que profundamente vinculado aos períodos anteriores, é neste que se encontram os fatores mais próximos do aparecimento dos movimentos populares do campo, cabendo fazer rápida menção a alguns fatores importantes desta recente história.

1964, lugar-comum, foi o ano em que se deu o Golpe Militar no Brasil, derrubando um governo eleito democraticamente e que contava com expressivo apoio popular. Isso trouxe sérias conseqüências para o país, e, como se verá, especialmente para a questão agrária. Tal fato obviamente não se deu à toa, mas tem como motivação uma determinada conjuntura geopolítica. Era o ápice da chamada Guerra Fria: em disputa, dois modelos político-ideológicos matizados pelas duas potências mundiais, Estados Unidos (capitalista) e União Soviética (comunista). Trazendo o foco para a América-latina e Brasil, era uma época de grande efervescência cultural e ascensão de movimentos de massas, de esquerda; revoluções eclodiam no mundo inteiro, como na China, havia pouco mais de uma década, e, apenas cinco

²²⁸ COUTINHO, C. N. *Idem*. p. 213-215.

²²⁹ STEDILE, J. P. *Obra citada*. v. 1. p. 28-29.

²³⁰ STEDILE, J. P. *Idem*. v. 1. p. 29-30.

anos antes, Cuba, “provocativamente vizinha” da grande potência estadunidense, derrubava uma ditadura que servia aos interesses do grande capital, buscando a implantação do socialismo. Era uma época, portanto, em que os Estados Unidos viam sua hegemonia fortemente ameaçada.

Sua reação não tarda a vir em forma de patrocínio às elites de vários países do continente para que, por meio de golpes militares, solapassem a organização popular que se vinha formando em prol de uma democracia mais efetiva e, em alguns pontos, com tendências ao socialismo. No Brasil, chegou na exata hora de evitar várias reformas de base, inclusive a tão almejada e adiada reforma agrária, que vinha sendo reivindicada com cada vez mais força a partir do término da segunda guerra mundial por movimentos de trabalhadores rurais, “com consciência de classe em si” e com grande capacidade de mobilização, como as Ligas Camponesas no nordeste, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, o Movimento de Agricultores Sem Terra – MASTER, ambos mais localizados no sudeste e sul, a Frente Agrária Católica, organizada pelas dioceses locais, e, a partir de 1963, os sindicatos rurais, até então proibidos.²³¹

Como símbolos destas demandas, que buscavam uma saída legal para a enorme pressão exercida pelos movimentos camponeses, pode-se citar diversas propostas de projetos de lei de reforma agrária, como a apresentada por Luiz Carlos Prestes no Congresso Constituinte de 1946 em nome da bancada do PCB; outra proposta, do PTB, em 1954; a de Leonel Brizola, com a colaboração de Paulo Schilling, em 1963, sintonizada com as idéias da esquerda da época; e, ainda antes do golpe, o projeto de reforma agrária do governo de João Goulart, que tinha como relator Plínio de Arruda Sampaio.²³²

Para as forças conservadoras e, neste momento, ferozmente reacionárias, da oligarquia rural, e mesmo da burguesia, um golpe era medida da mais extrema urgência, na medida em que o então presidente da República, João Goulart, com amplo apoio popular, manifestava absoluta vontade política de, juntamente com outras importantes reformas de base, realizar a reforma agrária, e inclusive começava a tomar as primeiras medidas para tanto. No histórico comício de 13 de março de 1964 ele externou esse objetivo de seu governo para mais de 200 mil pessoas, anunciando que iria enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei em que mil hectares eram previstos como o tamanho máximo das propriedades rurais, conseqüentemente

²³¹ STEDILE, J. P. Notas sobre os 40 anos do Estatuto da Terra. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária...** v. 3. p. 147.

²³² STEDILE, J. P. Notas sobre os... p. 146.

desapropriando todas as fazendas acima deste limite, assim como dez quilômetros de cada lado ao longo de todas as rodovias e ferrovias federais.²³³

No inflamado discurso proferido naquela ocasião, com forte carga nacionalista, João Goulart mostrava conhecer os problemas do campo, exemplificando-os:

O que ocorre no Rio Grande do Sul é que um arrendatário de terras para plantio de arroz paga, em cada ano, o valor total da terra que ele trabalhou, para o proprietário. Esse inquilinato rural desumano e medieval é o grande responsável pela produção insuficiente e cara, que torna insuportável o custo de vida para as classes populares em nosso país.²³⁴

Sem meias palavras, denunciava a elite agrária brasileira: “A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida”.²³⁵ Além disso, como assinalado, pretendia que as melhores terras fossem destinadas aos trabalhadores:

(...) só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender os anseios do povo, nos Estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.²³⁶

Mais que isso, ele pretendia colocar imediatamente em curso tal processo:

Graças à colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a Supra [Superintendência de Reforma Agrária], graças a essa colaboração, meus patrícios, espero que dentro de 60 dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da nação.²³⁷

Em face de tais planos e da coerência das ações que os vinham pondo em prática, não é difícil compreender a atitude extrema tomada pelas elites em conluio com o imperialismo estadunidense. João Goulart certamente sabia dos riscos que corria, como se denota das diversas menções elogiosas às Forças Armadas, mas contava com o apoio popular e, sem

²³³ GOULART, João. Apresentação pública do projeto de reforma agrária do governo Goulart – 1964: discurso do presidente João Goulart no comício do dia 13 de março na Central do Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.) *A questão agrária...* v. 3. p. 97-110.

²³⁴ GOULART, J. Obra citada. p. 106.

²³⁵ GOULART, J. *Ibidem*.

²³⁶ GOULART, J. *Ibidem*.

²³⁷ GOULART, J. *Idem*. p. 104.

ceder, procurava apelar ao Congresso e às Forças Armadas para que se dispusessem a contribuir com este projeto popular:

(...) Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste país e assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e trabalho, pelo caminho da paz e do entendimento, isto é, pelo caminho reformista, pacífico e democrático.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome destas 150 ou 200 mil pessoas que aqui estão, caloroso apelo ao Congresso Nacional, para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias.²³⁸

Como se sabe, mesmo assim o golpe militar não tardou a ceifar as então renovadas esperanças do povo brasileiro. Ao projeto anunciado por João Goulart sequer deu tempo de se acrescentar as considerações finais de seu relator, Plínio de Arruda Sampaio, e logo foi abortado pelos militares. Foi posto em prática, assim, a duras penas do povo, mediante muita violência e supressão de direitos, o plano de controlar as forças progressistas latino-americanas.

É interessante observar, por outro lado, que a reforma agrária era uma medida que estava na pauta do projeto imperialista dos Estados Unidos, para conter as revoltas populares, e, aproveitando o ensejo, para consolidar a economia capitalista, integrando-a como mais um componente de mercado, em oposição, portanto, às reformas agrárias socialistas, como a de Cuba, que como uma das primeiras medidas decretou a expropriação de grandes extensões de terra de empresas estadunidenses.²³⁹

É que antes de apoiar declaradamente as ditaduras latino-americanas, seu projeto imperialista era revestido da ideologia da “Aliança para o Progresso” (proposta por John Kennedy em 1961, em Punta del Este), que pretendia tornar palatável suas imposições. Entre outras medidas, com o aval da Organização dos Estados Americanos – OEA, imediatamente criou-se um instituto de estudos e formação de técnicos de todos os países membros para criar “as condições técnicas e jurídicas para uma reforma agrária clássica que possibilitasse o desenvolvimento do capitalismo. Assim nasceu o IICA – Instituto de Investigações e Ciências Agrárias, com sede na Costa Rica, para onde, a partir de 1962, todos os governos passaram a enviar seus técnicos (...)”.²⁴⁰ Mesmo distanciado das políticas norte-americanas, João Goulart

²³⁸ GOULART, J. *Idem.* p. 107.

²³⁹ STEDILE, J. P. *Notas sobre os...* p. 149.

²⁴⁰ STEDILE, J. P. *Idem.* p. 149-150.

enviou a este instituto alguns técnicos, como José Gomes da Silva, que mais tarde, após o golpe, ficariam responsáveis pela elaboração do Estatuto da Terra.

Sendo uma exigência dos Estados Unidos, supostamente lastreada pelas lutas populares anteriores, e defendida pelo marechal Castelo Branco, que tinha formação ideológica alinhada com a de Kennedy, o resultado desse processo, já após o golpe, foi a promulgação do Estatuto da Terra, instrumento que no campo jurídico mostrava-se eficiente para uma política de desconcentração fundiária. Stedile afirma que o Estatuto da Terra pode ser considerado uma legislação progressista, tendo em conta a época e as circunstâncias políticas da ditadura militar, vez que instituiu, entre outras medidas, o cadastro de todas as propriedades de terra do país, a criação de órgão público federal responsável por esse cadastro, assim como para efetuar desapropriações, rompendo o caráter absoluto da propriedade, condicionando-a a certos requisitos etc. (embora este rompimento seja bastante relativo, como se verá no tópico 4.3). Assevera, porém, que isso não passou do plano jurídico, pois, nos fatos, a estrutura fundiária manteve-se a mesma e o capital internacional saiu sobremaneira beneficiado.²⁴¹ Por óbvio que, no essencial, o Estatuto da Terra não seria posto em prática, dado que ofendia frontalmente os interesses das elites brasileiras, as mesmas que articularam o assalto ao poder.

Em seguida, também as eleições periódicas foram desrespeitadas, Castelo Branco morreu num estranho acidente de avião, os Estados Unidos passaram a claramente dar apoio a governos autoritários militares, promulgou-se no Brasil o Ato Institucional nº 5, aprofundando a repressão aos segmentos sociais contrários à ditadura, e, com relação ao Estatuto da Terra, ele passou a servir de instrumento, agora no governo do general Emílio Garrastazu Médici, “tanto para venda de terras públicas para grandes empresas quanto para ampliação de projetos oficiais de ampliação de colonização dirigidos aos camponeses sem-terra do Sul e do Nordeste”,²⁴² vale dizer, para políticas de privatização de terras públicas e de colonização.

Mais tarde, já quando a ditadura começava a dar sinais de crise, por volta de 1976, nos governos dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, invocava-se novamente o Estatuto da Terra agora para realizar desapropriações em áreas de conflito social, inaugurando a “reforma agrária pontual”. Os governos seguintes, de Tancredo Neves e, com a morte deste, de José Sarney, demagogicamente prometiam colocar em funcionamento os mecanismos do Estatuto da Terra, inclusive convidando importantes nomes para participar do governo, como o próprio José Gomes da Silva, que foi alçado à presidência do Instituto Nacional de Colonização e

²⁴¹ STEDILE, J. P. *Idem*. p. 147-152.

²⁴² STEDILE, J. P. *Idem*. p. 151-152.

Reforma Agrária – INCRA. Mas, como ilustrado pelo pedido de demissão de Silva, as propostas não eram sérias, inclusive por faltar um verdadeiro Plano de Reforma Agrária, que era previsto pelo Estatuto.²⁴³

À guisa de conclusão acerca da questão agrária no período ditatorial, afirma Stedile:

(...) o Estatuto da Terra foi previsto para um momento histórico em que a reforma agrária de tipo clássico deveria viabilizar o desenvolvimento do mercado interno. Isso se dava no marco de influência das teses cepalinas, que preconizava que, para enfrentar o subdesenvolvimento era necessário desenvolver a indústria nacional e distribuir renda.

Contudo, os desdobramentos do golpe militar de 1964 foram frutos e geraram uma nova correlação de forças políticas, aliando militares, latifundiários, burguesia nacional e capital estrangeiro, consolidando 20 anos de ditadura militar, que impôs pela força sua hegemonia política e o seu projeto de desenvolvimento. O marechal Castelo Branco não entendeu os tempos políticos e históricos que ele ajudou a desencadear.²⁴⁴

Durante a ditadura militar ocorreu um forte desenvolvimento industrial mesmo sem a desconcentração fundiária, o que representa um contra-senso para as teorias econômicas clássicas, que propugnavam a necessidade de criação de um mercado interno através de uma reforma agrária. Isso foi possível pelo aumento do nível de especialização da agricultura e pelo fato de que a própria industrialização foi capaz de gerar o mercado de que precisava, principalmente através de uma maior concentração da terra que implicava aumento da população urbana, tendo sido também a expansão da fronteira agrícola um instrumento central.²⁴⁵

Para Florestan Fernandes, nessa época do período ditatorial é que reside o problema central da investigação histórico-sociológica da Revolução Burguesa no Brasil, pois ela consiste numa época de “crise do poder burguês”, que “emerge como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista”.²⁴⁶

No período imediatamente anterior, perpassava o imaginário tanto da burguesia, como da classe média, e mesmo do proletariado revolucionário, que o desenrolar do capitalismo brasileiro desembocaria numa transição de sua fase comercial para a industrial, com bases nacionais e conferindo à burguesia uma orientação democrático-nacionalista. Porém nem a vacilante vontade revolucionária da burguesia brasileira, nem o desenvolvimento do mercado interno, foram capazes de levar a cabo essa transição. Uma outra transição foi ocorrer pelos movimentos da economia mundial e pela percepção de oportunidades que tais movimentos

²⁴³ STEDILE, J. P. *Idem*. p. 152-153.

²⁴⁴ STEDILE, J. P. *Idem*. p. 154-155.

²⁴⁵ GRAZIANO DA SILVA, J. Obra citada. p. 28-43.

²⁴⁶ FERNANDES, F. Obra citada. p. 215.

trariam à burguesia através de uma associação com o imperialismo na absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista.²⁴⁷

O quadro global é bem conhecido (...). Uma nação, que parecia preparar-se para a Revolução Burguesa em grande estilo – isto é, segundo o modelo francês de revolução democrática – atinge subitamente, pelo que se convencionou chamar de “revolução institucional” (um eufemismo típico da falsa consciência burguesa ultraconservadora), um novo patamar histórico. O capitalismo monopolista já estava incubado, é certo. (...) No entanto, a mudança no eixo de decisões foi recente e súbita, respondendo aos efeitos econômicos, socioculturais e políticos da mencionada transição.²⁴⁸

O desenvolvimento burguês idealizado foi deslocado por uma transformação política ligada à própria crise por que passava o poder burguês, na medida em que este se encontrava sob tripla pressão após a década de 1930: em primeiro lugar, o capitalismo monopolista mundial exigia segurança para seus investimentos no Brasil e ameaçava vários interesses econômicos internos, a ponto de pôr em causa a própria base material de certos setores da burguesia; em segundo lugar, o proletariado exigia um “novo pacto social”, o que assustava por demais as elites; e em terceiro lugar, o próprio sistema havia criado a necessidade de intervenção de empresas estatais na economia, o que naquela altura, todavia, fazia o setor privado nacional e internacional sentir-se ameaçado. Isoladamente, essas três pressões não constituiriam um risco para a burguesia. Em conjunto, no entanto, levaram-na a concluir que a única forma de garantir seus interesses, e inclusive aumentar seus ganhos, era tomando o poder político, o que ocorreu com o golpe de 1964.²⁴⁹

A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (...): 1) para estabelecer uma associação com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político. (...) ao mudar seu relacionamento com o poder político estatal e o funcionamento do Estado, também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista.²⁵⁰

Assim, a burguesia evidenciou seu real caráter e as forças que a compunham; foi a primeira vez que o fez, e – primeira vez também – que isso se deu de modo coletivo. Isso

²⁴⁷ FERNANDES, F. *Ibidem*.

²⁴⁸ FERNANDES, F. *Idem*. p. 215-216.

²⁴⁹ FERNANDES, F. *Idem*. p. 216-217.

²⁵⁰ FERNANDES, F. *Idem*. p. 217.

demonstra que a “crise do poder burguês não se resolveu mediante a evolução interna do capitalismo competitivo”²⁵¹ (tampouco a aceleração do crescimento), mas mediante deliberações na esfera política, que serviram para reorganização do padrão de dominação externa, e de modo algum para uma transição independente. Tal processo demonstra, assim, a peculiaridade autocrática das “revoluções burguesas” nos países capitalistas retardatários, sendo que, tendo sido essa via apontada como normal na época, Florestan Fernandes previa a ocorrência de processos semelhantes em outros países.²⁵²

De seus escritos – que são posteriores ao período analisado – Coutinho tem a acrescentar constatações interessantes, sobretudo decorrentes mais uma vez da aplicação da teoria ampliada de Estado. Ele investiga como justamente na ditadura se verifica um fortalecimento da sociedade civil, e encontra explicação para isso no fato de que o regime militar, diferentemente do fascismo de outros países, não tinha apoio em bases de massa. O regime militar, portanto, não dispunha de hegemonia na sociedade, mantendo sua dominação acima de tudo através da coerção. Por não ter hegemonia, viu-se obrigado a tolerar a presença do parlamento e de pelo menos um partido de oposição, o qual logo se tornou um espaço de várias forças sociais antiditatoriais. Além disso, a explicitação da crise do “milagre econômico” em 1974 ajudou a desmanchar as frágeis bases sociais de que dispunha a ditadura, fazendo-a perder o apoio da classe média e inclusive de parte da burguesia monopolista.²⁵³

No contexto dessa profunda crise de legitimação, os aparelhos da sociedade civil puderam de novo voltar à luz, hegemonizadas agora por um amplo arco de forças antiditatoriais, que ia da esquerda socialista aos conservadores “esclarecidos”. (...) Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide da “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda –, consolidou de modo irresistível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira.²⁵⁴

Uma crescente resistência à ditadura se deu através de movimentos democráticos gerados em seu próprio seio, e, conforme Gramsci mesmo explica, a classe dominante tende a perder seu poder se governa apenas pela força. Com efeito, o regime militar não tivera força suficiente para reprimir a insatisfação da grande massa explorada de trabalhadores, ao passo

²⁵¹ FERNANDES, F. *Idem.* p. 219.

²⁵² FERNANDES, F. *Idem.* p. 217-221.

²⁵³ COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 215-217.

²⁵⁴ COUTINHO, C. N. *Idem.* p. 217.

que não era capaz de alcançar um mínimo de consenso social em torno de seu projeto. Por sua significância, deve-se fazer referência ao papel dos sindicatos do ABC paulista e da campanha pelas Diretas Já!, nos anos 1980, para a derrubada da ditadura. No âmbito do presente trabalho, é bastante simbólica, ainda, a resistência do acampamento de sem-terras que ocupava a fazenda Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, no ano de 1981. Referido acampamento estava prestes a ser destruído por um destacamento do exército enviado à região, comandado por Coronel Curió (famoso por sua especialidade em reprimir conflitos rurais durante a ditadura), porém houve uma grande concentração de personalidades e entidades diversas que conseguiram impedir a ação das forças da ditadura e submetê-la a uma derrota importantíssima para o futuro nascimento do MST.²⁵⁵ Além de estas ações da sociedade civil terem sido fundamentais no processo de redemocratização do país, como dito, elas serviram de exemplo de resistência aos camponeses e assalariados do campo.

O processo de abertura política culminou na Constituinte de 1988, que, não obstante as contradições da Carta que gerou, passou a estampar a imprescindibilidade da reforma agrária no Brasil. Com efeito, a Constituição elaborada incluiu como fator indestacável de toda propriedade fundiária o cumprimento de sua função social, e tão somente por subterfúgios da bancada ruralista deu-se azo à possibilidade de aplicação de uma interpretação contra a reforma agrária mediante a inclusão incoerente de uma série de previsões, como a do elemento “produtividade” a impedir as desapropriações de latifúndios (por essência descumpridores de sua função social). Assim, mesmo prevista constitucionalmente, uma efetiva reforma agrária ainda se encontra bastante longe.

Não obstante, a luta pela terra vem tomando proporções nunca registradas e a pressão por reforma agrária, através da organização popular, é cada vez mais contundente, extrapolando já o nível de simples resistência contra políticas que visam à manutenção da estrutura fundiária tradicional. Isso na medida em que a organização dos setores populares vem se equipando de novas maneiras de atuação, que, a despeito de não ultrapassarem os marcos da ordem constitucional (e talvez por isso mesmo), paulatina e cotidianamente propiciam que estes setores ocupem espaços sociais que lhes permitem imprimir a sua marca, abrindo caminho para que, num horizonte não tão distante, possam, quiçá, dirigir um processo de desenvolvimento social marcado por uma nova hegemonia. Os capítulos seguintes aprofundam-se nesses assuntos, a começar por apontamentos que continuam a análise da questão agrária na atualidade.

²⁵⁵ STEDILE, J. P.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. p. 20-21.

4 AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA NO BLOCO HISTÓRICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

A partir da teorização gramsciana sobre bloco histórico, este capítulo tem o condão de relacionar alguns traços da realidade brasileira com questões de âmbito internacional, visando ao aprofundamento de mais algumas razões da manutenção da concentração de terras no país, razões que, como se verá, na atualidade ultrapassam (apesar de não suprimirem) a simples obtenção de lucro com as monoculturas de exportação, a especulação fundiária, ou a detenção de grandes áreas para adquirir e simbolizar poder.

Sobre a conceituação de bloco histórico, convém rememorar que as reflexões políticas de Lênin são uma das maiores fontes da teoria gramsciana, que, na esteira daquelas, absorve a diferença entre o conceito marxista de formação econômico-social (evolução na utilização de “forma”, destacando seu caráter dinâmico) e o de modo de produção, no sentido de que o primeiro é mais amplo, referindo-se à totalidade social, não se esgotando na base econômica, como o segundo. Demais disso, assim como Lênin, Gramsci percebe a particularidade geográfica e histórica das leis expostas n’ “O Capital”, e com isso a preocupação de ambos é entender a formação econômico-social em que estão inseridos, através do materialismo histórico-dialético, a fim de poder intervir na realidade do modo mais coerente e eficaz possível.²⁵⁶ No conjunto teórico de Gramsci, contudo, a “formação econômico-social” é substituída pela noção de “bloco histórico”, a qual carrega uma série de elementos conceituais bastante peculiares, ou mais desenvolvidos que na obra de seus predecessores. Tal ocorre no peso atribuído ao momento ideológico-político, com a teoria ampliada de Estado, nas considerações acerca do conceito de hegemonia, e no papel dos intelectuais, por exemplo.

Seguindo a linha de pensamento destes autores – com ênfase na de Gramsci –, então, percebe-se a relevância de, no âmbito deste trabalho, analisar a realidade brasileira dentro da moldura desta importante categoria, a fim de ter presente com maior precisão a extensão da questão agrária que lhe é intrínseca.

Resumidamente, pode-se afirmar que bloco histórico é “a estrutura global na qual se inserem, como momentos dialéticos, a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas”, sem a existência de “uma hierarquia *a priori* dos momentos da realidade, nem no sentido idealista, nem no sentido *materialista*”:²⁵⁷

²⁵⁶ GRUPPI, L. Obra citada. p. 15-32.

²⁵⁷ COUTINHO, C. N.; KONDER, L. Nota sobre Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. p. 4.

(...) a relação entre esses dois momentos do bloco histórico é uma relação dialética entre dois momentos igualmente determinantes: o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura, que no início é apenas o seu reflexo; durante o período considerado, a superestrutura só poderá desenvolver-se e agir entre limites estruturais bem precisos: assim, a estrutura influi, constantemente sobre a atividade superestrutural. O momento ético-político desempenha de qualquer modo, em função dessa base, um papel motor. É ele que desenvolve a consciência de classe dos grupos sociais, que os organiza política e ideologicamente; no seio da superestrutura, então, desenrola-se o essencial do movimento histórico e a estrutura torna-se o instrumento da atividade superestrutural. A fraqueza ou importância desta última, podem, inclusive, limitar a evolução da estrutura, seja mantendo o antigo bloco histórico, seja não superando o nível trade-unionista da correlação de forças.²⁵⁸

O conceito de bloco histórico é largamente usado por Gramsci nos *Cadernos*, sobretudo para análise de situações históricas concretas, como o “*Risorgimento*” italiano, a Revolução Francesa e o “*Mezzogiorno*”. Trata-se de uma ferramenta metodológica para analisar a um só tempo a relação entre a infra e a superestrutura, entre forças materiais e ideologia, assim como entre teoria e prática; enfim, direciona-se ao conhecimento da *totalidade*. Isso decorre de Gramsci perceber que não há uma conexão simplificada de causa e efeito entre as estruturas, “mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico”, além de considerar abstrata a diferenciação entre infra e superestrutura, pois “na concretude histórica há convergência entre os dois níveis, uma convergência que conhece a distinção e a dialética, mas que se resolve numa ‘unidade real’”.²⁵⁹ Justamente nesse vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura é que, segundo Portelli, reside a contribuição original de Gramsci, vínculo este materializado na função dos intelectuais, que até então não eram considerados com a devida importância.²⁶⁰

A seguir, uma passagem que sintetiza pelas palavras do próprio Gramsci o entendimento que aqui se pretende ressaltar:

(...) não é verdade que a filosofia da práxis “destaque” a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco. Tampouco a estrutura é, nem mesmo por metáfora, comparável a um “deus oculto”: ela é concebida de uma maneira ultra-realista, a tal ponto que pode ser estudada com os métodos das ciências naturais e exatas (...). Será que a estrutura é concebida como algo imóvel e absoluto, ou, ao contrário, como a própria realidade em movimento? A afirmação das *Teses sobre Feuerbach*, de que “o educador deve ser educado”, não coloca uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo real? O conceito de “bloco histórico”, construído

²⁵⁸ PORTELLI, H. Obra citada. p. 56.

²⁵⁹ ZANGHERI, Renato. **Bloco Histórico**. In: Sítio eletrônico “Gramsci e o Brasil”.

²⁶⁰ PORTELLI, H. Obra citada. p. 123.

por Sorel,²⁶¹ apreende plenamente esta unidade defendida pela filosofia da práxis.²⁶²

E é relevante, ainda, a importância *material* – colhida de Marx – atribuída à ideologia, que assim é capaz de operar efeitos concretos na realidade social, incluindo a base econômica. Daí que merece redobrado esforço a tarefa de formação da consciência de classe nas organizações de massas voltadas à disputa por hegemonia:

(...) Recordar a freqüente afirmação de Marx sobre a ‘solidez das crenças populares’ como elemento necessário de uma determinada situação. (...) Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, com freqüência, a mesma energia de uma força material (...). A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.²⁶³

No conjunto teórico de Gramsci, portanto, a análise do real, ou de períodos históricos determinados, toma contornos particulares, já que ele traz à tona outras mediações além das tradicionais *forças e relações de produção, Estado, ideologia* etc. Além dessas, Gramsci preconiza – sem olvidar, é claro, a importância do *modo de produção* – o estudo interligado da *sociedade política* com a *sociedade civil*, seus *aparelhos privados de hegemonia*, o papel dos *intelectuais*, a atuação e alianças dos *partidos políticos*, a *correlação de forças* entre as classes e seus partidos, procurando conhecer as configurações da hegemonia naquele momento e suas tendências.

Neste sentido, cumpre observar um panorama atual da questão agrícola brasileira e realizar, de um ponto de vista crítico, uma análise do modelo de desenvolvimento historicamente implementado no Brasil. Finalmente, não se pode abrir mão de verificar o papel e conteúdo da reforma agrária numa possível ruptura deste modelo; na mesma esteira, tendo já sido vistos os empecilhos políticos condizentes com o sistema econômico

²⁶¹ Trata-se de Georges Sorel (1847-1922), um “pensador socialista mas não marxista”, segundo Coutinho. Sorel utiliza o termo “bloco histórico” para analisar a importância na história daquilo que ele chama de “mitos”, que seria algo semelhante à utopia de determinados grupos sociais, sejam grevistas, revolucionários, ou mesmo os cristãos em determinado momento; com isso, Sorel procura demonstrar como esses mitos têm força histórica, sendo que devem ser analisados em “bloco”, e não como um objeto a ser decomposto. (COUTINHO, C. N. Notas ao texto. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. p. 482.) Portanto, vê-se que é parecido mas não é o mesmo o sentido que Gramsci atribui a bloco histórico, vez que para este autor a relação dialética entre a infra e a superestrutura (dentro da qual *um* dos elementos seria o que Sorel denominava de “mito”) é que caracterizam tal conceito.

²⁶² GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 369-370.

²⁶³ GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 238. Para outras passagens expressas sobre bloco histórico nos Cadernos, cf. GRAMSCI, A. *Idem*. v. 1. p. 250-251; 305-306; 383-384; 389; v. 3. p. 69-70.

predominante, há que se estudar também os subterfúgios jurídicos e institucionais que são utilizados para travar um processo de efetiva reforma agrária no Brasil, a despeito de dispositivos constitucionais prevendo-a. Como se verá, esta inefetividade das normas constitucionais é um dos fatores que legitimam a existência e a atuação do MST, fundamentado, então, em interpretação que leva em conta a coerência sistemática do texto constitucional e que denuncia a arbitrariedade classista de não se atribuir eficácia plena a determinados preceitos.

4.1 A AGRICULTURA SUICIDA GLOBAL E SEUS EFEITOS NO BRASIL

Este primeiro tópico, então, busca analisar alguns aspectos da *questão agrícola* brasileira e desvendar quem, em seu interior, são os reais beneficiados; procura evidenciar os mecanismos que levam ao paradoxo de no país com a maior área agrícola potencial do planeta (quatro vezes a chinesa),²⁶⁴ com tantas riquezas, e com tanta produção, continuar havendo tanta miséria; mais que isso, busca compreender como num mundo cuja produção agrícola supera as necessidades da população, tanta gente ainda morra por falta de alimentação; e, ainda, procura captar os novos movimentos no jogo da hegemonia das grandes potências mundiais, as quais, visando a garantia de abastecimento energético (em tempos de crise da matriz lastreada pelos combustíveis fósseis), seguindo a mais estrita lógica do capital, lançam sua decisiva cartada nos agrocombustíveis a serem produzidos nos países (eternamente?) “em desenvolvimento”.

Embora *agricultura* seja um termo relacionado ao cultivo de vida, é possível afirmar que a submissão desta prática à lógica do capital global é uma das razões da perda de biodiversidade no planeta e da morte sistemática de milhões de seres humanos a cada ano. Diante do paradoxo do aumento da miséria, da exploração humana e da devastação da natureza paralelamente ao desenvolvimento dos meios técnicos para aplacá-las, parafraseando Paulo San Martin,²⁶⁵ encontramos no termo *suicida* o qualitativo mais adequado para o modelo de agricultura mundial, adotado praticamente sem reservas pelo Brasil.

Para compreender a submissão desse modelo à lógica do capital, é preciso ter em conta os grandes avanços tecnológicos gerados a partir dos conflitos bélicos do século XX, bem

²⁶⁴ ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. p. 118.

²⁶⁵ Autor do livro já citado “Agricultura Suicida: um retrato do modelo brasileiro”.

como considerar que as nações detentoras dessas novas tecnologias foram as que saíram militar e economicamente vencedoras. Posto isso, pode-se investigar as particularidades do caso brasileiro, percebendo, ao mesmo tempo, que as transformações de sua questão agrícola estão intimamente relacionadas com a dinâmica do sociometabolismo global dirigido pelo capital, direção que se corporifica não de forma espontaneísta, abstrata, difusa, mas sim segundo princípios rigorosamente racionalizados e, ainda que previsivelmente catastróficos, aplicados mediante estratégias claras de dominação por parte dos centros de poder.

Logo após o surto de modernização imposto pelo regime ditatorial no Brasil, o autor citado acima percorreu o interior do Brasil a fim de apreender as mudanças ocorridas. Uma de suas conclusões foi a de que “a chamada ‘modernização’ da agricultura brasileira modificou a fisionomia, a cultura, o semblante e a vida da Nação. Criou o País da miséria no meio da riqueza e da fartura, agravou a fome. É um Brasil que as estatísticas retratam mas não revelam”.²⁶⁶

Como visto anteriormente, a industrialização que vinha sendo implementada desde a década de 1930 tomou revigorado fôlego na ditadura. Nesta nova onda de modernização, o campo teve importância central, pois data dessa época o fenômeno mundial que somente em tom de propaganda pode ser denominado “revolução verde”.²⁶⁷

Tal fenômeno se refere, resumidamente, à aplicação em larga escala na agricultura da tecnologia militar norte-americana e européia desenvolvida nas duas guerras mundiais e do Vietnã. Os produtos dessa tecnologia são os diversos tipos de tratores, as semeadeiras, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas, assim como os fertilizantes químicos, agrotóxicos, antibióticos, hormônios, sementes “melhoradas” e muitos outros insumos, sem contar, ainda, toda a série de equipamentos para o transporte e industrialização da produção agrícola. Os tratores de esteira, por exemplo, são adaptações dos tanques de guerra, e vieram para facilitar o trabalho de derrubar vastíssimas áreas de florestas em poucos dias, dentro da lógica da grande escala; boa parte dos agroquímicos, por sua vez, advêm das armas químicas então sem uso pela momentânea diminuição de guerras,²⁶⁸ como é o caso do glifosato, que é usado principalmente na cultura da soja. Capaz de matar qualquer tipo de planta (a depender da dosagem utilizada), foi inicialmente desenvolvido para desfolhar as árvores que serviam de abrigo aos guerrilheiros vietnamitas e também para ferir ou matá-los. A mesma fabricante hoje continua lucrando com este produto, agora adaptado à agricultura. Aliás, o mesmo hoje

²⁶⁶ SAN MARTIN, P. Obra citada. p. 11.

²⁶⁷ ROMEIRO, A. R. Obra citada. p. 116-118.

²⁶⁸ SAN MARTIN, P. Obra citada. p. 99-100.

faz parte de um novo “pacote tecnológico” surgido com a transgenia (técnica de manipulação genética que consiste no transplante de genes de um organismo para outro),²⁶⁹ pois junto com o glifosato, ela vende também a semente geneticamente modificada apta a resistir a uma dosagem maior deste produto.²⁷⁰

Além de meios escusos como o alardeamento de epidemias inexistentes,²⁷¹ o consenso em torno da chamada revolução verde no Brasil foi se formando sobretudo mediante a promessa – entoada pelo *marketing* das transnacionais e governos centrais, a que o governo militar brasileiro fazia coro – de maior rentabilidade ao produtor, bem como de aumento nos níveis de produtividade, o que possibilitaria, de quebra, “acabar com a fome no mundo”. Na prática, foi executada pela criação em massa de cooperativas agrícolas, formadas basicamente por médios e grandes produtores, organizadas segundo critérios muito distantes dos princípios cooperativistas de gestão democrática e emancipação do trabalho. O marco regulatório foi então estabelecido através da Lei de Cooperativas, nº 5764, de 16 de dezembro de 1971, que continua vigente até hoje.

Estas cooperativas vieram a ter um papel crucial na chamada “modernização” da agricultura brasileira. Foram elas que disseminaram em massa a aceitação dos agrotóxicos, substituindo o papel solitário dos vendedores das multinacionais. Foram elas que uniformizaram as práticas agrícolas, colocando ao nível do agricultor as políticas oficiais para o setor. Foram elas que espalharam a nova mentalidade de que as questões de produção se definem a nível de grandes mercados, de lances internacionais, de jogadas de longo alcance. E são elas, enfim, que hoje controlam quase toda a política de comercialização de safras, comprando a colheita dos produtores e repassando-as depois para as multinacionais – em alguns casos fazendo o jogo aberto do capital industrial em detrimento de seus próprios associados. A maior parte delas se comporta hoje como verdadeiros conglomerados (...).²⁷²

Difícilmente os reflexos negativos deste modelo que então se difundia pelo mundo não seriam de uma forma ou outra sentidos no Brasil, porém sob os auspícios do regime militar a maneira pela qual isso se deu foi a mais brusca possível, a mais penosa para a população, que

²⁶⁹ Para uma abordagem crítica da temática, cf. Grupo de Ciência Independente. **Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos.**

²⁷⁰ 75% dos cultivos transgênicos são manipulados com o fito de serem tolerantes aos herbicidas fabricados pelas mesmas empresas que detêm as patentes desses cultivos. (Grupo de Ciência Independente. Obra citada. p. 71.)

²⁷¹ Por exemplo, o da “peste suína africana”, relatada por Sebastião Pinheiro: “Nos idos de 1978, anos de chumbo, anunciou-se a chegada da temível Peste Suína Africana. O Canadá enviou imediatamente uma equipe de cientistas para o Rio de Janeiro, centro e foco do problema. (...) No Rio de Janeiro, os cientistas ficaram apenas 48 horas e retornaram ao seu país, sem dizer uma palavra sequer, em público. Os reprodutores suínos nacionais foram sacrificados a tiros de metralhadora em todo o RS, SC, PR. [Ocorre que] O Deputado Jauri de Oliveira (...) enviou amostras de *sangue caprino* para o Centro Internacional de Epizootias, no Rio de Janeiro e obteve a *resposta positiva para PSA*. Os canadenses retiraram-se por vergonha e honestidade. (PINHEIRO, Sebastião. **A máfia dos alimentos no Brasil.**)

²⁷² SAN MARTIN, P. Obra citada. p. 67.

em sua maior parte residia no campo e dele tirava seu sustento, tanto com a agricultura familiar quanto com trabalho assalariado. De fato, essa virada tecnológica da agricultura vinha ao encontro tanto dos interesses imediatos dos latifundiários, quanto dos governamentais.

Isso porque no início da ditadura militar houve um processo bastante forte por parte dos grandes fazendeiros de reação contra os movimentos pela democratização da terra e as conquistas trabalhistas no campo. A primeira providência deles foi a expulsão em massa dos trabalhadores residentes em seus imóveis e a não contratação de mão-de-obra, inclusive, quando necessário, substituindo suas lavouras por pastagens. Atendendo à necessidade de enxugar a quantidade de trabalhadores nas fazendas, vinha a tecnologia das empresas estrangeiras para a modernização da agricultura. “Assim, as motivações profundas e reacionárias, que levaram os grandes proprietários a modernizar suas lavouras, se transmutaram aos olhos da sociedade em motivações progressistas fortemente apoiadas pelo Estado através de toda sorte de subsídios e incentivos”.²⁷³ Já entrando, portanto, nas motivações do governo, que proclamava seus interesses como sendo os da “nação”, o novo modelo de agricultura era um dos grandes vetores econômicos que consolidava o capitalismo dependente brasileiro, permitindo a manutenção dos privilégios da elite econômica nacional, então aliada com o grande capital internacional.

Com efeito, a partir daí se implantou um ciclo produtivo tão dependente destas tecnologias que até mesmo os pequenos produtores que conseguiram se manter no campo via de regra já não mais conhecem modos de produzir que não sejam os impostos por todo este modelo que foi importado, isto é, mediante tecnologias fornecidas exclusivamente por empresas transnacionais aliadas com o capital financeiro internacional, que, assim, têm o controle total do mercado, desde a obtenção de crédito pelo produtor até à mesa do consumidor.

Sebastião Pinheiro discorre sobre o fato de que todos os países centrais tiveram como base de crescimento auto-sustentado a pequena propriedade rural, assim como os exemplos regionais de desenvolvimento sócio-econômico no Brasil, os quais, todavia, em determinado momento histórico passaram a colidir com os interesses do que ele denomina “complexo agro-industrial-alimentar-financeiro”:

Se avaliarmos a estrutura agrária de pequena propriedade rural familiar no Brasil, vemos que ela é a criadora de riqueza e principal formadora da industrialização

²⁷³ ROMEIRO, A. R. Obra citada, p. 123.

autógena. Por exemplo, quantas cervejarias existiam em Santa Rosa ou Santa Cruz do Sul no início deste século? Dezenas!

Por que, no Estado de Santa Catarina, foi criada uma empresa aérea (Sadia) para transportar produtos suínos, em uma cidade do interior, que posteriormente se transformou na Transbrasil?

Qual a origem do parque industrial de Bento Gonçalves e Caxias do Sul ou São Leopoldo e Novo Hamburgo?

A resposta é sempre a pequena propriedade rural familiar. E sabemos que também na Europa muitos bancos surgiram no meio destas comunidades de agricultores como os maiores bancos dos Países Baixos.

Hoje, em época de neoliberalismo, em mercado globalizado e economia de grande escala, nos deparamos com situações muito estranhas: a criação de frangos e suínos desloca-se do sul, local tradicional, para o Brasil central, sob a alegação de menores custos de matérias primas, insumos e energia, além das isenções de tributos e impostos.

Tudo isto pode ser verdade, mas o principal argumento é que a escala de pequena propriedade familiar, hoje, é o principal entrave para a consolidação da integração do complexo agro-industrial-alimentar-financeiro.²⁷⁴

De fato hoje não é possível analisar a indústria de alimentos isoladamente, posto que se encontra integrada com muitos outros setores, tais como os produtores de energia e combustíveis, da indústria química, embalagens, *marketing*, insumos para agricultura, serviços de logística, financeiro etc. “Hoje, este é o maior e mais estratégico complexo industrial do planeta – o *complexo agro-industrial-alimentar-financeiro* (CAIAF)”,²⁷⁵ e não é à toa, diante de todo este poderio, que políticas públicas e de gestão econômica tomadas pelos países em desenvolvimento – tais como construção de infra-estruturas, no primeiro caso, e, no segundo, monetarização da economia, controle inflacionário, juros altos, manutenção do *superávit* primário, pagamento de juros da dívida externa – direcionam-se direta ou indiretamente a suprimir a concorrência difusa da pequena propriedade rural e a garantir os interesses de tal complexo.

A fim de evitar que essa análise tome um caráter abstrato e de possibilitar a visualização concreta do que seja o *complexo agro-industrial-alimentar-financeiro*, parece conveniente a exposição de um exemplo. Entre outros, pode-se citar o da empresa transnacional Cargill, que figura entre as onze principais companhias que constituem o chamado “cartel de Londres”. Criada logo após a guerra civil norte-americana, teve um início módico, porém sua dimensão atual é impressionante:

Primeiro comerciante/exportador de grãos nos EUA (25% do mercado, que é equivalente a 25,1 milhões de toneladas ou 1,0 bilhão de bushels); primeiro comerciante/exportador de grãos do mundo (25% do mercado, equivalente a 52,9 milhões de toneladas ou 2,11 bilhões de bushels); maior proprietário de elevadores de grãos dos EUA (340); primeiro comerciante de algodão; primeiro fabricante de

²⁷⁴ PINHEIRO, S. Obra citada. p. 26.

²⁷⁵ PINHEIRO, S. *Idem*. p. 36.

rações de animais protéicas com base em milho (através das subsidiárias Nutrena); segundo nos EUA em moagem via úmida de milho; segundo esmagador de soja nos EUA; segundo exportador de grãos da Argentina (10% do mercado); terceiro em moagem de farinha de trigo nos EUA (18% do mercado); terceiro empacotador de carnes nos EUA, através da Excel (18% do mercado); terceiro nos EUA frigorífico e empacotador de carne suína; terceiro nos EUA em comércio de alimentados animais; terceiro exportador de grãos da França (15-18% do mercado); sexto produtor de peru nos EUA. Cargill comercializa 350.000 porcos, 12 milhões de perus, 312 milhões de frangos. Nos EUA, possui 420 barcas fluviais, 11 navios graneleiros, 2 embarcações enormes nos Grandes Lagos, 12 navios transoceânicos, 2000 vagões de estrada de ferro, e 2000 carros de tanque. Cargill e suas subsidiárias operam 800 plantas. Têm 500 escritórios nos EUA e 300 escritórios no estrangeiro e opera em 60 países. (...)

Hoje, Cargill tem mais de 20 empresas, agências corretoras de commodities nos EUA, negociando nos mercados de Chicago e do mundo, sendo um dos maiores corretores de Wall Street. Uma outra divisão, Cargill Investor Services, tem escritórios em todos os EUA e também em Londres, Genebra e Zurique.²⁷⁶

Além da magnitude desses conglomerados, é preciso considerar que seus centros de decisão estão todos localizados nos países do Norte, com amplo respaldo governamental, de modo que na prática demonstra-se inequívoco o cumprimento de uma estratégia de longo prazo que transcende a mera disputa por mercados, tal como observado por San Martín:

Em meados da década de sessenta, documentos secretos que mais tarde viriam a público – elaborados por estrategistas da CIA – já anunciavam: os alimentos seriam a verdadeira arma na decisão das guerras do futuro. Anos depois, já em 1974, um documento da Comissão Trilateral afirmava que a base do crescimento do produto mundial bruto dos próximos anos se radicaria na expansão do setor agrícola. O documento da CIA dizia ainda que a Nação ou grupo de nações que controlasse o mercado mundial de alimentos teria nas mãos um poder de barganha fundamental sobre a evolução política do Planeta.²⁷⁷

Embora a teoria gramsciana tenha sido eminentemente elaborada a partir de problemáticas nacionais, cada vez mais se nota sua aplicabilidade para a compreensão de fenômenos mundiais, como o faz Alex Fiuza de Mello, a partir da demonstração de que em inúmeras passagens Gramsci recorre ao estudo dos movimentos da economia e da política internacionais para desenvolver sua teoria.²⁷⁸ Com efeito, neste ponto que se está a desenvolver, mostra-se cabível a idéia de que também em âmbito internacional há uma importante busca por consensos e manutenção da hegemonia em torno do projeto de um determinado grupo, sendo que tal hegemonia é engendrada não apenas pelos próprios Estados ou pelos organismos multilaterais por eles formados, mas também por instituições civis que cumprem o papel de intelectuais orgânicos na conformação ideológica das políticas mundiais

²⁷⁶ PINHEIRO, S. *Idem*. p. 201-203.

²⁷⁷ SAN MARTÍN, P. Obra citada. p. 17.

²⁷⁸ MELLO, Alex Fiuza de. **Mundialização e política em Gramsci**.

a serem executadas nacionalmente após os mais diversos tipos de influência, incluindo a coerção. Entre outras instituições globais, a Comissão Trilateral, citada no trecho acima, exemplifica tal assertiva, posto que atua verdadeiramente no intuito de consolidar consensos entre as figuras mais proeminentes dos Estados Unidos, Europa e Japão, como se denota do texto de apresentação de seu endereço eletrônico oficial:

A Comissão Trilateral foi formada em 1973 por cidadãos do Japão, Europa (países da União Européia), e América do Norte (Estados Unidos da América e Canadá) a fim de promover uma cooperação mais estreita entre essas grandes áreas democráticas industrializadas do mundo, através do compartilhamento de responsabilidade entre as lideranças no mais amplo sistema internacional. Originalmente estabelecido para três anos, nosso trabalho tem sido renovado por sucessivos triênios (...), mais recentemente para o triênio a ser completado em 2009. (...)

Quando o primeiro triênio da Comissão Trilateral foi lançado em 1973, a proposta mais imediata foi a de reunir – num tempo de considerável fricção entre os governos – um grupo não-oficial do mais alto nível possível para buscar juntos a chave dos problemas comuns de nossas três regiões. (...)

A “crescente interdependência” que tanto impressionou os fundadores da Comissão Trilateral no começo dos anos 1970 está se aprofundando na “globalização”. A necessidade de planejamento conjunto e de liderança por parte dos países da Trilateral, que (juntamente com as principais organizações internacionais) continuam sendo as principais âncoras do sistema internacional, não diminuiu, tendo, ao contrário, aumentado. (...)

Os membros da Comissão Trilateral são cerca de 350 distintos líderes em negócios, mídia, academia, serviço público (excluindo atuais detentores de cargos), uniões de trabalhadores e organizações não-governamentais das três regiões (...).²⁷⁹

Uma das possíveis críticas a partir do ponto de vista de uma nação periférica é feita por San Martin ao apontar como este organismo influencia outras instituições civis e governos com sua ideologia, que acaba por se constituir num instrumento mais sutil e ao mesmo tempo mais eficiente de imperialismo: “segundo ela [a ideologia Trilateral], já não é mais necessário dominar diretamente territórios. A interligação das economias – que se comportam hoje como verdadeiras teias cibernéticas – permitem outros mecanismos bem mais sutis de controle”.²⁸⁰ Em coletânea de artigos exclusivos sobre esta entidade,²⁸¹ revela-se que a chave para a compreensão de sua ideologia, sempre expressa em forma de eufemismos, pregando a “cooperação” entre os países para a realização dos “valores fundamentais” do mundo capitalista, reside no temor que seus intelectuais têm de que o “terceiro mundo” resolva trilhar seus próprios caminhos. No mesmo sentido, reportagem sobre os trinta anos dessa instituição:

²⁷⁹ Comissão Trilateral. About the organization. In: Sítio “The Trilateral Commission”. Tradução livre.

²⁸⁰ SAN MARTIN, P. *Idem*, p. 43.

²⁸¹ ASSMAN, Hugo (ed.); SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam *et al.* **A trilateral**: nova fase do capitalismo mundial.

(...) A Trilateral iria rapidamente se impor como um dos principais instrumentos de consulta, preocupada em proteger os interesses das multinacionais ao mesmo tempo em que lhe cabia “esclarecer”, por meio de suas análises, as decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos. (...)

Assim se constrói a trama de um poder difuso, opaco, quase inatingível, que tece sua teia através de clubes fechados e reuniões internacionais, dentre as quais o Fórum de Davos representa sua expressão mais ostentatória. Nos recintos desses encontros, de trocas, de conchavos, gravitam os mesmos protagonistas, elaboram-se as análises e os compromissos que precedem, muitas vezes, as grandes decisões. A Comissão Trilateral é uma das peças desse tabuleiro polimorfo. Consolida a aliança entre o poder das multinacionais, das finanças e da política graças a uma rede de influência cujas ramificações se estendem aos principais setores da sociedade.²⁸²

Logicamente que a Comissão Trilateral não é a única instituição desse caráter, assim como, apesar de poderosa e influente, tem também suas decisões limitadas por uma infinidade de fatores. Ela é trazida aqui como uma ilustração do que se pretende deixar claro, isto é, que os rumos da globalização econômica em prol dos grandes conglomerados transnacionais não são definidos a esmo, simplesmente pelas leis de mercado ou pelo desenvolvimento aleatório das forças e relações de produção. Muito pelo contrário, eles são diretamente dependentes de consensos e decisões políticas tomadas em círculos bastante restritos de poder, em que reiteradamente são pautadas questões agrícolas de nível mundial, viabilizadas pelos mecanismos e instâncias de direito internacional, e posteriormente executadas nacionalmente.

Uma dessas instâncias internacionais que por sua relevância na conformação da questão agrícola mundial merece também ser destacada é a Organização Mundial do Comércio – OMC, que possui estrutura própria permanente e em 1995 veio a substituir a do GATT (Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e Comércio), a qual havia sido criada no pós-segunda guerra, logo depois do Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, dentro do chamado acordo de Bretton-Woods. A OMC, que atualmente congrega mais de 140 países, é o órgão internacional que regula todas as questões relativas ao comércio internacional, inclusive gerindo conflitos entre os países-membros, com capacidade para intervir diretamente em suas políticas econômicas, na medida em que tem competência para a aplicação de sanções (ao contrário do antigo GATT). Na prática, uma grande desvantagem do sistema da OMC para os países em desenvolvimento é que ele permite que os países centrais reproduzam sua hegemonia nesta organização, conduzindo o comércio internacional segundo ditames neoliberais e totalizantes, tratando assim de manter tal hegemonia, em detrimento de eventuais projetos de desenvolvimento autônomo dos demais países.

²⁸² BOIRAL, Olivier. O clube dos ricos. In: **Le Monde Diplomatique**. Novembro de 2003.

Para além da maior abrangência da OMC, incorporando uma mais vasta gama de sectores e ramos de actividade, existe uma diferença qualitativa significativa, uma vez que o GATT tinha uma visão muito mercantilista, visando basicamente a liberalização do mercado através da revisão das tarifas aduaneiras. No entanto, e este aspecto deve ser evidenciado, o GATT não tinha incidência nas políticas nacionais não pondo em causa o primado das políticas de regulação económica dos Estados aderentes sobre a liberalização.

Com a OMC, e com as atribuições de gerir conflitos entre as partes contratantes, esta lógica foi profundamente alterada. A OMC gere os acordos negociados e aprovados pelos Estados e, simultaneamente, ao contrário do que acontecia no GATT, controla esses acordos.

Portanto, a Organização Mundial do Comércio, analisa diferendos e os estados-membros ficam sujeitos a penalizações e sanções, sempre que alterem os compromissos que negociaram.

A introdução de qualquer medida considerada proteccionista em relação a um produto ou a um sector, de natureza ecológica ou no domínio da qualidade alimentar, por exemplo, desde que entendida como uma intervenção que coloca um obstáculo técnico ao comércio, é classificado como sendo uma intromissão ao comércio mundial, e o Estado-membro que a aplica fica sujeito a sanções.

Mesmo as intervenções de serviços públicos visando a protecção dos consumidores ou acções de solidariedade social, são entendidas como tendo influência no funcionamento do mercado e como medidas contra a concorrência mundial, que apenas podem ser aplicadas desde que aprovadas pela OMC.

Pode-se afirmar que, contrariamente ao que acontecia com o GATT, a OMC passou a intrometer-se nas orientações políticas e sociais dos EM aderentes.

Assim, as desigualdades estruturais existentes na economia mundial mantêm-se na OMC, no seu funcionamento e nas suas decisões.

A OMC perspectiva-se numa visão economicista estrita que não tem em conta as realidades sociais, culturais, ambientais, organizacionais e económicas das diferentes regiões. Constitui uma das componentes fundamentais da estratégia de mundialização neoliberal da economia e da sociedade.²⁸³

A agricultura é um dos temas de central importância para a OMC, que para acompanhar seu desenvolvimento em nível mundial dispõe de um comitê específico, possuindo acordos bastante importantes para o setor agrícola, como o “acordo sobre agricultura”, “acordo sobre a aplicação das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS)”, “acordo sobre os aspectos dos direitos da propriedade intelectual relacionados com o comércio”, e “acordo sobre as medidas de salvaguarda”.²⁸⁴ Em termos gerais, estabelecem mecanismos para a liberalização de mercados, aceleração da competitividade, e aumento do controle dos recursos naturais pelo capital, segundo uma racionalidade crematística, em detrimento da soberania alimentar das nações, dos conhecimentos tradicionais, culturas regionais, equilíbrio ecológico, e sustentabilidade económica dos países em desenvolvimento, consolidando globalmente o que aqui vem sendo chamado de modelo de agricultura suicida.

Acima se demonstrou o grande infortúnio para os pequenos produtores familiares que significou a modernização da agricultura dentro do modelo da revolução verde integrada à

²⁸³ Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal – CONFAGRI. **Organização Mundial do Comércio e a agricultura**. Caderno nº 7, fev. 2003. p. 9-10.

²⁸⁴ CONFAGRI. Obra citada. p. 11.

industrialização dependente e financeirização da economia. Cumpre assinalar, porém, que os rumos dados à agricultura mundial não são prejudiciais somente aos pequenos agricultores. Embora o funcionamento do modelo reduza ao máximo a presença destes, incentivando a produção em larga escala em grandes propriedades, mesmo assim os médios e grandes produtores rurais (ou empresários agrícolas) não são os grandes beneficiados por esta cadeia produtiva global, pois também estão submetidos a forças muito superiores a sua esfera de influência (embora não de forma tão ameaçadora quanto os pequenos produtores), afinal, como visto, o sistema, em suas mais diversas etapas, funciona de modo a favorecer em primeiro lugar os grandes complexos transnacionais.

Assim como os pequenos, os grandes produtores também se vêem muitas vezes encurralados, quando, por exemplo, de uma repentina queda de preços de seus produtos, de bruscas alterações climáticas, ou, ainda, quando a tecnologia que utilizam não dá conta de exterminar as “pragas” cada vez mais resistentes que arruinam suas lavouras ou criações. Sem embargos, mostram-se incapazes de perceber a necessidade de uma matriz tecnológica diferenciada, mais independente. Insistem em continuar produzindo em larga escala para exportação, dentro do modelo do “agronegócio”, buscando eficácia, competitividade, e, claro, lucro.

Quando se deparam com as constantes crises, normalmente ocasionadas, como dito, pela queda de preços de seus “produtos-*commodities*” no mercado (controlado pelos grandes conglomerados transnacionais), gerando-lhes dívidas com as instituições financeiras, assumidas para comprar insumos e implementos (dos mesmos conglomerados), a intervenção estatal que comumente causa ojeriza aos ideólogos que os representam quando direcionada aos mais necessitados é então reclamada, via de regra não tardando a vir mediante linhas públicas de crédito, rolamento de dívidas etc., ou seja, com dinheiro público, que, no fechamento do ciclo, destina-se a encher os cofres daqueles mesmos conglomerados de empresa transnacionais.

Eles reclamam, talvez com certa razão, dos altos e baixos da política econômica oficial, montada deliberadamente para transferir recursos do setor agrícola ao setor industrial. Assim, da mesma forma como eles ganharam com o sacrifício do pequeno produtor e com o extermínio da lavoura de alimentos para o mercado interno, acabam perdendo o jogo de preços, que favorecem as agro-indústrias e o grande capital.

São peças bem tratadas de uma engrenagem que eles já não mais dominam.

O que eles sonham talvez, é com os velhos tempos em que a classe produtora tinha o poder de definir rumos e políticas do País. (...)

Fascinados pelo ciclo da soja, entraram de cabeça no devaneio da mecanização, e agora choram lágrimas de crocodilo sobre o leite derramado. Eles reclamam, mas

talvez no fundo saibam muito bem que foi o ciclo da soja que lhes permitiu acumular suas pequeninas fortunas neste País de famintos.²⁸⁵

Contudo, os prejuízos causados pelo funcionamento da agricultura suicida em todo o mundo não se resumem somente à ordem econômica de forma estrita. Efeitos negativos são sentidos também no meio ambiente e na saúde pública. Sofrendo uma pressão cada vez maior de certos setores da sociedade e de alguns governos, atualmente o “CAIAF” já não pode implementar suas políticas como antes, escamoteando os impactos ecológicos e de saúde causados pela tecnologia que disponibiliza. Dessa forma, cada vez mais se nota a incorporação de elementos discursivos relacionados a “sustentabilidade”, “conservação”, “responsabilidadesócio-ambiental” e congêneres por parte dos grandes grupos do ramo.

Certo é, porém, que na prática os danos continuam a ocorrer, inclusive em maiores proporções e por novas vias. Isso porque, longe de as tão propaladas catástrofes ambientais se constituírem num limitador às atividades relacionadas à sociedade industrial e ao modelo de agricultura predominante, sua lógica mercantil em nada se altera, e o capital vem demonstrando toda a sua capacidade de renovação ao cooptar certos pontos do discurso ambientalista e torná-lo palatável à ordem vigente mediante a proposta de que o próprio mercado, por mecanismos diversos, é capaz de resolver os problemas criados. Assim, além da enxurrada de “*marketing* verde”, uma grande onda de novas tecnologias são criadas com a promessa de causarem menos impacto,²⁸⁶ novos nichos de mercado são criados,²⁸⁷ recursos naturais antes disponíveis a todos passam a possuir também o *status* de mercadoria, passíveis então de apropriação privada, tanto quanto os recursos genéticos da biodiversidade.²⁸⁸ Além

²⁸⁵ SAN MARTIN, P. Obra citada. p. 87-88.

²⁸⁶ Exemplo são os organismos geneticamente modificados – OGM’s aplicados à agricultura, que, a despeito da promessa de demandarem menos agrotóxicos, cada vez mais vêm revelando sua inocuidade para uma agricultura sustentável. Para estudos neste sentido, além do citado “Em Defesa de um Mundo Sustentável sem Transgênicos”, cf. VEIGA, José Eli da; SILVEIRA, J. M. F. J.; FERNANDES, G. B.; ABRAMOVAY, R.; BUAINAIN, A. M. (orgs.). **Transgênicos: sementes da discórdia.**

²⁸⁷ É o caso da produção agroecológica e orgânica, voltada ao atendimento de consumidores das classes mais altas que procuram alternativas à má qualidade dos produtos agrícolas convencionais. Atualmente, para ser competitivo neste mercado é exigido dos produtores uma certificação de origem de seus produtos, a comprovar que realmente não são contaminados por agrotóxicos e outros produtos nocivos. Porém, a produção em escala nestes moldes é bem mais dispendiosa, e referida certificação é consideravelmente cara, de modo que novamente os pequenos produtores restam excluídos, e as grandes redes de comercialização são as mais beneficiadas. (PINHEIRO, S. Obra citada. p. 26-27; 38-39.)

²⁸⁸ Atualmente, por exemplo, já se fala em “hidronegócio” e “mercado da água” considerada o “petróleo do século XXI”, dado seu escasseamento via poluição e contaminação. Com efeito, em compasso com o discurso proferido pelos organismos multilaterais internacionais, no Brasil a legislação já adotou o “princípio do valor econômico da água”. A respeito, cf. especialmente BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. **Ouro azul: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta**; CAUBET, Christian Guy. **A água, a lei, a política... e o meio ambiente?**; e CAUBET, C. G. **A água doce nas relações internacionais.** E mesmo com relação ao ar já se vislumbra um certo tipo de mercantilização, pois outra coisa não é possível concluir diante dos já negociados por todo o mundo “créditos de carbono”, possibilitados pelo Protocolo de Kyoto. Sobre

disso, um novo, gigantesco, e pouco explorado mercado agro-energético aflora graças à perspectiva de esgotamento das reservas de petróleo no mundo, assim como aos prognósticos de alterações climáticas em todo o globo em poucos anos caso não haja uma significativa redução na emissão dos gases causadores do efeito estufa na atmosfera.²⁸⁹

Esta última temática é a que merece um aprofundamento maior, pois é bastante peculiar ao Brasil e demonstra a insistência na continuidade do modelo de “crescimento econômico” dependente de demandas externas e de investimentos estrangeiros, modelo cuja estruturação teórica é analisada com mais detalhes no tópico seguinte.

O acelerado processo de industrialização e urbanização do século XX se baseou quase que inteiramente na energia do petróleo, matéria-prima barata e – o que é bastante importante – móvel. Por suas características, principalmente esta, a da mobilidade, o petróleo viabilizou que alguns grupos econômicos setornassem muito ricos e poderosos, como os que controlam a cadeia produtiva desde sua extração até a distribuição, e também a indústria automobilística; ademais, toda a organização dos espaços urbanos se deu privilegiando a mobilidade dos indivíduos com o automóvel; por causa do petróleo, ainda, formou-se e difundiu-se por todo o mundo um estilo de vida em que o automóvel é sinônimo de liberdade e autonomia; além disso, até hoje é o petróleo o combustível que permite que as *commodities* agrícolas sejam transportadas pelos ares, pelos oceanos e pelas rodovias por todo o planeta, desestruturando completamente os mercados e as redes locais de abastecimento,²⁹⁰ “para a imposição do controle por grandes cadeias que manejam a produção e circulação global dos alimentos”.²⁹¹

Em outras palavras, desde a subjetividade, passando pela esfera da produção econômica, até chegar na da regulação jurídica e da produção discursiva, em todos os aspectos da vida em sociedade, portanto, de uma forma ou de outra está presente a racionalidade do capital concretizada a partir do petróleo.

Com as fontes desta matéria-prima se esgotando e com a ameaça que representa a continuidade de seu uso para a vida futura do planeta, todo o sistema (especialmente sua configuração de poder e padrões de consumo) baseado no petróleo entra em xeque. Diante disso, logicamente que outras alternativas – que não alterem a atual hierarquia – começam a

este assunto, cf. BOLDRINI, Eliane Beê. **A ideologia da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável:** a estrada do porto de Antonina, um estudo de caso. p. 84-110. Ainda, com relação à apropriação privada de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, cf. SHIVA, Vandana. **Biopirataria:** a pilhagem da natureza e do conhecimento.

²⁸⁹ BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar:** aquecendo o debate sobre agrocombustíveis.

²⁹⁰ MORENO, Camila. Apresentação – Soberania energética e soberania alimentar: uma só luta na era da agroenergia. In: BRAVO, E. Obra citada. p. 5-9.

²⁹¹ MORENO, C. Obra citada. p. 9.

ser estudadas pelos principais beneficiados e controladores do sistema, sendo que a mais adequada para a manutenção da ordem geopolítica desigual foi encontrada nos chamados “agrocombustíveis”.²⁹² Nesta esteira, o governo dos Estados Unidos vem procurando incentivar os países agro-exportadores do Sul a fornecê-los massivamente. O governo brasileiro, por sua vez, vem dando provas de grande entusiasmo com esta nova conjuntura, tanto que ao final de março de 2007 formou-se uma aliança entre ambos no sentido de somarem esforços e investimentos para expandir os programas de etanol (produzido a partir da cana-de-açúcar) para países da América Central e Caribe, lembrando que o Brasil atualmente é o maior produtor e exportador mundial desse produto, e que, segundo o Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011), a área potencial estimada para o cultivo de matérias-primas energéticas salta para 200 milhões de hectares.²⁹³

Não faltam estudos técnicos demonstrando o equívoco de os países em desenvolvimento embarcarem nesta nova política energética. Para ficar no exemplo do Brasil, que está em quarto lugar no mundo em emissão de gás carbônico (80% da qual se deve à destruição da floresta amazônica), a expansão de monocultivos para abastecer o mercado agroenergético tende tão somente a agravar o problema, já que para tanto é prevista uma pressão na fronteira agrícola da Amazônia e do Cerrado. Assim, “(...) é preciso desmistificar a principal solução apontada atualmente, difundida através dos supostos benefícios dos agrocombustíveis. O conceito de energia ‘renovável’ deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes”.²⁹⁴

Posto isso, ao que parece, a discussão mais importante a se fazer é relativa ao “imperativo naturalizado de garantir o suprimento a uma demanda externa”,²⁹⁵ pregado como a única solução de desenvolvimento para o Brasil, imperativo que não é nem um pouco novo, mas que em cada época se apresenta com uma roupagem diferente. Nos dias de hoje ela recebe o nome de “Plano de Aceleração do Crescimento – PAC”, na prática um conjunto de mega-projetos infra-estruturais que em última análise potencializam e garantem as inversões de grandes capitais no país (com grande ênfase no setor que convencionamos chamar de *agricultura suicida*), sem que necessariamente fomentem desenvolvimento social. A esse respeito, Camila Moreno apresenta relevantes ponderações:

²⁹² MORENO, C. *Idem*. p. 8-10.

²⁹³ MORENO, C. *Idem*. p. 17-20.

²⁹⁴ MENDONÇA, M. L.; MELO, Marluce. Agroenergia: mitos e impactos. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. **Direitos humanos no Brasil 2007**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 39.

²⁹⁵ MORENO, C. *Idem*. p. 13.

Considerando o peso que tem no discurso político dito “de esquerda”, “progressista”, o “desenvolvimento” e o “crescimento” econômico sob o modelo hegemônico de agro-exportação de matérias-primas condiciona, desde o campo, o centro da política e a inserção latino-americana na economia global em pleno século XXI. Neste caso, atualizando as equações coloniais de dependência, as medidas de combate ao aquecimento global dos países do Norte – e sobretudo a perpetuação de seus padrões de consumo e estilo de vida – dependem, mais uma vez, da exploração de nossos recursos naturais e subordinação de nossos territórios e economias. E isso justamente em um momento de crise energética global, que poderia servir para desnaturalizar esta relação histórica de subordinação e colonialidade, serve exatamente para o propósito contrário.²⁹⁶

Observando, portanto, que os agrocombustíveis vêm acalentando a “eterna utopia de ‘Brasil, país do futuro’”, continua a autora:

É justamente a política do etanol, no século XXI, que está redefinindo rapidamente uma conjuntura onde não vai haver nenhum outro futuro que o do Brasil transformado em um imenso canavial (...). E isso às custas do conteúdo vazio ao sentido do “desenvolvimento” que prega à esquerda e à direita a “oportunidade econômica” dos desertos verdes, por exemplo, e a geração de empregos com o corte de cana (ampliando os postos de trabalho migrantes e sobre-explorados do bóia-fria).²⁹⁷

Como mencionado, o tópico seguinte se debruça sobre a questão do modelo de desenvolvimento brasileiro criticado no trecho acima. Antes disso, finalmente, resta salientar que a ordem de funcionamento da agricultura mundial encontra explicação no papel de funcionalidade que cumpre perante o sociometabolismo dirigido pelo capital, este movido por uma lógica relativamente autônoma porém implementada segundo estratégias de dominação a partir dos centros de poder mundiais. Neste quadro, percebe-se como a agroenergia e os agrocombustíveis, extremamente impactantes para o meio ambiente e sociedade, tornaram-se fundamentais para a reprodução do capitalismo, e como, portanto, é urgente um amplo debate a respeito de, no mínimo, uma moratória a esta nova matriz, como proposto por algumas organizações da sociedade civil de países do Norte.²⁹⁸

²⁹⁶ MORENO, C. *Ibidem*.

²⁹⁷ MORENO, C. *Idem*. p. 17.

²⁹⁸ MORENO, C. *Idem*. p. 10.

4.2 A “QUESTÃO MERIDIONAL” E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Apesar da disputa política que hoje existe, nota-se que a distribuição fundiária e a organização agrícola seguem sempre as linhas principais dos projetos de desenvolvimento concebidos pela classe que detém a hegemonia social, que no Brasil, como visto, na primeira metade do século XX passou da oligarquia rural para uma burguesia a esta aliada. A partir daí, a estrutura de tal configuração de poder praticamente não sofreu alteração, mesmo com a recente conquista eleitoral do governo federal pelo Partido dos Trabalhadores – PT, dado que tal conquista se deu mediante o consentimento da burguesia após garantir-se a inalterabilidade do *status quo*, permitida pela burocratização do partido que o transformou em mais um “partido da ordem”, dotado de um vínculo precário com as massas.²⁹⁹ A classe hegemônica atualmente, portanto, continua sendo a burguesa, agora ainda mais alinhada do que antes com os interesses do capital internacional, sobretudo o de viés especulativo-financeiro, o que se denota da mais absoluta carência de um projeto de desenvolvimento calcado em bases nacionais, idéia a que a burguesia se mostra profundamente cética.

Daí a importância de se compreender a relação dos países empobrecidos com aqueles que detêm a direção do sistema, assim como os antagônicos modelos de desenvolvimento que, de um lado, pretendem manter as atuais relações desiguais, e, de outro, dependem de sua ruptura. Neste sentido, há um conjunto de reflexões de Gramsci que podem servir para instigar a compreensão da subserviência brasileira em relação às metrópoles em seu período colonial, assim como posteriormente aos países capitalistas hegemônicos: tratam-se dos escritos contidos em “A Questão Meridional”.³⁰⁰

Este é o título de um livro publicado após a morte de Gramsci, em que se encontram vários textos esparsos que na época foram publicados em jornais ligados à esquerda italiana; o último texto, de cunho mais teórico, porém, é no que ele se deteve mais detalhadamente sobre dita questão meridional, texto que, infelizmente, não pôde ser finalizado devido à sua prisão pelo regime fascista, em novembro de 1926. Mas em que consiste referida questão meridional para Gramsci? E, considerando o fato de sua escrita ter em mira quase sempre o calor dos acontecimentos daquele específico período da história italiana, em que medida suas idéias podem ter alguma serventia para o contexto brasileiro?

²⁹⁹ A respeito, cf. IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.**

³⁰⁰ GRAMSCI, A. **A questão meridional.**

Basicamente este termo dizia respeito ao fato, bastante debatido na época, de a região sul da Itália ser muito pobre e atrasada, no que tange à industrialização, enquanto o norte do país já se encontrava em fase mais avançada de modernização. A partir daí, políticos e teóricos enunciavam uma infindável série de causas e propunham diversas soluções para o problema, em sua grande maioria puramente demagógicas aos olhos de Gramsci. Era comum, inclusive, que se colocasse no Sul a culpa de a Itália não se destacar no cenário internacional. Resumidamente, pode-se dizer que Gramsci era completamente avesso a explicações “dualistas”, ou seja, a explicações que rejeitavam o caráter sistêmico, cíclico, da miséria sulista; para Gramsci, o problema era “funcional”, é dizer, a riqueza do norte e a pobreza do sul estavam intimamente relacionadas.

Como visto no começo do segundo capítulo, para Otto Maria Carpeaux é justamente essa visão de Gramsci sobre a inter-relação do binômio riqueza/pobreza um dos aspectos mais relevantes para o estudo da realidade brasileira, que encontraria paralelo na relação do nordeste brasileiro com as regiões economicamente mais desenvolvidas do país. A nosso ver, tais considerações dão azo a uma discussão ainda mais ampla, que pode ser alçada a níveis globais, posto que referido binômio é muito evidente na relação entre os países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, os primeiros predominantemente localizados no hemisfério norte, e estes, no hemisfério sul, baixo à sistemática de *trocas desiguais e combinadas*.³⁰¹

Uma vez que abarca o modelo “moderno” de agricultura, trazendo sérias consequências ao Brasil, sobretudo no âmbito sócio-ambiental, assim como está intimamente relacionado à disputa entre as classes dirigentes e subalternas pela hegemonia de seus projetos políticos, vale a pena se deter um pouco no debate oriundo daquele ponto específico da “Questão Meridional”, que apresenta íntima relação com os temas de “crescimento” e “desenvolvimento” econômicos. Sem os elementos trazidos por este debate, não é possível visualizar com suficiente clareza a necessidade de uma política de reforma agrária e os pontos principais que ela deve conter.

Ao se falar em “desenvolvimento”, impende ressaltar que não se trata de um termo unívoco, vez que possui várias acepções de acordo com o tempo e espaço. O que se entendia por desenvolvimento na Europa pós-segunda guerra, por exemplo, não é o mesmo que lá se entende hoje. Da mesma forma, não obstante a influência de estudos estrangeiros, na América

³⁰¹ MANDEL, Ernest. *Apud*: MELLO, A. F. **Capitalismo e mundialização em Marx**. p. 64.

Latina o termo pode também adotar configurações bastante peculiares, dada a pluralidade de culturas que comporta.

Grosso modo, a distinção básica a se explicitar é entre desenvolvimento e crescimento econômico, que não mais se confundem. Conforme ensina Eros Roberto Grau, desenvolvimento, embora intrinsecamente ligado ao crescimento econômico, é muito mais do que isso, tendo a ver com a efetiva melhora nas condições de vida da população, inclusive no que tange ao aspecto cultural e intelectual, constituindo-se em efetivo princípio constitucional.³⁰² Em geral, a opinião prevalecente no meio acadêmico, hoje, é que o crescimento econômico só tem sentido se vier em prol da maioria da população.³⁰³

Certo é, então, que só há por que se debater desenvolvimento na medida em que o mundo fático apresenta situações de “subdesenvolvimento”, ou seja, situações em que a realidade anda em descompasso com a atual forma societária de localidades tidas por desenvolvidas, em que sua população tem acesso a uma série de bens e direitos que outras não têm. Buscando formas de equilibrar desigualdades é que vem à tona a questão do desenvolvimento.

Octavio Ianni fala na existência de “três interpretações do desenvolvimento”.³⁰⁴ Ele parte da constatação de que todas as ciências sociais, em última análise, estão preocupadas em compreender as transformações sociais, sendo a dinâmica da história o problema central dessas ciências, desde o nascimento delas. O devir histórico é sempre uma coordenada de suas reflexões, mesmo para autores que consideram o presente como o pináculo da civilização. Na opinião de Ianni, as respostas mais acabadas sobre o prognóstico do futuro social, contudo, foram dadas por Marx, e é por isso que todos os cientistas sociais se viram obrigados a dialogar com sua obra.

Neste sentido, por muitos cientistas sociais a história não é estudada apenas como mais um dado, ou como algo que é inevitável encarar. Por muitos deles, a história é vista como algo a ser constituído pelo homem através de sua atividade cognitiva. Assim, a própria ciência social pode ser encarada como participante criadora da história, e, na medida em que isso revela e põe em xeque as configurações de poder, as classes dominantes podem acabar se sentindo ameaçadas por elas. Demais disso, as ciências sociais podem servir de instrumento

³⁰² GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição federal de 1988**.

³⁰³ Prova disso é a entrega do prêmio Nobel de Economia de 1998 a Amartya Kumar Sen, que, embora se deva ressaltar que suas concepções são de cunho eminentemente liberal, defende que a medida do desenvolvimento das nações é a liberdade de seus cidadãos. (SEN, Amartya Kumar. **O desenvolvimento como liberdade**.)

³⁰⁴ IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia latino-americana**. p. 83-100.

de aceleração da história – “nos limites das tendências histórico-estruturais do sistema em que se insere” –,³⁰⁵ como o foi a corrente positivista na época da industrialização capitalista.

Fenômeno semelhante se observa nos países “em desenvolvimento”: as classes dirigentes ligadas ao capitalismo internacional sentiram a necessidade de estimular estudos que corroborassem as transformações sociais que almejavam, reinstaurando, assim, um problema que já havia sido posto no surgir das ciências sociais, que é o do devir histórico, mais especificamente, das transformações estruturais. Em tais países, há distintas orientações na explicação das transformações estruturais, ou seja, são diferentes os modos de interpretação dos seguintes componentes das totalidades históricas: (1) “as relações entre os homens e o sistema econômico-social, político e cultural”; (2) “a harmonia possível dos componentes do todo e os ritmos diversos de modificação das várias esferas do sistema”; (3) “a relação sujeito-objeto da atividade humana, tanto ao nível das ações econômicas como das outras, inclusive no âmbito da atividade de conhecimento científico”.³⁰⁶

A primeira interpretação de desenvolvimento, estudada sob o título “Estabilidade e Mudança” por Ianni, trata-se de uma teoria que ressurgiu para explicar a transformação de sociedades agrárias e dependentes em sociedades industriais autônomas, que é a teoria econômica clássica, ou liberal, “que concebe o sistema econômico como autônomo e suscetível de dinamizar-se internamente, dependendo da ordenação, ponderação e aceleração dos seus componentes básicos”,³⁰⁷ que seriam essencialmente a “divisão do trabalho, a acumulação de capital e a inovação técnica”.³⁰⁸

Uma vez que nessa visão o desenvolvimento, o progresso social, está diretamente relacionado ao progresso econômico, este “o produto da atuação exclusiva ou fundamental das forças produtivas básicas”,³⁰⁹ no quadro do *laissez-faire*, há um grande paralelismo entre as teorias desenvolvimentistas e clássicas. Ambas estão na mesma relação com o presente, estando interessadas em apenas um aspecto da realidade, dado que “encaram o sistema econômico-social como um todo em constituição”,³¹⁰ fechando-se para tantas outras linhas de mudanças históricas, o que é bastante conveniente à burguesia ascendente, a quem interessa somente uma ciência de manipulação do já constituído, descartando as cogitações sobre o

³⁰⁵ IANNI, O. Obra citada. p. 87.

³⁰⁶ IANNI, O. *Idem*. p. 87-88.

³⁰⁷ IANNI, O. *Idem*. p. 88.

³⁰⁸ IANNI, O. *Ibidem*.

³⁰⁹ IANNI, O. *Idem*. p. 90.

³¹⁰ IANNI, O. *Ibidem*.

futuro como especulações sobre o impossível, bem como destituindo o atuar humano da possibilidade de intervenções na realidade.³¹¹

Uma outra orientação na explicação do desenvolvimento, exposta sob a insígnia “Economia e Política”, é em certos aspectos semelhante à anterior, posto que também enfoca apenas o âmbito econômico da totalidade. Ela explica a pobreza por um círculo vicioso em que a escassez de mercado traz baixo incentivo ao uso de capital, sendo que o diminuto mercado se deve à baixa produção, a qual, por sua vez, é devida ao pouco capital disponível. Em resumo, ela afirma que as sociedades pobres o são justamente porque são pobres. Como assinalado, deixam de considerar outras importantes configurações da realidade e, em sua ordem de idéias, preconizam como única solução para o subdesenvolvimento o empreendedorismo de investidores oriundos das nações estrangeiras (e aí está a diferença fundamental da teoria anterior, para a qual a solução está no desenvolvimento das forças produtivas internas através do livre-mercado).³¹²

Já a terceira interpretação, que é a “Explicação Dialética”, não se restringe ao âmbito econômico: “É uma teoria que abarca todas as esferas da realidade social, concebida como uma totalidade histórico-estruturada”,³¹³ em que o homem não é visto como secundário ou dispensável, nem como demiurgo do real, além de que também não é concebido como um ente abstrato, e sim inserido em relações sociais concretas. Daí a importância de se considerar a existência de distintas “classes sociais”, que, na prática, determinam o modo como ele se relaciona com o produto de sua atividade, e, assim, como ele formula sua visão de mundo – se favorável à manutenção da sociedade tal qual se apresenta hoje ou a uma necessária mudança. Nas palavras de Ianni,

(...) na explicação dialética o homem surge como senhor do seu futuro, ainda que, para ser construído, este deva concretizar-se sobre o trabalho acumulado pelas gerações anteriores. Partindo das condições de existência propiciadas pela vigência de um dado sistema social de produção, os homens podem construir o seu futuro, optar em face de alternativas garantidas pela sua liberdade e as configurações do presente.³¹⁴

As leis gerais deste modo de conceber o devir histórico são as expostas por Marx, as quais não pressupõem um momento econômico autônomo nem um homem como um autor arbitrário da história, mas, em suma, reconhecem que “os homens fazem a sua própria

³¹¹ IANNI, O. *Idem.* p. 90-91.

³¹² IANNI, O. *Idem.* p. 91-96.

³¹³ IANNI, O. *Idem.* p. 96.

³¹⁴ IANNI, O. *Idem.* p. 96.

história, mas não a fazem como a querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.³¹⁵

Cada uma dessas três teorias pode ser denominada, respectivamente, de “liberal”, “imperialista” e “revolucionária”. As duas primeiras agregam-se a uma compreensão positivista da realidade, que determina sua segmentação do real no âmbito econômico, bem como sua visão determinista; além disso, mostram-se comprometidas em manter a estrutura social vigente, tão somente a refinando, e, com isso, concebendo o futuro como um mero aperfeiçoamento do presente, não sendo outra a função da ciência senão viabilizar isso.³¹⁶

A explicação dialética, porém, declaradamente lança-se sobre o futuro, partindo do estudo do esgotamento do presente; está atenta à totalidade e não somente a seu aspecto econômico, afirmando uma grande margem de comando dos homens sobre seu futuro, o que confere a essa teoria uma grande importância nos países subdesenvolvidos, aos quais podem ser apresentadas alternativas possíveis em face do capitalismo.³¹⁷

Na esteira das duas primeiras interpretações é que no Brasil se propugna, sobretudo na prática político-eleitoral e em âmbito governamental, com reflexos na cultura e no senso-comum, o crescimento econômico como alavanca para o desenvolvimento. A partir daí advêm discussões acerca do modo de implementar tal medida, se com maior ou menor dirigismo estatal etc. Ponto comum, ressalte-se, é a aclamação do crescimento econômico como o caminho para um inexorável destino de bem-estar social viabilizado pelo alcance da paridade nos padrões de consumo dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento com os desenvolvidos (sendo o padrão destes o paradigma).

O ponto nevrálgico que agora merece uma análise mais detida é justamente este, portanto, o de se adotar sem ressalvas o caminho do crescimento econômico como determinante para o desenvolvimento. Dois autores que problematizaram assertivas desta ordem, e que parecem ter muito a contribuir num debate que se pretenda crítico, sobretudo ao considerarelementossócio-ambientais, são Celso Furtado e Franz Josef Brüseke.

Uma das principais contribuições do primeiro parte da observação de que “Os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social”.³¹⁸ Isto seria recorrente, por exemplo, em autores tão

³¹⁵ MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *Apud*: IANNI, O. *Idem*. p. 98.

³¹⁶ IANNI, O. *Idem*. p. 99.

³¹⁷ IANNI, O. *Idem*. p. 100.

³¹⁸ FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. p. 13. Note-se que para este autor a expressão desenvolvimento econômico, à qual vai tecer as devidas críticas, adota o conteúdo de crescimento econômico, num primeiro momento, e, na sequência, de universalização daquilo que se tem por evoluído nas sociedades industrialmente mais desenvolvidas.

singulares como, Rousseau, Marx e Malthus, para quem respectivamente, o “bom selvagem”, o “fim do Estado”, e o “princípio populacional”, são postulados que estão na base de suas teorias, sem, contudo, serem explicitados. São eles, os mitos, que direcionam os trabalhos. Assim, no dizer de Celso Furtado, “os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhe proporcionam conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um *reflexo* da realidade objetiva”.³¹⁹

Com efeito, referido autor constata o mesmo fenômeno no campo de pesquisa ao qual se dedica, afirmando que pelo menos noventa por cento da literatura produzida no campo das ciências sociais se funda na idéia de que “o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado”.³²⁰ Ainda neste caminho,

(...) pretende-se que o *standard* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.³²¹

Com essa ênfase no ideário de universalização do desenvolvimento econômico nesses moldes, fica difícil para seus defensores perceber que muitas das mazelas contemporâneas fecham o círculo vicioso da “solução” por eles pretendida. A partir de uma ampla revisão crítica de vários dogmas da economia política tradicional, Celso Furtado demonstra que há limites para o crescimento/desenvolvimento econômico, e se mostrando já atento à questão ambiental em sua época, afirma que

As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados.³²²

³¹⁹ FURTADO, C. Obra citada. p. 13.

³²⁰ FURTADO, C. *Idem*. p. 14.

³²¹ FURTADO, C. *Ibidem*.

³²² FURTADO, C. *Ibidem*.

Uma série de conceitos econômicos clássicos é, então, desmantelada pelo raciocínio do autor. Ou melhor, na medida em que estes não podem ser substituídos por outros, têm situada sua exata significação. A lei da oferta e da procura, por exemplo, embalada pela “mão invisível do mercado”, não se sustenta frente à complexidade do funcionamento da economia em âmbito global, principalmente tendo em conta situações do atual desenvolvimento capitalista, com centros de poder diversos, como o conjunto de Estados, as megacorporações atuando apesar de quaisquer fronteiras (fomentadas em certa época pelos governos dos países centrais), e as cadeias de comunicação. Não se trata, portanto, de desprezar a lei da oferta e da procura, mas de considerá-la num contexto global em que as várias decisões emanadas dos centros de poder revelam maior proeminência na causalidade de fenômenos reais.³²³

No quadro desses conceitos econômicos a serem revisitados, mostram-se fundamentais as considerações acerca dos *investimentos* para o desenvolvimento, assim como seu cálculo com base no crescimento do *Produto Interno Bruto – PIB*. Isso para se perceber o quão arbitrária (em prol das classes dirigentes) é a atual noção predominante de desenvolvimento (ou crescimento) econômico:

(...) Os economistas falam correntemente de inversão ou investimentos como de algo que não comporta maiores ambigüidades. “Em toda política de desenvolvimento, qualquer que seja o sistema, um alto nível de investimento sempre será essencial”. É essa uma afirmação totalmente equivocada. Investimento é o processo pelo qual se aumenta a capacidade produtiva mediante certo custo social. Suponhamos que o objetivo seja produzir mais bem-estar social e que na definição de bem-estar se concorde em dar a mais alta prioridade à melhoria da dieta infantil, a fim de obter melhores condições eugênicas para o conjunto da população. Esse objetivo pode ser muito mais rapidamente alcançado reduzindo o consumo supérfluo das minorias privilegiadas (modificando a distribuição do bem-estar) do que aumentando o investimento. (...)

(...) Mais ambíguo ainda é o conceito de taxa de crescimento do PIB.

Por que ignorar, na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (difícilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam os seus resíduos? Se o aumento da taxa de crescimento do PIB é acompanhado de baixa do salário real e esse salário está no nível de subsistência fisiológica, é de admitir que estará havendo um desgaste humano. (...)

Em um país como o Brasil, basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento do PIB. Isto porque, dado o baixo nível médio de renda, somente uma minoria tem acesso aos bens duráveis de consumo e são as indústrias de bens duráveis as que mais se beneficiam de economias de escala (...)³²⁴

Com a desmitificação do desenvolvimento econômico que leva a cabo, Celso Furtado consegue desvendar o caráter sistêmico entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, é

³²³ FURTADO, C. *Idem*. p. 113-115.

³²⁴ FURTADO, C. *Idem*. p. 116-118.

dizer, revela a interligação entre estes dois processos. Após o período histórico em que a Inglaterra era o centro do emergente capitalismo industrial, outros países passaram a investir pesado na estruturação de suas indústrias nacionais, pois “em nenhuma parte essa passagem ocorreu no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida com esse fim”.³²⁵ Não obstante, neste período o papel de periferia continuava a ser encenado pela grande maioria, em cujas economias o incremento de produtividade se resumiu à expansão da exportação de produtos primários (o que já vinham fazendo há muito tempo), não havendo, com isso, processo de acumulação e avanços tecnológicos que acompanhassem o centro do sistema.³²⁶ Justificando essa ordem de coisas, vinha a doutrina liberal pregando a “lei das vantagens comparativas”, segundo a qual cada país, no mercado internacional, teria determinado “dom” peculiar, o qual poderia explorar como melhor lhe conviesse. Na prática, isso resultou na manutenção das relações coloniais de outrora, vez que os países periféricos continuaram exercendo as mesmas funções de fornecedores de matéria-prima barata, às mesmas ou a novas “metrópoles”.³²⁷

Entretanto, a situação de subdesenvolvimento de certos países dentro deste “jogo” das *vantagens comparativas* não se deve somente ao fato de priorizarem as exportações de produtos primários, havendo outras mediações a serem consideradas.³²⁸ Não importa aqui abordar em detalhes tal processo, sendo suficiente assinalar que sua essência é a de, por diversos mecanismos políticos, ainda que mais tarde tenha sido necessária sua industrialização, manter os países periféricos dependentes de investimentos externos.

Daí que “subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país”.³²⁹ Celso Furtado bem assinala que o conjunto de conhecimentos acerca da estrutura capitalista não mais permite a conclusão de que os países tendem a se igualar aos Estados

³²⁵ FURTADO, C. *Idem*. p. 23.

³²⁶ Sobre este *centro*, veja-se que ele não decorre de um processo espontâneo e linear, mas de articulações políticas complexas entre Estados e iniciativa privada: “Da formulação da Carta de Havana e criação do GATT ao Kennedy Round, passando pela formação do Mercado Comum Europeu, foram dados passos consideráveis no sentido de estruturar um espaço econômico unificado no centro do sistema capitalista. (...) A formação, a partir da segunda metade dos anos 60, de um importante mercado internacional de capitais constitui o coroamento desse processo, pois permite às grandes empresas liberar-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais”. (FURTADO, C. *Idem*.p. 26-27.)

³²⁷ FURTADO, C. *Idem*. p. 23-26.

³²⁸ Uma delas, por exemplo, é mais uma vez a profunda relevância do âmbito político na configuração desse equilíbrio assimétrico: “Que países – com abundância de terras não-utilizadas e a possibilidade de receber imigrantes (ou de utilizar mais intensamente uma mão-de-obra integrada num sistema pré-capitalista) – hajam optado pela linha de menor resistência das vantagens comparativas não é para surpreender. (...) O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização engendrada pelo incremento de produtividade. A atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sob o controle do grupo social diretamente comprometido com o processo produtivo. (...)”. (FURTADO, C. *Idem*. p. 24-25)

³²⁹ FURTADO, C. *Idem*. p. 20.

Unidos, por exemplo, nem que há etapas necessárias a serem cumpridas num processo de desenvolvimento.

A conclusões semelhantes chega Franz Josef Brüseke, em análise mais recente. Este autorenxerga na miséria da maioria a razão da abundância da minoria, sob a batuta da *divisão internacional do trabalho*:

No fim do século vinte as teorias do desenvolvimento global somente adequam-se ao seu objeto se elas não medem os acontecimentos regionais com uma hierarquia de critérios do progresso, mas tentam analisar a sua dinâmica em todas as dimensões. Subdesenvolvimento é hoje o conceito errado para caracterizar os processos eco-sócio-econômicos em vastas regiões do mundo. É o próprio desenvolvimento do projeto global do industrialismo, seja na sua variante fordista ou pós-fordista, que gera desequilíbrios ecológicos, econômicos e sociais de maneira mais diversificada. Uma teoria do *subdesenvolvimento* é necessariamente uma teoria eco-sócio-econômica do *desenvolvimento global*.³³⁰

No que tange ao debate relativo ao desenvolvimento, por fim, é imperioso adentrar ainda a questão ambiental que o permeia, dado que, juntamente com o agravamento das formas de exploração do trabalho, a degradação da natureza vem se acelerando cada vez mais pela lógica do capital. Como visto, além dos problemas sociais que lhe impelem a uma teoria crítica da economia, Celso Furtado não se omite também em considerar os problemas ambientais advindos com a revolução industrial, problemas estes que seriam um vigoroso freio ao contínuo crescimento econômico das nações. Tal preocupação se evidencia novamente, por exemplo, no seguinte trecho:

A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de *valor* econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico. O economista limita o seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico. A maioria deles transforma energia livre ou disponível, sobre a qual o homem tem perfeito comando, em energia não-disponível. Demais das conseqüências de natureza diretamente econômica, como seja o encarecimento das fontes alternativas de energia, esse processo provoca elevação da temperatura média de certas áreas do planeta, cujas conseqüências a mais longo prazo dificilmente poderiam ser exageradas. A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los.³³¹

Brüseke, por sua vez, aprofunda a reflexão sobre este problema, trazendo importante contribuição, entre várias outras, com a aplicação do conceito de “entropia”, oriundo da física.

³³⁰ BRÜSEKE, Franz Josef. **A lógica da decadência:** desestruturação sócio-econômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável. p. 120.

³³¹ FURTADO, C. *Idem*. p. 17-18.

Ele inicia sua explanação sobre o tema citando outro autor, Geogerscu-Roegen, que se queixava de os economistas não atentarem para esta lei, segundo ele, a mais econômica de todas as leis físicas (contudo, como se pode ver nas palavras de Celso Furtado, citadas acima, não era o seu caso). Na termodinâmica, a entropia decorre de dois postulados básicos: 1) A energia no universo (ou em determinado sistema) é constante; 2) A entropia no universo (ou neste sistema) tende ao máximo.³³²

Em outras palavras, *entropia* significa a dissipação da energia antes concentrada em determinada fonte, dissipação que não mais pode ser revertida.³³³ É o caso, por exemplo, da energia solar preservada nas ligações químicas do carvão, que, se queimado para pôr em funcionamento uma máquina a vapor, irá esquentar a água, cujas moléculas vão se expandir e implicar a movimentação dos componentes da máquina. Vê-se, neste caso, que um recurso natural não-renovável, com sua combustão, já não existe mais, sendo que sua energia, antes nele concentrada, encontra-se agora espalhada, de modo irreversível. Os processos de transformação de energia de uma forma para outra, portanto, constantemente aumentam a quantidade de energia fora do controle do homem.

Posto isso, o mais importante a notar é que tais processos distinguem-se basicamente em “aproveitáveis” e “não aproveitáveis”, distinção esta irremediavelmente antropocêntrica, na medida em que serão classificadas de acordo com a utilidade em empreendimentos humanos. Daí que uma noção rasa de desenvolvimento, que considere como tal simplesmente a universalização de (pretensas) benesses oriundas do industrialismo, é extremamente atentatória contra o meio físico-social. Ora, já não pairam dúvidas de que o equilíbrio ecológico é imprescindível para a sobrevivência e vivência digna da espécie humana. Não obstante, a entropia no planeta Terra vem se acelerando cada vez mais.³³⁴

Há uma abissal diferença entre as sociedades humanas e os ecossistemas, então. Estes são caracterizados pelo baixo nível de entropia e pelo alto grau de organização da matéria e energia, enquanto é o contrário que se dá nas sociedades humanas. Considerando que a entropia implica aumento da desordem do espaço, é preocupante o processo histórico do homem dentro do quadro delimitado por esta lei, conforme narrado por Brüseke:

³³² BRÜSEKE, F. J. Obra citada. p. 227.

³³³ “A irreversibilidade significa que sem interferências externas ao sistema os processos mencionados não podem ser revertidos” (BRÜSEKE, F. J. *Idem*. p. 229.)

³³⁴ Não se olvide que a Terra não é um sistema fechado, recebendo permanentemente energia do Sol, e, com isso, sendo a natureza capaz de compensar perdas energéticas através do processo de fotossíntese. O problema, entretanto, é que o ritmo de produção atual ultrapassa a capacidade natural de compensação.

A existência humana depende da transferência de energia e matéria do ambiente natural para sua economia. No processo histórico de produção de entropia, pelas atividades produtivas do homem, distinguem-se três fases principais (...). Na primeira fase, durante a qual a economia extrativista é predominante, a natureza compensa rapidamente o aumento da entropia. O extrativismo ainda é esporádico e pontual; o homem como caçador e coletor tem o seu lugar no ecossistema e ainda não tem a capacidade técnica e organizacional para desequilibrar profundamente o meio ambiente. Na segunda fase, desenvolve-se a economia agropecuária. Essa maneira de produzir já aumenta bastante a produção de entropia. O uso de madeira para diversos fins, a transformação de mata virgem em pastagem, o uso excessivo do solo e a aceleração dos processos erosivos marcam essa época que destruiu a mata virgem européia, e transformou a economia em um mecanismo da produção crescente de entropia. Diferente da segunda fase, que é dominada pelo uso sistemático de recursos principalmente renováveis (animais domésticos, cereais, hortaliças, madeira etc.), acontece na terceira fase um fato novo: o homem sistematiza o uso dos recursos naturais não-renováveis, como carvão mineral, minérios etc., que existem só em uma quantidade limitada na superfície da terra. Não sabemos com exatidão quando esses recursos vão acabar se a economia industrial continuar no mesmo ritmo. Em alguns casos (petróleo, urânio etc.) existem previsões para um esgotamento das jazidas no próximo século (...).³³⁵

Diante disso, Brüseke se pergunta, finalmente: “Será que a lei da entropia é a fórmula geral da destruição do planeta terra?”³³⁶

Confrontando essas considerações acerca do modelo hegemônico de desenvolvimento com o que foi exposto no tópico anterior, claramente se percebe que é dentro deste quadro macro-estrutural que o Brasil vem conformando suas políticas econômicas, é dizer, de acordo com a concepção ideologicamente predominante que propugna o crescimento econômico (aqui de forma dependente, tendendo ao modelo “imperialista” de que fala Ianni) como a panacéia para resolução dos problemas sociais – e ultimamente também dos ambientais, através dos questionáveis *mecanismos de mercado* (por exemplo, concessões de áreas de florestas, créditos de carbono, adoção de valor econômico para a água etc.) e fomento à “*responsabilidade sócio-ambiental*” das empresas. Em outras palavras, dentro do modelo de desenvolvimento regido estritamente pela lógica do capital (como demonstrado anteriormente, essencialmente destrutiva).

A sobrevivência deste modelo atualmente depende da reconfiguração da matriz energética em nível mundial, sendo que o modo mais vantajoso e menos arriscado para os países hegemônicos e grandes grupos econômicos foi encontrado nos agrocombustíveis. Deste modo, a nova ofensiva do capital é lançada com toda a força, mais uma vez, sobre o campo, espaço em que, portanto, deve também ocorrer a resistência em nome de um projeto popular de desenvolvimento:

³³⁵ BRÜSEKE, F. J. Obra citada. p. 230-231.

³³⁶ BRÜSEKE, F. J. *Idem*. p. 232.

A agroenergia e os agrocombustíveis representam uma estratégia global para a reprodução do capitalismo, viabilizando a manutenção de um estilo de vida e um padrão de consumo, perpetuando e expandindo a mesma lógica de produção e circulação de mercadorias, bem como do controle estratégico dos recursos para prover a proporcional – e vital – demanda contínua de sempre mais e mais energia; o agronegócio e a agricultura camponesa e familiar são projetos políticos diametralmente contraditórios e *absolutamente inconciliáveis* de relação tecnológica com a natureza, de apropriação e de poder sobre os territórios e de viabilização social da produção da Vida.³³⁷

Em vista do que foi exposto sobre o modelo agrícola e concepção de desenvolvimento hegemônicos, que atualmente caracterizam o bloco histórico brasileiro, percebe-se a urgência de uma completa ruptura em sua estrutura, percepção que já vem sendo difundida entre diversas organizações sociais, entre as quais o MST, o qual, por sua peculiar forma de organização, vem cumprindo o papel de intelectual coletivo a pautar essa necessidade de mudança e a apresentar algumas diretrizes metodológicas para tanto, o que será visto no próximo capítulo.

Antes disso, no tópico a seguir se discutem as condições para uma ruptura estrutural no bloco histórico atual e se procura esboçar o conteúdo que deve conter uma reforma agrária inserida nessa perspectiva de ruptura. Logo em seguida, fundamenta-se juridicamente tal perspectiva mediante interpretação do ordenamento constitucional, visando romper com a hermenêutica tradicional, que – mesmo claramente contrária ao conjunto de princípios e objetivos da Constituição – reflete as diretrizes do processo sociometabólico do capital, ajudando a conformar a atual estrutura fundiária.

4.3 REFORMA AGRÁRIA NO PROCESSO DE RUPTURA ESTRUTURAL E HERMENÊUTICA DOS ARTIGOS 184, 185 E 186 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Os números alarmantes a respeito da exclusão social e dos conflitos no campo, a análise histórica da questão agrária, e a explicitação de seu caráter de funcionalidade no sistema sociometabólico (des)controlado pela lógica destrutiva do capital comumente levam os intelectuais que se dedicam ao estudo do tema a concluir pela urgência na implementação de uma reforma agrária radical, se a intenção é possibilitar justiça social no Brasil. Ademar Ribeiro Romeiro lamenta as sucessivas oportunidades perdidas pelo Brasil de alavancar um desenvolvimento com autonomia mediante tal política:

³³⁷ MORENO, C. Obra citada. p. 19-20.

Desde a abolição da escravidão, o Brasil perdeu várias oportunidades históricas de resolver sua questão agrária, garantindo amplo acesso à terra para a população rural. Infelizmente, as elites dominantes, tradicionalmente piratas e irresponsáveis, sempre conseguiram bloquear as tentativas de solução propostas por uma minoria lúcida e responsável, que percebia claramente as consequências a longo prazo da brutal concentração dos recursos fundiários nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários “devoradores de terras e de gente”. Essas consequências são vividas hoje, de forma dramática principalmente pelas populações das grandes regiões metropolitanas, sob a forma do caos urbano, num país de 80 milhões (2/3 da população) de desdentados, subnutridos e semi-analfabetos. (...) ³³⁸

A respeito das condições para um desenvolvimento econômico socialmente justo, em que a reforma agrária deve ser um dos seus instrumentos, Ianni chama a atenção para a “hegemonia do político sobre o econômico”: à medida que a temática do desenvolvimento econômico é inteiramente configurada pelas formas de repartição, acumulação e reprodução do capital, e, portanto, por relações políticas entre pessoas, grupos e classes sociais, a interpretação de tal temática deve levar em conta a relação entre estrutura econômica e estrutura de poder. Diante disso, pode-se dizer que nas nações subdesenvolvidas um efetivo desenvolvimento econômico global depende das condições de ruptura entre as formas de apropriação e dominação (entre as forças econômicas e políticas), isto é, depende de atividades políticas, que adquirem hegemonia em época de desenvolvimento econômico acelerado e de transição para novas estruturas sociais. ³³⁹

Embora seja no âmbito nacional que adquira maior visibilidade o problema do desenvolvimento, este é pautado nos países subdesenvolvidos sobretudo quando o sistema em que está inserido entra externamente em crise, como ocorreu quando da emancipação política e econômica dos países da América Latina em face da crise do modelo colonial mercantilista. No século vinte, ocorre fenômeno semelhante nos países africanos e asiáticos em face das crises do capitalismo mundial. “Todos esses fatos demonstram a hipótese básica de que o processo de industrialização, ou desenvolvimento econômico global, depende profundamente do caráter das rupturas político-econômicas externas”. ³⁴⁰

Mas apesar da importância das condições objetivas de crise do sistema em que está imersa determinada formação econômico-social, a ruptura só é possível mediante o combate, dominação ou, em certos casos, destruição da estrutura interna (sistema de instituições, mecanismo de poder, formas de apropriação etc.) e, assim, rompimento com a sociedade tradicional. Isso pode ocorrer em graus diferenciados e, assim, a ruptura pode ser total ou

³³⁸ ROMEIRO, A. R. Obra citada. p. 126.

³³⁹ IANNI, O. Obra citada. p. 103-104.

³⁴⁰ IANNI, O. *Idem*. p. 105.

parcial. Nesta, as soluções são de tipo reformista, normalmente fruto de contradições entre interesses de grupos da classe dominante (como nas revoluções passivas por que o Brasil passou em sua história), enquanto na primeira, de tipo revolucionário, as transformações são o resultado da contradição entre as classes sociais, e a ruptura se dá no âmbito interno e externo.³⁴¹

(...) Em última instância, o que está em jogo – enquanto possibilidades – são as alternativas capitalismo ou socialismo. Ou melhor, é necessário saber em que medida uma ou outra configuração social de vida pode realizar melhor o progresso e a liberdade coletivos. Em outras palavras, as interpretações sobre o desenvolvimento econômico envolvem sempre a discussão das possibilidades abertas às coletividades para construir o próprio futuro.³⁴²

Estabelecido que no capitalismo – pela lógica destrutiva que o dirige – não é possível o saneamento completo dos problemas sócio-ambientais que este próprio modelo societal engrenou, advoga-se no âmbito deste trabalho que as reflexões teóricas e as práticas políticas sejam canalizadas para o único projeto que almeja efetiva e coerentemente a resolução dos problemas sociais, é dizer, para o socialismo, mediante a extinção da dominação de classes que propõe.

Assim, torna-se necessário investigar o conteúdo programático que uma política de reforma agrária contida num projeto político de tal envergadura deve conter, para o que mais uma vez a “Questão Meridional” traz reflexões importantes como ponto de partida. Isso porque, para Gramsci, a implementação da reforma agrária não se esgotava em si mesma, mas devia ser realizada em conjunto com uma série de outras políticas, em compasso inclusive com as das áreas urbanas, dentro de uma estratégia socialista. No seguinte trecho se pode perceber e aproveitar a visão de Gramsci sobre o tema, trecho este em que ele discorre enfaticamente acerca de uma proposta feita certa vez no parlamento italiano, pretensamente sob a bandeira da reforma agrária, de distribuição de terras inapropriadas para o cultivo:

(...) Essa propaganda só pode ter como resultado uma dissolução da consciência e da fé revolucionária, só pode ter como resultado uma monstruosa difamação do socialismo. O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (e isso se chegar à colheita sem antes se ter enforcado no mais forte arbusto do bosque ou na mais tísica figueira selvagem da terra inculta!) e o salvem das garras dos usurários, o que pode ganhar com a invasão um camponês pobre? Ele satisfaz, num primeiro momento, seus instintos de proprietário, mata sua primitiva fome de terra; mas, num segundo momento, quando percebe que são necessários as

³⁴¹ IANNI, O. *Idem*. p. 106-107.

³⁴² IANNI, O. *Idem*. p. 109.

sementes, os adubos e os instrumentos de trabalho, e pensa que ninguém lhe dará todas essas coisas indispensáveis, e pensa na série futura dos dias e das noites a passar numa terra sem casas, sem água, com a malária, o camponês sente sua impotência, sua solidão, sua condição desesperada, e torna-se um bandido, não um revolucionário, torna-se um assassino dos “senhores”, não um lutador pelo comunismo.³⁴³

Denota-se daí que reforma agrária não se resume à distribuição de terras a quem precisa (ainda que propícias ao lavradio). Somente isso não é reforma agrária, pois esta só ocorre efetivamente mediante políticas que permitam ao trabalhador rural viver com dignidade e ao resto da população o acesso aos frutos da reforma agrária. Isso se materializa, entre outras coisas, mediante habitação, saneamento, educação, matriz tecnológica de produção voltada à manutenção do homem no campo, políticas de abastecimento que priorizem a soberania alimentar.

Vale ter em conta que a expressão *reforma agrária*, apesar de hoje ser uma grande bandeira de movimentos sociais emancipatórios, nasceu dentro de teorias de inspiração burguesa-liberal. É que nos países onde o capitalismo se deu “naturalmente” (isto é, predominantemente a partir de suas próprias bases, ou melhor, sem um vínculo negativo de dependência) havia a necessidade de distribuição de terras para extirpar de vez os resquícios feudais da economia, assim como para formar um mercado consumidor. Diferentemente da brasileira, portanto, as nascentes burguesias desses países tinham interesses divergentes dos senhores de terra, motivo pelo qual colocaram em marcha suas reformas de maneira efetiva, implicando o fortalecimento de suas economias capitalistas.

Sem embargos, a reforma agrária pode também integrar um projeto contrário ao capitalismo, como um dos elementos de um novo modelo de sociedade. Neste sentido, além da materialização das medidas expostas acima, a modificação do próprio conteúdo de *propriedade* é tarefa que se impõe, conforme defendem diversos movimentos sociais, nomeadamente os do campo, como o MST, pelo que se passa à análise da evolução de seu programa agrário e político.

O I Encontro Nacional do MST foi realizado em Cascavel, Paraná, em janeiro de 1984, oficializando sua fundação. Na ocasião foram lançados os objetivos gerais da organização, que giravam em torno da conquista da terra para quem nela trabalha, e da necessidade de algumas mudanças sociais. Numa carta bastante concisa, refletia-se o entendimento ainda incipiente de seus integrantes acerca dos métodos de se alcançar isso. Com efeito, não podia ser de outra forma, dado que a preocupação central da época era o

³⁴³ GRAMSCI, A. **A questão meridional**. p. 75-76.

fortalecimento e expansão do Movimento. De qualquer forma, mencionava-se a necessidade de “lutar pela reforma agrária já”, a qual já se tinha clareza de que não deveria se dar mediante “crédito fundiário, por BNH rural ou projetos e fundos de terra, que só desviam as verdadeiras soluções para nossos problemas”. Defendia-se também que a reforma agrária não deveria incluir a colonização da região norte, e sim o reassentamento dos sem-terra em seus estados de origem. Outro ponto a se ressaltar, é que já se percebia a necessidade de discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra em cada uma das áreas conquistadas, as quais, por sua vez, deveriam ser as terras das multinacionais, os latifúndios extensivos, as do Estado, as mal aproveitadas, e as “que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores”.³⁴⁴

Pouco mais de dez anos depois, em 1995, vê-se por parte do MST uma proposta de reforma agrária muito mais amadurecida e detalhada, sintetizando os estudos e debates do seu III Encontro Nacional. Demonstrando conhecimento acerca dos problemas estruturais e conjunturais do país, uma série de medidas práticas são elencadas. Neste conjunto de medidas propostas, a realização da reforma agrária é inserida numa estratégia de mudanças sociais mais amplas em prol de toda a população mais carente, incluindo a das cidades. O pano de fundo é a alteração da política agrícola e do modelo de desenvolvimento brasileiro, sendo que as medidas concretas então pleiteadas ampliavam os objetivos e características da reforma agrária, alcançando outros temas além dos diretamente afetos à questão, como educação, saúde, cultura, esporte, lazer, gênero, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento da região semi-árida e amazônica, e, ainda, o papel de um Estado democrático e popular em seu programa.³⁴⁵

A fim de demonstrar o elevado grau de amadurecimento político que o MST então alcançava, algumas passagens da proposta de 1995 merecem citação. Antes disso, vale observar que, analisando os dois documentos descritos acima, pode-se notar uma cristalina passagem da consciência de “classe em si” à “classe para si”, no caso do MST. Isso, no dizer de Gramsci, significa que o Movimento, enquanto *um* setor das classes subalternas (o campesinato, ou, para outros, o proletariado rural), passou do *momento egoístico-passional* para o *ético-político*, isto é, tomou consciência de que seus problemas estão relacionados com os de todos os outros setores, de modo que sua resolução implica a consideração de fatores

³⁴⁴ MST. Programa de Reforma Agrária do MST – 1984. In: STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária...** v. 3. p. 179.

³⁴⁵ MST. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária...** v. 3. p. 187-210.

macroestruturais.³⁴⁶ Os objetivos da reforma agrária enumerados na proposta demonstram claramente essa tese. São eles:

- a) Garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais Sem Terra, combinando distribuição da terra com distribuição de renda e desenvolvimento cultural.
- b) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, em especial a que vive nas cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade.
- c) Garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres.
- d) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual.
- e) Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero.
- f) Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais.
- g) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas etc., de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável.
- h) Implementar a agroindústria e a indústria como o principal meio de se desenvolver o interior do país.
- i) Gerar emprego para todos os queiram trabalhar na terra”.³⁴⁷

Com relação às terras que deveriam ser destinadas à reforma agrária, a proposta aponta que devem ser as mais férteis, mais bem localizadas, próximas às rodovias e centros urbanos, nas regiões onde seja maior o número de famílias necessitadas. E além das ações já previstas no ordenamento jurídico, como desapropriação e expropriação, regularização etc., ressalta-se a importância de reforma constitucional no sentido de impor um limite máximo de 35 módulos regionais à propriedade rural (o que dá uma média nacional de mil hectares); defende-se, ainda, que bancos, empresas estrangeiras e grupos industriais cuja atividade não esteja relacionada com a agricultura, tenham suas terras desapropriadas para a reforma agrária, sendo que nos processos de desapropriação deve haver o abate dos prejuízos que eventualmente o proprietário tenha causado, tais como passivos ambientais, fiscais e trabalhistas.

Ainda quanto à proposta de reforma agrária de 1995 do MST, dela consta que a posse e uso da terra devem ser exercidos de modo alternativo à concepção da terra como mercadoria, proibindo, portanto, a venda e o arrendamento de lotes, sendo que se deve garantir as várias possibilidades de titularidade (não se restringindo ao uso individual), tais como familiar, por meio de associações, cooperativas, empresas comunitárias etc. Ademais, segundo a proposta, toda família assentada deve ter garantida a posse e uso, de modo que a

³⁴⁶ Em “Brava Gente” (p. 35-36), Stedile relata que o caráter político que ultrapassa os interesses imediatos e particulares de seus integrantes está presente desde o início do Movimento, o que certamente é correto. O que se pretende evidenciar aqui, porém, é o amadurecimento desse caráter, que se dissemina pelas instâncias do Movimento, impregna-se em sua base, e aflora com todo o fôlego no documento final de seu terceiro Encontro Nacional.

³⁴⁷ MST. Proposta de Reforma Agrária... p. 188.

“propriedade” (abstração jurídica) tem menos importância. A melhor forma de titulação dentro dessa perspectiva é a “concessão de uso real”, de no mínimo trinta anos, com direito de herança.

Vale frisar que neste documento, ainda, defende-se a necessidade de mudanças tecnológicas, dado que o atual modelo “visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos”, é “completamente predatório aos nossos recursos naturais”, e “prejudicial sobretudo ao ser humano”.³⁴⁸ Portanto, há a necessidade de desenvolvimento de pesquisas e técnicas adequadas a cada região em prol do aumento da produtividade do trabalho, mas considerando o equilíbrio ambiental; também, programas de capacitação técnica dos agricultores num modelo tecnológico alternativo, valorizando os conhecimentos tradicionais, mediante assistência a ser realizada por técnicos sensíveis ao problema agrário e por meio da participação de cada comunidade.

Na questão da comercialização da produção, preconiza-se a vinculação dos assentamentos a ações e programas de combate à fome, a criação de canais de venda direta aos consumidores, beneficiando as duas pontas, e, mediante compras públicas, que a produção seja destinada também às merendas escolares, cestas básicas, forças armadas, hospitais públicos etc., sempre em nível regional e local, garantindo a diversidade e qualidade dos produtos e fortalecendo a economia de cada local, em contraposição, assim, à agroexportação, que gera divisas somente aos donos dos meios de produção (capital, tecnologia, terra e insumos). Ademais, propõe-se a criação de um selo para os produtos da reforma agrária a ser apoiado institucionalmente pelo Estado, com incentivos fiscais e campanhas publicitárias.

No que tange à organização e estrutura de produção, deve-se dar prioridade às formas coletivas, como o associativismo e cooperativismo, enfatizando o investimento na industrialização da produção, a fim de agregar-lhe valor, mediante várias políticas públicas explicitadas no documento. Demais disso tudo, expõe-se como deve ser a infra-estrutura dos assentamentos, preferencialmente possibilitando a convivência social das famílias, e não isolando-as em lotes esparsos; inserindo-as no planejamento do assentamento, de seus equipamentos, e sobretudo das casas a elas destinadas, obras em que devem ser utilizadas tecnologias alternativas que melhor aproveitem mão-de-obra e recursos.

Além destas, como dito, uma série de outras ações são reivindicadas para complementar as que foram elencadas, nos mais diversos âmbitos, da educação, passando pelas relações entre os gêneros, até o papel do Estado.

³⁴⁸ MST. *Idem*. p. 192.

Complementando essa proposta de 1995, outro documento de relevância foi gerado pelo MST e por outros movimentos camponeses, que é a “Carta da Terra – em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar”,³⁴⁹ consolidando um programa agrário unitário que em linhas gerais reafirma as medidas integrantes da proposta de 1995, com o adendo da necessidade de fortalecimento dos laços de solidariedade entre os povos do continente latino-americano e, com isso, posicionando-se contrariamente à criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, pois esta representava “o monopólio comercial estadunidense, inclusive das multinacionais do setor de alimentação”.

Sintetizando estudos sobre o cenário político contemporâneo e as tarefas políticas do MST e da classe trabalhadora brasileira, o documento mais recente oriundo da sociedade civil, nesta temática, é a “Carta do 5º Congresso Nacional do MST”.³⁵⁰ Em suma, lembrando que “as grandes transformações são sempre obra do povo organizado”, este documento reforça a importância de uma reforma agrária nos moldes aqui expostos para a construção de um projeto popular soberano no Brasil, assim como trata de outras medidas necessárias para tanto. Vários compromissos práticos são assumidos pelo Movimento nesta Carta, valendo enfatizar: articulação com outros setores no enfrentamento ao neoliberalismo, imperialismo e outros problemas estruturais do país; intransigência na defesa de direitos já conquistados; ações contra privatizações do patrimônio público; combate à monopolização das sementes por empresas (especialmente Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso); integração dos povos latino-americanos; solidariedade aos povos invadidos por guerras imperialistas; defesa das áreas de florestas; difusão da agroecologia e defesa de sementes crioulas; exigência do fim do trabalho escravo e super-explorado, com a expropriação das propriedades em que isso ocorra, assim como a punição dos responsáveis; campanha por um limite máximo à propriedade fundiária; combate aos cultivos monocultores, ao uso de agrotóxicos e aos transgênicos, devendo a produção de agrocombustíveis ficar em poder dos camponeses e trabalhadores rurais; defesa das fontes de água, contra sua mercantilização; democratização dos meios de comunicação, com a liberação e criação massiva de rádios comunitárias e livres, principalmente em áreas de assentamentos; combate à criminalização de movimentos sociais, entre outros.

³⁴⁹ Contag; MST; Fetraf-Sul/CUT; CPT *et alli*. Carta da Terra – em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar. In: STEDILE, J.P. **A questão agrária...** v. 3. p. 233-236.

³⁵⁰ MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.**

É interessante notar que um dos principais instrumentos governamentais relativos à reforma agrária atualmente em vigência, o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA,³⁵¹ contempla vários pontos dos projetos populares aqui delineados, adotando uma visão relativamente abrangente de reforma agrária, inclusive trazendo metas bastante ousadas (considerando o atual cenário da economia brasileira e da correlação de forças dentro do governo). No II PNRA estão previstos, por exemplo, além de novos assentamentos, a recuperação dos atuais, regularização fundiária para garantir o direito de atuais posseiros, crédito fundiário, políticas voltadas à inclusão das mulheres, titulação de áreas de remanescentes de quilombos, assentamentos diferenciados, como os voltados às populações tradicionais das florestas, universalização do acesso a educação, cultura e seguridade social no campo. Além disso, o que é o principal, prevê o assentamento de 400 mil famílias entre 2003 e 2006.

Entretanto, se no plano discursivo algumas concessões são feitas com o fito de manter um determinado nível de legitimidade perante os movimentos sociais, o mesmo não se pode afirmar com relação à prática governamental, pois nem mesmo dentro do quadro de “convivência harmônica” entre os modelos do agronegócio e da agricultura familiar/reforma agrária as metas previstas com relação a estas vêm sendo cumpridas. Ariovaldo Umbelino de Oliveira demonstra, por exemplo, serem inverídicos os dados apresentados pelo governo federal de que no ano de 2006 tenham sido assentadas 136.358 novas famílias. Na verdade, segundo ele, este número corresponde à soma de todas as metas do PNRA (reassentamento, reordenação e regularização fundiários), o que de modo algum pode ser considerado novos assentamentos. Os números correspondentes a estes foram de apenas 45.779 famílias. Analisando estes e outros dados, o autor conclui que a política de reforma agrária do atual governo segue dois princípios: primeiro, de “não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio”, e segundo, de “fazê-la nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio”.³⁵²

Somente considerando este segundo princípio é que se pode compreender, por exemplo, a articulação entre os vários órgãos responsáveis do governo e o setor madeireiro da região norte para criação de assentamentos rurais em áreas de florestas, possibilitando assim a legalização da extração de madeira e a expansão da fronteira agrícola, conforme denunciado por Oliveira:

³⁵¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **II plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural.**

³⁵² OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A reforma agrária em 2006: a política do agronegócio venceu.**

Volto a insistir neste artigo que a reforma agrária na Amazônia está sendo usada criminosamente para transferir milhões de hectares de terras públicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para os grileiros do agrobandidismo da madeira, pecuária, soja, etc. (...)

Esta política dilapidadora do patrimônio público do governo Lula no estado do Pará está sendo desenvolvida de forma articulada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o governo estadual petista, em “cumprimento” aos acordos feitos entre o setor madeireiro e o governo. A afirmação está em documento público da Associação das Indústrias Madeireiras de Santarém e Região Oeste do Pará (ASIMAS): “O uso dos assentamentos para o fornecimento de matéria-prima legalizada para as indústrias da região foi proposto pelo próprio governo federal, como forma legal e lícita de superar a crise do setor florestal, vivida especialmente por causa da falta de regularização fundiária na região (...)”.³⁵³

O balanço efetuado por Stedile quanto ao andamento da reforma agrária no ano de 2007 também é negativo, em face do aumento da concentração dos meios de produção no campo mediante investimentos da iniciativa privada estrangeira (que vem comprando áreas de terra cada vez mais extensas), desnacionalizando quase completamente a agricultura brasileira, tanto mais com a ofensiva dos monocultivos agroenergéticos, que tende a expulsar ainda mais pessoas do campo e a fazer aumentar significativamente o preço dos alimentos, além de diminuir a biodiversidade. Ademais, ele relata que 2007 foi o ano em que o INCRA realizou menos desapropriações nos últimos 12 anos.³⁵⁴

O antagonismo entre a reforma agrária e o agronegócio, bem como a preferência governamental por este último são por demais evidentes e é necessário proceder a esta avaliação. Somente a partir daí se pode traçar com coerência um projeto alternativo para a realização da reforma agrária e para a ruptura no modelo de desenvolvimento dependente que grassa no Brasil. Como já se mencionou mais de uma vez no curso desta pesquisa, outras soluções que não a consolidação de uma hegemonia em torno de um projeto popular, socialista e democrático, quando não são engodos, constituem-se em meros paliativos para a resolução dos problemas estruturais e cíclicos do país. Não obstante, há instrumentos que podem ser utilizados desde já – tanto numa perspectiva tática, para alcançar mencionada hegemonia, como para a resolução de problemas imediatos e localizados – num campo de atuação não tão efetivo como o econômico, porém fundamental na atual conjuntura da luta pela reforma agrária. Trata-se do campo do discurso jurídico (transportado para a prática jurisdicional e governamental), muito utilizado para refrear as forças políticas progressistas

³⁵³ OLIVEIRA, A. U. **O agrobandidismo e a reforma agrária no Pará**. Para maiores detalhes destes acontecimentos, cf. TORRES, Maurício. Governo ajuda madeireiras a devastar a Amazônia. In: Sítio da Revista Caros Amigos.

³⁵⁴ STEDILE, J. P. Em debate: MST faz balanço negativo da reforma agrária em 2007. In: Sítio “Radioagência Notícias do Planalto”.

mediante argumentos pretensamente técnicos e neutros; campo que, para utilizar a linguagem gramsciana, constitui-se numa importante trincheira a ser conquistada mediante disputa ideológica em prol da materialização imediata dos objetivos primordiais da República brasileira elencados no artigo 3º da Constituição.

Uma vez que se encontra expresso na Constituição Federal (artigos 5º, XXIII, 170, III, 173, § 1º, I, 182, § 2º, 184, 185, § único, e 186), ninguém há de negar a vigência do princípio da função social da propriedade no Brasil. Há, entretanto, disputa discursiva ferrenhamente travada no que tange à atribuição de sentido a referido princípio. Com relação à propriedade rural, constitucionalistas e agraristas comprometidos com os interesses do latifúndio, escorados no destoante artigo 185 e na “necessidade de lei definidora de critérios” (inserida no *caput* do artigo 186), não tardaram a firmar entendimento – logo após a promulgação da Constituição, em 1988 – de que a função social da propriedade rural se resume a alcançar os índices de produtividade previstos em lei, não obstante a literalidade de pelo menos outros quatro requisitos (incisos I, II, III e IV do artigo 186). Este entendimento logo se tornou majoritário nos juízos de primeiro grau e tribunais, e assim continua até hoje, embora de alguns anos para cá venha sendo cada vez mais comum a aplicação de uma interpretação mais adequada ao conjunto do texto constitucional.

Segundo Paulo Bonavides, a medula de todo o direito constitucional é composta pela problemática da interpretação: “Não pode este [o direito constitucional] compreender-se e explicar-se fora de seus apertados vínculos com a hermenêutica e a ideologia do poder”.³⁵⁵ Nesta esteira, rica e necessária é a discussão acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, principalmente daquelas referentes a princípios, direitos e garantias fundamentais, direitos sociais e objetivos da República. Com efeito, a doutrina vem consolidando sob diversos matizes, com vistas na superação da divisão entre normas de eficácia plena, contida e programática, métodos interpretativos relacionados à materialidade da Constituição, que em linhas gerais deslocam a razão de ser do Estado da tripartição de poderes para a efetivação dos direitos fundamentais.³⁵⁶

Uma vez adstrito à fundamentação da política de reforma agrária, contudo, no âmbito do presente trabalho não há necessidade de se analisar minuciosamente os elementos teóricos quesustentam estas novas formas de interpretação, sendo suficiente noticiar que, dentro do

³⁵⁵ BONA VIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. p. 1.

³⁵⁶ BONA VIDES, P. Obra citada. p. 4. Para aprofundamento do estudo sobre aplicabilidade das normas constitucionais, cf. SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**.

quadro hermenêutico da “integridade do direito” propugnado por Ronald Dworkin,³⁵⁷ é possível encontrar a solução correta para os casos concretos postos à apreciação judicial, casos em que as possibilidades e os limites do princípio da função social da propriedade (ou da terra, como prefere Marés) certamente devem ir muito além do que a institucionalidade e a doutrina tradicional pretendem.

Com efeito, Delze dos Santos Laureano, em estudo sobre as ações do MST frente à Constituição Federal, situa bastante bem a pertinência das concepções de Dworkin na apreciação judicial dos casos relativos à atuação do MST, tanto mais quando colocam em questão a função social da propriedade, pelo que as análises contidas no presente trabalho erigem-se sobre as conclusões apresentadas por referida autora, que vão no sentido de que “a defesa do Direito como integridade é ponto fundamental para entendermos a luta pela posse da terra no Brasil”.³⁵⁸

Instituto perfeitamente compatível com o sistema do capital, inserido primeiramente nos ordenamentos reguladores dos Estados de Bem-Estar Social europeus nascidos após a primeira guerra mundial (com exceção do México, que antes mesmo da Alemanha, promulgou uma Constituição dentro desses parâmetros já em 1917), como a resposta possível para se evitar a ruptura com o regime da propriedade privada dos meios de produção diante das pressões socialistas, a função social da propriedade, com forte lastro na doutrina social da Igreja católica, foiretoricamente importada ao Brasil a fim de, junto com as armas, conter a grande demanda por reforma agrária no início da ditadura militar.³⁵⁹ Foi veiculada, então, pelo artigo 2º do já citado Estatuto da Terra (ainda vigente), na perspectiva, como já aludido no terceiro capítulo, de cumprir a cartilha da “Aliança para o Progresso” dos Estados Unidos, porém sob o acordo tácito entre a burguesia e o governo de não efetivar tal diploma legal.

Assim como as demais leis inspiradas no projeto de reforma agrária estadunidense, o Estatuto da Terra, de 1964, previa como sanção ao descumprimento da função social da propriedade rural não mais que a “desapropriação”, a ser realizada mediante prévio e justo

³⁵⁷ DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Este autor formula uma teoria hermenêutica constitucional voltada à efetivação do direito positivo afirmando a possibilidade de apenas uma única resposta jurídica para cada caso concreto, considerando o que chama de princípio da integridade, isto é, a coerência interna entre as normas e princípios de um determinado sistema jurídico e externa em face da história, valores morais e políticos da comunidade em que tal sistema está inserido.

³⁵⁸ LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a Constituição**: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. p. 224.

³⁵⁹ MARÉS, C. F. Obra citada. p. 81-92. Sobre as origens e a evolução do conceito de função social da propriedade, cf.: PEREIRA, Rosalinda P. C. Rodrigues. A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na acepção clássica de propriedade. In: STROZAKE, Juvelino José (org.). **A questão agrária e a justiça**. p. 89-103; e COMPARATO, Fábio Konder. Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade. In: STROZAKE, J. J. (org.) Obra citada. p. 131-139.

pagamento indenizatório. Destarte, percebe-se que mesmo apenas no plano legal o Estatuto da Terra não implicou qualquer alteração no conceito liberal de propriedade, mantendo-o absoluto no ordenamento brasileiro até o advento da Constituição Federal de 1988. De fato, como exposto por Marés, esta forma de desapropriação é, do ponto de vista do interesse social, passível de críticas. A forma que lhe foi dada nada mais fez que reafirmar a plenitude do direito de propriedade, vez que se trata da reparação de um “dano patrimonial” a um cidadão, que, no lugar de ser punido, é tão somente compelido a vender o imóvel a que não vinha conferindo função social, na prática quase uma premiação pelo descumprimento da lei. E isso no caso de haver vontade política para a desapropriação.³⁶⁰

Com o advento da Constituição Federal de 1988, porém, o instituto da propriedade no Brasil sofreu uma profunda re-significação, tendo seu caráter absoluto diminuído consideravelmente. Todo o texto constitucional aponta neste sentido, com ênfase nos capítulos que tratam do meio ambiente, índios, cultura, ordem econômica, nas recorrentes vezes em que afirma a necessidade de cumprimento da função social da propriedade, sem contar seu caráter nacionalista, de defesa dos grupos sociais menos aquinhoados, e objetivos de erradicação da pobreza e das desigualdades. Por óbvio que, diante de todos esses resguardos sociais, o instituto da propriedade já não mais poderia possuir os mesmos caracteres oriundos do Código Civil napoleônico, pois sua razão de ser encontra-se a partir de então subsumida a uma razão humana de existência, atrelada portanto aos novos direitos coletivos à vida, ao fim das desigualdades e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Por isso que se mostram contra a lei as interpretações, ainda que majoritárias, que privilegiam um conjunto restrito de normas em detrimento do conjunto coerente das demais; é dizer, revelam-se inconstitucionais as interpretações que apontam para conclusões outras que não a efetivação dos princípios e objetivos elencados na Carta Magna. Ora, a razão de ser de cada uma das normas inseridas na Constituição é servir de instrumental para a efetivação de tais princípios e objetivos.³⁶¹

Com esta clara reformulação do conceito de propriedade, à luz dos princípios e objetivos da Constituição de 1988 e do reiterado acento no princípio da função social, não se deixa margem a dúvidas de que como propriedade tão somente se pode entender a titularidade sobre o bem imóvel em que se cumpre plenamente sua função social, isto é, em que há “aproveitamento racional e adequado”, “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”, “observância das disposições que regulam as relações de

³⁶⁰ MARÉS, C. F. *Idem.* p. 108-113.

³⁶¹ MARÉS, C. F. *Idem.* p. 114-116.

trabalho”, e “exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (incisos I, II, III e IV do artigo 186 da Constituição Federal). Vê-se, então, que a Constituição conferiu maior importância aos direitos sociais do que ao direito individual de propriedade. A condição de existência desta passou a ser o respeito àqueles direitos. Daí decorre que em caso de descumprimento de sua função social, a propriedade se encontra desprotegida, ou seja, não é mais reconhecida como tal pelo ordenamento jurídico, e, assim, seu titular fica impedido de acessar os institutos jurídicos que lhe garantem a propriedade, tais como as ações judiciais possessórias e a reivindicatória, ou mesmo o desforço imediato perante quem atua no sentido de dar cumprimento à função social daquele imóvel.³⁶²

O adjetivo social demonstra que esse objetivo, que essa função, deve corresponder ao interesse *coletivo* e não ao interesse próprio do *dominus*, o que não significa que não possa haver uma harmonização entre o poder do proprietário e o interesse social, mas que, de qualquer maneira, se está diante de um interesse coletivo, e sua proteção jurídica somente se justifica com esse propósito.³⁶³

Rosalinda Pereira mostra, ainda, que este já era o posicionamento de Orlando Gomes nos 1970, para quem “a atividade do proprietário de bens de produção não pode cumprir-se em contraste com a utilidade social, somente se justificando sua proteção jurídica se em conformidade com este propósito”.³⁶⁴ No mesmo sentido, uma série de juristas atuais, como, entre outros, Eros Roberto Grau, Jacques Távora Alfonsin, Sérgio Sérulo da Cunha, Luiz Edson Fachin, Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior, Delze dos Santos Laureano, Fábio Konder Comparato. Repisando, por importante que é para os fins deste trabalho, a questão da perda das garantias possessórias àquele que descumpra a função social da propriedade, vale ter em conta, ainda, as palavras deste último:

Com relação aos demais sujeitos privados, o descumprimento do dever social de proprietário significa uma lesão ao direito fundamental de acesso à propriedade, reconhecido doravante pelo sistema constitucional. Nessa hipótese, as garantias ligadas normalmente à propriedade, notadamente a de exclusão das pretensões possessórias de outrem, devem ser afastadas. (...) Quem não cumpre a função social da propriedade perde as garantias, judiciais e extrajudiciais, de proteção da posse, inerentes à propriedade, como o desforço imediato (...) e as ações possessórias. A aplicação das normas do Código Civil e do Código de Processo Civil, nunca é demais repetir, há de ser feita à luz dos mandamentos constitucionais, e não de

³⁶² MARÉS, C. F. *Idem*. p. 116-117. Para introdução ao estudo das ações possessórias à luz da função social da propriedade, cf. CUNHA, Sérgio Sérulo. A nova proteção possessória. In: STROZAKE, J. J. (org.). *Obra citada*. p. 249-276.

³⁶³ PEREIRA, R. P. C. R. *Obra citada*. p. 100.

³⁶⁴ GOMES, Orlando. Novas dimensões da propriedade privada. *Apud*: PEREIRA, R. P. C. R. *Idem*. p. 100.

modo cego e mecânico, sem atenção às circunstâncias de cada caso, que podem envolver o descumprimento de deveres fundamentais.³⁶⁵

Não obstante este seja o entendimento mais adequado, vez que sistematicamente coerente, desde a Assembléia Nacional Constituinte os chamados ruralistas vêm colocando empecilhos para sua concretização, seja inserindo dispositivos duvidosos no texto constitucional, seja desenvolvendo interpretações retrógradas do mesmo.³⁶⁶ A primeira providência do grupo parlamentar representante dos latifundiários na Constituinte foi fixar textualmente a necessidade de uma lei inferior definidora de “graus e exigências” quanto à função social, dando margem, assim, para que o Judiciário afirmasse a impossibilidade de exigência da função social enquanto não era elaborada tal lei.³⁶⁷

Apenas isso não bastava, pois logo esta poderia ser aprovada, como de fato ocorreu através da Lei nº 8629/93 – que, porém, não contempla adequadamente todos os requisitos do artigo 186, limitando-se basicamente à questão da produtividade.³⁶⁸ Um segundo subterfúgio, então, foi o de positivar, no artigo 184, que somente a União poderia efetuar desapropriações e com base apenas no descumprimento da função social (implementando, portanto, assim como rezava o Estatuto da Terra, a desapropriação como único efeito de tal descumprimento). Entretanto, apegar-se à literalidade do artigo 184 implica uma interpretação equivocada, posto que já no artigo 5º, XXIV, prevê-se a desapropriação por interesse social, que é muito mais ampla e pode ser realizada em qualquer esfera pública, valendo lembrar, ainda, que os efeitos do não cumprimento da função social vão muito além da simples possibilidade de desapropriação, alcançando a desconstituição do próprio direito à propriedade. Deste modo, preconizar a desapropriação como o único efeito da violação aos requisitos da função social significa concordar com o seu descumprimento, o que é ilógico ante todo o texto constitucional.³⁶⁹

Um outro ardil imposto pelos representantes dos latifundiários, ainda, foi a previsão do artigo 185, que afirma não ser suscetível de desapropriação para reforma agrária a propriedade produtiva. Ora, se mais uma vez apegarmos-nos apenas a sua literalidade, como

³⁶⁵ COMPARATO, F. K. Obra citada. p. 145-146.

³⁶⁶ A respeito da atuação, por vezes truculenta e ilegal, da bancada ruralista na Assembléia Nacional Constituinte, capitaneada pela União Democrática Ruralista – UDR, cf. especialmente GOMES DA SILVA, José. **Buraco negro:** a reforma agrária na Constituinte de 1987/1988; e MENDONÇA, Sonia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**. v. 5. p. 151-189.

³⁶⁷ MARÉS, C. F. *Idem*. p. 118.

³⁶⁸ A respeito do contexto político em que se deu a elaboração dessa lei e das pressões, tanto dos trabalhadores quanto dos latifundiários, para que se vetassem artigos contrários a seus interesses, cf. FERNANDES, B. M. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, J. J. (org.) Obra citada. p. 44-45.

³⁶⁹ MARÉS, C. F. *Idem*. p. 118-119.

pretendem os autores mais conservadores, inverter-se-á a lógica do sistema constitucional, como se o fato de a propriedade ser produtiva anulasse o de ter descumprido a função social e de ter violado todos os objetivos deste instituto. O resultado não poderia ser mais desastroso e inconstitucional: “a propriedade considerada produtiva não sofre qualquer sanção ou restrição pelo fato de não cumprir a função social”.³⁷⁰

Paralelamente a este raciocínio, é preciso colocar em questão o próprio conceito de produtividade e qualificá-lo à luz dos ditames constitucionais. Assim, ele primeiramente deve ser entendido como *mais um* requisito da função social da propriedade rural, sem substituir os demais. E em segundo lugar, não pode restringir-se ao fato de propiciar lucro imediato a seu dono, o que seria um egoísmo contrário ao que prevê a Constituição:

Focalizemos mais de perto a questão da rentabilidade e da produtividade. A terra está destinada a dar frutos para todas as gerações, repetindo a produção de alimentos e outros bens, permanentemente. O seu esgotamento pode dar lucro imediato, mas liquida sua produtividade, quer dizer, a rentabilidade de um ano, o lucro de hoje, pode ser o prejuízo do ano seguinte. E prejuízo não apenas financeiro, mas social, público, porque se traduz em desertificação, que quer dizer fome, miséria, desabastecimento e, em consequência, não cumprimento dos objetivos da República. (...) [Desta forma], produtividade quer dizer capacidade de produção reiterada, o que significa, pelo menos, a conservação do solo e a proteção da natureza, isto é, o respeito ao que a Constituição chamou de meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantindo-o para as presentes e futuras gerações (artigo 225).³⁷¹

Todos esses incongruentes remendos ao texto constitucional são claramente armadilhas que visavam (e assim continuam) a brechar o processo democrático que em geral vinha se consolidando na sociedade brasileira, e, particularmente, a política de reforma agrária e de garantia de acesso à terra aos povos tradicionais. Entretanto, apesar de sua ilogicidade patente, encontraram eco nos poderes públicos, o que certamente não se deve à incompetência técnica de seus quadros, mas ao fato de aqueles preceitos serem a expressão da ideologia hegemônica, “para a qual sempre é mais fácil qualquer interpretação que considere o Estado e seus poderes ao mesmo tempo guardiões e servos da propriedade”, e que “tem uma forma estranha de se preocupar com a fome ou a má distribuição de riqueza, achando que elas não são frutos da acumulação cada vez mais concentrada, mas da maldade dos homens, especialmente dos pobres”.³⁷²

³⁷⁰ MARÉS, C. F. *Idem*. p. 119.

³⁷¹ MARÉS, C. F. *Idem*. p. 121.

³⁷² MARÉS, C. F. *Idem*. p. 119.

Por outro lado, embora ainda não majoritário, já se nota que o entendimento aqui demonstrado como mais adequado ao menos já se encontra longe de ser exceção nos tribunais brasileiros, como se pode perceber pelos exemplos de julgados abaixo:³⁷³

“POSSESSÓRIA – Reintegração de posse – Discussão de domínio – Impertinência – Ação julgada procedente em primeiro grau – Sentença reformada – Recurso provido.

(...)

A leitura de todos os textos do CC, só pode se fazer à luz dos preceitos constitucionais vigentes. Não se concebe um direito de propriedade que tenha vida em confronto com a Constituição Federal, ou que se desenvolva paralelamente a ela (...).

Ao mesmo tempo em que manteve a propriedade privada, a CF a submeteu ao princípio da função social (...).

Assim, o referido princípio torna o direito de propriedade, de certa forma, conflitivo consigo próprio, cabendo ao Judiciário dar-lhe a necessária e serena eficácia nos litígios graves que lhes são submetidos (...).³⁷⁴

“Trata-se de agravo de instrumento intentado por JOSÉ CENCI E OUTROS, contra decisão em ação de reintegração de posse que tem por autora MERLIN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS VEGETAIS, oriundo da Comarca de São Luiz Gonzaga.

Narra o agravante que naquela ação a digna julgadora deferiu a reintegração liminar da posse à agravada (...).

A presente questão, em face da relevância do tema, posto em debate (direito de posse e propriedade e sua proteção), merece as seguintes considerações (...).

Vale a pena notar ainda que, o parágrafo primeiro do mesmo artigo [5º] da Constituição é claro quando diz **“As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”**.

Ou seja, não precisamos de outra lei para dizer o que é função social.

O que está na Constituição vale e deve ser aplicado.

Assim, é lícito interpretar dos termos da Constituição que o direito de posse e propriedade existem e devem ser garantidos e protegidos. Contudo, somente quando é atendida a função social merecerá a garantia e a proteção (...).

Como estamos em sede de proteção judicial da posse, temos que, quando o inciso III do artigo 282 do CPC fala em ‘fundamento jurídico’, na verdade esta a se referir ao requisito da função social que a Constituição Federal (nos incisos já referidos) traz para possibilitar o exercício do direito de propriedade.

Em outras palavras, não basta afirmar na petição inicial como ‘fundamento jurídico’ apenas a propriedade. Pois ‘jurídico’ é o fundamento que – de acordo como a Constituição Federal – se assenta também na ‘função social da propriedade’.

Fora disso, se estará – indevidamente – sonhando, impedindo, silenciando e afastando a incidência da Constituição Federal no processo judicial.

A Constituição obriga o juiz a enfrentar, ainda que sem requerimento da parte, o tema pertinente à função social da propriedade”.³⁷⁵

³⁷³ Retirados da compilação efetuada pela Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, em setembro de 2004: RENAP. **Decisões judiciais:** função social da propriedade e da posse.

³⁷⁴ Apelação Cível nº 511.735-5. 8ª Câmara “B” do 1º Tribunal de Alçada Cível de São Paulo. Rel. Juiz Antônio Carlos Malheiros. Julg. 20/09/1995.

³⁷⁵ Agravo de Instrumento nº 598.360.402. Desembargador de Plantão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Rui Portanova. Julg. 17/09/1998.

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO ATACADA: LIMINAR QUE CONCEDEU A REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA EMPRESA ARRENDATÁRIA EM DETRIMENTO DOS ‘SEM TERRA’.

Liminar deferida em primeiro grau suspensa através de despacho proferido nos autos do agravo, pelo desembargador de plantão.

Competência da Justiça Estadual.

Recurso conhecido, mesmo que descumprindo o disposto no Art. 526 CPC, face dissídio jurisprudencial a respeito e porque versa direitos fundamentais.

Garantia a bens fundamentais como mínimo social.

Prevalência dos direitos fundamentais das 600 famílias acampadas em detrimento do direito puramente patrimonial de uma empresa. Propriedade: garantia de agasalho, casa e refúgio do cidadão.

Inobstante ser produtiva a área, não cumpre ela sua função social, circunstância esta demonstrada pelos débitos fiscais que a empresa proprietária tem perante a União. Imóvel penhorado ao INSS.

Considerações sobre os conflitos sociais e o Judiciário. Doutrina local e estrangeira.

Conhecido, por maioria; rejeitada a preliminar de incompetência, à unanimidade; proveram o agravo, por maioria”.³⁷⁶

“POSSESSÓRIA. ÁREA RURAL. MST. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, INVESTIGAÇÃO. POSSIBILIDADE. Função social da propriedade como Direito Fundamental. Construção de nova exegese da norma material e procedimental. Investigação da produtividade e aproveitamento da área em ação possessória. Necessidade. Art. 5º, XXIII, CF. Lei nº 8.629/93. Negaram provimento. Voto vencido”.³⁷⁷

“Ação de reintegração de posse. Propriedade e posse precária. Imóvel improdutivo. Provas. Princípios constitucionais. Observância. Sentença mantida.

(...)

Havendo prova do não cumprimento da função social da propriedade (art. 186, CF), na qual se busca reintegração de posse, devem ser observados os princípios constitucionais esculpidos nos arts. 5º, XXIII, e 170, III, que trata dos direitos fundamentais e da ordem econômica, respectivamente (...).³⁷⁸

À guisa de conclusão deste tópico, deve-se reter das propostas populares de reforma agrária aqui tratadas que elas nada mais são do que a expressão coerente de um conjunto de anseios da classe trabalhadora rural brasileira, a qual, a despeito de possuir importantíssimas garantias fundamentais positivadas em sua Carta Política, sofre com a falta de efetivação das mesmas, seja por se entender que elas são meramente programáticas, seja por não se implementar os programas políticos necessários, também já contidos na Constituição, como o de reforma agrária. No intuito de alteração deste quadro, é de suma importância a interpretação e aplicação do princípio da função social da propriedade em toda a sua extensão, o que requer um esforço hermenêutico garantidor da materialidade dos objetivos da

³⁷⁶ Agravo de Instrumento nº 598.3690.402. 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Rel. Des. Elba Aparecida Nicolli Bastos. Julg. 6/10/1998.

³⁷⁷ Agravo de Instrumento nº 70003434388. 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Rel. Des. Carlos Rafael dos Santos Junior. Julg. 6/11/2001.

³⁷⁸ Apelação Cível nº 01.001566-3. Câmara Especial do Tribunal de Justiça de Rondônia. Rel. Des. Rowilson Teixeira. Julg. 20/03/2002.

Constituição e, calcada neste esforço, uma disputa ideológica no âmbito do discurso jurídico e da institucionalidade estatal, especialmente no Poder Judiciário. Deve-se reconhecer, por outro lado, que apesar de importante, tal disputa é, por si só, insuficiente, e, cabe frisar, inalcançável sem a cobrança organizada dos maiores interessados, que são as classes subordinadas. Em face desse descompasso entre os direitos postos e sua concretização, portanto, é que deve ser analisado o protagonismo do MST, assunto em discussão no próximo capítulo.

5 O MST E A LUTA HEGEMÔNICA CONTRA O CAPITAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA REAL DEMOCRACIA

*“E então num sítio qualquer do latifúndio, a história lembrar-se-á de dizer qual, os trabalhadores ocuparam uma terra. Para terem trabalho, nada mais, cubra-se de lepra a minha mão direita se não é verdade. E depois numa outra herdade os trabalhadores entraram e disseram, Vimos trabalhar. E isto que aconteceu aqui, aconteceu além, é como na Primavera, abre-se um malmequer do campo, e se não vai logo Maria Adelaide colhê-lo, milhares de seus iguais nascem em um dia só, onde estará o primeiro, todos brancos e voltados ao sol, é assim como o noivado desta terra. Porém, estas brancuras não são, é gente escura, formigueiro que se espalha pelo latifúndio, a terra está cheia de açúcar, nunca se viu tanta formiga de cabeça levantada (...)”*³⁷⁹

5.1 O MST COMO INTELECTUAL COLETIVO: LEGITIMIDADE E LEGALIDADE DE SUAS AÇÕES

Este tópico inicia pelo estudo do significado dos chamados novos movimentos sociais, passa à exposição geral de alguns traços relativos ao surgimento e desenvolvimento do principal deles no Brasil, o MST, para, então, à luz do conceito de intelectual coletivo, analisar a legitimidade e legalidade de sua existência e ações, principalmente a que causa mais polêmica na sociedade – talvez por atingir diretamente o âmago do sistema do capital –, que são as ocupações de terras, cuja conceituação, assim como no caso da função social da propriedade, é objeto de intensa disputa (política) no campo do discurso técnico-jurídico.

Para assentar as bases de tal análise, considere-se aqui, em compasso com o raciocínio de Ilse Scherer-Warren,³⁸⁰ a instância do Social como “um conjunto de relações sociais comandadas por uma dialética de opressão e de libertação”,³⁸¹ tanto no plano individual quanto no grupal, sendo este, porém, o que interessa para o presente trabalho, mais especificamente no que tange às formas de libertação dos grupos mais desprivilegiados, libertação que advém de uma reação ativa a determinada situação de opressão, que, quando adotada coletivamente, caracteriza um “movimento social” – valendo ressaltar, todavia, que “a libertação é uma busca, uma utopia que dá sentido ao viver, mas que de forma absoluta é,

³⁷⁹ SARAMAGO, José. Obra citada. p. 361.

³⁸⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica.

³⁸¹ SCHERER-WARREN, I. *Idem*. p. 8.

sociologicamente, um absurdo”,³⁸² posto que nenhum grupo é totalmente oprimido ou completamente liberto, sendo que entre classes sociais normalmente se acumulam várias formas de opressão.

Uma vez que o estudo dos movimentos sociais é impulsionado pela análise das transformações sociais, deve-se buscar apreender as ações dos movimentos neste sentido, isto é, no de sua *práxis*. Para tanto, é útil destacar alguns componentes dos movimentos sociais, que, embora com conteúdo variável, são relativamente constantes neles. Pode-se elencar, assim, a “proposta de transformação” (ou *projeto*), os “princípios orientadores” (ou *ideologia*), e a “forma de condução do movimento” (*direção, organização*).³⁸³ Scherer-Warren define a *práxis* como “ação transformadora do social, desde que esta ação contenha um certo grau de consciência crítica”;³⁸⁴ *projeto*, como “o que o grupo quer modificar na realidade social”, ou “a determinação de um ‘fim’ para o movimento, ou seja, as metas, os objetivos, as utopias na produção transformadora do social”;³⁸⁵ *ideologia*, como uma “unidade de contrários”, pois pode ser entendida ora como submissão à ideologia dominante, ora como consciência da própria situação; a ideologia, portanto, deve ser entendida de forma dual, pois supõe que “as classes subalternas vivem a contradição ideológica entre sua submissão à ideologia dominante e às formas de consciência que correspondem à sua situação social e aos seus interesses específicos de classe”;³⁸⁶ por fim, na análise da *direção e organização* importam os diferentes modos de relação entre base e direção, que normalmente se situam entre os extremos do basismo (que pode levar a um irracionalismo) e do vanguardismo (que pode levar ao intelectualismo).

Com base nisso, referida autora esboça um conceito para *movimentos sociais* (aplicável, como se verá, ao MST): “ação grupal para transformação (a *práxis*) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”.³⁸⁷ Segundo ela, o pensamento de Marx abarca os quatro elementos dos movimentos sociais vistos acima (*práxis, projeto, ideologia e organização*), sendo a *práxis* o principal, que se realiza por meio das *atividades teórica, produtiva e política*.

³⁸² SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 9.

³⁸³ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 12-13.

³⁸⁴ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 15.

³⁸⁵ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 16.

³⁸⁶ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 17-18.

³⁸⁷ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 20.

Em conexão com a *atividade teórica*, a práxis se trata da unidade indissolúvel entre teoria e prática, pois uma prática revolucionária imprescinde de uma teoria crítica estabelecida em bases científicas, que tenha eficácia prática comprovada e sirva como elemento de formação da consciência da classe oprimida. Em conexão com a *atividade produtiva*, a práxis é a base do mundo social, sendo sua expressão maior a categoria trabalho, que no capitalismo se torna alienante devido à mercantilização da força de trabalho e ao fetichismo da mercadoria, fazendo com que somente a luta consciente das classes dominadas possa reverter o quadro de reificação do trabalho humano, o que depende também, todavia, do suficiente amadurecimento de relações de produção mais avançadas. E, ainda, em conexão com a *atividade política*, a preocupação principal de Marx na análise da práxis é de ordem político-ideológica, pois o estudo sobre a alienação leva ao estudo sobre as possibilidades de sua superação (formação de uma consciência de classe) e conseqüente possibilidade de ação revolucionária. Assim, a práxis política da classe só se dá com organização e movimentos sociais da classe.³⁸⁸

Ainda segundo os estudos de Scherer-Warren, é no pensamento de três autores clássicos do marxismo – preocupados sobretudo com a questão da práxis social – que se pode buscar alguns aportes para enriquecer a reflexão sobre os movimentos sociais. São eles, Lênin, Lukács e Gramsci, cabendo focalizar suas concepções acerca, respectivamente, da questão da vanguarda, da consciência de classe, e da direção cultural.

Destarte, Lênin teoriza sobre o partido político como mediador privilegiado entre a teoria revolucionária e a prática política das massas, partido que é, portanto uma vanguarda dentro do movimento revolucionário. O partido se trata de uma organização necessária que opera para unir engajamento e consciência de classe; para conhecer o todo (classes) e a parte (proletário), o que o operário, em seu microcosmo, não tem condição de fazer espontaneamente. Vanguarda e massas têm de caminhar para a revolução política que só é possível com o homem novo, a revolução cultural.³⁸⁹

Já Lukács, um pensador marxista anti-ortodoxo (para os padrões de sua época), obtém na idéia de revelação de si (do operário reificado) a revelação da essência do capitalismo. É a consciência de classe. Ampara-se em diversos níveis, a despeito de seus tipos ideais: falsa ou verdadeira. Para se chegar a ela, maneja a categoria de totalidade, central em Marx. Reconhece a importância do partido e diz que a classe proletária tem que lutar contra seu

³⁸⁸ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 23-35.

³⁸⁹ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 41-50.

inimigo externo e contra si mesma, isto é, contra os efeitos devastadores do sistema capitalista em sua consciência.³⁹⁰

Gramsci, por sua vez, enfatiza a cultura e a direção ideológica (hegemonia). Analisa a dialética entre as filosofias espontâneas (das massas) e crítica (dos intelectuais). Para ele, a revolução exige uma nova cultura. Como visto no segundo capítulo, trata-se da catarse, passagem do momento meramente econômico para o ético-político. Sua filosofia da práxis erige-se sobre a dialética massa-intelectuais, em prol da tomada de consciência e conquista hegemônica. O campo social para tal dialética seriam os conselhos de fábrica, sindicatos e o partido, este com direção cultural. Portanto, em Gramsci há uma síntese entre espontaneidade e direção. Ganha relevo, assim, a noção de ideologia, como concepção de vida, ideologia dividida em duas espécies: arbitrárias e orgânicas. A filosofia da práxis é orgânica pois pretende uma crítica total às relações sociais, imprimindo um caráter político à filosofia, buscando-se a passagem do reino da necessidade para o da liberdade.³⁹¹

Para complementar as abordagens marxistas clássicas no estudo dos movimentos sociais, a autora busca subsídios, ainda, no pensamento de Ernesto Laclau, Ralf Dahrendorf, Alain Touraine, Felix Guattari, Cornelius Castoriadis e Gustavo Gutiérrez. Embora cada um tenha sua pertinência para o estudo do MST, é este último pensador que merece um destaque maior, primeiramente por estar mais próximo à realidade latino-americana, e em segundo lugar por sua matriz filosófica ter sido uma das grandes responsáveis pelo surgimento do MST, bem como por até hoje influenciar sua forma de condução e diretrizes gerais.

No contexto da Teologia da Libertação, Gustavo Gutiérrez encara uma práxis de transformação da realidade latino-americana desde a solidariedade da Igreja no combate à violência institucionalizada, até uma educação libertadora no rumo ao socialismo. Pode-se dizer que a práxis é o elemento chave da teologia da libertação, que assim visa à transformação, ou a produção da história; em última análise, orienta-se para a formação de movimentos sociais emancipadores. Considerando que nos países de terceiro mundo os problemas principais ainda dizem respeito às formas de opressão econômica e legal, parte-se, aqui, da vivência da opressão, da crítica das ciências sociais e da mediação da Igreja. O teólogo é o novo intelectual orgânico que opta pelos pobres (não como um novo tipo de paternalismo, mas “auto-identificação” com eles, e “parceria política” no processo de libertação). Trata-se de uma revolução cultural em que o povo, organizado, assume seu destino. As três fontes da teologia da libertação, então, são a “reflexão sobre a vivência da

³⁹⁰ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 50-60.

³⁹¹ SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 60-74.

própria opressão, utilização do conhecimento crítico oriundo das ciências sociais e mediação do discurso evangelizador da Igreja”.³⁹²

É válido enfatizar a própria inspiração gramsciana que reveste em muitos aspectos a teologia da libertação, como, para citar o principal (sem incluir o religioso), a formação de consciência de classe entre os excluídos, nos moldes da filosofia da práxis, a partir de elementos do *senso comum*, do *folclore*, da religiosidade popular, galgando, assim, o consenso em importantes espaços sociais em prol de uma vontade nacional-popular de insurgência coletiva pacífica contra as opressões sistêmicas. Como bem analisa Coutinho,

(...) se quisermos captar nela [a teologia da libertação] a presença de fontes marxistas, o que certamente não é difícil, poderemos constatar – mesmo com base numa análise superficial – uma influência bem maior de Gramsci do que, por exemplo, Ernst Bloch. Com efeito, um estudioso do tema [Luigi Bordin],³⁹³ ainda que sem se referir especificamente a autores brasileiros, não hesitou em “observar certo paralelismo e certa convergência quanto à idéia de reforma entre Gramsci, de um lado, e, de outro, Gutiérrez e Assman”, o que o induziu a concluir que “a teologia da libertação participara, de certa forma, do espírito da ‘reforma intelectual e moral’ gramsciana, embora opere num nível específico, o religioso”.³⁹⁴

Stedile destaca que a teologia da libertação foi o fator ideológico que levou à formação do MST, somando-se aos fatores socioeconômico e político. Estes dois já foram abordados, vale dizer, respectivamente, o processo de expulsão da população rural com o advento da “modernização” agrícola e da industrialização dependente implantados pelo regime militar, e o processo de redemocratização institucional do final da ditadura militar.³⁹⁵ Dentro do movimento gerado pela teologia da libertação no Brasil, Stedile sublinha o surgimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em 1975, que inicialmente tinha o condão de tratar dos problemas da Amazônia, diante do avanço das grandes empresas agropecuárias, e que em pouco tempo, pela magnitude do problema agrário brasileiro, espalhou-se por todo o país.³⁹⁶ “A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem”.³⁹⁷ Além disso, por seu caráter ecumênico, a CPT conseguiu realizar um trabalho pastoral ligado a outras religiões também, especialmente a luterana no Paraná e Santa Catarina, o que foi

³⁹² SCHERER-WARREN, I. *Idem.* p. 127.

³⁹³ BORDIN, Luigi. **O marxismo e a teologia da libertação**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

³⁹⁴ COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo...** p. 301-302.

³⁹⁵ STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória...** p. 19-22.

³⁹⁶ BALDUÍNO, Dom Tomás. *Apud*: MELO, J. A. T (org.). Obra citada. p. 110. Sobre o histórico da CPT, cf. CPT – Secretariado Nacional. **A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**.

³⁹⁷ STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória...** p. 20.

fundamental quando da formação do MST, conferindo-lhe unidade em âmbito nacional. Stedile e Fernandes concluem, assim, que mesmo sem a CPT alguma forma de organização dos trabalhadores rurais teria surgido, porém certamente o resultado não seria o MST.³⁹⁸

Com efeito, a CPT tomou a cautela de não formular um programa próprio de reforma agrária. Já em sua primeira assembléia geral (1977) estabeleceu para si a função de atuar enfatizando o protagonismo do trabalhador rural, “que será sempre o único e legítimo sujeito de sua própria história”,³⁹⁹ como, aliás, se deu durante toda a história do Brasil no que pertence à luta pela terra, luta esta que não pode deixar de ser mencionada ao se falar do surgimento do MST, que é delas diretamente tributário e continuador.

Como é de se esperar, diante de tamanha concentração de terras e marginalização social durante todo o tempo, a luta pela terra no Brasil só poderia ter exatamente a sua idade. Octavio Ianni divide em três os períodos principais da história política do trabalhador agrícola brasileiro: escravo, lavrador e proletário.⁴⁰⁰

Durante todo o período colonial ocorriam rebeliões e fugas de escravos, que formavam os quilombos; com relação aos indígenas, a espoliação de seu território também não se deu sem que grandes lutas de resistência fossem travadas. Com a independência, a abolição da escravatura e a proclamação da República, entretanto, o modo de luta pela terra se altera. Entram em cena as chamadas “lutas messiânicas”, que têm esse nome por comumente serem dirigidas por um grande líder. Como exemplos mais famosos, tem-se a Guerra de Canudos, liderada por Antonio Conselheiro no nordeste, e do Contestado, liderada pelos Monges João e José Maria, no sul.⁴⁰¹ Em comum a essas duas primeiras fases, a característica de serem integradas por gente nascida em solo brasileiro e lutarem pela posse da terra, imediatamente, e não em nome de valores como a liberdade ou de quaisquer outros projetos políticos. Seus integrantes normalmente tinham uma pequena área de terra e, por se negarem a cumprir a ordem de dela sair, vez que não tinham para onde ir, resistiam.⁴⁰² Depois, com a Revolução de 1930, que desencadeou o processo de formação do proletariado rural, outros modos de luta advêm: além do messianismo, toma lugar o banditismo (movimento do Cangaço, por

³⁹⁸ STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Obra citada. p. 20-21.

³⁹⁹ CPT – Secretariado Nacional. Compromisso eclesial e político da Comissão Pastoral da Terra. *Apud*: MELO, J. A. T. (org.). Obra citada. p. 110.

⁴⁰⁰ IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil. *In*: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda**. v. 2. p. 127-146.

⁴⁰¹ Para um estudo mais aprofundado das lutas camponesas na história do Brasil, com ênfase na Guerra de Canudos, inclusive retificando várias impropriedades sobejamente difundidas em “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, cf. MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST.

⁴⁰² IANNI, O. A formação do... p. 127-136.

exemplo), e, consagrando o processo de proletarização do trabalhador rural brasileiro, as ligas camponesas e os sindicatos rurais. Deve-se frisar que nas duas primeiras fases, assim como no início das ligas e sindicatos, ainda não existia a luta pela reforma agrária, mas apenas pela terra, o que, como frisa Mançano Fernandes, é importante diferenciar, pois esta acontece independentemente daquela, embora ambas sejam interativas: “A luta pela reforma agrária é uma luta mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária”.⁴⁰³

É somente nos anos 1950 que a luta pela terra passa a ter uma conotação política mais ampla, a partir das lutas dos pequenos proprietários, arrendatários e posseiros para continuarem em suas terras, juntamente com as lutas que começavam a ser travadas pelos assalariados do campo, bem como das organizações que começavam a se consolidar em congressos camponeses e em torno de instituições como o Partido Comunista Brasileiro – PCB e a Igreja Católica. Exemplos destas primeiras formas mais elaboradas de organização de agricultores são as Ligas Camponesas (as primeiras já em 1945), apoiadas pelo PCB, com o mote principal de se recusar ao assalariamento, diante da sistemática expropriação e expulsão. Formadas em quase todos os estados, passaram a ser violentamente reprimidas pelo Estado quando o PCB foi posto na ilegalidade; posteriormente, em 1954, ressurgiram de forma mais independente em Pernambuco e, a partir de certa altura lideradas pelo advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB Francisco Julião, começaram a se espalhar pelo nordeste, como forma de resistência dos foreiros dos engenhos contra o aumento do foro e a expulsão.⁴⁰⁴

Além das Ligas, pode-se citar ainda a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab, criada também pelo PCB, em 1954, que se espalhou por vários estados. Na década de 1960 as Ligas passam a promover encontros e congressos e dessa forma conseguem colocar a reforma agrária na pauta política nacional. Dessa época datam as primeiras ocupações de terras organizadas como instrumento de pressão. A ala progressista da Igreja Católica, representada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, passava então a atuar mediante o Movimento de Educação de Base, alfabetizando e fazendo formação política com os camponeses. No Rio Grande do Sul foi muito forte a atuação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – Master, que utilizava como principais instrumentos de luta as ocupações e acampamentos.⁴⁰⁵

⁴⁰³ FERNANDES, B. M. O MST no contexto... p. 17.

⁴⁰⁴ FERNANDES, B. M. *Idem*. p. 22-23.

⁴⁰⁵ FERNANDES, B. M. *Idem*. p. 23-24.

Com a ditadura, contudo, a questão agrária foi totalmente militarizada e todos esses movimentos foram aniquilados.⁴⁰⁶ Não obstante, como visto, um trabalho invisível de formação de consensos contrários à ditadura continuava sendo sistematicamente realizado, no campo e na cidade, em boa parte mediante os Grupos de Famílias e as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's organizados pela Igreja, vindo à tona no final da década de 1970, inclusive com novas ocupações sob a batuta de outros tantos novos movimentos camponeses.⁴⁰⁷

Segundo Morissawa, a efervescência dessas novas ocupações esparsas determinaram o período de gestação do MST, tendo a primeira semente sido plantada em 7 de setembro de 1979, com a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta-RS. Fomentadas pela CPT, “muitas outras lutas, nesse estado e em todo o país, foram gerando lideranças e incrementado a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária”.⁴⁰⁸ Essa pluralidade de lutas e de movimentos (cabendo mencionar especialmente o das famílias expulsas pela construção da hidrelétrica de Itaipu), embora em sua maioria movidos pela reflexão crítica extraída da mesma matriz (o trabalho pastoral), ainda não possuíam um caráter inter-relacional, isto é, suas ações não eram planejadas conjuntamente, suas lideranças não dialogavam entre si, sendo que cada grupo mal sabia da existência dos demais.⁴⁰⁹

A partir de 1981, a CPT toma a iniciativa de promover debates e encontros entre as lideranças da luta pela terra. Os principais, que acabaram levando à fundação do MST, foram o Encontro Regional do Sul e o Seminário de Goiânia, precedendo o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra. Este, por sua vez, realizado em 1984 na cidade de Cascavel-PR, sob o lema “Terra para quem nela trabalha e vive!”, consolidou a aliança de “intelectuais, operários, indígenas e trabalhadores rurais em torno da formação de um movimento voltado à unificação das lutas dos sem-terra em âmbito nacional”.⁴¹⁰ No ano seguinte se realizou em Curitiba, no Teatro Guairá, o primeiro Congresso Nacional do MST, com 1600 delegados, cujas análises conduziram à decisão de não apoiar o novo governo de Tancredo Neves, contrariamente ao modo como o PCB e PCdoB se posicionaram. Por isso a nova palavra de ordem: “Ocupação é a única solução!”. Morissawa afirma que “se tivesse aderido ao governo naquele Congresso, o MST não teria sobrevivido. Menos de um ano depois estava provado que ele tinha razão”.⁴¹¹

⁴⁰⁶ FERNANDES, B. M. *Idem*. p. 25-27.

⁴⁰⁷ FERNANDES, B. M. *Idem*. p. 40-41.

⁴⁰⁸ MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. p. 123.

⁴⁰⁹ MORISSAWA, M. Obra citada. p. 120-135.

⁴¹⁰ MORISSAWA, M. *Idem*. p. 138.

⁴¹¹ MORISSAWA, M. *Idem*. p. 141.

Daí em diante o Movimento tratou de se articular em diversos outros estados; vários Encontros e Congressos se seguiram, consolidando, entre outras convicções, a de que o Movimento deveria manter sua autonomia perante o governo e quaisquer outras entidades, assim como a de que a reforma agrária não seria implementada a não ser mediante forte pressão popular. No ano de 1989 o MST já realizava seu 5º Encontro Nacional, agora com a palavra de ordem “Ocupar, Resistir, Produzir!”, sintetizando a necessidade que o Movimento tinha de se consolidar nacionalmente, então numa conjuntura em que a polícia voltava a ser chamada para “cuidar” da questão agrária e, ao mesmo tempo, vários assentamentos já haviam sido conquistados, alçando a luta dos Sem-Terra a uma nova etapa, qual seja, a da produção, demandando a criação de associações, cooperativas, agroindústrias etc.⁴¹² Em pouco tempo ele já havia alcançado amplo reconhecimento da sociedade brasileira e de organizações internacionais, tendo recebido prêmios nas mais diversas áreas, como direitos humanos, comunicação, educação etc. (o Nobel Alternativo em 1991, Estocolmo, é um entre mais de cinquenta exemplos computados até o ano 2000).⁴¹³

Dados mais recentes dão conta da grande expansão do MST pelo país: em 2005, um total de 124.240 famílias estavam organizadas em acampamentos;⁴¹⁴ em 2004, o número de assentamentos conquistados era de 1.649, em que residiam um total de 105.466 famílias;⁴¹⁵ todos os estados já contam com uma secretaria estadual do MST; centenas de associações, cooperativas e unidades produtivas estão em operação, inclusive exportando produtos feitos nos assentamentos. Mas embora à primeira vista alguns desses dados possam conduzir à conclusão de que a política de reforma agrária está efetivamente sendo implementada no Brasil, a afirmação em tal sentido é um equívoco total, afinal, como visto, as metas traçadas no II PNRA – que mesmo no papel fica longe de alterar significativamente a estrutura fundiária – estão muito longe de serem alcançadas.

Segundo a análise de Mançano Fernandes, não se pode denominar “reforma agrária” a política praticada pelos governos brasileiros de desapropriações pontuais em áreas de conflitos. Segundo ele, o que há são conquistas ainda dentro da perspectiva da “luta pela terra”, conquistas que jamais existiriam não fosse a organização da classe trabalhadora do campo e a realização de ocupações de terra,⁴¹⁶ como demonstrado pela comparação entre os números de ocupações de terras e de criação de assentamentos: entre 1990 e 1994 houve 421

⁴¹² MORISSAWA, M. *Idem*. p. 140-146.

⁴¹³ MORISSAWA, M. *Idem*. p. 221-224.

⁴¹⁴ MST. **Acampamentos 2005**. In: Sítio eletrônico do MST.

⁴¹⁵ MST. **Assentamentos do MST em 2004**. In: Sítio eletrônico do MST.

⁴¹⁶ FERNANDES, B. M. O MST no contexto... p. 17.

ocupações e 478 assentamentos; entre 1995 e 1999, foram 1.855 ocupações e 2.750 assentamentos.⁴¹⁷

Diante dos fatos, percebe-se claramente que todas essas conquistas, embora ainda muito aquém do necessário, são frutos exclusivamente das lutas levadas a cabo pelo próprio MST – claro que muitas vezes apoiado por diversas outras organizações, autoridades e até mesmo governos, porém, em tais casos, sempre dentro de uma política de alianças em que procura manter sua autonomia e a hegemonia do processo.

Posto isso, já se começa a entrar no assunto mais espinhoso relativo ao MST, que são as ocupações de terras por ele promovidas, sendo que, ao menos do ponto de vista da necessidade e eficácia, já se viu que tal proceder tem plena justificação, dado que, se não realizadas as ocupações, sequer os poucos assentamentos mencionados teriam sido criados. Antes de estudar as ocupações mais detalhadamente, contudo, cabe ter em conta mais alguns aspectos relativos ao MST e outras de suas ações.

Em linhas gerais, o MST pode ser definido da seguinte forma: “(...) um movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de caráter popular e político, que tem como objetivo organizar os trabalhadores rurais sem terra para a conquista de reivindicações fundamentais: ‘terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade’”.⁴¹⁸ Laureano, que identifica no MST um “novo sujeito social”, realizou estudo (já citado) em que demonstra a constitucionalidade das ações e do projeto de reforma agrária defendido pelo MST, em face de seu comprovado “compromisso com a dignidade humana, fundada na igual oportunidade para todos em integração com os demais segmentos da sociedade e em harmonia com a preservação da natureza”.⁴¹⁹ Segundo ela,

As ações [do MST] ganham sentido bastante significativo em vista da Teoria da Constituição ao fazermos a leitura e interpretação das normas constitucionais nos dias atuais. São seres humanos que assumem, coletivamente, na luta, a condição de sujeitos de seu próprio destino social e político. Assim, enxergamos nessa nova identidade, o cidadão que está ajudando a escrever, com a vida e na luta, a história do constitucionalismo brasileiro; essa parcela excluída da população que vem adentrando no espaço político nacional e assume a condição de povo titular do poder

⁴¹⁷ COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. p. 91. *Apud*: LAUREANO, D. S. Obra citada. p. 121. Note-se que estes números, relativos aos assentamentos rurais, apresentam certa contradição com os apresentados no início do parágrafo anterior. Tal disparidade pode ser explicada, a um, pelo fato de aqueles números contabilizarem somente os assentamentos tidos pelo MST como frutos de conquistas suas; a dois, porque estes últimos números provêm de dados oficiais do governo, os quais, como visto, muitas vezes retratam indevidamente outros feitos que não assentamentos novos propriamente ditos, como projetos de regularização fundiária e de colonização; isso para não mencionar os muitos assentamentos que ocorreram apenas “no papel”, conforme LAUREANO, D. S. Obra citada. p. 120.

⁴¹⁸ MELO, J. A. T. (org.). Obra citada. p. 114.

⁴¹⁹ LAUREANO, D. S. Obra citada. p. 76.

soberano inscrito na Constituição para exigir que também o Estado cumpra o seu papel constitucional. (...)

As ações políticas, a organização, as características e princípios muito próprios do MST confirmam o regime político democrático inscrito na Constituição da República de 1988. Vemos, ao observar atentamente a estratégia de luta pela terra e a formação da massa de militantes, uma nítida opção por uma reforma agrária constitucional, totalmente contrária à imagem que a mídia passa à população, aquela que atribui ao movimento práticas violentas e que não encontrariam sustentação no Direito.⁴²⁰

O MST, portanto, escorado na liberdade associativa para fins pacíficos, garantida pela Constituição, trata-se de uma organização social plural e aberta, destinada a acolher o máximo de pessoas que concordam com seus objetivos e princípios (por isso se diz que é uma “organização de massas”); é, ainda, uma organização que conta com uma base sindical de luta, por sua atuação partir de demandas corporativas específicas (relativas à classe trabalhadora rural), mas que, pela consciência de que suas demandas estão inseridas no contexto geral da luta de classes, possui também um caráter político de alcance muito mais longo; ademais, busca desenvolver as potencialidades de seus militantes, dentro de uma organização disciplinada e democrática, onde a educação é vista como a “menina dos olhos”, na perspectiva de rompimento também das cercas do “latifúndio da ignorância”.⁴²¹

Por serem bastante particulares, três características do MST merecem destaque. São elas a *territorialização*, a *mística*, e os *princípios organizativos*. Por territorialização se entende o processo de conquista da terra, como leciona Mançano Fernandes:

Cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos Sem-Terra. O assentamento é um território dos Sem-Terra. A luta pela terra leva à territorialização porque, ao conquistar um assentamento, abrem-se perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na conquista da terra não existe territorialização. (...) Os Sem-Terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista, e por essa razão o MST é um movimento socioterritorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação da terra nasceu o MST.⁴²²

Já a mística, sempre presente nos encontros do MST, é a afirmação da identidade Sem-Terra e a expressão dos mais diversos sentimentos relacionados à luta pela terra e por uma nova sociedade, enfaticamente a esperança, o amor, a fraternidade, afirmação e expressão veiculadas por muitas formas, a depender da criatividade dos militantes em cada ocasião, seja na decoração dos locais, seja por canções, atividades teatrais, poesias, entre outras. Na prática,

⁴²⁰ LAUREANO, D. S. *Idem*. p. 74-75.

⁴²¹ LAUREANO, D. S. *Idem*. p. 84-103.

⁴²² FERNANDES, B. M. O MST no contexto... p. 53.

visando quebrar a hegemonia da ideologia egoísta, imediatista e consumista, trabalha com elementos artísticos e de espiritualidade. Como assinala Laureano, trata-se da correção de um erro histórico de muitos movimentos de esquerda:

“Quando triunfar a revolução e o socialismo, aí então gozaremos”, esse foi o princípio cultivado por muitos militantes de esquerda antes da queda do muro de Berlin. Consciente ou inconscientemente muitos militantes comprometidos em lutas libertárias tornaram-se insensíveis a várias dimensões constitutivas da vida, tal como a afetividade, a amizade e a espiritualidade. Tirando lições desse erro histórico, o MST tenta “gozar enquanto se faz a luta”, ou seja, a luta deve ser arrojada, firme e destemida, mas sem nunca perder a ternura, na expressão de Che Guevara.⁴²³

E os princípios organizativos, que segundo as resoluções tomadas nos encontros e congressos do MST devem estar presentes em todas as instâncias, são, conforme explicado por Stedile, o que garante a perenidade da organização. O mais importante deles é o da *direção coletiva*, por dois motivos principais, quais sejam, o do modelo presidencial ter se mostrado desastroso na história dos movimentos camponeses (já que a regra geral mostrou ser a de que ou o presidente seja assassinado, ou que se torne um traidor),⁴²⁴ bem como o de que assim se estimula a democracia participativa em todas as instâncias.

Outros importantes princípios organizativos são: *divisão de tarefas*, para aglutinar as mais diversas aptidões e gostos pessoais; *disciplina*, sem a qual não se constrói uma organização, e que é um pressuposto da democracia, vez que garante o respeito às regras consensualmente formuladas e às decisões das instâncias; *estudo*, profundamente estimulado dentro do Movimento, para que, no que tange à organização, evite-se o voluntarismo; *formação de quadros próprios*, sem o que não se vislumbra futuro à organização, sendo que isso deve se dar no máximo possível de áreas do conhecimento, técnica e politicamente, sendo uma necessidade que advém inclusive do fato de o Movimento se territorializar em forma de comunidades; *massificação*, dado que a força política do MST se encontra quase toda em seu número de integrantes, constituindo-se, portanto, na única forma de efetivação dos direitos formalmente garantidos; e, por fim, *vinculação com a base*, ou seja, a eterna necessidade de se utilizar e criar mecanismos para ouvir e interagir com o povo, pois ele é que sustenta e atribui sentido à organização.⁴²⁵

Diante da clareza, organização e coerência de seus métodos pacíficos, não fosse cínica, perversa e causadora de graves prejuízos sociais, seria risível a tentativa das classes

⁴²³ LAUREANO, D. S. Obra citada. p. 113-114. Sobre o assunto, cf. BOGO, Ademar. **O vigor da mística.**; e BOFF, Leonardo. Alimentar a mística. In: MST. **Mística:** uma necessidade no trabalho popular e organizativo.

⁴²⁴ STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Idem*. p. 39.

⁴²⁵ STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Idem*. p. 39-44.

dominantes, principalmente através dos maiores meios de comunicação, de procurar formar na opinião pública uma imagem do MST como propagador da luta armada, “baderneiro”, “guerrilheiro” e congêneres.⁴²⁶

Tanto quanto as ocupações e acampamentos permanentes (estudados em maiores detalhes na sequência), nenhuma das outras ações praticadas pelo MST extrapola os limites do ordenamento jurídico brasileiro. As *marchas pelas rodovias*, por exemplo, normalmente com milhares de pessoas, chamam a atenção da população para vários problemas dos sem-terra e da nação em geral, conquistando adeptos e simpatizantes, promovendo debates em nível nacional, e, assim, constituindo-se em legítimo instrumento de pressão sobre os governantes, ato de cidadania para exigir o cumprimento dos objetivos da lei maior da República.⁴²⁷

Jejuns e greves de fome podem ser outros instrumentos de luta pela efetivação de direitos constitucionais. No jejum, um grande número de pessoas fica sem comer por um tempo determinado em lugar público, simbolizando a fome cotidiana dos sem-terra e explicitando o caráter pacífico de sua atuação, bem como a abertura ao diálogo com as autoridades; já a greve de fome é utilizada apenas em situações extremas, para chamar a atenção da sociedade e pressionar as autoridades competentes, com muito critério e preparo, pois uma pessoa ou um grupo fica sem comer indefinidamente até que determinada reivindicação seja atendida, sendo justificável apenas quando um número muito grande de vidas está em risco e absolutamente nenhuma medida está sendo realizada para resolver o problema.⁴²⁸

A *ocupação de prédios públicos* é também bastante comum. De maneira alguma visa perpetrar qualquer tipo de violência ou alcançar os objetivos mediante coação física (o que certamente seria inviável diante do poderio estatal). Via de regra, faz-se a ocupação na sede de determinado órgão governamental que não está cumprindo determinada obrigação ou compromisso, para expor simbólica e publicamente tal situação, ou, ainda, para denunciar a prática de atos ilegais.⁴²⁹

Há, ainda, *acampamentos nas grandes cidades*, utilizados para manter protestos por dias, e até meses, seguidos, assim como para expor à população as condições de um acampamento de sem-terras; *vigílias*, que também são manifestações massivas realizadas de

⁴²⁶ A respeito do tratamento discriminatório e unilateral conferido pelos grandes meios de comunicação ao MST, cf. VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa**: um exercício de análise do discurso; e MORISSAWA, M. Obra citada. p. 217-220.

⁴²⁷ MORISSAWA, M. Obra citada. p. 200-201.

⁴²⁸ MORISSAWA, M. *Idem*. p. 201.

⁴²⁹ MORISSAWA, M. *Idem*. p. 202.

dia e de noite, para protestar contra injustiças; sem contar aquela ação mais comum, que não raro ocorre até mesmo espontaneamente nos mais diversos setores da sociedade, que são as *manifestações* e *passeatas*. As do MST, sempre de caráter pacífico (muito embora haja vários casos de repressão violenta), não raro “chamam a atenção pela ordem e disciplina dos participantes, que normalmente desfilam organizadamente e utilizam muita simbologia, como bandeiras e instrumentos de trabalho (...)”.⁴³⁰

Todas estas são ações bastante comuns do MST para a reivindicação de direitos constitucionais, as quais, contudo, são acessórias com relação àquela que imprime o verdadeiro caráter contra-hegemônico ao Movimento, qual seja, a de *ocupação* e *acampamento* em terras em que há flagrante descumprimento de sua função social. Acima se mencionou que se não fossem as ocupações nem mesmo a lenta e ineficaz política de assentamentos rurais estaria sendo realizada pelo Estado. Este é um dado importante, mas que não diz tudo acerca da estratégia e fundamentação que perpassam este modelo de ação.

Stedile (já citado) – economista, integrante da direção nacional do MST e um de seus fundadores, que nos termos aqui propostos pode ser considerado um intelectual orgânico da transformação, por aliar o estudo crítico da realidade com uma atuação emancipadora – ressalta dois aspectos desse tema, a começar pelo fato de que ele exige uma tomada de posição da sociedade a respeito, já que, por sua contundência, obriga todos os setores a se manifestarem a favor ou contra. Além disso, é a forma mais coerente e eficaz de aglutinar organizadamente os pobres do campo para que – ao invés de isoladamente pedirem, o que, bem observado, além de humilhante é extremamente conveniente aos detentores do poder – exijam seus direitos de cidadãos.⁴³¹

Com relação ao modo de execução das ocupações e acampamentos organizados pelo MST, vale frisar a inexistência de um organismo central no comando, “orquestrando” as ações e “chefiando” seus integrantes. Isso porque as ocupações e acampamentos só se viabilizam a partir da iniciativa consciente de cada família que deles vão tomar parte, como Stedile deixou claro quando foi chamado a depor na “CPMI da Terra”, em 2005:

(...) Ninguém vai para uma ocupação porque alguém mandou; ele tem que decidir. E em todas as ocupações do MST o sujeito, para ir na ocupação, sabe que tem que ter sua lona, tem que levar sua comida, é uma responsabilidade dele. Às vezes a imprensa diz: “O MST fez uma ocupação, de onde arranja o dinheiro?” Não precisa de dinheiro para fazer ocupação. Para fazer ocupação precisa consciência de querer lutar pela reforma agrária. Aí o sujeito, ele mesmo, se prepara, porque ele não é idiota, ele sabe que tem que comprar lona, tem que ir lá, tem que se preparar. Para

⁴³⁰ MORISSAWA, M. *Idem*. p. 203.

⁴³¹ STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória... p. 113-114.

fazer ocupação, não pensem que precisa de dinheiro. Precisa é de vontade, de querer resolver os seus próprios problemas.⁴³²

Outro ponto a ser evidenciado sobre as ocupações e acampamentos é a importância de neles participarem toda a família, e não somente os homens, como ocorre tradicionalmente nos sindicatos e partidos políticos. Isso porque cada acampamento engrena um processo de formação de uma nova comunidade, o que contribui, ademais, para que a frente de luta se amplie para outras facetas sociais que não somente a da conquista da terra, alcançando na prática os problemas do individualismo e do machismo.⁴³³ Considerando tais pressupostos, o papel dos militantes mais experientes do Movimento nas ocupações e acampamentos é o de contribuir para a aplicação dos princípios organizativos naquela comunidade que então se forma.

Como dito, as ocupações de terras improdutivas ou descumpridoras de sua função social são o principal, e mais polêmico, instrumento de que o MST (mas não só ele) lança mão para, sem violência, reivindicar o direito constitucionalmente garantido de acesso à terra. Para uma análise jurídica do fenômeno, à luz dos fundamentos interpretativos invocados no tópico anterior, insta considerar que o modelo de ocupação de terra defendido pelo MST não é o de afastar definitivamente o detentor do domínio e lá estabelecer a residência dos ocupantes; de modo algum se pretende a expulsão do proprietário das terras, sem mais. Sempre que há uma ocupação, o intento é o de realização de um ato político, chamando a atenção da sociedade e do governo para a inércia deste no cumprimento de sua obrigação constitucional de implementação da reforma agrária. Conjuntamente, e de modo mais específico, a ocupação pode também servir para denunciar o descumprimento da função social de determinada propriedade e, a partir disso, reivindicar sua desapropriação ou de outra área próxima, desapropriação que, vale repisar, é realizada pelo órgão governamental competente (INCRA), após procedimento específico legalmente regido, e mediante justa indenização (caso a propriedade seja legítima).

Diante de tal contexto, é patente a não configuração de crime na ação de ocupação de terras, sendo esta a razão do equívoco de denominá-la “invasão” – como, no entanto, insistem, além da grande mídia e dos políticos alinhados com os interesses dos latifundiários, operadores do direito que bem podem ser designados retrógrados, pelo fato de não considerarem os elementos históricos, sociais e econômicos do país onde vivem, tampouco os mandamentos constitucionais em sua plenitude, apegando-se a códigos formulados para reger

⁴³² STEDILE, J. P. In: MELO, J. A. T. (org.). Obra citada. p. 117.

⁴³³ STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória... p. 32; 115.

não mais que demandas interindividuais (certamente relevantes, porém de importância significativamente diminuta em face dos interesses sociais e coletivos). Ora, o termo invasão é o que caracteriza o crime de esbulho possessório, contido no artigo 161, II, do Código Penal, mandamento a que não se subsumem as ações realizadas pelo MST a título de ocupação de terras, como se passa a analisar.

Considerando que o crime é constituído pela tipicidade, ilicitude e culpabilidade, nesta ordem, cabe investigar inicialmente se a ocupação de terras, nos moldes delineados acima, enquadra-se naquele primeiro elemento. Debruçando-se sobre o assunto, Roberto Delmanto Junior⁴³⁴ explica que da tipicidade do crime de esbulho possessório faz parte, além do dolo, isto é, a vontade livre e consciente de invadir, o “intuito de esbulho”, que é a efetiva vontade de despojamento, ou desapossamento, com “fins de enriquecimento ilícito”, para, enfim, “tomar a propriedade para si”.

Pois como visto, não é nem de longe esta a perspectiva daqueles que promovem coletivamente a ocupação de áreas improdutivas ou em que se está a descumprir sua função social (áreas constitucionalmente destinadas à reforma agrária, portanto), de modo que na análise já do primeiro elemento do crime de esbulho se nota que como tal não devem ser tratadas as ocupações do MST. Com efeito, este entendimento restou pacificado jurisprudencialmente a partir do acórdão exarado pela 6ª Turma do Tribunal Superior de Justiça – STJ, em 1997, acórdão este sobejamente citado pela doutrina, mas que, por elucidar tantas questões importantes para o presente estudo, merece a transcrição de pelo menos o seguinte trecho:

(...) A Constituição da República dedica o Capítulo III do Título VII à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária. Configura, portanto, obrigação do Estado. Correspondentemente, direito público, subjetivo de exigência de sua concretização.

Na ampla arca dos Direitos de cidadania, situa-se o direito de reivindicar a realização dos princípios e normas constitucionais.

A Carta Política não é mero conjunto de intenções. De um lado, expressa o perfil político da sociedade, e de outro, gera direitos.

É, pois, direito se reclamar a implantação da reforma agrária. Legítima a pressão aos órgãos competentes para que aconteça, manifeste-se historicamente.

Reivindicar, por reivindicar, insista-se, é direito. O Estado não pode impedi-lo. O *modus faciendi*, sem dúvida, também, é relevante. Urge, contudo, não olvidar o princípio da proporcionalidade, tão ao gosto dos doutrinadores alemães.

A postulação da reforma agrária, manifestei, em Habeas Corpus anterior, não pode ser confundida, identificada com o esbulho possessório, ou alterações de limites. Não se volta para usurpar a propriedade alheia. A finalidade é outra. Ajusta-se ao

⁴³⁴ DELMANTO JUNIOR, Roberto. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em face do direito penal. In: STROZAKE, J. J. (org.). Obra citada. p. 310-365.

Direito. Sabido, dispensa prova, por notório, o Estado há anos vem remetendo a implantação da reforma agrária. (...) ⁴³⁵

Não obstante a incontestável atipicidade da conduta, é relevante considerar que, na hipótese de que o primeiro elemento do crime estivesse caracterizado, para os outros dois haveria ainda excludentes, na opinião de alguns doutrinadores. Para Cynthia R. L. Passos e Marcos B. Fowler,⁴³⁶ pelo fato de as ocupações (além de almejam os efeitos políticos declinados acima) proverem imediatamente o acesso à moradia e viabilizarem a alimentação de uma coletividade marginalizada e carente, que outra opção não teria para alcançar tais direitos, há caracterização do *estado de necessidade*, definido no artigo 24 do Código Penal, que, no caso concreto, pode desconstituir eventual ilicitude da conduta (considerando ademais que o bem jurídico defendido, isto é, a vida de várias pessoas, é de maior valor do que aquele a que se deu detrimento, o patrimônio individual). No mesmo sentido, o entendimento de Suzana Angélica Paim Figueiredo:

O reconhecimento de que as ações daqueles que ocupam terras movidos pela necessidade de aplacar a fome assemelham-se à figura do furto famélico, antes expressamente regulada em nosso ordenamento, é questão a se considerar na apreciação das circunstâncias sobre se era ou não exigível o sacrifício do direito de propriedade.

Nesses casos, em que as ações tornam-se indispensáveis para satisfazer uma necessidade pessoal ou da família, é incontroverso o estado de necessidade, que não exige para sua caracterização a desnutrição completa, a perda da saúde ou a falta de moradia, mas o perigo direto e imediato gerado pelo padecimento físico que essas situações possam vir a impor aos indivíduos, notadamente porque a alimentação e a habitação são indispensáveis à existência.

Valendo-nos da conhecida parábola confuciana, diríamos mesmo que a ocupação de propriedades improdutivas se afigura mais justificável que a apropriação de alimentos, correspondente à busca dos instrumentos para possibilitar a pesca, e não a simples obtenção do peixe já trazido das águas por outrem. ⁴³⁷

Já para Elizabete Maniglia, é o terceiro elemento do crime, a culpabilidade, que resta excluída no caso das ocupações de terras, pelo fato de esta autora não vislumbrar, diante da realidade brasileira, possibilidade de se exigir conduta diversa das “vítimas” do campo:

Assim, diante da realidade rural de hoje, em face da divergência legislativa existente e com base no princípio constitucional que exige o cumprimento da função social, declaramos concluir que a invasão de propriedade ou, no melhor sentido, a ocupação

⁴³⁵ Habeas Corpus nº 5574/SP. 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Min. Luis Vicente Cernicchiaro. Julg. 8/04/1997. *Apud*: MELO, J. A. T. (org.). Obra citada. p. 116.

⁴³⁶ PASSOS, Cynthia Regina L.; FOWLER, Marcos Bittencourt. O Ministério Público e o direito à terra. *In*: STROZAKE, J. J. (org.). Obra citada. p. 223-248.

⁴³⁷ FIGUEIREDO, Suzana Angélica Paim. As ocupações de imóveis destinados à reforma agrária: da desobediência civil e do estado de necessidade. *In*: STROZAKE, J. J. (org.). Obra citada. p. 427.

da propriedade alheia existe por culpa de uma sociedade que não exerce essa função em todos os setores, devidamente. Portanto, quando o agente pratica a entrada em imóvel alheio tipificando o esbulho, ele não está movido por uma culpabilidade, e sim por uma inexigibilidade de outra conduta, uma vez que, se assim não o fizer, se assim não pressionar, o Estado não pratica o princípio constitucional da efetivação da Reforma Agrária. Outrossim, o Estado torna-se o primeiro e grande culpado pelo fato social da ocupação rural. Se ele dá causa a essas situações, voltamos a repetir que ele não pode colocar os agentes que cometem o fato no banco dos réus.⁴³⁸

A despeito da solidez dos argumentos que excluem os elementos da ilicitude e culpabilidade dos “esbulhos possessórios” organizados pelo MST, todavia, temos por consolidado e inegável que este título não pode ser conferido às ações de ocupação e acampamento realizadas pelo MST, pela simples razão de estas não se enquadrarem no tipo penal descrito no artigo 161 do Código Penal, conforme explicado. Por outro lado, referidos argumentos dão sólida sustentação a uma outra tese bastante plausível acerca das ocupações, qual seja, a de que elas caracterizam atos de “desobediência civil”, plenamente legítimos perante a injustiça social somada à inércia governamental no sentido de aplacá-la, tanto mais num Estado cuja Constituição o proclama “Democrático”.

Segundo José Carlos Garcia,⁴³⁹ a imagem negativa do MST amplamente divulgada na mídia não corresponde à realidade e se deve ao fato de as elites econômicas e políticas sentirem-se ameaçadas pelo caráter político que reveste o Movimento. Garcia vê na existência e atuação do MST um sinal de fortalecimento da sociedade civil, o que é imprescindível num Estado Democrático de Direito, que, por definição, está sempre a ser construído, demandando contínua pressão social. Uma das formas para isso, das mais legítimas, seriam os atos de desobediência civil, nos quais, para ele, ao menos em tese (isto é, sem justificar *a priori* toda e qualquer atuação dos sem-terra), enquadram-se as ocupações de terra do MST e outras de suas ações, na medida em que revestem simultaneamente essas três características: *ilegalidade do ato de desobediência, publicidade e não-violência*.

Com relação à ilegalidade do ato se quer referir ao fato de que ele se dirige a denunciar o caráter moralmente injusto de uma norma ou política governamental, tratando-se, contudo, de uma ilegalidade relativa, vez que a norma ou política governamental contra as quais se insurgem os desobedientes, estas sim, carecem de legitimidade perante a Constituição. No caso brasileiro, em que o Estado claramente prioriza uma política fundiária concentradora em detrimento do programa de reforma agrária insculpido na Constituição Federal, é cristalina a

⁴³⁸ MANIGLIA, Elizabete. O esbulho possessório e as ocupações rurais. In: STROZAKE, J. J. (org.). Obra citada. p. 366.

⁴³⁹ GARCIA, José Carlos. O MST entre desobediência e democracia. In: STROZAKE, J. J. (org.). Obra citada. p. 148-175.

afronta a esta, saltando aos olhos a legitimidade da desobediência civil direcionada a resolver tal problema. Não obstante, ainda que a Constituição não tivesse sido tão clara, Garcia, escorado na doutrina de Dworkin, defende que “os dilemas morais relativos a normas jurídicas ou práticas políticas dos governantes podem hoje ser apresentados como questões de constitucionalidade das normas legais ou de legalidade das práticas pertinentes à sua aplicação pelos órgãos governamentais”.⁴⁴⁰ Apesar da atipicidade das ocupações do MST, mas de outra banda não se olvidando a tensão institucional por elas provocada, há que se considerar que este quesito de caracterização da desobediência civil – que pode ser redefinido como “ilegalidade aparente” – encontra-se preenchido.

No que tange ao quesito da publicidade, também há que se considerar cumprido, pois é notório que as ações do MST são sempre amplamente divulgadas (embora muitas vezes de forma distorcida pela grande mídia), inclusive por meios próprios ou de aliados políticos. Segundo Garcia, esta característica é fundamental para distinguir a desobediência civil da criminal. Na civil, pela convicção que têm de não estarem afrontando o sistema legal, os desobedientes assumem o risco de serem criminalizados pelo poder vigente, não havendo por que atuarem de forma secreta ou sorrateiramente. Além disso, assim demonstram que o ato de desobediência civil é o último recurso de que dispõem, bem como mantêm aberto o canal de negociação com as autoridades, o que seria impossível sem a publicidade do ato.⁴⁴¹

Por fim, quanto ao terceiro requisito, da não-violência, é fato que para deslegitimar as ações do MST seus inimigos políticos não poupam esforços para descaracterizá-la. No entanto, ao ultrapassar as informações sensacionalistas massivamente difundidas, facilmente se observa a presença deste requisito nas ações do MST, incluindo as ocupações de terra, já que estas não são realizadas mediante qualquer tipo de coação física, mas simplesmente pela pacífica e organizada presença de um grande número de pessoas. Infelizmente, porém, é comum o surgimento de conflitos, até mesmo com feridos e mortos. Ocorre que nestes casos, como observado por Garcia, é sempre a polícia ou os “jagunços” dos latifundiários os responsáveis pelos primeiros atos de violência, via de regra desproporcionais, como seguidamente demonstrado pelo elevado número de vítimas entre os sem-terra e o diminuto entre policiais e jagunços. Ademais, a não violência não exige dos desobedientes a “vocaçao ao martírio”, mas sim uma dupla exigência de outra ordem: “que eles não tomem a iniciativa

⁴⁴⁰ GARCIA, J. C. Obra citada. p. 156.

⁴⁴¹ GARCIA, J. C. *Idem*.

do confronto violento; e de que, quando agredidos, limitem sua eventual reação de forma proporcionale moderada”.⁴⁴²

Tendo sido vistos, então, aspectos do surgimento, desenvolvimento e atual configuração do MST, assim como seu projeto político e instrumental de luta, estes dois plenamente inscritos nos limites constitucionais – dada a sensibilidade com que foi tratada a questão agrária e dos direitos sociais na Carta Magna –, é preciso ressaltar, finalmente, que também a utilização do consagrado instrumento da desobediência civil por parte do MST não deixa margem a dúvidas com relação a sua legitimidade frente à Constituição brasileira. Com efeito, esta mesma é a conclusão a que chega Dworkin, conforme relatado por Garcia: em artigo específico, de 1997, aquele entende como “legítima e condizente com a honrosa tradição da desobediência civil a forma de atuação social do MST, em especial considerando os profundos enraizamentos de poder do latifúndio no Brasil e a violência desferida contra os ocupantes de áreas cuja desapropriação se pretende”.⁴⁴³

Mais que isso, a realização de atos de desobediência civil pelo MST é reveladora de sua seriedade como sujeito histórico e denota o acerto de uma estratégia política que, de forma mais ou menos consciente por parte dos militantes, anda em compasso com as reflexões gramscianas acerca da guerra de posições. Isso porque (na medida em que assim tipicamente o permitem as formações sociais de tipo ocidental) o que claramente se busca é, em aliança com outros setores e instituições representativas da “classe-que-vive-do-trabalho”, de modo pacífico e democrático, a partir da luta pela terra e pela reforma agrária, a formação de uma vontade coletiva nacional-popular contrária a todas as facetas da racionalidade do capital, a ponto de consolidar uma proposta societária fulcrada não na simples negação das atuais mazelas, mas na progressiva e concreta instituição de novas relações sócio-culturais, o que, como se verá no próximo tópico, já vem sendo experienciado no MST.

Fruto do desenvolvimento histórico-material, nascido da iniciativa de intelectuais orgânicos da transformação e atualmente formador de outros tantos intelectuais desta qualidade, nota-se que o MST pode, por estas e outras razões, ser enquadrado no conceito proposto por Coutinho (oriundo de Togliatti)⁴⁴⁴ de “intelectual coletivo”. Com efeito, tratando-se de uma organização social de massas que – sem olvidar o econômico e político – imprime especial relevo ao momento cultural na formação da consciência de classe (superando o corporativismo) de um dos setores mais marginalizados da história brasileira, o

⁴⁴² GARCIA, J. C. *Idem*. p. 171.

⁴⁴³ GARCIA, J. C. *Idem*. p. 172.

⁴⁴⁴ COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo... p. 174.

MST vem sendo reconhecido por seu contundente trabalho de luta hegemônica contra o capital, conforme assinalado por Mészáros:

(...) É também importante enfatizar que, apesar dos incríveis sucessos do capital em diferentes partes do mundo durante a última década, (...) as forças que trabalham pela instituição de uma ordem social diferente encontraram manifestações encorajadoras em várias partes do “quintal geopolítico” dos Estados Unidos (...). Além disto, é também muito significativo que os movimentos sociais radicais em questão queiram se livrar das limitações organizacionais da esquerda histórica a fim de conseguirem articular na ação não apenas a necessária negação do que aí está, mas também a dimensão positiva de uma *alternativa hegemônica*. É claro que ainda estamos num estágio muito inicial desses processos. Entretanto, para considerar apenas dois exemplos, já é possível mostrar alguns sucessos significativos. O primeiro exemplo é o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, que continua a afirmar seus objetivos com grande rigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo. (...) O primeiro está abrindo caminhos no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro. (...) ⁴⁴⁵

Diante dessas considerações, o tópico seguinte busca aprofundar a tese de que o MST atualmente se constitui num dos mais profícuos espaços sociais a fazer frente à hegemonia do capital, não somente desenvolvendo a consciência de classe dos trabalhadores rurais, no sentido tradicional, mas permitindo, através da territorialização, da mística e dos princípios organizativos, a vivência cotidiana – ainda que de forma isolada e com pesados limites – de uma experiência social radicalmente democrática, cujo padrão superestrutural de funcionamento em boa medida já se desloca da lógica individualista mercantil para a valorização da dignidade humana calcada no compromisso comunitário.

5.2 O “PRÍNCIPE MODERNO” E A ORGANICIDADE DO MST

Cumpra, assim, perscrutar as relações sociais travadas dentro do MST, sondar suas diferentes instâncias e configuração organizacional a fim de perceber o que apresenta de efetivamente alternativo à totalidade hegemônica e em que medida é capaz de, através dos instrumentos que forja, conduzir a reforma intelectual e moral necessária para o estabelecimento de um novo bloco histórico.

Para isso é preciso ter em conta um diagnóstico, ainda que resumido, das relações sociais decorrentes de uma lógica e modo de produção que pressupõem, além da divisão

⁴⁴⁵ MÉSZÁROS, I. Obra citada. p. 33.

social do trabalho, o mando de uma minoria. Na sociedade industrial contemporânea o vínculo entre governantes e governados, entre patrões e empregados, representantes e representados é decorrente das leis do capital, nos limites por estas traçados, implicando o antagonismo de interesses (para muitos imperceptível, dada a hegemonia ideológica do grupo dominante), uma vez que a partir destas leis é que se abre a separação da sociedade em diferentes classes. Como explicado por Marx e Engels, porém, a diferenciação entre extratos sociais não é uma peculiaridade dos tempos modernos, porquanto é uma constante nos diversos modos de produção já existentes. A novidade moderna, contudo, está na sofisticação econômica da exploração do trabalho alheio através da mais-valia, assim como em toda a tecnologia e criações superestruturais nela alicerçadas. Engels bem frisa a crueza em que consiste esta “novidade” no seguinte trecho, válido sobretudo para tempos de desemprego estrutural e flexibilização de direitos trabalhistas, como são os de hoje:

O escravo é vendido de uma vez; o proletário é forçado a se vender diariamente, de hora em hora. Todo escravo, individualmente, propriedade de um só dono, tem assegurada sua existência, por mais miserável que esta seja, pelo próprio interesse do amo. O proletário, por seu turno, é propriedade da classe burguesa; assim, não tem assegurada a sua existência – seu trabalho só é comprado quando alguém tem necessidade dele. A existência só é assegurada à classe operária, não ao operariado tomado individualmente. O escravo está à margem da concorrência; o proletariado está imerso nela e sofre as suas flutuações.⁴⁴⁶

Não obstante, é imperioso aclarar que o sistema econômico fulcrado na mais-valia se desenvolveu a tal ponto que hoje existe a real possibilidade técnica de produção continuada de riquezas em quantidade suficiente para prover as necessidades de todos os seres humanos. Ainda assim, porém, a exclusão é crescente, denotando que o sistema se “aperfeiçoa” justamente pelo antagonismo, pelo combustível da tragédia sócio-ambiental, o que comprovadamente, segundo diversos estudos, não poderá se sustentar por muito mais tempo sem inviabilizar as condições de vida no planeta.

Neste raciocínio se deve enfatizar que a organização política da sociedade segue a econômica, vale dizer, com uma minoria de detentores dos grandes meios de produção e seus representantes ocupando o ápice da pirâmide social; abaixo uma larga cintura de extratos médios, que mantêm seu *status* principalmente servindo aos interesses dos primeiros mediante trabalhoteconomicamente mais qualificados; e, numa enorme base, aqueles que são remunerados simplesmente com o que é essencial para sua sobrevivência, bem assim – o que vem

⁴⁴⁶ ENGELS, Friedrich. Princípios do comunismo. In: BOGO, Ademar. **Teoria da organização política:** escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. v. 1. p. 45-46.

aumentando – aqueles que sequer são remunerados. Dispensável aludir que baixo o constante objetivo de ascensão, fomentado pela ideologia hegemônica, e, para os que já estão no topo, acumulação cada vez maior, constituindo uma lógica que explica a insustentabilidade do sistema.

Assim, pode-se delimitar no esquema traçado uma estrutura social formada por cadeias de comando longamente hierarquizadas, com o fim último de expandir e acumular capital em benefício dos que estão no topo, podendo-se citar os organogramas das empresas transnacionais, por exemplo, ou ainda a própria organização dos Estados nacionais, em sua maioria dóceis gerentes das finanças privadas que viajam o mundo.

(...) o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*.⁴⁴⁷

Deve-se ressaltar, portanto, que as relações sociais, com suas cadeias de comando, não se esgotam em si mesmas: enquanto mediações da realidade (assim como a questão agrária), cumprem uma função dentro de um quadro muito mais amplo, que é o do processo de totalização do capital, cujo primeiro fôlego advém do modo produtivo dominante, mas que termina abarcando elementos presentes em praticamente toda a realidade social, imprimindo em tudo uma determinada lógica, uma certa racionalidade (como exemplo, pode-se citar o caráter extremamente egoísta do “sujeito” moderno, ou o pragmatismo que hoje perpassa as relações interpessoais, até mesmo na esfera familiar, sem olvidar a lógica da eficiência e produtividade na qual deve se enquadrar o conhecimento humano; além disso, a recente mercantilização de bens naturais os mais básicos para a manutenção da vida – e a mercantilização da própria vida –, assim como a outra face dessa mesma moeda, que é a fetichização dos bens que são produzidos em escala cada vez maior).

Diante disso, nota-se que o que se apresenta para alguns autores como “crise de legitimidade”, ou “crise da democracia”, está, na verdade, muito longe de o ser realmente, afinal, como se depreende das análises acostadas, aqueles que detêm o poder jamais, dentro deste sistema, estiveram legitimados para representar as bases da sociedade, dado que possuem interesses diametralmente opostos; ademais, a democracia é simplesmente impraticável numa sociedade regulada pelo capital, necessariamente dividida e verticalizada, sob pena de transformar radicalmente seu estatuto. Nesta sociedade, portanto, o máximo

⁴⁴⁷ MÉSZÁROS, I. Obra citada. p. 98.

permitido é um arremedo democrático, o suficiente para manter as massas na ilusão de que também estão no comando.

Daí que a solução para alcançar uma efetiva democracia é colocar em xeque o próprio processo de totalização do capital. Como ensinado por Gramsci, o modo mais adequado para se fazer isso nas formações sociais contemporâneas é lutando por democracia (praticando-a) em todas as frentes em que isto seja possível, com a consciência de que o pressuposto para sua difusão em macro-escala é a extinção da sociedade de classes, o que, por sua vez, demanda a democratização dos próprios meios de produção, sob pena de que qualquer melhoria aparente se constitua em pouco mais que um paliativo, um simulacro, ou, ainda, retomando a terminologia gramsciana, em “revolução passiva”.

Com efeito, o pensamento de Gramsci aqui revela sua magnitude, tanto porque apresenta a possibilidade de uma sociedade não mais fundamentada na exploração alheia, quanto porque afirma que o único meio para isso é através de uma plena participação democrática das pessoas, desde as instâncias mais inferiores até os níveis mais globais da sociedade. Especificamente quanto às relações sociais e cadeias de comando, as considerações de Gramsci sobre o “centralismo democrático” (modelo organizativo inicialmente concebido por Lênin) é sem dúvida uma ferramenta hábil a realizar, teórica e praticamente, uma necessária crítica aos moldes da atual estruturação social.

Para uma sociedade verdadeiramente democrática, as funções hoje exercidas por detentores de cargos de comando devem ser necessariamente cumpridas pelos próprios governados, em nome dos interesses coletivos, ou seja, o poder das autoridades deve ser verdadeiramente democratizado. Ocorre, porém, que isto só é possível numa sociedade ou grupo social que em seu horizonte, em vez do lucro desmedido, almeje o provimento de tudo quanto necessário para a plenitude da dignidade humana.

Ilustrando a importância e factibilidade do pensamento de Gramsci neste aspecto, vem à baila a tentativa do MST de implementar cotidianamente em sua organicidade novas formas de se lidar com o poder. Ainda que passível de inúmeras críticas, principalmente com relação ao descompasso muitas vezes visível entre teoria e experiência, não se pode negar que se trata de um dos únicos espaços suficientemente amadurecidos em que concretamente se busca a implementação de práticas alternativas de democratização do poder, das funções e cargos de comando.

Revisão bibliográfica, análises empíricas e vivências em vários de seus espaços dão conta de que este movimento social efetivamente busca a construção de uma cadeia de comando mais democrática e justa, cuidando de não ser mais um dente na engrenagem do

capital. De fato, é notório que o MST se constitui hoje numa das ferramentas mais contundentes de luta hegemônica contra o capital, norteado pelo eloquente objetivo de construção de uma sociedade realmente emancipada. Para demonstrar essa assertiva, impende a exposição de mais algumas informações, em complemento às que foram vistas no tópico anterior.

Tendo como ponto de partida a necessidade urgente de os trabalhadores rurais terem “um pedaço de chão do qual possam colher pão, paz e prazer”,⁴⁴⁸ este Movimento se destaca da grande maioria dos partidos políticos e mesmo de outros movimentos sociais não só pelo fato de possuir um objetivo muito mais amplo, de longo prazo, que é a construção de uma nova sociedade, mas essencialmente por desde já – e não depois de se “apoderar” do aparelhamento político e produtivo – fazer isso em seus espaços (que podem ser, por exemplo, seus acampamentos, assentamentos, escolas, faculdades, encontros, congressos, reuniões, associações, unidades de produção etc.). Trata-se, portanto, de uma “revolução no cotidiano”, diariamente consolidada a partir de uma nova cultura política, contrária ao autoritarismo e à centralização do poder, em que se defende a autonomia das instâncias locais e sistemas de autogestão.⁴⁴⁹

Pois esta forma de intervenção na realidade social, embora nascida da prática, é lastreada por sólidas teorias, evidentemente que críticas, por se oporem veementemente à exploração do homem pelo homem, o que, como não poderia deixar de ser, remete-nos novamente ao pensamento marxista. Tem-se claro, contudo, que a obra de Marx não atinge todas as facetas do real, assim como em muitos aspectos é insuficiente para dar conta de uma infinidade de fenômenos contemporâneos. Por isso outros tantos autores e correntes de pensamento tornam-se também fontes de reflexão para uma prática social mais justa. A título de exemplo somente, pode-se citar a predominância dos ensinamentos de Paulo Freire na pedagogia praticada pelo MST, cujo objetivo constantemente perseguido, desde suas origens, é a qualificação de seus quadros, a começar pela erradicação do analfabetismo;⁴⁵⁰ no campo da produção e comercialização, vale mencionar as práticas cooperativas e de economia solidária, que, apesar de por si só serem insuficientes para fazer frente à economia

⁴⁴⁸ Frei Betto. Prefácio. In: BOGO, Ademar. **Arquitetos de sonhos**. p. 15.

⁴⁴⁹ SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. p. 48-50.

⁴⁵⁰ Sobre o processo educacional difundido pelo MST, cf. CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia do Movimento Sem-Terra**.

capitalista,⁴⁵¹ podem também ser utilizadas como instrumento de formação de consciência de classe e ao menos viabilizam em curto e médio prazo o provimento das necessidades de trabalho e renda das famílias assentadas, dando um fôlego maior para a atuação política da organização;⁴⁵² concernente ao modelo de agricultura, a importância cada vez maior da matriz agroecológica, em oposição ao oligopólio e oligopsônio das empresas transnacionais do agronegócio, ao latifúndio, monoculturas, e à conseqüente degradação sócio-ambiental; no âmbito da espiritualidade e da subjetividade, em momento algum olvidado pelo Movimento, é ainda bastante forte a influência da teologia e da filosofia da libertação, que implicam um encontro ecumênico com Deus e um relacionamento mais humano com o “Outro”, dentro da vivência da “mística”, vista anteriormente;⁴⁵³ e assim por diante, toda a atuação do Movimento é perpassada por um compromisso com seus princípios.

No âmbito da política e da organização popular, claro, não poderia ser diferente: se a intenção é a democratização do poder, da autoridade em geral, a sustentação teórica não poderia ser buscada nos marcos e nas práticas tradicionais. Daí que a organização popular deve partir da premissa de que o próprio excluído deve ser responsável por sua emancipação e, coletivamente, ser o sujeito da história. Entre vários pensadores que se debruçaram sobre a questão, nossa opção – cujas razões já foram suficientemente apresentadas – é submetê-la principalmente às categorias formuladas por Gramsci, posto que está entre os teóricos que trouxeram contribuições mais significativas para uma metodologia coletiva de fazer política, de atuar na história. Como visto, ele é autor de vasta obra em que estuda os meios de se construir democraticamente o que chama de “sociedade regulada”, que seria o comunismo, ou como se queira chamar um sistema social que não dê margem para a exploração e degradação humanas.

⁴⁵¹ A esse respeito, cf. GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. In: Revista do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, nº 02, Curitiba, 2007. p. 51-73.

⁴⁵² Sobre o cooperativismo nos assentamentos de reforma agrária, cf. MST. **Sistema cooperativista dos assentados** – caderno de cooperação agrícola nº 5; e KORCHAK, Adilson; GUTERRES, José Augusto. Um panorama do cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o caso da COOPROSERP. In: Revista do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, nº 02, Curitiba, 2007. p. 155-185.

⁴⁵³ “(...) embora seja um movimento laico, secularizado e supraconfessional, o MST não foi contaminado pelo racionalismo que marcou a tradição da esquerda brasileira, nem olvidou as dimensões lúdica e litúrgica, poética e emotiva, da emulação humana. E, ao falar de mística, ultrapassa o excessivo acento cartesiano do termo *conscientização*, como se a consciência suplantasse (ou dispensasse) o espírito, o afeto, a sexualidade. *Mística* possui uma ressonância mais abrangente, holística, própria de quem, como descreve Bogo, não estabelece distância ou separação entre o ser humano e a natureza. Esse significado é profundamente ético, incutidor de valores, capaz de enfatizar princípios norteadores e avivar a disposição martirial à luta por justiça – neste caso, a terra para quem nela vive e trabalha”. (Frei Betto. Prefácio. In: BOGO, A. Obra citada. p. 13.).

O pressuposto marxista de que “a sociedade não se coloca problemas sem que existam já as premissas materiais para sua solução” leva Gramsci a várias conclusões e o faz desenvolver o raciocínio de que é sobre tal pressuposto que se assenta a explicação do surgimento de uma (permanente) vontade coletiva historicamente direcionada à superação de determinado bloco histórico, vontade que, para alcançar um objetivo, deve se personificar num grupo, o partido político, que atue em tal sentido.

Definindo “partido” como “a organização política da parte consciente da sociedade”, Ademaro Bogo⁴⁵⁴ explica que este termo foi difundido por Voltaire, no século XVIII, para expressar com mais clareza a idéia que não era suficientemente contemplada por “facção” ou por “seita”, a primeira com conotação pejorativa e a segunda, religiosa; partido então deveria representar a organização de um grupo social “que desejasse liderar politicamente a sociedade”,⁴⁵⁵ sendo “parte do todo”, e não “contra o todo”, como a facção. Segundo Bogo, é com Marx e Engels, porém, que a classe trabalhadora ganha elementos filosóficos para se organizar com ideologia de classe de forma partidária.

Diante disso, vale notar que para ser caracterizado como partido, determinado grupo social não precisa ser oficialmente reconhecido como tal pelo regime governamental vigente, bastando ser, no dizer de Giovanni Sartori, um instrumento de representação política do povo que se diferencie de uma facção, isto é, “uma parte capaz de governar e em função do todo (...), em vista do interesse geral”.⁴⁵⁶ De acordo com Bogo, a própria Liga dos Comunistas (antiga “Liga dos Justos”, que mudou de nome em 1847 quando do ingresso de Marx e Engels), na Inglaterra, “cumpria a função de partido, ou seja, de instrumento para reunir militantes e ativistas políticos e a tarefa de organizar as lutas operárias nos vários países da Europa”.⁴⁵⁷

Na esteira da exposição de Bogo, ainda, é de se ter em conta a importância que sempre foi atribuída a essa forma de organização pelas esquerdas do mundo todo, e também a importância das teorizações de Lênin a respeito:

É perceptível na teoria política, em todos os clássicos do materialismo histórico e dialético, a importância da organização de classe e a natureza revolucionária do partido político. Podemos encontrar nos textos mais antigos, ou nos mais atuais, referências como a do Partido Comunista Português: “A natureza de classe do partido afirma-se e revela-se pela sua ideologia, nos objetivos, na composição social, na estrutura orgânica, no trabalho de massas e, de uma forma geral, em todos os aspectos da sua atividade. (...)”

⁴⁵⁴ BOGO, A. Introdução. In: BOGO, A. (org.). **Teoria da organização...** p. 11-26.

⁴⁵⁵ BOGO, A. *Idem*. p. 11.

⁴⁵⁶ SARTORI, Giovanni. Partidos políticos e sistemas partidários. p. 46. *Apud*: BOGO, A. *Idem*. p. 14.

⁴⁵⁷ BOGO, A. *Idem*. p. 13-14.

Lenin é, de certa forma, quem representa o marco divisório entre a teoria política da organização e sua vinculação com a prática. Ele próprio desenvolveu a teoria do partido político da classe trabalhadora, dando-lhes a definição de “forma superior de organização”. É através dele que a classe trabalhadora tem o poder de autodeterminar o seu destino; para isso, precisa formular um programa, estratégias e táticas para chegar ao objetivo final.⁴⁵⁸

Com efeito, deve-se destacar no pensamento de Lênin a grande relevância conferida ao momento da consciência, da teoria e da iniciativa política, pois só por esses meios, segundo ele, é que se pode evitar o fortalecimento da ideologia burguesa. Trata-se, então, de destacar a importância que ele mesmo dá ao segundo elemento de sua teoriarevolucionária – os dois elementos são (1) as “condições objetivas” e (2) as “condições subjetivas” da revolução, o primeiro dizendo respeito ao desenvolvimento das relações de produção, ao amadurecimento da contradição entre o desenvolvimento das forças e das relações de produção, e o segundo, à consciência, iniciativa, intervenção do sujeito revolucionário, que consiste na vanguarda proletária organizada no partido político. Por sua vez, este segundo elemento deve necessariamente envolver toda a sociedade em suas ações, dado que ela é uma unidade orgânica. Assim, vê-se a centralidade dos conceitos de hegemonia e de formação econômico-social diante da função ativa do sujeito revolucionário.⁴⁵⁹

A função do partido, para Lênin, é atuar na realidade e modificá-la. Trata-se, portanto, da aplicação da teoria materialista em sua vertente dialética (“Feuerbach + Hegel”), que concebe o objeto como algo em si, porém “atuado” pelo homem, lembrando que de modo semelhante se dá o ato de conhecer para o marxismo: ele capta do materialismo de Feuerbach a separação entre sujeito e objeto, e, de outro lado, o caráter criativo do idealismo de Hegel. Isso é essencial na teoria de Lênin para que se conceba um partido que saiba ler a realidade de seu tempo e, além disso, formular um programa teórico de transformação, para, no momento seguinte, claro, executá-lo.⁴⁶⁰

Assim como Lênin, Gramsci concebe o partido político como o “instrumento de elevação de consciência e de educação junto à classe trabalhadora e de desenvolvimento das instituições de hegemonia proletária”, discordando porém do caráter vanguardista concebido por Lênin, em que um grupo de intelectuais (“antigos trabalhadores e antigos profissionais de origem burguesa”) apresentam para a classe operária uma política e uma estratégia.⁴⁶¹

⁴⁵⁸ BOGO, A. *Idem*. p. 15-16.

⁴⁵⁹ GRUPPI, L. *Obra citada*. p. 33-47.

⁴⁶⁰ GRUPPI, L. *Idem*. p. 40-42.

⁴⁶¹ É que Lênin observava que a consciência de classe do proletariado, em especial dos operários, precisava ser trazida “de fora”, é dizer, de fora da relação imediata entre operário e patrão, como uma superação dialética da experiência imediata do proletariado, que de sua posição não conseguiria ter uma visão tão ampla e orgânica da

Segundo Gramsci, a própria classe trabalhadora é capaz de desenvolver seus intelectuais.⁴⁶² Em outras palavras, o partido não pode, sob pena de desvirtuamento do objetivo socialista, colocar-se como uma vanguarda do movimento revolucionário, tendo o papel, sim, de atuar pedagogicamente na conscientização das massas (ao mesmo tempo em que é por elas constituído), para que elas mesmas decidam sobre os rumos da sociedade em que são maioria.

Cumpre considerar que isso não constitui uma crítica ao bolchevismo russo, e sim a percepção de que aquele tipo de organização era o mais adequado àquela situação revolucionária especificamente; já as teorizações contidas nos *Cadernos* sobre o partido político, constituem-se numa resposta ao momento histórico italiano vivido por Gramsci, que em muitos aspectos pode ser estendido às formações sociais de tipo ocidental em geral.

Para construir sua teoria sobre o partido revolucionário, além das idéias de Lênin, Gramsci tem como fonte também o pensamento de Maquiavel. Segundo Gramsci, mesclando arte e ciência, Maquiavel coloca-se como a voz de um povo a demandar um príncipe forte que o honre e organize sua vontade coletiva. Na obra “O Príncipe”, Gramsci nota um caráter utópico e mítico. Ele vê em Maquiavel um teórico político que tinha o intento de transformar as estruturas sociais de sua época, vez que este propunha a tese de que um “príncipe” consciente da autonomia da esfera política deveria ser capaz de submeter a classe dominante da época (aristocracia) aos interesses do povo (burguesia mercantil).⁴⁶³

Para Maquiavel, o Príncipe seria um unificador entre a nova teoria que propunha e a prática; aos olhos de Gramsci, o projeto de Maquiavel era uma reforma intelectual e moral na sociedade, ingrediente fundamental para uma transformação efetiva. Estes elementos, então, Gramsci incorpora à sua teoria. Por outro lado, obviamente que propugnava a necessidade de uma *outra* nova concepção de mundo, junto com uma *outra* reforma intelectual e moral, que nas formações sociais de tipo ocidental já não poderia ser levada a cabo por um ou poucos

formação social. Para isso seria necessária, além da percepção sensível, a percepção científica (trazida pelos intelectuais), capaz de captar conexões que não aparecem no imediato. É preciso considerar, por outro lado, que se a teoria vem de fora, o partido deve ser constituído pelos operários, afinal se trata da instituição que vai ligar a teoria revolucionária com o movimento. Ademais, é preciso ter em conta também o contexto histórico em que Lênin realizou suas teorizações, que era uma época em que o movimento operário estava ainda pouco desenvolvido, e por isso fazia sentido falar em “teoria que vem de fora”, cabendo lembrar que historicamente foi isso mesmo que ocorreu, afinal Marx e Engels eram intelectuais de origem burguesa, que haviam herdado o melhor do pensamento de até então, ou seja, a filosofia alemã encarnada na dialética hegeliana, a economia clássica inglesa, e o socialismo utópico francês (“as três fontes”). A afirmação de que a teoria vem “de fora”, portanto, refere-se às origens históricas do partido operário e encontram sua razão nas condições objetivas da época. Mesmo para Lênin, todavia, uma vez consolidado o partido, a teoria passa a ser continuamente desenvolvida em seu próprio meio para ser adequada à dinâmica do movimento, pois “(...) o desenvolvimento definitivo da teoria e a prova de sua validade se verificam no contato com o movimento de massa e com a experiência de luta desse movimento” (GRUPPI, *Idem*. p. 38).

⁴⁶² CARNOY, M. Obra citada. p. 112.

⁴⁶³ GRUPPI, L. Obra citada. p. 73-74.

indivíduos, mas somente por um partido político de massas que já prefigure a sociedade vindoura,⁴⁶⁴ em várias ocasiões denominado “Príncipe Moderno”.

Aí, na organização deste grupo, e posteriormente na da sociedade toda, é que entra o centralismo democrático de Gramsci, pensado por ele em oposição ao “burocrático”. O primeiro é típico de grupos que almejam a transformação social, e o segundo típico dos que pretendem a manutenção da sociedade como estáposta:

A “organicidade” só pode ser a do centralismo democrático, que é um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. (...) O predomínio do centralismo burocrático no Estado indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento de forças contrastantes (...).⁴⁶⁵

Como ficará mais claro adiante, é esta forma de organização, a do centralismo democrático, em considerável medida segundo os moldes gramscianos, que o MST procura pôr em prática, e, como se verá, acaba por mostrar a possibilidade concreta de vivência de vínculos de autoridade mais positivos. Como seu próprio nome expressa, o MST precisa ter um sistema dinâmico de funcionamento, o que explica, por exemplo, a total incompatibilidade de atribuição de qualquer tipo de personalidade jurídica a ele, posto que no direito atual não há nenhuma figura que dê conta de sua forma de gestão, uma vez que todas elas (empresas, associações, fundações, cooperativas etc.) foram pensadas para instituições cujo objetivo se ajuste perfeitamente ao processo de totalização hegemônica, enquanto o Movimento se propõe a uma prática *contra-hegemônica* e é sustentado por uma forma de gestão totalmente diferente das tradicionais instituições.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ GRUPPI, L. *Idem.* p. 74.

⁴⁶⁵ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. p. 91.

⁴⁶⁶ O próprio Gramsci lança alguma luz sobre esta questão da impossibilidade de o MST se enquadrar em qualquer das pessoas jurídicas previstas no ordenamento jurídico: “Uma concepção do direito que deve ser essencialmente renovadora. Ela não pode ser encontrada, integralmente, em nenhuma doutrina preexistente (...) Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos”. (GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. p. 28.)

Parcialmente à margem da legalidade vigente, portanto, mas com total carga de legitimidade, é o centralismo democrático o “instituto” que melhor explica o funcionamento atual do MST, instituto construído paulatinamente ao longo dos mais de vinte anos do Movimento. Para melhor esclarecer o conteúdo desse centralismo democrático, recorre-se novamente às palavras de Gramsci:

O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estreitamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam como uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, próprio dos intelectuais puros (ou puros asnos).⁴⁶⁷

Segundo os termos expostos, pode-se afirmar, portanto, que o MST se propõe a ser um “partido político” (na acepção gramsciana do termo) de massas, aliável tática ou estrategicamente com outros partidos e intelectuais coletivos (outros movimentos, sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos oficiais, associações civis, veículos de mídia etc.), desde que compartilhem de alguns princípios comuns, com o fito de avançar em seus objetivos de curto, médio e longo prazo, que vão dos mais imediatos, ou “econômico-corporativos” (como a conquista de terras para as famílias que precisam e políticas públicas, por exemplo), aos mais universais, ou “ético-políticos”, em benefício da sociedade como um todo (por exemplo, a reforma agrária, o equilíbrio ambiental, a equanimidade das relações de gênero, o socialismo).

Segundo Gramsci, um partido se torna historicamente necessário “no momento em que as condições do seu triunfo, da sua infalível transformação em Estado estão, pelo menos, em vias de formação e levam a prever normalmente o seu desenvolvimento ulterior”.⁴⁶⁸ No caso do MST isso é patente, pois, apesar de a concentração de terras e a exclusão social existirem desde a invasão européia, seu surgimento se dá num cenário de apaziguamento da repressão estatal (anos 1980) e intensificação do processo de mecanização no campo, causando grandes impactos ambientais e êxodo rural; seu surgimento e desenvolvimento, portanto, coincidem com uma época em que um socialismo atento às questões ecológicas cada vez mais se impõe como a única alternativa sustentável para a humanidade.

⁴⁶⁷ GRAMSCI, A. Obra citada. v. 3. p. 92.

⁴⁶⁸ GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. p. 25.

Um outro ponto em que a teoria do partido de Gramsci é válida para a análise do MST é o dos três elementos necessários para que um partido de massas se torne indestrutível e possa levar a cabo a missão histórica que lhe incumbe, elementos que devem ser confluentes, e se tratam: (1) da base – ou, segundo Gramsci, o “elemento difuso” –, formada por indivíduos movidos mais pelo entusiasmo e fê do que por uma precisa consciência crítica; trata-se da grande maioria do partido, reunida por disciplina e fidelidade, que, ao menos neste estágio, não tem condições de ser elemento de forças de coesão. “Sem eles o partido não existiria, é verdade; mas também é verdade que o partido também não existiria ‘somente’ com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina; mas na ausência dessa força eles se dispersariam e anulariam numa poeira impotente”.⁴⁶⁹ (2) “O elemento de coesão principal”, ou seja, o que aglutina e organiza um conjunto de forças que sem este elemento em nada resultaria; e (3) “Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, colocando-os em contato não só ‘físico’, mas moral e intelectual”.⁴⁷⁰ O aparecimento do segundo elemento está ligado a condições materiais objetivas; uma vez em cena ele é que faz emergir o primeiro, do qual, por sua vez, surgirá o terceiro; “Para que isto ocorra é preciso que se tenha criado a condição férrea de que uma determinada solução dos problemas vitais torna-se necessária”.⁴⁷¹ Por ser mais fácil de ser destruído, dado seu número escasso, é missão do segundo elemento não apenas lutar pela vitória, mas também se preparar para a derrota, o que se faz essencialmente plantando sua semente no campo do primeiro e terceiro elementos, para que seu projeto político possa ser levado adiante.

Neste ponto há total concordância de Gramsci com Lênin em torno da idéia de que o partido se constitui de cima para baixo e não o inverso, o que não está relacionado a uma visão burocrática ou disciplinar, mas à “exigência de destacar o momento da consciência, da visão crítica”.⁴⁷² A diferença entre tais autores está em que Gramsci teoriza sobre os três estratos e, apesar de reconhecer a existência de governantes e governados no partido, assim como há na sociedade, coloca a necessidade de transformar todos em dirigentes, acabando com tal hierarquização no partido, adiantando dentro dele uma sociedade autogovernada.

No MST, é visível a existência desses três elementos, com características bastante semelhantes. Pode-se dizer que existe em certo sentido, portanto, relações entre pessoas “desiguais” no MST, vale dizer, relações em que por um motivo ou outro são emitidos

⁴⁶⁹ GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política...** p. 26.

⁴⁷⁰ GRAMSCI, A. *Ibidem*.

⁴⁷¹ GRAMSCI, A. *Idem*. p. 27.

⁴⁷² GRUPPI, L. Obra citada. p. 75.

determinados comandos por algumas pessoas e obedecidos por outras, que são, via de regra, a maioria; em resumo, “governantes e governados”. Não se pode negar, portanto, que haja um determinado tipo de “cadeia de comando”, mantenedora de certa unidade e disciplina, sem o que, por outro lado, é impossível haver um caráter de permanência dos princípios e objetivos do movimento. Como se pode afirmar, então, que esta “cadeia de comando” do MST contém vínculos de autoridade mais democráticos que os das cadeias tradicionais (corporativas, militares, burocráticas, e relacionadas à democracia representativa, basicamente)?

A primeira parte de uma das respostas possíveis já despontou no início deste tópico, quando se teceram algumas críticas ao atual sistema de organização política da sociedade, regulado pelo capital: ora, um tipo mais democrático de autoridade é decorrente, a princípio, do próprio caráter *contra-hegemônico* do Movimento, ao qual dificilmente se adere sem um mínimo de concordância com seus objetivos, enquanto às cadeias de comando que integram docilmente o processo de totalização as pessoas aderem como se fosse algo totalmente natural, inexorável, ficando, em decorrência disso, muito mais suscetíveis à dominação. Em outras palavras, o ingresso no MST – ou, se não o ingresso, a permanência – é em boa parte fruto justamente de uma saudável rebeldia contra o tipo hegemônico de autoridade das cadeias de comando e, principalmente, aos fins a que estas se prestam, voluntariamente ou não.

Assim sendo, não há que se falar propriamente em “obediência” na organicidade do MST. Em verdade, o que há são decisões coletivas, cujo processo permite total possibilidade de discussão por todos os envolvidos, após o que se sai com “objetivos-*fim*” comuns e com tarefas que lhes vão dar corpo, as quais, todavia, demandam uma divisão de trabalhos. Isso implica, obviamente, a centralização de alguns “comandos-*meio*” em algumas pessoas, geralmente mais experientes ou com vocação mais proeminente nesta ou naquela área. Tal modo de agir democrático e ao mesmo tempo disciplinado (o que é paradoxal para a racionalidade individualista liberal), instrumentalizado quase sempre por reuniões, assembléias, encontros e congressos, é desde o início do Movimento uma engrenagem essencial de seu motor, o que faz eco às reflexões de Gramsci sobre como deve funcionar o partido político, como se vê:

Os componentes da coletividade devem, portanto, se colocar de acordo entre si, discutir entre si. Por meio da discussão, deve acontecer uma fusão das almas e das vontades. Cada elemento de verdade que cada um pode trazer deve sintetizar-se na “verdade” complexa e deve ser a expressão integral da “razão”. Para que isso aconteça, para que a discussão seja plena e sincera, é necessária a máxima tolerância. Todos devem estar convencidos de que aquela é a verdade e que, portanto, é preciso realizá-la. No momento da ação todos devem ser concordes e solidários, porque no fluir da discussão se foi formando um acordo tácito e todos se

tornaram responsáveis pelo insucesso. Só se pode ser intransigente na ação se na discussão se foi tolerante e os mais preparados ajudaram os menos preparados a acolher a verdade, e as experiências individuais foram colocadas em comum, e todos os aspectos do problema foram examinados, e nenhuma ilusão foi criada.⁴⁷³

Outra questão primordial que diferencia a organicidade do MST das cadeias de comando tradicionais é que, enquanto nestas vigora um alto grau de estagnação das relações hierárquicas através do incentivo à alienação e resignação dos subordinados, naquela os integrantes (militantes) são indistintamente convocados a se qualificar a ponto de se tornarem aptos a também exercerem funções de comando. Com efeito, isso não é simplesmente expressão de uma generosidade direcionada aos indivíduos, mas fundamentalmente o único modo de o Movimento manter sua dinamicidade e se capacitar a dirigir outros espaços da sociedade civil. Ainda que se admita, portanto, a existência de uma “hierarquia” (termo certamente impróprio) dentro da organicidade do MST, ela é construída para ser rapidamente alterada. Daí a persistência do MST em reivindicar e, principalmente, implementar por si próprio o *princípio educativo* (de que fala Gramsci), consolidado numa educação universal e crítica, que não se esgota na porta da escola, capaz de formar seres humanos plenos e emancipados da racionalidade e tirania valorativa do capital.

Em termos práticos, a aplicação dos princípios do MST se efetiva cotidianamente através de sua *organicidade*, que, segundo Ademar Bogo, significa “a relação que deve ter uma área de atuação do movimento de massas com todas as outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana”.⁴⁷⁴ Com relação à organicidade do MST, cabe notar que ela não foi construída a partir de uma abstração ou vontade desvinculada da realidade. Pelo contrário, é fruto das necessidades por ela impostas, conforme assevera o mesmo autor (também integrante da direção nacional do MST):

Quando iniciamos o MST, tínhamos como certo que não podíamos ter um presidente e que a direção deveria ser exercida de forma coletiva por um grupo de dirigentes. Estes, após serem escolhidos nos encontros, deveriam dividir entre si as tarefas.

Acontece que o Movimento cresceu e o conteúdo do princípio da “Direção coletiva” ficou insuficiente. Logo, mesmo que não tenhamos um presidente que decide tudo, mas se um grupo concentra as decisões, significa que a grande maioria dos membros que pertencem ao Movimento ficam de fora das discussões e muitas vezes não sabem o que está acontecendo, como se não fizessem parte desta organização.

⁴⁷³ GRAMSCI, A. Escritos políticos. In: SADER, E (org.). **Gramsci...** p. 136-137.

⁴⁷⁴ BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. p. 131. *Apud*: LAUREANO, D. S. Obra citada. p. 109.

Desta forma percebemos que a única forma de termos de fato uma direção coletiva é se as famílias assentadas e acampadas estiverem organizadas em núcleos e possam discutir os problemas enviando suas sugestões para a direção.⁴⁷⁵

De modo irremediavelmente superficial, então, pode-se delinear a organicidade do MST da seguinte maneira.

1) São formados entre as famílias acampadas e assentadas o que se denomina “Núcleos de Base”, que, inspirados nas Comunidades Eclesiais de Base,⁴⁷⁶ são constituídos por dez famílias vizinhas, em média, que executam, assim como todas as demais instâncias, as tarefas mais gerais decididas nas reuniões das Brigadas e Direções (que serão explicadas em seguida), bem como deliberam sobre a resolução de seus problemas mais imediatos e encaminham diretivas às instâncias superiores a respeito de assuntos mais gerais. Em cada um são escolhidos um homem e uma mulher como coordenadores, sendo sugerido, ainda, que haja um representante para secretariar e mais dois para cuidar das finanças do Núcleo.

O bom funcionamento do núcleo depende da direção da brigada e dos setores. Ele é tipo uma ferramenta de trabalho. Se o trabalhador quiser, pode usá-la todo dia ou então de vez em quando ou deixá-la encostada por anos a fio.

Se os dirigentes quiserem envolver o núcleo nas discussões políticas, ouvir opiniões e encaminhar de forma discutida as questões, ele terá função política.

Se o setor de produção quiser envolver o núcleo na discussão sobre cooperação e a partir dele organizar o trabalho coletivo, ele terá função econômica. (...)

Assim podemos passar a todos os setores. Tudo pode ser feito com os núcleos, desde organizar o trabalho voluntário, até a mobilização nas jornadas de luta.⁴⁷⁷

Com isso já se coloca também mais um elemento importante da organicidade do MST, que é o dos “Setores”. Eles existem em praticamente todas as instâncias do Movimento, sendo os mais comuns os de “Educação”, “Frente de Massa”, “Comunicação e Cultura”, “Formação”, “Produção, Cooperação e Meio Ambiente”, “Saúde e Gênero”, e “Finanças”. Entretanto eles podem ou não estar presentes em determinado local, o que vai depender das necessidades, assim como podem ser criados outros, como “Infra-estrutura”, “Segurança” etc.

⁴⁷⁵ BOGO, A. **Método de trabalho e organização popular**. p. 82.

⁴⁷⁶ As Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s eram pequenas comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica (que mais tarde adquiriram caráter mais ecumênico) incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), que se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil, tendo influenciado fortemente o movimento pela redemocratização do país. Constituíam-se de grupos de pessoas (em torno de 20 a 80) que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, encontravam-se para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas. A partir de sua organização, elas começavam também a reivindicar pequenas melhorias em seu entorno, e, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Inspiradas no método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da conscientização à ação. (CNBB. **Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**.)

⁴⁷⁷ BOGO, A. **Método de trabalho...** p. 92-93.

“Os setores sempre foram, como hoje, coletivos de pessoas que se dedicam a pesquisar, estudar, planejar e organizar as atividades correspondentes àquela área de atuação”.⁴⁷⁸

2) Num esquema didático (na prática estas instâncias se entrelaçam, vez que seus integrantes podem participar de várias delas), logo acima dos Núcleos de Base vêm as “Brigadas de cinquenta famílias”, formadas, portanto, por uma média de cinco Núcleos. Tais Brigadas são divididas por Setores (como explicado acima), coordenadas por um homem e uma mulher, mais uma pessoa para cada Setor, tendo como função essencial a de imprimir organicidade aos acampamentos e assentamentos individualmente considerados.

3) Cada dez Brigadas de cinquenta famílias compõem uma “Brigada de quinhentas famílias”. Ela possui uma Direção e uma Coordenação. A primeira, que forma o comando político da Brigada, é integrada por dois dirigentes (um homem e uma mulher), mais um dirigente para cada cinquenta famílias (um de cada Brigada de cinquenta). Além destes, há também um dirigente para cada Setor. Já da coordenação da Brigada de quinhentas famílias, além de toda a direção, participam também os coordenadores e coordenadoras de cada um dos Núcleos de Base.

4) Abrangendo todo o estado, há a “Direção Estadual” e a “Coordenação Estadual”. A esta compete tirar as linhas políticas de atuação do Movimento, através de pelo menos dois encontros por ano, reunindo todas as pessoas que integram as direções e coordenações das Brigadas de quinhentas famílias nos respectivos estados. E a Direção Estadual, que é formada por dois dirigentes (um homem e uma mulher) de cada Brigada de quinhentas famílias, mais dois representantes (um homem e uma mulher de cada setor), possui um caráter mais executivo, pautando suas atividades a partir das deliberações da Coordenação Estadual, bem como da Direção e da Coordenação Nacional. Anualmente, via de regra, são realizados os “Encontros Estaduais”, visando a participação do maior número possível de militantes.

5) E em nível nacional, de modo semelhante aos estados, há também uma “Direção” e uma “Coordenação”. A primeira é composta por dois dirigentes (um homem e uma mulher) de cada estado; e a segunda, além dos membros da Direção, compõe-se também por pelo menos um homem e uma mulher de cada estado para cada Setor, que se reúnem de dois em dois anos nos “Encontros Nacionais”;⁴⁷⁹ e a cada cinco anos se realiza o “Congresso

⁴⁷⁸ BOGO, A. **Arquitetos de sonhos**. p. 55.

⁴⁷⁹ Para realização de um Encontro Nacional, “A Direção Nacional formula a pauta e envia para todas as regionais. As reuniões acontecem na mesma época e se discutem os mesmos pontos, como se fosse o período de trabalho em grupo dentro de uma grande sala de debates. Ao terminar as reuniões regionais, as sugestões são enviadas para a Direção Nacional para serem encaminhadas em nível nacional. O mais importante disso tudo é que não precisa de um presidente para convocar e coordenar as reuniões. (...) Fica fácil de funcionar (...) por causa dos calendários organizados no início do ano. Todos sabem que dia e em quais locais haverá reuniões

Nacional”, com massiva participação de militantes de todo o país, em que, além da avaliação dos últimos cinco anos, são definidas as linhas de atuação para o próximo período.

Os cargos de direção, tanto estaduais quanto nacionais, são providos através de votação, e o mandato dura dois anos, porém “o término do mandato é apenas simbólico, para que se faça uma profunda avaliação das instâncias”;

(...) muitos dirigentes são reconduzidos ao cargo. (...) Agora, uma coisa sempre foi muito séria. Se após alguns meses, depois da eleição, percebe-se que um membro da direção não corresponde, retorna-se à discussão, avaliando o desempenho do dirigente e remete-se a avaliação para o Estado de origem, desligando-se este dirigente da instância, mesmo que não tenha cumprido seu tempo de mandato. Indica-se outro para ocupar seu lugar. Esta prática é mais freqüente nos Estados do que na Direção nacional, porque a norma serve para todas as instâncias.⁴⁸⁰

Eis, enfim, as linhas gerais da organicidade do MST, em boa parte fundamentadas nas reflexões gramscianas sobre centralismo democrático. Despiciendo afirmar que o que foi apresentado é um esquema didático, razão pela qual é possível encontrar contradições entre ele e a realidade, o que pode ocorrer tanto pela necessidade de constantes alterações de elementos da organicidade, como pela pouca idade desta desde que atingiu este patamar, ou por ela nem sempre ser a melhor solução para determinadas situações, bem como por causa de falhas humanas (o que inclui desde erros de análise, planejamento e execução, até egocentrismos e disputas por “poder”, dos quais, por óbvio, o MST não está isento).

Não obstante, notamos que esta configuração da organicidade do MST porta valiosos princípios de gestão horizontal e participação popular, imprescindíveis para a construção de uma sociedade em que seja possível uma efetiva democratização dos cargos e dos poderes das autoridades, compatível com a não menos necessária democratização dos meios de produção, especialmente a terra. Deste modo, portanto, a categoria gramsciana de centralismo democrático, os princípios organizativos do MST e sua organicidade podem ser encarados como um “estatuto” concreto e dinâmico que, diante dos fatos sociais, ao invés de ser imposto a seus integrantes, contribui para que trilhem da maneira mais segura e eficiente possível o rumo de um horizonte mais digno.

Ressalve-se que aqui não se advoga a tese de que o MST, sozinho, possa se constituir *no* partido político unificador das forças sociais para a ruptura do bloco histórico presente, mas tão-somente a de que ele vem sendo *um* dos “partidos” (termo que só tem sentido

nacionais. Mas, em caso de emergência, tem a secretaria nacional, com um dirigente responsável que articula as reuniões”. (BOGO, A. **Arquitetos de sonhos**. p. 58.)

⁴⁸⁰ BOGO, A. *Idem*. p. 59.

segundo a análise aqui empreendida) com essa responsabilidade. Há que se ter em conta que por mais que o MST tenha alcançado um caráter político, de “classe para si” e consiga, até certo ponto, aglutinar trabalhadores de outros segmentos, assim como um número expressivo de intelectuais orgânicos da transformação, aquilo mesmo que constitui sua força, isto é, seu caráter sindical, de luta por terra e reforma agrária em primeiro lugar, constitui também um forte limitador para seu projeto de longo alcance, vez que assim se esbarra no obstáculo de muitos setores da “classe-que-vive-do-trabalho” – como o operariado urbano, os trabalhadores do setor de serviços, os desempregados, entre outros – não se sentirem representados pelo MST (que aliás não tem essa pretensão).

Por outro lado, mesmo não sendo este o seu objetivo, há que se pesar que é isto o que vem ocorrendo na prática, ou seja, nos fatos é o MST que vem cumprindo este papel de partido político de massas, efetivamente contra-hegemônico e unificador nacional das forças contrárias ao capital, sobretudo com a crise do que já foi o maior partido político de esquerda do Brasil, o Partido dos Trabalhadores – PT, bem como das instituições sindicais. Por sua complexidade, não é possível aqui tratar das razões destas crises, porém se deve assinalar que ambos são modelos tradicionais de organização da classe trabalhadora que vêm enfrentando sérias dificuldades para dirigir um processo de transformação diante da atual configuração social. Certamente tal situação não é a ideal, pois se de um lado denota a extraordinária força política alcançada pelo MST, de outro se deve considerar que mesmo assim ela é insuficiente para efetivas conquistas, sendo ainda que com isso se pode observar a desorganização dos demais setores populares ou a debilidade de suas organizações.

Estes são problemas bastante discutidos nas instâncias e encontros do MST, não sendo à toa, portanto, que reiteradamente se corrobora o entendimento de que ele de modo algum deve se institucionalizar formalmente, a fim de evitar justamente a sua burocratização e cooptação, e a perda de contato com as bases. É em face desses problemas, ainda, que já há algum tempo que entre seus objetivos estratégicos vigora a articulação com as diversas instituições da sociedade civil, principalmente com outros *movimentos sociais* (nos termos propostos por Scherer-Warren), incluindo os urbanos, e, mais que a articulação, a contribuição prática na construção e desenvolvimento de movimentos sociais nestes moldes.

Neste sentido é que ao falar do MST podemos falar de “sementes de um novo bloco histórico”: como visto, não somente seu projeto político, mas também sua práxis cotidiana, executada principalmente mediante a organicidade, portam os germens do que pode no futuro constituir uma nova sociedade, “auto-regulada”, livre da divisão entre governantes e governados. Isso deve ser frisado pelo fato de que muitas de suas características, incluindo os

princípios organizativos, já se espalham – com diversas nuances, é claro – para outras iniciativas de organizações populares, muitas das quais unindo seu viés corporativo a objetivos políticos semelhantes aos defendidos pelo MST.

Tal é o caso, por exemplo, de várias organizações estudantis (muitas informais) que nos últimos tempos, contrárias à política governamental de mercantilização do ensino, realizaram ocupações em prédios de universidades públicas; de várias Organizações Não-Governamentais – ONG's que, articuladas em redes, aliam-se às lutas dos movimentos sociais; da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares – RENAP, cujos integrantes, numa perspectiva emancipadora do direito, prestam assessoria jurídica aos movimentos e com sua prática contribuem para a renovação da esfera superestrutural em que atuam; de diversos outros movimentos do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; numa escala maior, da Via Campesina Internacional, que congrega movimentos sociais do campo de todo o mundo, e, no Brasil, além dos três citados acima, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, a Rede Popular dos Estudantes de Direito – REPED, e, entre outros, o próprio MST; por fim, apesar de haver muitos exemplos ainda, é importante citar o Movimento Consulta Popular – MCP, criado, por iniciativa do MST, para ser um espaço de articulação entre todos os movimentos sociais brasileiros de esquerda que não estejam inseridos na política eleitoral, como bem explicado por Ricardo Gebrim:

Não é casual que a iniciativa da *Conferência de Itaici*, em 1997, onde surge a **Consulta Popular**, tenha sido da direção do MST. Sobrevivendo ideologicamente à grande crise do início dos anos 90, o MST se converte em principal referência da esquerda social. Uma referência de ousadia, radicalidade e valores. Ao se consolidar enquanto uma experiência que se fundamenta no trabalho de base, que desenvolve lutas de massa e forma novos quadros, o MST se transforma numa referência para os setores mais conscientes que não aceitavam a lógica pragmática dos limites institucionais, em especial entre a juventude. Na **Consulta Popular** se aglutinaram militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral. A proposta organizativa do **Movimento Consulta Popular** nunca foi uma contraposição aos movimentos sociais existentes. Ao contrário, sempre se definiu como um instrumento de articulação dos lutadores do povo que propõe contribuir para mudar o padrão da luta de classes, incorporando no projeto político o ensinamento de Florestan Fernandes: “Frente à intolerância das classes dominantes contrapor a intransigência das classes oprimidas”.⁴⁸¹

Com isso se nota claramente como o MST vem cumprindo o papel de *moderno príncipe* ao hegemonizar – por ser o maior, mais organizado e contundente movimento social – o processo de unificação em torno de uma vontade nacional-popular contrária ao processo

⁴⁸¹ GEBRIM, Ricardo. Movimento Consulta Popular. In: Sítio do Instituto Rosa Luxemburgo. p. 1.

de totalização do capital e construção de um novo bloco histórico. Deve-se enfatizar, por um lado, seu protagonismo neste processo, mas, de outro, sua consciência de não ser o órgão representativo de toda a classe trabalhadora, motivo pelo qual insiste na organização dos demais setores e na premência de um espaço acima de si e dos demais movimentos para consolidação dessa vontade nacional-popular.

Diante disso, finalizamos esta análise do MST escorada nas teorizações gramscianas sobre o *partido político* e o *intelectual coletivo* concluindo que, se adotadas as estritas diretrizes de tais teorizações, estes são dois conceitos bastante úteis para a investigação da atual configuração do MST, assim como para serem usados para pautar sua atuação na dinâmica da luta de classes do bloco histórico brasileiro contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. O termo *questão agrária brasileira*, expressando a problemática social decorrente da distribuição fundiária no país, resta totalmente destituído de fundamento se não analisado à luz da categoria marxiana de *luta de classes*, que de modo algum pode ser ignorada em face da evidente opressão do trabalho rural. Assim, o estudo dessa problemática exige um posicionamento consciente do observador, se favorável à manutenção da ordem constatada, ou se favorável à sua transformação. Este último é o que foi adotado desde as etapas iniciais da pesquisa, que por isso foi integralmente lastreada por categorias teóricas críticas e pela metodologia dialética, com ênfase no princípio da *totalidade*.

2. O uso do princípio da totalidade no estudo da questão agrária permite encontrar o lugar desta no processo de totalização do *sistema sociometabólico do capital*, cuja insustentabilidade sócio-ambiental decorre da racionalidade que o permeia, qual seja, a de subordinação do *valor de uso* ao *valor de troca*. No mundo contemporâneo, essa insustentabilidade vem se aprofundando com demasiada rapidez, impondo a necessidade de formulação e implementação de um projeto de *novo sistema de metabolismo social* que rompa radicalmente com o atualmente hegemônico, alcançando todas as instâncias do real.

3. O processo de manutenção, legitimação e aprofundamento do metabolismo social atualmente hegemônico é dialeticamente realizado pelo desenrolar das relações sociais orquestradas pela racionalidade do capital. Tal processo só pode ser apreendido de forma conseqüente e crítica através das ferramentas legadas pelo marxismo. No que tange à esfera da política, que é a mais enfatizada no presente trabalho, é no conjunto teórico elaborado por Antonio Gramsci que podem ser encontradas as ferramentas mais adequadas para a análise dos blocos políticos que, no Brasil de hoje, contrapõem projetos diametralmente opostos para a solução da questão agrária e para o desenvolvimento social.

4. Além de válido para a análise da grande maioria dos países capitalistas, o pensamento de Gramsci continua entre os mais subversivos e potentes instrumentos a serem usados na construção de sociedades verdadeiramente democráticas. Assim, as teorizações de Gramsci são úteis, primeiro, para perceber as mútuas implicações operadas entre a infra e a superestrutura social, e, por causa disso, a premência de uma reestruturação de ambas (e não apenas de uma para que gere as devidas conseqüências na outra), em prol de uma visão de mundo e de uma práxis não predatória e exploradora. Em segundo lugar, são úteis porque lançam luz no caminho a ser trilhado para isso, indicam como fazer funcionar desde já embriões de uma nova sociedade.

5. Nesta esteira, as disputas políticas levadas a cabo na sociedade brasileira por suas classes e grupos, no passado e no presente, devem ser analisadas sob a perspectiva da *teoria ampliada de Estado* e do conceito de *hegemonia*, tanto mais nos dias correntes, marcados por uma *sociedade civil* que – na toada das relações econômicas – vem se tornando cada vez mais complexa e no seio da qual surgem e se desenvolvem os mais diversos tipos de organização, inclusive os que portam a antítese do *bloco histórico* em que está inserida.

6. Os elementos históricos da questão agrária brasileira são fundamentais para compreendê-la criticamente. Decorre daí a importância de se ter presente que a oligarquia rural e, posteriormente, a burguesia agrária comandaram os destinos do país praticamente durante toda sua história. Mesmo perdendo sua hegemonia entre os setores da elite econômica brasileira com o advento da industrialização na primeira metade do século XX, a burguesia agrária até hoje não deixou de ser um dos atores políticos mais influentes na *sociedade civil* e na *sociedade política*, não somente pelo fato de ser o berço da burguesia industrial, mas principalmente por sempre ter efetuado eficientes alianças com os setores economicamente dominantes de cada época: inicialmente o capital industrial nacional; o capital monopolista internacional durante a ditadura militar; e, nos dias correntes, o capital financeiro internacional.

7. Com relação ao aspecto histórico, ainda, não se pode perder de vista que a concentração fundiária é uma constante no Brasil, desde o processo de conquista pelos portugueses via o instituto das capitanias hereditárias e, mais tarde, das sesmarias, até o advento da propriedade absoluta, então protegida civil e penalmente por códigos formulados pelo Estado nacional. Em cada época, tal concentração e conseqüente exclusão dos trabalhadores e povos tradicionais foram decorrentes de decisões políticas bem delineadas, cada qual com suas justificações ideológicas, porém sempre com o claro desígnio de manutenção dos privilégios da oligarquia.

8. O mesmo se pode dizer quanto às reações desta classe frente às reconfigurações do sistema econômico mundial, às movimentações políticas internas e principalmente frente às pressões populares, casos em que dela se exigiam respostas políticas. Em todos eles a preocupação central da oligarquia não era a de solucionar efetivamente os problemas que se apresentavam, mas a de manter a ordem social que lhe beneficiava. Por isso, essa elite, quando pressionada, reiteradamente adotou medidas que só superficial e aparentemente eram transformadoras, as quais, assim, se enquadram perfeitamente no conceito gramsciano de *revolução passiva*.

9. O processo de concentração fundiária e vedação do acesso a terra aos povos tradicionais e trabalhadores em geral em nenhum momento deixou de fomentar ferrenhas lutas. Ocorre que, em meados do século passado, a estas foi acrescentado um ingrediente até então inédito, que é o da *politização*, decorrente, por sua vez, da complexificação das relações sociais, advinda com o industrialismo. Este ingrediente qualificou a luta pela terra, fazendo surgir diversos tipos de organizações de camponeses e trabalhadores rurais, que passaram a debater soluções mais efetivas para seus problemas e, assim, inseriram a *reforma agrária* na pauta de discussão política nacional. Juntamente com os de outras reformas de base, que estavam realmente sendo implementados pelo governo, este projeto foi frustrado pelo golpe militar de 1964, golpe este articulado por um grande *bloco político* que via seus interesses ameaçados por referidas reformas, constituído pela burguesia nacional e estrangeira, com apoio do governo dos Estados Unidos, sob justificativa da ameaça de avanço do comunismo no país, e socialmente legitimado pela classe média, imbuída da ideologia da classe dominante.

10. Não obstante, o regime militar não conseguiu estabelecer um *consenso* duradouro acerca de seu mando, tendo-o mantido praticamente apenas mediante *coerção*. Assim, mesmo duramente reprimidas, as classes subordinadas, que no primeiro quarto do século passado haviam se afirmado como uma peça essencial no tabuleiro político brasileiro, em poucas décadas comprovaram que seu protagonismo já não mais poderia ser suprimido da sociedade brasileira, impondo a abertura política e conquistando uma série de direitos – civis, políticos e sociais – que passaram a ser garantidos pela nova Constituição, apesar das contradições de seu texto, reflexo de uma sociedade dividida em classes. Como a democratização conquistada em tal ocasião se limitou ao campo da institucionalidade estatal e das relações civis, não se estendendo ao econômico, na sociedade fora mantido o enorme abismo que separa antagônicas classes sociais, o que não tardou a determinar o reajuste das forças políticas que, por seus interesses financeiros e de poder, se opõem às reformas estruturais formalmente programadas na Constituição Federal, forças políticas que de tudo fazem para sabotá-las, tal como ocorre no caso da reforma agrária.

11. Mais especificamente, tais forças consistem nos atores sociais que dão sustentação ao modelo do *agronegócio* – ou, melhor explicitando seu caráter, no modelo da *agricultura suicida* –, que são basicamente os latifundiários (modernamente chamados de empresários agrícolas), agroindustriais, banqueiros e especuladores financeiros, internacionalmente articulados tanto por meio dos governos dos Estados, como dos organismos multilaterais e, ainda, de círculos informais de estudos e negócios. Uma vez tomadas, em tais instâncias, as

decisões que melhor contemplam seus interesses, passam elas a ser executadas nacionalmente mediante os mais diversos tipos de influência, valendo salientar a ideológica, fazendo seus interesses se confundirem com os da nação. Apesar dos comprovados prejuízos sócio-ambientais causados pelo modelo agrícola imposto por estes grupos, e apesar da sustentação popular do atual governo brasileiro, este continua seguindo a mesma linha dos anteriores desde a ditadura no que se refere a tal quesito. Assim, incentiva com massivos recursos as extensas monoculturas voltadas à exportação, visando somente o crescimento econômico, ou seja, a *valorização do capital*.

12. Uma vez que o escasseamento do petróleo tem levado os centros de poder que controlam suas fontes e sua cadeia produtiva a reajustar o modelo energético mundial em torno dos agrocombustíveis (posto que estes permitem a manutenção dos atuais vínculos de dependência), a serem produzidos em países agroexportadores como o Brasil, os problemas decorrentes do modelo agrícola hegemônico tendem a se agravar ainda mais por aqui. Assim, nota-se que mais uma vez na história brasileira se está a reproduzir a dependência do país perante os *ciclos econômicos*, segundo um mecanismo de *trocas desiguais e combinadas*.

13. Impõe-se, diante disso, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico alternativo, firmado em bases nacionais e com a finalidade precípua de proporcionar bem-estar para o povo, o que pressupõe o rompimento radical com a lógica do capital. Dentro de um projeto de tal envergadura, que pode ser resumido como popular, socialista e democrático, a questão agrária tem um papel fundamental, dado que a democratização da terra se coloca como uma das medidas básicas, imediatamente seguida por políticas públicas voltadas a fixar a população no campo de modo digno, possibilitando-lhe a produção de alimentos mais saudáveis para abastecimento do mercado interno.

14. É consenso entre os principais movimentos populares do campo a necessidade destas medidas para solucionar vários problemas estruturais brasileiros, consenso expresso inclusive em vários documentos por eles elaborados. Graças ao debate que estes movimentos vêm conseguindo manter na sociedade acerca de seu projeto, o próprio governo viu-se obrigado a contemplar vários pontos deste nos programas de políticas agrárias e agrícolas. Contudo, sua implantação não chega a se efetivar, dado que a *correlação de forças* na sociedade política definitivamente não é favorável aos movimentos, como o comprovam diversos exemplos, sendo o mais emblemático o de, na região onde se verifica o maior número de “assentamentos”, estes serem instrumentos de fachada para um esquema criminoso de desmatamento da floresta amazônica.

15. Na estratégia contra a inoperância do Estado em cumprir suas atribuições constitucionais, tão conveniente aos interesses do capital, ao campo do discurso jurídico deve ser dedicada especial atenção, pois, numa *formação social de tipo ocidental* como é a brasileira atualmente, trata-se de uma importante trincheira a ser hegemonizada pelas forças políticas progressistas. Nesta esteira, um dos instrumentos jurídicos mais eficientes na luta pela reforma agrária é o princípio da *função social da propriedade*. Apesar de historicamente ter se constituído como uma solução intra-sistêmica para manutenção da propriedade privada outrora ameaçada, e apesar dos diversos ardis da bancada ruralista na Assembléia Constituinte e, até hoje, no Congresso Nacional, se corretamente aplicado, sobretudo pelo Poder Judiciário, tal princípio poderia acarretar uma melhor distribuição das terras brasileiras. Por isso é importante frisar que a hermenêutica mais coerente da Constituição Federal – isto é, a que considera sua sistematicidade e *integridade* – leva ao entendimento de que tal princípio está indissoluvelmente ligado ao próprio conceito de propriedade, a ponto de aquele que o descumprir não merecer o resguardo previsto na legislação, como a tutela possessória e o direito ao desforço imediato, sendo obrigação do Estado realizar sua desapropriação, mediante “justa indenização” (o que não é sinônimo de “valor de mercado”).

16. Esta hermenêutica já vem sendo praticada há algum tempo por juristas atentos à urgência de uma radical reforma agrária e de efetivas transformações sociais, que inclusive já obtiveram respostas favoráveis do Estado, como se verifica através de inúmeras decisões judiciais. Por outro lado, uma lição muito clara da história política brasileira é que uma transformação como esta que é necessária, radicalmente democrática, não é possível sem a formação de uma contundente *vontade nacional-popular*.

17. Com a lacuna deixada pela crise das organizações tradicionais da classe trabalhadora brasileira, consciencioso desta necessidade acima referida, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – é a principal organização nos dias de hoje a cumprir o papel de *partido político* e de *intelectual coletivo* nos termos propostos por Gramsci. Isto se dá, em síntese, por ele ser o principal aglutinador das massas excluídas (até mesmo do meio urbano, em algumas regiões), as quais *educa* segundo uma pauta de efetiva luta hegemônica contrária ao capital, formando em seus integrantes a *consciência de classe*, não somente por meio de suas lutas corporativas, mas principalmente mediante suas características de *territorialização, mística e princípios organizativos*, pelos quais é possível verificar na prática a realização de uma verdadeira *reforma intelectual e moral*, ainda que bastante localizada se considerarmos as dimensões do país. Em face disso, sem margem a dúvidas é possível enquadrar o MST no tipo de organização antes mencionado, isto é,

portador da antítese do bloco histórico de que é fruto, como bem o demonstram seu projeto político e sua práxis.

18. Esta, a práxis, por sua vez, é constituída de um universo enorme de ações, que se estendem por diversas esferas da realidade, da subjetividade à economia. As mais famosas e polêmicas, porém, são as ocupações de fazendas improdutivas e/ou em que se descumpra a função social da propriedade, bem como os acampamentos nestas formados. Sobre tais ações, além do fato – demonstrado por dados estatísticos – de que constituem um dos únicos instrumentos disponíveis aos trabalhadores rurais para conseguirem a desapropriação de áreas para assentamentos, constata-se também que seu principal objetivo é a realização de um ato político pacífico para chamar a atenção das autoridades e da sociedade para a inexecução do programa constitucional de reforma agrária. Desta forma, fica evidente que tais ações não caracterizam o crime de esbulho possessório, para o qual exige-se a vontade expressa de apropriar-se definitivamente da propriedade esbulhada. Tais condutas, em suma, não são típicas, assim como também não revestem os outros dois elementos do crime, a ilicitude e a culpabilidade, segundo a doutrina mais respaldada. Não obstante a atipicidade das ocupações de terras, conclui-se que elas podem ser adequadamente enquadradas no conceito de *atos de desobediência civil*, por seu caráter de aparente ilicitude, publicidade e não-violência, o que confirma o caráter contra-hegemônico e radicalmente democrático do MST.

19. A demonstração da legalidade e da legitimidade constitucional das ações do MST é bastante importante, na medida em que o tratamento jurídico a elas destinado determina em boa parte as linhas políticas do Movimento. Para ele, a legitimidade perante a Constituição Federal é fundamental, posto que a efetivação dos objetivos desta está entre seus maiores propósitos. Juntamente com os outros aspectos mencionados (relativos, em suma, ao fato de sua práxis ser permeada pelo *princípio educativo*), depreende-se daí que o Movimento segue, ainda que não o declare explicitamente, a estratégia da *guerra de posições* para a construção do novo bloco histórico, ou, em outras palavras, a estratégia de ampliação de espaços democráticos livres da racionalidade do capital.

20. Com efeito, no MST a *finalidade* de se construir uma sociedade verdadeiramente democrática é buscada tendo por *meio* a experiência cotidiana de vivência desta sociedade do futuro em seus próprios espaços sociais e sua *organicidade*, pela qual desde já se exercita uma efetiva horizontalização da tomada de decisões, democratizando e imprimindo uma função social aos cargos de comando, bem como incentivando que todos se capacitem a exercê-los, vale dizer, incentivando que todos se tornem *dirigentes*. Esta organicidade se assenta nos núcleos de base espalhados Brasil afora, a partir dos quais inicia-se um movimento que sobe

para as brigadas e direções estaduais, chegando à coordenação e direção nacionais, movimento que então faz o caminho inverso e se espalha novamente pelos núcleos, conferindo ao MST uma poderosa e disciplinada unidade, intransigente porque democraticamente pactuada e calcada em princípios claros e justos.

21. Finalmente, deve-se frisar a ressalva de que o cumprimento do papel de maior partido político gramsciano por parte do MST, embora denote uma força bastante grande deste movimento, está mais ligado ao enfraquecimento das organizações políticas de esquerda da classe trabalhadora do que ao cumprimento de um objetivo estratégico. Com efeito, as análises empreendidas pelo próprio MST dão conta da necessidade do desenvolvimento de outros movimentos sociais de caráter emancipador, especialmente nas cidades, que congreguem a ampla massa de cidadãos de todos os setores da *classe-que-vive-do-trabalho*, assim como da união destes todos numa articulação unitária e por eles gerida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

ASSMAN, Hugo (ed.); SANTOS, Theotonio dos; CHOMSKY, Noam *et al.* **A trilateral**: nova fase do capitalismo mundial. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Associação Brasileira de Reforma Agrária; Associação Direito e Cidadania; Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal *et al* (org.). **Anais do tribunal internacional dos crimes do latifúndio e da política governamental de violação dos direitos humanos no Paraná**.

BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. **Ouro azul**: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. M. Books: São Paulo, 2003.

BASSEGIO, Luiz; UDOVIC, Luciane. Migrações e Senzalas do século 21. *In*: SIDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luiza (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 137-146.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. v. 1. 3. ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. Brasília: Editora Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BOFF, Leonardo. Alimentar a mística. *In*: MST. **Mística**: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo: Peres, 1998.

BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. São Paulo: ANCA, 2002.

_____. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **Método de trabalho e organização popular**. São Paulo: ANCA, 2005.

_____. Introdução. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da organização política**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. v. 1. p. 9-26.

BOIRAL, Olivier. O clube dos ricos. Trad. Jô Amado. *In*: **Le Monde Diplomatique**. Novembro de 2003. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-11,a781>> Último acesso em: 21 jan 2008.

BOLDRINI, Eliane Beê. **A ideologia da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável**: a estrada do porto de Antonina, um estudo de caso. Tese de doutorado em educação. UFPR. Curitiba, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

BORDIN, Luigi. **O marxismo e a teologia da libertação**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da propriedade da terra. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. v. 1. São Paulo, Expressão Popular, 2005. p. 259-281.

BOTTOMORE, Tom. Luta de classes (verbetes). In: BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 223-224.

BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar**: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis. São Paulo: Terra de Direitos e Expressão Popular, 2007.

BRÜSEKE, Franz Josef. **A lógica da decadência**: desestruturação sócio-econômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CANUTO, Antônio. O agronegócio avança sobre novos territórios e alimenta a violência. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. **Direitos humanos no Brasil 2007**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. p. 31-38.

_____. *et al.* (coord.) **Conflitos no Campo Brasil 2006**. Goiânia: CPT Nacional, 2007.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 4. ed. São Paulo: Papius, 1994.

CARPEAUX, Otto Maria. **A vida de Gramsci**. In: Sítio eletrônico “Gramsci e o Brasil”. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125>> Último acesso em: 21 jan 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Tática reformista, estratégia revolucionária. In: STÉDILE, João Pedro (coord.) **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 255-258.

CARVALHO FILHO, José Juliano. A nova (velha) questão agrária e o agronegócio. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2007**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. p. 23-30.

CASAS, Bartolomé de las. **Brevísima relación de la destrucción de las Índias**. Barcelona: Ediciones 29, 2004.

CAUBET, Christian Guy. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

_____. **A água, a lei, a política... e o meio ambiente?** Curitiba: Juruá, 2004.

Centro de Estudos Bíblicos – CEBI. **Os pobres possuirão a terra:** pronunciamento dos bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo: Sinodal, 2006.

CNBB. **Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil.** Brasília: Paulinas, 1986.

COELHO, Luiz Fernando. **Teoria crítica do Direito.** 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.

Comissão Trilateral. **About the organization.** In: Sítio “The Trilateral Commission”. Disponível em: <<http://www.trilateral.org/about.htm>> Último acesso em: 21 jan 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade. In: STROZAKE, Juvelino José (org.). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 130-147.

Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal – CONFAGRI. **Organização Mundial do Comércio e a agricultura.** Caderno nº 7, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.confagri.pt/NR/rdonlyres/49769F30-64F9-437D-841F-43F140D92473/0/CadernoGATT.pdf>> Último acesso em: 21 jan 2008.

Contag; MST; Fetraf-Sul/CUT; CPT *et alli*. Carta da Terra – em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar. In: STEDILE, J.P. **A questão agrária:** programas de reforma agrária: 1946-2003. v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 233-236.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci:** a vitalidade de um pensamento. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

CPT – Secretariado Nacional. **A luta pela terra:** a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

CUNHA, Sérgio Sérvulo. A nova proteção possessória. In: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 249-276.

DELMANTO JUNIOR, Roberto. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em face do direito penal. In: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 310-365.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito.** Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Editorial Crítica Marxista. Manifesto. In: **Crítica marxista.** nº 1. Campinas: Unicamp, 1994. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/historico.html>> Último acesso em: 21 jan 2008.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. *In*: MARX, Karl. **As lutas de classe na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986.

_____. Princípios do comunismo. *In*: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da organização política**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. v. 1. p. 41-65.

FERNANDES, Bernardo Mançano. OMST no contexto da formação camponesa no Brasil. *In*: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 15-87.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A escravidão por dívida: novidades e persistências. *In*: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006. p. 61-65.

_____. O trabalho escravo e a promiscuidade de autoridades. *In*: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2007**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. p. 53-57.

FIGUEIREDO, Suzana Angélica Paim. As ocupações de imóveis destinados à reforma agrária: da desobediência civil e do estado de necessidade. *In*: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 437-481.

FON FILHO, Aton. Profecias não modificam o futuro. *In*: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006. p. 33-36.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A lei de terras e o advento da propriedade moderna no Brasil. *In*: **Anuário mexicano de Historia del Derecho**. Ano XVII. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. p. 97-112.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

GARCIA, José Carlos. O MST entre desobediência e democracia. *In*: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 148-175.

GEBRIM, Ricardo. Movimento Consulta Popular. *In*: Sítio do Instituto Rosa Luxemburgo. Disponível em: <http://www.rls.org.br/publique/media/PartAL_Gebirim.pdf> Último acesso em: 21 jan 2008.

GERMER, Claus. A “economiasolidária”: uma crítica marxista. *In*: Revista do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, nº 02, Curitiba, 2007. p. 51-73. Disponível em:

<http://www.ppgd.ufpr.br/nucleos/ndcc/revista/0207/Revista_Direito_Cooperativo_2-2.pdf>
Último acesso em: 21 jan 2008.

GOMES DA SILVA, José. **Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. *In*: STEDILE, João Pedro. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980**. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 147-175.

_____. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 15-44.

GOULART, João. Apresentação pública do projeto de reforma agrária do governo Goulart – 1964: discurso do presidente João Goulart no comício do dia 13 de março na Central do Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946-2003**. v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 97-110.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere**. v. 6. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

_____. **A questão meridional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Trad. Luiz Mario Gazzano. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Notas sobre Maquiavel. *In*: SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 11-105.

_____. Passado e presente. *In*: SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 107-133.

_____. Escritos políticos. *In*: SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 135-137.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição federal de 1988**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. Trad. Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

Grupo de Ciência Independente. **Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos**. Trad. Maria Almeida e Camila Moreno. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. *In*: STÉDILE, João Pedro (coord.) **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 285-297.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. A formação do proletariado rural no Brasil. *In*: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127-146.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Edição especial nº 13, 2007. p. 321-362. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/BPS_13_completo.pdf> Último acesso em: 21 jan 2008.

_____. **Acompanhamento de políticas e programas governamentais**. p. 93-109. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_03/acompanhamentos.pdf> Último acesso em: 21 jan 2008.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KORCHAK, Adilson; GUTERRES, José Augusto. Um panorama do cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o caso da COOPROSERP. *In*: Revista do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da

UFPR, nº 02, Curitiba, 2007. p. 155-185. Disponível em:
<http://www.ppgd.ufpr.br/nucleos/ndcc/revista/0207/Revista_Direito_Cooperativo_2-2.pdf>
Último acesso em: 21 jan 2008.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. Trad. Juarez Guimarães e Suzane Felicie Léwy. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história**. Trad. Wanda N. C. Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MANIGLIA, Elizabete. O esbulho possessório e as ocupações rurais. In: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 366-385.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2003.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: _____ (coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, s.d. p. 11-62.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, K. 'Prefácio' à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'. In: MARX, K. e ENGELS, F. **História**. (org. Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p. 231-235.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELLO, Alex Fiuza de. **Mundialização e política em Gramsci**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Capitalismo e mundialização e m Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma agrária quando?: CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.

MENDONÇA, M. L.; MELO, Marluce. Agroenergia: mitos e impactos. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. **Direitos humanos no Brasil 2007: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. p. 39-48.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**. v. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **II plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural.**

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf> Último acesso em: 21 jan 2008.

_____. **Plano do MDA/INCRA para a erradicação do trabalho escravo.** 2. ed. Brasília, outubro de 2005.

MOHUN, Simon. Capital (verbetes). In: BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 44-46.

MORAES SILVA, Maria Aparecida. Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.** São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006. p. 53-60.

MORENO, Camila. Apresentação – Soberania energética e soberania alimentar: uma só luta na era da agroenergia. In: BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis.** São Paulo: Terra de Direitos e Expressão Popular, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2000. Disponível em: <<http://www.expressaopopular.com.br/pdfs/sociologia%20canudos.pdf>> Último acesso em: 21 jan 2008.

MST. Programa de Reforma Agrária do MST – 1984. In: STEDILE, J.P. **A questão agrária: programas de reforma agrária: 1946-2003.** v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 177-179.

_____. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STEDILE, J.P. **A questão agrária: programas de reforma agrária: 1946-2003.** v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 187-210.

_____. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.** In: Sítio eletrônico do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3713>> Último acesso em: 21 jan 2008.

_____. **Acampamentos 2005.** In: Sítio eletrônico do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=871>> Último acesso em: 21 jan 2008.

_____. **Assentamentos do MST em 2004.** In: Sítio eletrônico do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1010>> Último acesso em: 21 jan 2008.

_____. **Sistema cooperativista dos assentados** – caderno de cooperação agrícola nº 5. 2. ed. São Paulo: CONCRAB, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A reforma agrária em 2006: a política do agronegócio venceu.** In: Sítio “Radioagência Notícias do Planalto”. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2765&Itemid=43> Último acesso em: 21 jan 2008.

_____. **O agrobandidismo e a reforma agrária no Pará.** In: Sítio “Radioagência Notícias do Planalto”. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3588&Itemid=43> Último acesso em: 21 jan 2008.

OLIVEIRA, Jelson; NUNES, Rogério; BORGES, Wilton. **Desterro: uma cronologia da violência no campo no Paraná na década de 90.** Curitiba: CPT, 2005.

PASSOS, Cynthia Regina L.; FOWLER, Marcos Bittencourt. O Ministério Público e o direito à terra. In: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 223-248.

PEREIRA, Rosalinda P. C. Rodrigues. A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na acepção clássica de propriedade. In: STROZAKE, J. J. (org.). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 88-129.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RENAP. **Decisões judiciais: função social da propriedade e da posse.** Set. 2004.

Revista Agroanalysis, nº 7, vol. 25. São Paulo, FGV: julho/2005.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje.** 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 105-136.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política.** São Paulo: Cortez, 1993.

SAMPAIO, Plínio de Arruda; COMAPRATO, Fábio Konder; SILVA, José Afonso da. **Uma justiça de classe.** In: Sítio da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.org/node/85>> Último acesso em: 21 jan 2008.

SAN MARTIN, Paulo. **Agriculturasuicida: um retrato do modelo brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Ícone, 1987.

SARAMAGO, José. **Levantado do chão.** 10. ed. Lisboa: Caminho, 1994.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 1987.

_____. O caráter dos novos movimentos sociais. *In*: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-53.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil**: recepção e difusão de suas idéias.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Letras e Idéias, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Trad. Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

STEDILE, João Pedro. Introdução. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500-1960. v. 1. São Paulo, Expressão Popular, 2005. p. 15-31.

_____. Notas sobre os 40 anos do Estatuto da Terra. *In*: STEDILLE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária: 1946-2003. v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 145-155.

_____. (coord.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

_____.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Em debate**: MST faz balanço negativo da reforma agrária em 2007. *In*: Sítio “RadioagênciaNoticiasdoPlanalto”. Disponível em:
<http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3604&Itemid=43> Último acesso em: 21 jan 2008.

SYDOW, Evanize. Massacre de Eldorado dos Carajás completa 10 anos e movimentos lutam contra a impunidade. *In*: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2006**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006. p. 31-32.

TORRES, Maurício. Governo ajuda madeireiras a devastar a Amazônia. *In*: Sítio da Revista Caros Amigos. Disponível em:
<http://carosamigos.terra.com.br/nova/ed128/so_no_site_geral_torres.asp> Último acesso em: 21 jan 2008.

TORTORELLA, Aldo. **Hegemonia**. *In*: Sítio eletrônico “Gramsci e o Brasil”. Disponível em:
<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=127>>. Último acesso em: 21 jan 2008.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna:** um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VEIGA, José Eli da; SILVEIRA, J. M. F. J.; FERNANDES, G. B.; ABRAMOVAY, R.; BUAINAIN, A. M. (Orgs.). **Transgênicos:** sementes da discórdia. São Paulo: Senac, 2007.

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa:** um exercício de análise do discurso. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. Trad. Lígia Maria Osório Silva. As origens agrárias do capitalismo. *In: Crítica marxista*. nº 10, ano 2000. p. 12-29.

ZANGHERI, Renato. **Bloco Histórico.** *In:* Sítio eletrônico “Gramsci e o Brasil”. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=127>> Último acesso em: 21 jan 2008.